

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO**  
**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA INTEGRADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**LINHA DE PESQUISA: MOVIMENTOS SOCIAIS, POLÍTICA E EDUCAÇÃO**  
**POPULAR**  
**GRUPO PESQUISADOR EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, COMUNICAÇÃO E ARTE**

**FONTES DO IMAGINÁRIO E DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL:**  
**Cartografia e justiça climática nas águas e sentidos das mulheres**  
**pantaneiras, quilombolas e mariscadoras.**

**CUIABÁ/MT**  
**2018**

**ROSANA MANFRINATE**

**FONTES DO IMAGINÁRIO E DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL:  
Cartografia e justiça climática nas águas e sentidos das mulheres  
pantaneiras, quilombolas e mariscadoras.**

**CUIABÁ/MT  
2018**

**ROSANA MANFRINATE**

**FONTES DO IMAGINÁRIO E DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL:  
Cartografia e justiça climática nas águas e sentidos das mulheres  
pantaneiras, quilombolas e mariscadoras.**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso como requisito para a obtenção do título de Doutora em Educação na Área de Concentração em Educação, Linha de Pesquisa Movimentos Sociais, Política e Educação Popular– Educação Ambiental.

Orientadora: Profa. Dra. Michèle Sato  
Co-orientadora Profa.Dra.Araceli Serante Pazos.

**CUIABÁ  
/MT  
2018**

## Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

M276f Manfrinate, Rosana.  
FONTES DO IMAGINÁRIO E DA EDUCAÇÃO  
AMBIENTAL: Cartografia e justiça climática nas águas e  
sentidos das mulheres pantaneiras, quilombolas e  
mariscadoras. / Rosana Manfrinate. -- 2018  
272 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientadora: Michèle Tomoko Sato.  
Co-orientadora: Araceli Serante Pazos.  
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Mato  
Grosso, Instituto de Educação, Programa de Pós-  
Graduação em Educação, Cuiabá, 2018.  
Inclui bibliografia.

1. Educação Ambiental. 2. Mulheres. 3. Mudanças

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pela autora.  
Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
Avenida Fernando Corrêa da Costa, 2367 - Boa Esperança - Cep: 78060900 - CUIABÁ/MT  
Tel : 3615-8431/3615-8429 - Email : secppge@ufmt.br

## FOLHA DE APROVAÇÃO

**TÍTULO: "Fontes do Imaginário e da Educação Ambiental: cartografia e justiça climática nas águas e sentidos das mulheres pantaneiras, quilombolas e mariscadoras"**

AUTORA: Doutoranda Rosana Manfrinate Martendal

Tese de Doutorado defendida e aprovada em 22 de março de 2018.

Composição da Banca Examinadora:

Presidente Banca / Orientadora    Doutora    Michèle Tomoko Sato  
Instituição:    UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

Coorientadora    Doutora    Araceli Serantes Pazos  
Instituição:    UNIVERSIDADE DA CORUÑA

Examinadora Interna    Doutora    Débora Eriléia Pedrotti Mansilla  
Instituição:    UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

Examinadora Interna    Doutora    Rute Cristina Domingos da Palma  
Instituição:    UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

Examinadora Externa    Doutora    Imara Pizzato Quadros  
Instituição:    INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO/IFMT

Examinador Externo    Doutor    Ronaldo Eustáquio Feitoza Senra  
Instituição:    INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO/IFMT

Examinador Suplente    Doutora    Solange Kimie Ikeda Castrillon  
Instituição:    UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO/UNEMAT

Examinadora Suplente    Doutora    Regina Aparecida da Silva  
Instituição:    UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

CUIABÁ, 22/03/2018.

## Sumário

<b><u>Introdução: o que aprendi com a chuva</u></b> .....	15
<b><u>Capítulo I – Início do Imaginário</u></b> .....	38
1.1. <u>Histórias das mudanças climáticas</u> .....	44
1.2. <u>Histórias de vulnerabilidade ambiental e climática</u> .....	53
<b><u>Capítulo II – Cartografia, o Imaginário da Pesquisa</u></b> .....	72
2.1. <u>A pesquisa de campo</u> .....	88
2.2. <u>Loci de Pesquisas</u> .....	90
2.2.1. <u>Território do Pantanal</u> .....	92
2.2.1.2. <u>Mapa do Pantanal</u> .....	95
2.2.2. <u>Território da Galícia</u> .....	107
2.2.3. <u>Território do Mutuca</u> .....	117
<b><u>Capítulo III - Água Formação</u></b> .....	131
3.1. <u>Água Identitária</u> .....	135
3.1.1. <u>Mulheres da Água Doce</u> .....	135
3.1. 2. <u>Mulheres do Mar</u> .....	143
3.1.3. <u>Mulheres do Cerrado</u> .....	151
3.2. <u>A Água Mítica</u> .....	155
<b><u>Capítulo IV - Terra Amparo</u></b> .....	171
4.1. <u>Chão Batido</u> .....	171
4.2. <u>Terracota</u> .....	179
<b><u>Capítulo V - Fogo Transformação</u></b> .....	198
5.1. <u>Fogo Mnemosine</u> .....	198
5.2. <u>Fogo Fátuo</u> .....	211
<b><u>Capítulo VI - Ar Reformação</u></b> .....	222
6.1. <u>Ar Essencial: As aprendizagens do corpo</u> .....	222
6.2. <u>As aprendizagens da Natureza</u> .....	234
6.3 <u>Ar Essencial: Algumas considerações</u> .....	242
<b><u>Referências</u></b> .....	255

## Lista de ilustrações

<u>FIGURA 1 - "O QUE VI NA ÁGUA" 1938 FRIDA KHALO (1938)</u> .....	15
<u>FIGURA 2 - HOMEM VITRUVIANO</u> .....	26
<u>FIGURA 3 - "COMPOSÉ DA VIDA"</u> .....	27
<u>FIGURA 4 - OS TRÊS TERRITÓRIOS DA PESQUISA</u> .....	91
<u>FIGURA 5 - O LARGO TOMADO PELAS ÁGUAS DA CHEIA DO PANTANAL E PELAS PLANTAS AQUÁTICAS QUE FLORESCEM NESSE PERÍODO</u> .....	99
<u>FIGURA 6 - ENTRADA DA COMUNIDADE SÃO PEDRO, À PRIMEIRA VISTA ESTÁ A IGREJA QUE DÁ NOME À COMUNIDADE</u> .....	100
<u>FIGURA 7 - FESTA DE SÃO PEDRO EM JOSELÂNDIA</u> .....	102
<u>FIGURA 8 - CAMINHO PARA JOSELÂNDIA DURANTE A CHEIA</u> .....	103
<u>FIGURA 9 - ENTREVISTA COM AS MULHERES DE JOSELÂNDIA</u> .....	106
<u>FIGURA 10 - FAROL DE HERCULES, CONSTRUÍDO NO TEMPO DO DOMÍNIO ROMANO NA GALÍCIA</u> .....	109
<u>FIGURA 11 - MANIFESTAÇÃO DE PALAVRAS DE ORDEM POLÍTICA, ANÔNIMA, NAS PAREDES NAS VIAS PÚBLICAS DA GALÍCIA</u> .....	113
<u>FIGURA 12 - MAR DA GALÍCIA E AO FUNDO A CIDADE DE A CORUÑA</u> .....	114
<u>FIGURA 13 AS CASAS CONSTRUÍDAS PELO PROJETO FEDERAL "MINHA CASA MINHA VIDA". FOTO: ROSANA MANFRINATE/2016</u> .....	124
<u>FIGURA 14 - MULHERES EM JOSELÂNDIA VOLTANDO PARA CASA DEPOIS DO TRABALHO NA ROÇA</u> .....	137
<u>FIGURA 15 - MARISCADORA COM A ROUPA ESPECIAL PARA O INVERNO E O EQUIPAMENTO DE CATA DE MARISCOS</u> .....	150
<u>FIGURA 16 - ROÇA DE MILHO DANIFICADA PELA FALTA DE CHUVA E PELA ENTRADA DO GADO/MUTUCA</u> .....	176
<u>FIGURA 17 - ARMAZENAMENTO DE ÁGUA PARA FAMÍLIA EM GARRAFAS PET</u> .....	182
<u>FIGURA 18 - POÇO CAIPIRA/ JOSELÂNDIA</u> .....	188
<u>FIGURA 19 - POÇO ARTESIANO/MUTUCA</u> .....	189
<u>FIGURA 20 - FILTROS ECOLÓGICOS</u> .....	190
<u>FIGURA 21 - LAVAÇÃO DE ROUPA</u> .....	194
<u>FIGURA 22 - ALTAR EM DEVOÇÃO A SÃO BENEDITO</u> .....	206
<u>FIGURA 23 - TODAS AS FACES DE NOSSA SENHORA</u> .....	209
<u>FIGURA 24 - CAIXA PARA ARMAZENAMENTO DE ÁGUA</u> .....	216
<u>FIGURA 25 - MARISCADORA DA PRAIA DE GROVE GALÍCIA</u> .....	224
<u>FIGURA 26 - MARISCADORA E SEU BRINCO</u> .....	225
<u>FIGURA 27 - MULHER E SOMBRINHA</u> .....	227
<u>FIGURA 28 - CHINELOS DA LUTA</u> .....	228
<u>FIGURA 29 - PESQUISANDO EM JOSELÂNDIA</u> .....	229
<u>FIGURA 30 - ESTICANDO O ALGODÃO PARA TECER O FIO</u> .....	236
<u>FIGURA 31 - COZINHA QUILOMBOLA</u> .....	239
<u>FIGURA 32 - MARISCADORAS ENTRANDO JUNTAS NO MAR</u> .....	240

## Lista de Tabelas

Tabela 1 – Mulheres de Joselândia .....	106
Tabela 2 – Mulheres da Galícia .....	117
Tabela 3 – Mulheres do Quilombo .....	129

## DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho a todas as mulheres da minha família, do galho mais antigo da árvore genealógica aos brotos que ainda estão por vir. Em especial a minha mãe por ser uma mulher maravilhosa e a minha querida sobrinha Ana Elisa, por ser ainda uma mulher em formação e estar cheia de possibilidades.*

*Ao meu pai Israel Manfrinate e a meu sobrinho André, os quais as lembranças da convivência amorosa e alegre diminuem a saudade.*

*Aos meus queridos filhos Thiago e Pedro, por me fazerem completa e feliz.*

*As mulheres das comunidades nas quais trabalhei, na esperança de que dias melhores e mais justos não tardarão a chegar.*

## AGRADECIMENTOS

Nem sempre conseguimos transpor palavras a importância das pessoas em nossa vida, agradecer o que fizeram. Arrisco apenas dizer obrigada, torcendo para que quem o receba sinta tudo que significou nessa minha travessia acadêmica e de vida.

Assim, agradeço à Professora Michèle Sato por proporcionar a oportunidade do doutorado e, também, pela caminhada e orientação durante esses 10 anos que faço parte do Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, tal vivência é minha base de conhecimento e sonhos com um outro mundo possível.

Sou extremamente grata à banca composta pelas Professoras Doutoras Débora E. Pedrotti Mansilla, Imara Pizzato Quadros, Ruth Cristina Domingos da Palma e pelo Professor Doutor Ronaldo Senra, pelo cuidado com que leram a tese e pelas valorosas contribuições. Tais contribuições ajudaram a rever equívocos e esclarecer minhas ideias, melhorando muito o trabalho.

Faltam palavras para agradecer à Professora Doutora Araceli Serante Pazos, pela acolhida em Corunã, pelo cuidado com a pesquisa, pelas orientações em relação às mariscadoras da Galícia, bem como por todo o apoio e dedicação durante os 4 meses de estadia na Espanha.

As minhas amadas amigas Lucia Shiguemi Kawahara Denize Aparecida Rodrigues de Amorim, sinto vergonha de dizer-lhes apenas obrigada, pois vocês estiveram comigo do início ao fim do doutorado, na saúde e na doença (que foram muitas e tristes), na riqueza e na pobreza, respeitando, amando... Desejo que a morte ainda demore a chegar, pois temos muito que viver e conviver.

Agradeço a companhia e a cumplicidade da querida Giseli Della Nora, não poderia ter tido companheira melhor para o doutorado, fosse aqui ou na Espanha. Entre entrevistas, estudos e artigos, nasceu uma grande amizade que, com certeza, durará para sempre.

Meu muito obrigada ao Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte, tanto a velha guarda como a novíssima galera, pela oportunidade de conhecer o trabalho coletivo e partilhar sonhos.

Agradeço também a Coordenadoria de Pós-Graduação em Educação pelo apoio e sempre pronto atendimento. Aos técnicos da coordenação, pela ajuda com os

documentos, pelos e-mails, esclarecimento de dúvidas, informações e pronta disposição para resolver qualquer problema, facilitando muito nossa vida como estudantes.

Serei sempre grata à Universidade de La Coruña pelo acolhimento e disponibilidade da infraestrutura para tornar nossa pesquisa possível na Espanha, disponibilizando acesso às bibliotecas, equipamentos e escritório.

Gratidão à Capes pela oportunidade do Doutorado Sanduíche na Espanha, experiência com a qual aprendi muito. À FAPEMAT e CNPq pelos projetos que tornaram possíveis as viagens de pesquisa de campo tanto ao Pantanal quanto ao Quilombo do Mutuca.

Gostaria muito de agradecer a cada mulher que parou um pouco de sua vida para me conceder entrevista, sem pedir nada em troca, apenas pela vontade de colaborar com a pesquisa.

Obrigada às comunidades de Joselândia no Pantanal, à Associação Mutuca no Quilombo de Mata Cavallo (Brasil) e às Confrarias de Pescadores e Mariscadoras da Galícia (Espanha).

À Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso – SEMA, por tornar possível meu afastamento para dedicação exclusiva ao doutorado.

“Obrigadinha” aos Mentores Espirituais que zelam por mim, um beijo especial em Nossa Senhora Aparecida pela força de sempre e um “obrigadíssimo” a Deus por tornar tudo isso possível.

E, enfim, quero agradecer a minha família. Obrigada a minha mãe Ercila pelo apoio total e incondicional, as minhas irmãs Regiane e Rosângela, as minhas sobrinhas, Ana Elisa, Rafaela, Gabriela, e ao meu cunhado Carlos Antônio por fazerem parte dos meus dias.

Agradeço aos meus queridos filhos Pedro e Thiago, por conseguirem conviver comigo nesse período difícil em que muitas vezes foram colocados de lado em favor da tese e, mesmo assim, me presentearam com muito amor e carinho.

Gostaria de agradecer por ter convivido com dois homens especiais, meu pai Israel Manfrinate, que entre outras coisas me ensinou também o amor pela leitura, e meu sobrinho André Luiz Manfrinate que sempre foi uma presença feliz e amorosa em minha vida. Ambos iniciaram comigo a caminhada do doutorado, mas infelizmente já

não estão de corpo presente em seu término. Sei, contudo, que em coração e pensamento estaremos sempre ligados.

**FONTES DO IMAGINÁRIO E DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL:** Cartografia e justiça climática nas águas e sentidos das mulheres pantaneiras, quilombolas e mariscadoras.

**RESUMO:**

Esta tese é fruto de uma pesquisa fenomenológica em Educação Ambiental, envolvendo três identidades de mulheres: 1) as pantaneiras de Joselândia, no município de Barão de Melgaço, MT, por ser uma região que vive do fluxo das águas doces; 2) as quilombolas de Mutuca, no município de Nossa Senhora do Livramento, MT, no cerrado da seca com transição para o Pantanal; e, 3) as mariscadoras de alguns pontos marítimos da região da Galícia, na Espanha. São territórios cujos habitantes se inter-relacionam fortemente com o ambiente e, com isso, construímos nossa pesquisa, acatando a premissa de que as mudanças climáticas já são sentidas no nosso cotidiano e que o ser humano possui influência direta ou indireta nas alterações planetárias. Assim, procuramos compreender quais são os processos de injustiças ambientais que agravam as consequências das Mudanças Climáticas no cotidiano das mulheres das comunidades tradicionais (Brasil e Espanha), principalmente em relação a água, visando bases para reflexão sobre a construção da Educação Ambiental aliada à Justiça Climática. Acreditamos que os conhecimentos orgânicos e as percepções dessas mulheres podem contribuir à construção de uma Educação Ambiental aliada aos princípios da Rede Internacional de Justiça Climática. A metodologia vem acompanhada pelas táticas da Cartografia do Imaginário de Michèle Sato que se ancora em Gaston Bachelard e na metáfora dos quatro elementos: Água, Terra, Fogo e Ar. As mudanças climáticas aparecem nas narrativas como um fenômeno desconhecido, apesar das suas consequências já serem percebidas. Compreendemos que mesmo antes do fenômeno climático ser amplamente divulgado, as mulheres já enfrentavam os conflitos atmosféricos, principalmente os relacionados ao uso e acesso à água, pois vivem em baixas condições econômicas e sociais, em situações de, de vulnerabilidade e de injustiças climáticas. As narrativas também apontam que muitos dos problemas estão ligados aos preconceitos sexistas, os quais poderão piorar com as consequências das mudanças climáticas para tais mulheres. Acreditamos que a Educação Ambiental é uma proposta pedagógica que pode acolher a diversidade de sentidos das relações

de gênero e do meio ambiente à construção de políticas públicas. Uma política que respeite as complexidades culturais, ecológicas e imateriais, acolhendo o imaginário e a construção dos sentidos para todos e, nesta tese em especial, com a inclusão das mulheres de maneira mais justa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Ambiental. Mulheres. Mudanças climáticas. Justiça Climática. Água.

## **SOURCES OF THE IMAGINARY AND THE ENVIRONMENTAL EDUCATION:**

Cartography and climatic justice in the waters and senses of pantaneiras, quilombolas and shellfishers women.

### **Abstract:**

This thesis is the result of a phenomenological research in Environmental Education, involving three identities of women: the pantaneiras of Joselândia, in the municipality of Barão de Melgaço, MT, because it is a region that lives through the flow of fresh water; 2) the quilombolas of Mutuca, in the municipality of Nossa Senhora do Livramento, MT, in the cerrado of the drought with transition to the Pantanal; and, 3) the shellfishers from some of the maritime points in the region of Galicia, Spain. They are territories whose inhabitants are strongly interrelated with the environment and, with this, we construct our research, accepting the premise that the climate changes are already felt in our daily life and that the human being has direct or indirect influence on the planetary changes. Thus, we seek to understand the processes of environmental injustices that aggravate the consequences of climate change in the daily life of women in traditional communities (Brazil and Spain), mainly in relation to the water, aiming bases for reflection on the construction of Environmental Education allied to Climate Justice. We believe that the organic knowledge and perceptions of these women can contribute to the construction of an Environmental Education allied to the principles of the International Network of Climate Justice. The methodology is accompanied by the tactics of Cartography of the Imaginary of Michèle Sato anchored in Gaston Bachelard and in the metaphor of the four elements: Water, Earth, Fire, and Air. Climate change appears in narratives as an unknown phenomenon, despite its consequences are perceived. We understand that even before the climatic phenomenon was widely publicized, women were already facing atmospheric conflicts, especially those related to the use and access to water, because they live in low economic and social conditions, in situations of vulnerability and climatic injustices. The narratives also point out that many of the problems are linked to sexist biases, which could worsen with the consequences of climate change for such women. We believe that Environmental Education is a pedagogical proposal that can accommodate the diversity of meanings of gender relations and the natural environment to the construction of public policies. A policy that respects cultural, ecological and immaterial complexities, accepting the imaginary and the construction of the senses for all, and in this thesis in particular, with the inclusion of women more fairly.

**Keywords:** Environmental Education, Women, Climate Changes, Climate Justice, Water.



*Enão sou mais que a infância. Nem pretendo ser outra.  
Ah, se soubésseis! Ter escolhido um mundo, este em que vivo.  
Ter rituais e gestos e lembranças. Viver secretamente.  
Em sigilo permanecer aquela, esquiva e dócil.  
Querer deixar um testamento lírico.  
E escutar (apesar) entre as paredes  
Um ruído inquietante de sorrisos.  
**Hilda Hilst /Testamento Lírico***

## **Capa Introdução**

Composé “**O que aprendi com a chuva**”, procurei representar a descoberta do mundo da pesquisa, do meu caminhar de mulher e estudante, do se arriscar em “se molhar” com teorias, vivência e partilhas. Apesar de ser momento pessoal, introduzo pequenos elementos já como indícios da minha pesquisa: As conchas em relação as mariscadoras, os cocos de babaçu muito utilizado pelas quilombolas e a flor dos águas pés muito comum no período de cheia do Pantanal.

**Hilda Hilst.** foi uma ficcionista, cronista, dramaturga e poeta brasileira, considerada pela crítica especializada como uma das maiores escritoras em língua portuguesa do século 20. No poema “Testamento Liríco”, Hilst narra a sua biografia, não como acontecimentos mas como escolhas que seguiu, por isso o trouxe, pois acredito que essa tese seja fruto das escolhas que segui durante toda a vida, e fui encontro aconchego em outras pessoas que comigo compartilhavam de escolhas parecidas. [www.hildahilst.com.br](http://www.hildahilst.com.br)

## Introdução: o que aprendi com a chuva

Início este texto assinalando para a subjetividade do pesquisador, destacando que é significativo, para o Grupo Pesquisador em Educação Ambiental Comunicação e Arte – GPEA, que o mesmo se coloque em presença e intimidade, evidenciando qual é sua posição e por qual razão realiza algumas escolhas de pesquisa, algo que está para além dos aspectos epistemológicos, uma vez que abarca o mundo vivido.

Tendo em vista essa compreensão, trago uma reflexão íntima de um mundo que começa, penso eu, muito antes da construção da identidade de pesquisador e que vai, aos poucos, se tornando maior, até chegar ao nosso momento atual e que me apresento como pesquisadora.

Frida Khalo, em sua obra intitulada “O que eu vi na água”, de 1938, retrata seu mundo pessoal, imaginário, com suas dores e descobertas. A água foi o meio imaginário que possibilitou para a artista, a realização dessa viagem ao seu próprio ser. A água era o elemento próximo a Khalo, com sua clareza permitia com que ela entrasse em seu próprio mundo.

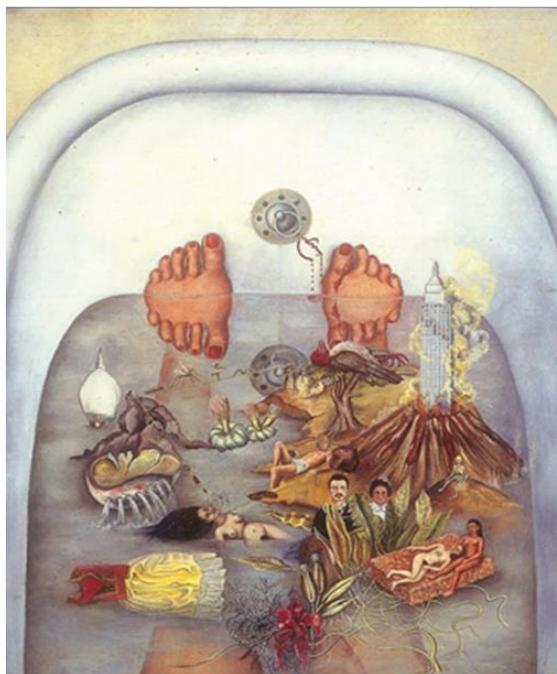


Figura 1 - "O que vi na água" 1938 Frida Khalo (1938)  
disponível em [www.fridakahlo.org](http://www.fridakahlo.org)

Diferente de Khalo, de todos os elementos, a água era o mais distante de mim. Filha de Mãe e Pai zelosos, sempre fui afastada dos perigos das praias, rios, riachos, cachoeiras e até piscinas. Nadar é para peixes e não para pessoas. Chuvas inflamavam meus ouvidos e garganta, molhar os pés em poças de água sempre foi algo fora de questão!

Assim, não construí intimidades com a água, nosso relacionamento sempre foi, essencialmente, para o uso cotidiano, sendo utilizada para o banho, desde que morna, filtrada no copo e misturada ao detergente para limpeza.

Talvez o único desfrute que me permitia com tal elemento era, em alguns momentos, quando estava no comando da mangueira, enquanto aguava as plantas da minha mãe. Nesse momento, ao apertar o esguicho e mirar o sol via se formar um pequeno arco-íris, uma pequena cortina de cores translúcidas, uns segundos mágicos que acabavam em bronca materna, lembrando sobre os valores de contas a pagar.

Desse modo, nunca boiei na flor d'água e a me deixei levar, nunca me mirei no espelho d'água e tentei me enxergar por dentro, e talvez, por isso, nunca até então, tivesse dado valor ao devaneio da água. Devaneio aquático que Bachelard (2003) considerava transitório, uma vez que atravessa a vida e a morte das certezas a todo o momento.

Essa transitoriedade da água me despertou de uma forma bem corriqueira, em uma pesquisa de campo<sup>1</sup>, em um dia de chuva, em que todos reclamávamos da pesquisa porque era um dia “ruim”. O fato de chover trouxe incômodo aos pesquisadores envolvidos, tal incômodo, observado pela nossa orientadora, foi motivo de uma fala que nos chamava a atenção: “dia de chuva é dia “bom”, pois chove”!

Aquela afirmação, era contrária a tudo que tinha ouvido a minha vida toda (“leve o casaco que vai chover”, “feche a janela, que vai chover”, “abra o guarda-chuva que vai chover”, “fique em casa e durma porque vai chover”), contradizia com a afirmativa: “hoje é um dia bom, pois chove”. Era como se dissesse “abra bem os olhos e perceba o mundo, que perceberá sua pesquisa. Vida, mundo e pesquisa podem se renovar com as águas da chuva.

O nosso mundo cartesiano das coisas práticas, dos dias planejados, do asfalto, da roupa, dos escritórios e das salas de aulas fechadas, das cidades, não

---

<sup>1</sup> Essa experiência se refere a uma viagem de campo ao Pantanal do Grupo Pesquisador em Educação Ambiental Educação e Arte, durante o Projeto “Ciência e Cultura na Reinvenção Educomunicativa”, no ano de 2012 durante uma intervenção da Professora Orientadora Michèle Sato.

combina com a chuva ou com a água. Nele, a água é escondida, e aprisionada em tubulações, passa a ser “invisibilizada” no nosso dia a dia.

Contudo, pensar a água sempre foi uma preocupação relacionada à consciência ambiental, afinal, é uma preocupação mundial, ora devido à escassez, ora devido aos problemas ocasionados pelas enchentes. Embora tais sentidos tenham sido recorrentemente apontados como pertinentes à população, nunca observei que o mundo também era água. Para mim, a água, no máximo, era uma necessidade, apenas um ciclo simplificado como nos adverte o pensamento exposto a seguir:

A água, afinal, não cabe naquela simplificação típica dos livros didáticos, e que comanda o imaginário dos cientistas, em que uma superfície líquida submetida à radiação solar transforma-se em vapor e, depois, em nuvens que se condensam e precipitam, dando origem a rios e lagos e outras superfícies líquidas que submetidas à radiação solar, enfim, o ciclo da água. Ciclo abstrato, até porque ignora que aquele que desenha o ciclo da água, assim como aquele que está desaprendendo o que, assim, não é o ciclo da água, são seres humanos que, eles mesmos, enquanto seres vivos que são, contém em seus corpos, em média, mais de 70% de água. Quando transpiramos ou fazemos xixi estamos imersos no ciclo da água. O ciclo da água não é externo a cada um de nós, passando por nossas veias materialmente e não só literalmente – nosso sangue é, em 83%, água. E não só: quando nos sentamos à mesa para comer deveríamos saber que o cereal, a fruta e o legume não só contém em si mesmos água, como também todo o processo de sua produção agrícola envolveu um elevado consumo de água (PORTO GONÇALVEZ, 2006 p. 417).

Naquele dia de pesquisa na chuva, com uma afirmação que ficou retida em meu pensamento, a água deixou aos poucos de ser elemento distante e foi tomando contornos imaginários (BACHELARD, 2002) do algo que se materializa na profundidade da morte das certezas e renasce para a vida.

Já não somos os mesmos quando tomamos a dúvida como perspectiva material, isso ficava nítido como a chuva. Tinha muito da água para conhecer, uma infinidade de sentidos para abarcar, necessitava de renovação reconhecida a partir de então como:

Uma gota de água poderosa basta para criar um mundo e para dissolver a noite. Para sonhar o poder, necessita-se apenas de uma gota imaginada em profundidade. A água assim dinamizada é um embrião; dá à vida um impulso inesgotável (BACHELARD, 2002, p.10).

E essa renovação possibilitou outras formas de olhares sobre a água, e da água sobre mim. Já havia passado pelo mestrado em 2011, com pesquisa que tematizava mulheres quilombolas de Mata Cavalo, no Município de Nossa Senhora do Livramento em MT. Nesse contexto, destaquei que tais mulheres lutavam para ter

o direito de viver e partilhar a terra que seus avós lutaram para deixar como herança para elas.

Em tal pesquisa evidenciei o poder e a luta das mulheres, que se estabeleciam pela educação e pela relação com o ambiente. Atualmente, reconheço que, naquela época, a preocupação da pesquisa era a terra, o território, inclusive pela minha falta de envolvimento com a água, e pela minha visão sobre a terra como algo que possibilita segurança. Mesmo porque a terra é a materialidade da dureza, da energia do contra, da luta, é a matéria da dureza como força (BACHELARD, 2008, p.19).

Entretanto, essa forma de entender o território foi se modificando e nele, agora e totalmente, se inclui a água, que em sua mistura com a terra através da mão humana vira massa modeladora da forma (BACHELARD, 2008) incluindo assim, a forma como ela é entendida e como a comunidade se relaciona com ela e nela, pensamento sugerido por Porto Gonçalvez (2006).

Sobre várias formas, a água está presente na vida dessas comunidades, e com uma força imensa, ela também é motivo de luta e de vida. A casa é construída na terra, mas vive pela água, e na água que Bachelard nos mostra a beleza das moradas que não podem ser dispensadas:

Nasci numa região de riachos e rios, num canto de Champanhe povoado de Várzeas, as mais belas das moradas estaria para mim na concavidade de um pequeno vale, a margem da água corrente [...] meu prazer ainda é acompanhar o riacho. Mas a terra natal é menos que extensão que uma matéria; é granito ou uma terra, um vento ou uma seca uma água ou uma luz (BACHELARD, 2002, p.09).

A partir dessas constatações, novas pesquisas se iniciaram, e aqui chamo a atenção para a atuação do Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte – GPEA, da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, que aparece neste contexto como esse espaço que oportunizou, o que, para mim, representa a construção do conhecimento e o crescimento intelectual dos quais sinto necessidade, para lidar com minhas dúvidas existenciais, para compreensão do mundo e suas transformações, para ser uma melhor profissional, bem como para ser uma melhor pessoa.

O que mais chamou a minha atenção foi que o GPEA possui como característica fundamental a pesquisa em comunidades, priorizando a troca de saberes e conhecimentos para o fortalecimento da Educação Ambiental no Estado de Mato Grosso e no Brasil. Seu compromisso é como a participação e a transformação

social. Além disso, as pesquisas sempre estão interligadas ao trabalho de campo em partilha em que se concebe o diálogo associado à militância:

Somos os estudiosos do Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA), que se aventuram nos territórios mato-grossenses, tentando interpretar o mosaico humano em contato com o ambiente. Construimos sonhos para “um outro mundo possível” por meio de políticas públicas, aliando conceitos, teorias e campos epistemológicos; tateando, prática, criando métodos errando e construindo atos praxiológicos, mas que, no fundo, buscam alicerçar a pesquisa no substrato axiomático de valores, fé, ideologia e ética de quem não se cansa em tentar combater as injustiças sociais (SATO, 2013, p. 462).

Entendo que a atuação em Educação Ambiental, como educadoras e educadores nesse grupo, ultrapassa os limites de uma disciplina ou de ações desfocadas. Portanto, não delegamos a ela o incômodo papel de ser a grande solucionadora de problemas ambientais e nem a entendemos como alicerce político pedagógico, mas como ela,

Relaciona-se com várias áreas do saber, implica em campos ideológicos e políticos, e traz conflitos ao lado de solidariedade. Implica em mudanças, sobretudo à luz das injustiças sociais sempre relacionadas com a degradação ambiental. Não há como considerar Educação Ambiental apenas pelo viés social, ou apenas pelos componentes naturais. São duas dimensões interligadas, que se complementam oferecendo uma magnitude de difícil conceituação. E, por isso mesmo, exige reflexões constantes na maturidade política de nossas esperanças à construção da sustentabilidade planetária (SATO, 2006).

A nossa visão de Educação Ambiental então, só existe na multiplicidade. A Multiplicidade ora destacada é a alcançada pelos estudos de Deleuze e Guattari (2004), que a concebem não apenas como um conceito que se dispõe com ideias primeiras variadas e ordenadas a surgirem a partir de eventos, mas sim, a multiplicidade, possível a partir dessa ideia primeira, multiplicando-as em diferentes planos. O que antes era o uno torna-se o desdobramento de novos eventos, como uma linha de fuga para o estrangulamento do pensamento cristalizado nas certezas (DELEUZE e GUATTARI, 2004)<sup>2</sup>.

Esses planos tomam vários sentidos como a arte, as ciências e a vida com infinitas possibilidades. A esses novos planos das multiplicidades quando transformados em conhecimentos, ou seja, em imagens do pensamento são o que Deleuze e Guattari (2004) denominaram de **a imanência** do ser. É possível que de

---

<sup>2</sup> *Ibidem*

um evento se tenha uma série de imanências, daí a multiplicidade do conhecimento, e a impossibilidade do UNO, pois:

O plano de imanência toma do caos determinações, com as quais faz seus movimentos infinitos ou seus traços diagramáticos. Pode-se, deve-se então supor uma multiplicidade de planos, já que nenhum abraçaria todo o caos sem nele recair, e que todos retêm apenas movimentos que se deixam dobrar juntos (*Ibidem*, p. 67).

A Educação Ambiental nos oferece um novo significado do mundo, com múltiplas realidades e múltiplos sentimentos, mas que, também, exprimem múltiplas formas de solidariedade e comunhão.

E é na multiplicidade da Educação Ambiental que entrelaçamos a pesquisa em gênero, focando o espaço de comunidades tradicionais. Trabalhar essa temática é considerar o preconceito, os estereótipos, os desejos e os mundos de mulheres que, sob muitas formas, ainda estão invisibilizadas para nossas políticas. Nesse sentido, entendo que quando pesquiso, estou em campo, pesquiso também minha vida, minha forma de ser mulher, questiono situações das minhas entrevistadas, assim como questiono questões referentes à minha vida.

O tema pesquisado apareceu de forma natural, desde o mestrado, e reflete muito da minha história de vida. Venho de uma grande família de mulheres, poucos homens. Convivi sempre com avó, tias, primas, tenho apenas duas irmãs e minha mãe influenciou muito minha vida. Embora não desconsidere a influência do meu pai, sempre presente, reconheço que elas sempre estiveram à frente, meu mundo sempre girou em torno do mundo entendido pelo viés da mulher.

Contudo, mesmo nessa família de mulheres, não podemos entender que um mundo sem machismos tenha emergido, muito pelo contrário, eram mulheres de coragem, que criavam os filhos, trabalhavam, tinham autonomia para se separar dos maridos quando necessário, todavia, ao mesmo tempo, cobravam comportamentos próprios de mulheres “direitas”, cuidando das virgindades das filhas. Nesse aspecto, viviam a luta diária entre o preconceito de ter que ser uma mulher independente diante de um mundo de difícil acesso às mulheres e ao passo que colaboravam com esse mundo. De uma forma ou de outra, talvez com mais liberdade, com uma visão bem mais feminista que minhas queridas parentas, não tenho dúvida que, no decorrer da minha vida adulta, tenha me tornado uma delas.

Cuidar dos filhos, trabalhar, ser independente não só financeiramente, mas nas escolhas, foi o caminho que assumi para a vida, contudo, acredito que tal caminho

não deva ser invisibilizado, entendo a importância de pesquisa em minha vida, partilho vidas com minha vida, e busco, desse modo, mais compreensão entre o meu mundo e o de quem pesquiso. Assim, esse mundo das mulheres, esse mundo que também me pertence, sempre me fascinou não só como pesquisadora, mas também como pessoa que aprende com a própria vida, como bem nos sugere Freire: “Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, sem aprender a refazer, a retocar o sonho por causa do qual a gente se pôs a caminhar” (FREIRE, 1994, p. 155).

Nesse ponto, acredito que a água deixou-me ver como me ligo a esse mundo feminino e o que esperam de mim como mulher, mãe, pesquisadora e profissional. Ao passo que tento responder a mim mesma o que quero de mim como mulher, mãe, pesquisadora e profissional.

Mesmo sabendo que existem inúmeras formas de linhas de estudo sobre gêneros, mulheres e feminismos, optamos por não dispensar estudos importantes de feministas marxistas como da autora Saffiotti (2006), que ao compreender a mulher, também dentro de uma perspectiva de classe, busca um diálogo com a história do silêncio imposto às mulheres, conforme trabalham Perrot (2007) e Scott (1990).

Consideramos, igualmente, no diálogo com a pós-modernidade a partir de Butler (2003), entender a materialidade do corpo; e mediante as contribuições de Louro (1999) problematizar como a educação se materializa nos corpos educados. Além disso, consideramos tantas outras pensadoras com as quais partilhamos as páginas deste trabalho e a construção do nosso pensamento.

A escolha por um doutorado em Educação Ambiental se deve a minha área de atuação profissional. Sou servidora pública de carreira da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) e, estando na Superintendência de Educação Ambiental, algumas questões demandavam de profundo conhecimento e reflexões nesta área, algo possível tanto no mestrado quanto no doutorado.

Por isso, logo que terminei o mestrado continuei no GPEA, como pesquisadora, e entrei para o projeto “Ciência e Cultura na Reinvenção Educativa”, no qual o GPEA entrava em 2009 em parceria com o Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP) que coordena o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Áreas Úmidas (INAU).

O território de pesquisa do INAU foi ampliado, do Quilombo de Mata Cavalo passamos a seguir em direção ao Pantanal Mato-grossense, mas especificamente na comunidade de São Pedro de Joselândia. A temática das pesquisas do GPEA sempre é ampla na área de Educação Ambiental e, especificamente, a minha colaboração se dá com a problematização acerca das temáticas: mulher, trabalho e ambiente.

No ano de 2013, as temáticas de pesquisas do GPEA se voltavam para as investigações sobre as mudanças climáticas, no intuito da busca por Justiça Climática. Nessa perspectiva, entendemos que ninguém deve sofrer maior impacto das mudanças climáticas por causa da sua condição de vulnerabilidade socioambiental. Desse modo, a Professora Michèle Sato justifica tal incorporação ao projeto:

Transcende o debate da mudança climática, incidindo o foco no modelo insustentável de desenvolvimento e conseqüente geração de desigualdades. Os efeitos drásticos desta alteração terão proporção, magnitude e escala de forma desigual e injusta, acometendo mais as camadas economicamente desprivilegiadas, os que vivem na periferia, aqueles que estão à margem da história ou de maneira inviabilizada pela sociedade competitiva e que ainda mantém o modelo de crescimento econômico como meta do bem-estar humano. Buscamos interpretar os conflitos socioambientais e os desastres relacionados às mudanças climáticas, identificando os grupos sociais que são mais acometidos por estes agravos, estudando suas táticas de lutas, seus mecanismos de resistência e de que modo conseguem enxergar um futuro mais feliz (SATO, 2016, p. 297).

Em 2014, ano do meu ingresso no doutorado, assim como da minha colega de período Giseli Della Nora, a Professora Michèle Sato iniciava seu pós-doutorado na Universidade da Coruña, na Galícia, Espanha, fortalecendo o intercâmbio internacional de pesquisas entre a Rede Lusófona de Educação Ambiental. O pós-doutorado intentava possibilitar a compreensão acerca dos mitos ligados ao mar no imaginário das mariscadoras galegas, indicando se tais mitos ainda influenciavam na vida dessas mulheres em suas atividades e nas eminentes conseqüências das mudanças climáticas.

Com a volta da Professora Michèle Sato ao Brasil, ainda no primeiro semestre de 2014, nossos projetos - tanto meu quanto da Giseli Dalla Nora -, foram elaborados na mesma forma que o projeto de pós-doutorado da Professora Michele Sato, sob a perspectiva da água e das conseqüências das mudanças climáticas, sendo modificados apenas os sujeitos de pesquisas.

Eu, como sempre, trabalharia as mulheres em três territórios distintos: O quilombo de Mutuca - dessa vez optei por trabalhar com a Associação Mutuca, ao invés da Associação de Mata Cavalo de Baixo -, a Comunidade de São Pedro de

Joselândia, no Pantanal, e com as Mariscadoras da Galícia, decorrente do intercâmbio já estabelecido entre a UFMT e a Universidade da Coruña.<sup>3</sup>

Assim, elegi como objetivo compreender quais são os processos de injustiças ambientais que agravam as consequências das Mudanças Climáticas no cotidiano das mulheres das comunidades tradicionais (Brasil e Espanha) principalmente em relação a água visando bases para reflexão sobre a construção da Educação Ambiental aliada a Justiça Climática.

Minhas entrevistadas foram, conforme já citadas: as mulheres Quilombolas de Mata Cavalo, descendentes de pessoas que foram escravizadas e que, hodiernamente, lutam pela posse de suas terras. Tais mulheres, vivem em uma região de cerrado, com pequenos rios perenes; as pantaneiras de Joselândia, que moram em um território isolado, de água doce, alagado praticamente por seis meses de cada ano, e nesse espaço devem construir seus saberes e suas vidas; e as mariscadoras que trabalham na extração dos mariscos nas praias da Galícia e que dependem do mar para viver.

Optar por essas três comunidades é entender como três ambientes diferentes respondem à mesma situação como as mudanças climáticas: Uma em situação de seca como o quilombo, outra em situação de meses de cheia como o pantanal e outra em situação de universo de água diferente como o mar. Entendendo a singularidade de cada local, de cada saber ali construído “num horizonte de mundo constituindo a decifração em colocar cada detalhe nos horizontes perceptivos que lhe convenha” (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 93).

O GPEA vem trabalhando sobre essa temática das mudanças climáticas, inclusive em projetos financiados pelas agências de Fomento como é o caso do projeto “Educação Ambiental às Mudanças Climáticas”, financiado pela Fundação de Amparo as Pesquisa do Estado de Mato Grosso – FAPEMAT 2014-2016, e com a Rede Internacional de Pesquisadores em Justiça Climática e Educação Ambiental. – REAJA, também com projeto aprovado e financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, em 2016.

De novembro de 2015 até março de 2016 foi estabelecida a continuação do intercâmbio das pesquisas com a Universidade da Coruña, na Galícia (Espanha), por

---

<sup>3</sup> Link <https://www.udc.es/>

meio do Bolsa Sanduíche de pesquisa, junto a Coordenadoria de Pós-graduação do Instituto de Educação e financiada pela Comissão de aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES) nível Doutorado Sanduíche no Exterior. Fomos recepcionadas pelo Grupo de Investigación Política Educativa, História e Sociedade, sendo a Professora Dra. Araceli Serante Pazos a Co-orientadora neste trabalho.

Seguimos para a pesquisa na Coruña eu e a outra estudante de doutorado Giseli Della Nora. Nos meses em que lá estivemos entramos no mundo da pesquisa acadêmica na universidade, conhecendo os principais teóricos Galegos sobre Mudanças Climáticas. Além disso, buscamos conhecer os temas Mariscadoras e Pescadores, participando das atividades de auxílio e orientação de trabalhos e colóquios acadêmicos de intercâmbios em Coruña e na Universidade de Santiago. Junto às comunidades de mariscadoras e pescadores fizemos nossas pesquisas de campo por meio de entrevistas e observações.

Findando esse período de pesquisa na Galícia, na volta para o Brasil, foi então o momento de elaboração de artigos e apresentação de colóquios no grupo de pesquisa GPEA. No ano de 2016 foram feitas viagens de pesquisa de campo, para mais entrevistas visando responder a alguns questionamentos que sempre surgem no momento da compreensão das informações coletadas.

A partir daí, seguiu-se o momento da escrita, no qual constava o desafio de andar pelos pingos da chuva, tocá-los um a um, na imanência (DELEUZE e Guattari, 2004) do meu aprendizado no doutorado. Houve a necessidade primeira de quebrar alguns velhos conhecimentos, entendê-los melhor, “cooptá-los” para o novo que poderia surgir. Um novo que não perdesse, entretanto, a minha essência, a essência do mundo que acredito pois “[...] o que fazemos tem seus princípios; e o Ser só pode ser apreendido como objeto de uma relação sintética com os próprios princípios daquilo que fazemos” (DELEUZE, 2001, p.128).

E um dos princípios que aprendi no GPEA foi desconfiar do Antropocentrismo que se assenta em nossa consciência, como uma ideia do “Homem” como o centro do universo, do qual saem as conexões com o mundo, marcado pelo individualismo, pela perfeição, pela racionalidade. Essa maneira de pensar está muito presente em toda nossa formação, uma vez que mantemos o ideal moderno da hierarquia, da verdade absoluta, do dualismo entre o certo e errado, da existência de pessoas mais

capazes que outras, e dessa maneira esse ideal serve de referências para tudo o que existe no mundo (GRÜN, 2002, p. 46).

Contudo, não foi apenas do conceito de Antropocentrismo que passei a desconfiar. A partir dos estudos sobre meio ambiente, conceitos sobre gênero, diversidade, cultura foram sendo reelaborado durante o doutorado. Pois, quem é o “Homem” ou quem são os “Humanos” (o termo mais atualmente usado) que estão representados pelo conceito de Antropocentrismo?

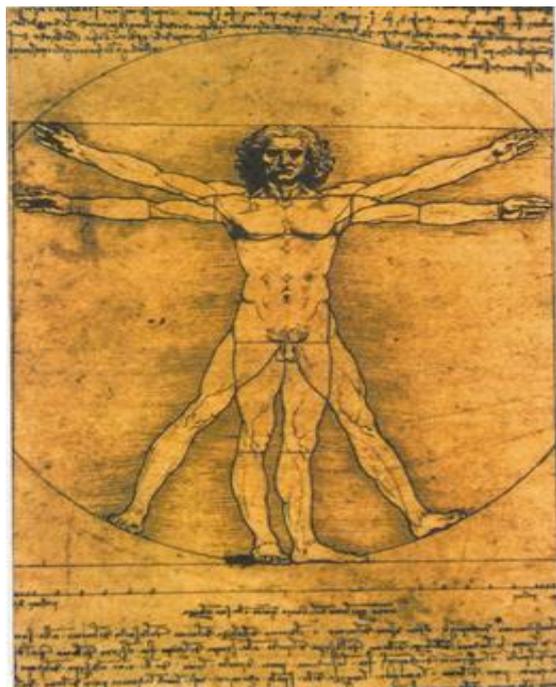
Como uma ideia vinda desde o século XIV, período de expansão europeia, o Antropocentrismo foi a marca da dominação do mundo masculino branco, europeu, com saber racional cartesiano, sobre as outras culturas dominadas e consideradas inferiores. Além disso, é preciso considerar os excluídos dentro da própria cultura europeia como as mulheres, os pobres e os estrangeiros (ARANHA e MARTINS, 1993). Podemos observar essa forma de pensamento antropocêntrico e eurocêntrico nos escritos de um dos filósofos mais importantes desse período.

Parece-me, entretanto que a própria natureza contribuiu para levar a isto sem o ensinamento. As maravilhas do universo fizeram automaticamente pensar em um Poder Superior. Viu-se uma criança, nascida surda e muda mostrar veneração à lua cheia. Conhecemos nações que não tinham aprendido nada de outros povos, temerem poderes invisíveis (LEIBNIZ, 1984, p. 32).

E uma das figuras que podemos usar para representar esse tipo de pensamento, é a imagem implementada por Da Vinci conhecida como o “Homem Vitruviano”.<sup>4</sup>

---

4 Obra de Leonardo da Vinci de 1490 considerado o símbolo do movimento cultural (Renascimento) desenvolvido na Europa entre 1300 e 1650. Da Vinci se inspirou no tratado para “Architectur” de Marcus Vitruvius Pollio, segundo o arquiteto, o corpo humano, com os braços e pernas estendidos, se ajustava perfeitamente ao círculo e ao quadrado. Da Vinci realizou a obra com suas próprias observações sobre a arte e a ciência e corrigindo-a adequando algumas medidas do desenho de Vitruvius para os possíveis movimentos do corpo humano criando o que ficou conhecido como a “Divina Proporção”. Assim, as proporções do “Homem Vitruviano” são consideradas perfeitas e se inserem no conceito clássico “divino de beleza” (MÁRIAS,1997).



**Figura 2 - Homem Vitruviano**  
disponível em Fonte: [www.academiadefilosofia.org](http://www.academiadefilosofia.org)

Essa obra destaca a figura de homem com traços caucasianos, em pleno vigor físico, dentro de um círculo com os braços estendidos. Da Vinci conseguiu implementar no corpo desse homem, medidas de proporções, mostrando assim a simetria entre as medidas, em que o umbigo no desenho original é a divisão exata do centro do círculo.

Este estudo não pretende questionar a importância dessa obra para o estudo do Renascimento Cultural, da matemática, da lógica ou até mesmo sobre os estudos do Cosmos, admiro tal obra em relação a sua genialidade. Entretanto, compreendo quando esta figura é usada e tomada como um grande ícone da modernidade, devemos entender que fora dela estão, os negros, as mulheres, as comunidades, o meio ambiente e tudo que não cabe em uma representação Antropocêntrica.

Escolho o afastamento dela, por querer também me afastar da centralidade e das certezas excludentes. Questiono assim, não só o Antropocentrismo, mas, do mesmo modo, os ideais da modernidade, com suas narrativas reguladoras, que visavam a emancipação pelas lutas de classe, ao passo que apontava para a técnica do desenvolvimento capitalista como principal conhecimento epistemológico (SANTOS, 1999).

O ser humano, não é para mim o centro do universo, nem seu cuidador ou salvador. É parte dele, assim como parte da natureza, que na maioria das vezes, ao contrário do “Homem Vitruviano”, não tem nenhuma simetria e nem pode ser entendida por um sentido lógico. Concordo com Deleuze e Guattari (2004) quando desenvolvem a metáfora do corpo sem órgão, que propõe o desfazer do que é imposto, da estrutura fixa de pensamento, da construção da imanência do saber. O corpo sem órgãos então está livre para ser ocupado por pensamento, por intensidades. “[...] Ele é matéria intensa e não formada, não estratificada [...] matéria igual a energia” (DELEUZE, 2002, p.13).

Refaço-me então como um corpo sem órgãos, pois, quando me emaranho na pesquisa em Educação Ambiental e Gênero, busco sair da estrutura fixa, realizo minha ressignificação do “Homem Ventruviano”. E para começar o diálogo, elaboro um *composé* de novas ideias:



**Figura 3 - “Composé da Vida”**  
Criação Rosana Manfrinate

E nesse *composé*, estou em compartilhamento com elementos, pessoas, situações que dentro da minha concepção de vida, além da herança e presença do homem ventruviano/da estrutura moderna, se complementam: natureza representada pelas flores, vegetação, água, rochas; o mundo do conhecimento teórico vindo dos livros; as mulheres e seus saberes e cotidianos num pote de barro; a união com a imposição das mãos.

Entendo que não estamos apenas em um círculo fechado, e sim, em uma ciranda, na qual, com as mãos dadas, rodopiamos e ficamos em várias direções, e que a qualquer momento outros podem entrar, pois: “[...] podemos imaginar que viver significa estar continuamente participando de reciprocidades de saberes, de aprendizagens. Viver e conviver é partilhar algo de bom para saber” (BRANDÃO 2013, p.102).

No centro de tudo isso está a questão “quem é você?” Que diz respeito não só a mim, mas a tudo e todos que rodam nessa ciranda. Entendo que, não existindo resposta única, mas várias, visto que vários e diferentes são os sentidos sobre os quais o Ser atua: “[...] o Ser é o mesmo para todas as modalidades, mas estas modalidades não são as mesmas. É da essência do Ser unívoco reportar-se as diferenças individualizantes, mas estas diferenças não têm a mesma essência (DELEUZE, 2002, p. 66).

Tudo isso em um fundo colorido que me alegra e me evoca lugares da minha cultura, sentidos que carrego comigo e ajudam a sentir-me segurança, não em relação ao caminho que pode ser aventureiro ou desconhecido, mas segurança no meu jeito de caminhar pelo mundo, me reconhecendo como sujeito da minha história e do meu aprendizado (FREIRE, 2004) dentro dos limites e desafios que isso possa trazer.

O Homem Vintruviano, também participa da nossa ciranda, ele é parte desse mundo, na sua exatidão, na sua branquetude e masculinidade, mas não significa mais a única referência, e sim, apenas uma delas. Sendo possível agora problematizar questões subjetivas, íntimas, como a vida e o cotidiano das mulheres em relação ao meio ambiente, e, igualmente, questões coletivas como os processos que decorrem em Mudança Climáticas.

Devo, entretanto, admitir que apesar do processo que venho realizando da ressignificação do mundo, a modernidade ainda é uma das minhas moradas, e forma imagens centralizadas e definidas, com desejos imutáveis e apenas contemplativos,

no que Bachelard (2002) chama da imaginação formal, centrada, estruturada em uma imagem entendida do que é realidade.

O meu olhar ainda carrega muito da imaginação formal que nos transforma apenas em espectadores, visto que minha visão está treinada nos “vícios oculares” (PESSANHA, 2007, p.15) que insistem em apontar ideologicamente a visão de mundo da pesquisa, de forma totalitária que traça com riscos firmes e definitivos tanto sobre as mulheres como a respeito da discussão sobre Mudanças e Justiça Climática.

Contudo, com o caminhar da pesquisa e das leituras, vou superando esse hiato e passo a olhar um tanto titubeante, com os olhos ainda frágeis em face da claridade repentina. Com esforço consigo apenas mirar a imagem das mulheres refletidas pelo espelho d’água, tal qual o sol visto pelos habitantes da caverna, que conforme Platão (2000) vão aos poucos se acostumando a luz ao ousar sair do espaço conhecido.

Tenho então os braços abertos para a um novo olhar, que me concebe o direito de contemplar as imagens refletida nas águas como imagens sobrepostas, que mudam tremulas ao sabor do vento, em um movimento criador, em busca da imaginação material (BACHELARD, 2002), que pensa o mundo para além da visão estática, mas que o sonha, o transforma enquanto ser que constrói relações. Assim, a modernidade resiste, mas transcende em um novo processo subjetivo que consegue acolher o coletivo e o individual como nos sugere Toro que esse novo olhar (2014, p. 12) “elimina uma série de tabus, de bases que são obsoletas, que são falácias, para abrir esta sociedade. E coloca novamente o indivíduo no centro desse sistema”.

Busco o sentido que dentro do mundo moderno fixo, esse novo olhar, considere que, centrado em suas representações, invoca o que não é representável, recusando o consenso do correto, “permitindo a experiência comum da nostalgia pelo impossível e inquire em novas representações, não para ter prazer nelas, mas para melhor produzir o sentimento de que existe algo irrepresentável” (LYOTARD, 1986, p. 8).

Compreendo com Lyotard (1986), que as mulheres da minha pesquisa, muitas vezes, são para a sociedade e para as políticas públicas, o não representável, o invisível. Assim como todos os processos que o meio ambiente sofre em nome de um

valor representável que é a industrialização, o capitalismo econômico e a exploração, aspectos que levam ao esgotamento do planeta e as Mudanças Climáticas.

Penso que foi importante, do mesmo modo, para entender o contexto da pesquisa, problematizar o conceito de como vemos o novo olhar sugerido por Santos (2001), o qual a entende como um novo paradigma que além dos elementos das ciências moderna, aceita novas temporalidades, novos saberes e subjetividades

Santos (2001) entende isso como um novo paradigma, uma vez que ele só foi possível à medida que os ideais da modernidade ainda focados no Iluminismo, como a racionalidade, liberdade, igualdade e o livre desenvolvimento capitalista se mostraram insuficientes, preconceituosos e até elitistas enquanto resposta às grandes questões da humanidade. Segundo esse autor, a

promessa de uma paz perpétua baseada no comércio, na racionalização científica dos processos de decisão e das instituições, levou ao desenvolvimento tecnológico de guerra e ao aumento sem precedentes do seu poder destrutivo. A promessa de uma sociedade mais justa e livre assenta na criação da riqueza tornada possível pela conversão da ciência em força produtiva conduziu à espoliação do chamado terceiro mundo e um abismo cada vez maior entre o Norte e o Sul (SANTOS, 2001, p. 56).

Santos reconhece, do mesmo modo, que a diversidade do mundo é inesgotável, o que impossibilita qualquer forma de epistemologia geral que intencione abarcar todo o conhecimento e realidade existente nessa diversidade. Para o autor então, é necessário que se constitua uma pluralidade metodológica a partir de um espaço-tempo-local, que abra diversas possibilidades de projeções para as ações humanas (SANTOS, 2005, p. 39).

Tanto Lyotard quanto Santos puderam oferecer condições de entender minha pesquisa para além de uma apropriação apenas econômica e de exploração do capital, mostrando que existem nuances e dimensões que devem ser consideradas, visto que estão fora da dimensão globalizante, e, por isso, não são representadas ou inclusas quando fazemos pesquisa sobre Mudanças Climáticas e suas consequências. Nesse ponto, consideramos as mulheres das comunidades, suas relações com a água e a Educação Ambiental enquanto centrais para a presente pesquisa.

Por esses autores e com a ajuda de Michel Serres, Judith Butler, Gilles Deleuze, Felix Guattari, Bruno de La Tour, Bauman, Stuart Hall, realizo uma aproximação das discussões acerca do novo, tentando extrair de cada um deles a ajuda necessária para que meus sentidos permitam compreender o que

ficou ofuscado, o inaudito pela ciência conservadora, a consideração necessária em busca da Justiça Climática.

Assumo, entretanto, que minha pesquisa é um flerte em relação a esse novo, visto que pousa em termos da modernidade e segue a estrutura acadêmica em que são visitados autores com ideais modernos que possuem a luta de classe e a busca da autonomia enquanto fios condutores de suas obras, entre eles: Paulo Freire; Carlos Rodrigues Brandão; Heleieth Safiotti.

Acredito que esses dois paradigmas não se anulam ou tornam o trabalho inconsistente. Ao contrário, se integram ao diálogo significativo, visto que abrem à reflexão sobre várias situações, algo que talvez não fosse possível caso optasse por um ou por outro. Entendo que esse as novas formas de conhecimentos olhar é calcada na modernidade, entre seus avanços e recuos, traz em si elementos modernos que se desdobram em novos, já que o pensamento novo resguarda indubitavelmente elementos do moderno (LYOTARD, 2002).

E em relação alguns termos que se redefinem, é importante que eu explicito como foram utilizados. O termo território, bem como territorialidade, ou mesmo terra são muito utilizados em todo o trabalho, isso porque acredito que o território seja o espaço de convivência em que se constrói a cultura, a história das mulheres que fizeram parte dessa pesquisa, espaço no qual se conjuga a parte física geográfica, com a simbologia do pertencimento e das relações de poder que existem. Nesse entender, “território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação” (HAESBAERT, 2009. p.95).

Neste trabalho, destaco uma forma de se pensar o território como um elemento que possui sua dinâmica do processo histórico, mas mesmo assim ainda fixo, central como na modernidade. E isso é significativo, pois as comunidades do Mutuca, Joselândia e da Galícia, se definem entre outros elementos pelo território que ocupam, pelas relações que são estabelecidas com esses territórios. Em suma, é nesse território que as mudanças climáticas estão sendo danosas para cada um desses grupos.

Utilizo, no presente estudo, também o termo desterritorialização, mas aqui com a acepção produzida no contexto, conforme assinalam Deleuze e Guattari (2004). A desterritorialização absoluta não como abandono do espaço físico, mas sim,

sendo concebido no plano de imanência do ser que nega imposições subjetivas, que se liberta para tomar novas formas de pensar.

Nesta pesquisa a desterritorialização então apoiada em Deleuze e Guattari (2004) sugere a não aceitação de um sistema de exploração do ambiente e o desenvolvimento da forma como é entendido dentro da estrutura capitalista como valor moral, cultural e tecnológico.

A não aceitação dessa estrutura capitalista, todavia, põe em risco toda a dinâmica das comunidades e sua relação com a natureza, pois não é feita de uma forma abrupta, com violenta ruptura. Pode ser delineado como um escapismo de forças, apesar da gaiola de ferro do mundo moderno (BAUMAN, 2003). É uma teima em garantir o que é histórico e tradicional, é o desconfiar do mundo tecnológico como resposta para todos os problemas. É, fugir das certezas que cristalizam o pensamento e negam a diversidade e outras possibilidades de vida, de crenças e de saberes.

Assim, em um mesmo espaço pode ser possível a luta pela permanência da posse do território como é o caso das mulheres quilombolas, das pantaneiras e até das mariscadoras, por exemplo, e nesse mesmo espaço ocorrer ainda a sua desterritorialização, na construção de um sentido para o pensamento que não seja submisso a algo imposto. E por não ocorrer de maneira forçada e radical Deleuze denomina tais processos de “linhas de fugas”:

Partir, se evadir, é traçar uma linha. [...] A linha de fuga é uma desterritorialização. Fugir não é renunciar às ações, nada mais ativo que uma fuga. É o contrário. É também fazer fugir, não necessariamente os outros, mas fazer alguma coisa fugir, fazer um sistema vazar como se fura um cano. [...] fugir é traçar uma linha, linhas, toda uma cartografia. Só se descobre mundos através de uma longa fuga quebrada (DELEUZE, 2001, p. 49)

Essas linhas de fuga, longe de serem intervenções ou processos mitigadores para as consequências das mudanças climáticas, são maneiras de pensar de cada comunidade no âmbito de suas singularidades, considerando seus saberes, valorizando sua própria cultura, as maneiras de aprendizagens e a dinâmica de inventar e reinventar a sua própria vida.

E esse reinventar da vida, não termina na desterritorialização e na linha de fuga, visto que, para Deleuze e Guattari (2004), todo movimento de desterritorialização implica em um movimento ainda de reterritorialização, que é a

volta ao território, o que eles chamam de ritornelo<sup>5</sup>, mas desta vez com mais consistência de quem já viu o mundo. É o retorno imbuído de forças, que pensa o futuro, que olha para si mesmo com mais intensidade, como expressão da vida. “O ritornelo pode ganhar funções, amorosa, profissional ou social, litúrgica ou cósmica: ele tem como concomitante uma terra, mesmo que espiritual, ele está em relação essencial com um Natal, um Nativo” (*IBIDEM*, 2004, p. 102).

Quando penso então sobre as mulheres da minha pesquisa e suas relações cotidianas com a natureza, principalmente em relação ao elemento água, acredito que aí estão as linhas de fuga e expressões dos Ritornelos significativos a serem considerados quando pensamos em políticas públicas que possam vir a ser base para a Justiça Climática.

Desse modo, compreendendo as linhas de fuga (desterritorialização) como saberes e práticas do cotidiano das mulheres que persistem, existem e se integram à natureza, apesar das pressões e exploração econômica do mundo moderno, possuímos a oportunidade de conhecer o processo educativo que significa o ritornelo (reterritorialização), que incide no processo de afirmação e de intenções de criação que são passados por meio da tradição e memória da comunidade. Conforme nos apresenta: “ritornelo é o ritmo e a melodia territorializados, porque tornados expressivos e tornados expressivos porque territorializantes. Não estamos girando em círculo. Queremos dizer que há um automovimento das qualidades expressivas” (*DELEUZE E GUATTARI*, 2004, 124).

E buscando também compreender como se dão as expressões dessas linhas de fuga e os Ritornelos no contexto desta pesquisa, trago ainda um diálogo com imaginário de Bachelard. Essa escolha se deu pois, acredito ser possível, entendermos a vida pelas construções mentais que criamos sobre a realidade, nosso imaginário sobre as coisas.

Encontro base nos escritos de Bachelard que nos sugere que a imagem ao ser criativa torna-se a razão aliada à sensibilidade. E pelas imagens conseguimos

---

<sup>5</sup> O Ritornello são barras dupla verticais, uma espessa e outra mais fina, acompanhadas de dois pontinhos e servem para indicar a repetição de um trecho musical. Indicam ainda quando um Instrumento deve acabar com o solo e deve entrar a orquestra (2002)

Na obra de Deleuze e Guattari (2004) ele ganha o sentido de um conceito filosófico. “Criamos ao menos um conceito muito importante: o de ritornelo. Para mim, o ritornelo é esse ponto comum. Em outros termos, para mim, o ritornelo está totalmente ligado ao problema do território, da saída ou entrada no território, ou seja, ao problema da desterritorialização.

entender de qual forma as linhas de fuga se materializam e quais questões elas representam, pois entendemos que:

A produção e a reprodução de imagem tecem sutilmente o acervo simbólico e imaginário na prática cotidiana. Nesse bojo imagético, residência de forças imaginárias, figuram imagens [...] que ecoam sobre variadas questões, inclusive sobre injustiças socioambientais (QUADROS, 2014, p.19).

E com essas considerações, elegemos como objetivo: compreender quais são os processos de injustiças ambientais que agravam as consequências das Mudanças Climáticas no cotidiano das mulheres das comunidades tradicionais (Brasil e Espanha), principalmente em relação a água, visando bases para reflexão sobre a construção da Educação Ambiental aliada à Justiça Climática.

Por entender que o imaginário e as linhas de fuga estão presentes na história de vida de cada entrevistada e que uma das contribuições desta tese está relacionada a colocar em evidência essas histórias de vidas tão gentilmente partilhadas na pesquisa, optei por escrever em tom histórico narrativo, que demonstra subjetividade, mas que não deixa de ser interpretado epistemologicamente, visto que apenas segue o caminho que escolhi como pesquisadora.

E mesmo com o tom histórico, a tese não deixa de ser cunhada para o tema da Educação, uma vez que são nessas histórias e subjetividade que está o saber que gostaríamos de conhecer, pois como alerta Sato (2009, p. 17) “Se a racionalidade for mesmo inteligente, ao invés de afastar a subjetividade, irá acolher a diferença, potencializando o diálogo entre elas. Por certo será um diálogo tenso, e oxalá fenomenologicamente inacabado [...]”. Dessa forma, com as narrativas, busquei tecer o emaranhado de vidas, que foram sendo construídos na tese.

Este trabalho se inicia com o solo epistemológico, no qual a pesquisa se assenta. Entre as escolhas sobre teorias e autores, delineio alguns aspectos que subsidiam a presente discussão. Identifiquei a necessidade de fazer um apanhado geral sobre as mudanças climáticas, vulnerabilidade ambiental e sobre a situação das mulheres. Entretanto, quando iniciei tal levantamento, foi possível compreender alguns problemas conceituais, pois a maioria dos trabalhos nessa temática foram desenvolvidos na área da geografia climatológica, sendo extremamente específico, o que tornava a leitura um tanto difícil e indigesta.

Historiadora de formação, busquei entender por outras fontes esse tal fenômeno, nunca deixando de lado todo o aparato técnico, que nos apresenta como

um conhecimento mais pontual. Contudo, interessava muito mais saber como socialmente chegamos a isso, do que sobre os números da temperatura que podemos chegar, os quais causam aflição a mim.

Dessa forma, tentei entender tal fenômeno pelos estudos dos processos históricos como a reforma protestante, apresentada por Max Weber (2004), e o processo de industrialização e a globalização pelo historiador Eric Hobsbawm (1995) além de outros. Dialoguei também com os estudos filosóficos de Michel Serres (2011) e Michel Maffesoli (2007) que fazem uma interessante compreensão da sociedade atual sob o estigma do desenvolvimento.

Procurei, igualmente, nesse solo, trabalhar o conceito de vulnerabilidade ambiental e de vulnerabilidade climática, os quais embasam todo o estudo, trazendo como isso afeta as comunidades e até alguns exemplos de como afeta a luta das mulheres em relação ao ambiente.

No solo metodológico está a forma de caminhar, a metodologia, e para isso foi escolhida a Cartografia do Imaginário de SATO (2011). Nesta tese, por meio da Cartografia do Imaginário, desenvolvo uma interpretação das narrativas. Para isso, foram realizadas entrevistas e perguntas abertas na pesquisa de campo, com o intuito de compreender como as mulheres se relacionam com a água e o que entendem por mudanças climáticas.

De tal modo, são apresentadas: a pesquisa de campo, bem como as perguntas e todas as viagens metodológicas necessárias para seguirmos com o estudo. Considero relevante ressaltar que me apoiei no aporte fenomenológico do imaginário, entendendo como os fenômenos se materializam no nosso imaginário, usando a poética das obras de Bachelard.

No solo praxiológico, apresento o mundo da pesquisa em si, das narrativas das mulheres entrevistadas, a relação das mesmas com o território em que vivem, sua identificação como mulheres, suas dificuldades. Nesse solo é ainda apresentada a forma como elas se relacionam com a água no cotidiano e quais os maiores problemas enfrentados. Para finalizar esse solo, trago o entendimento delas sobre as mudanças climáticas e suas consequências, o já agravado problema da água, como exemplo. Busco, ainda, acrescer a discussão sobre injustiça climática a partir do contexto destacado.

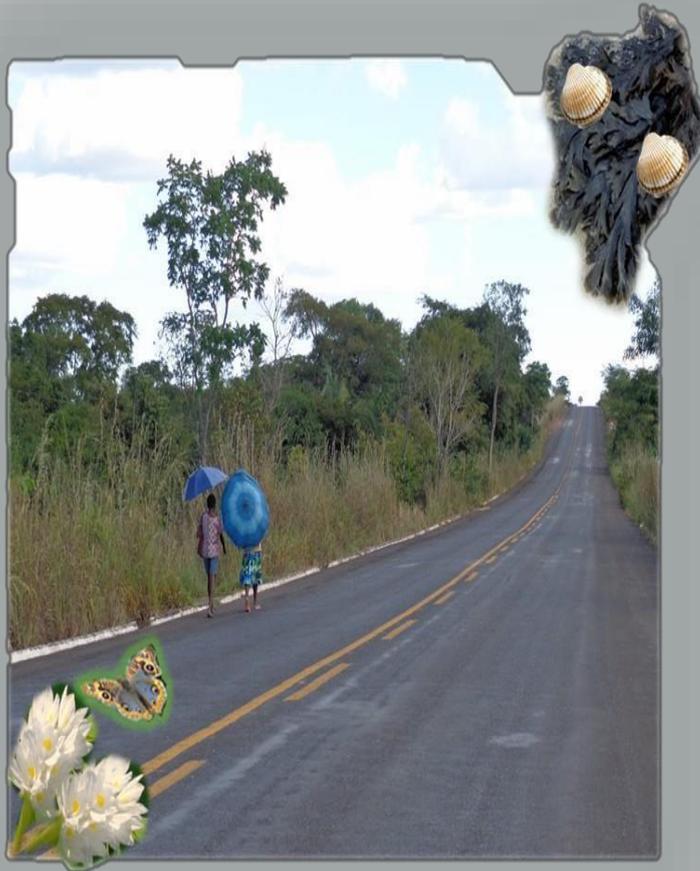
Caminhamos por esses solos até chegar as considerações, que neste trabalho não devem ser entendidas como finais. Todavia, as apresento como situações que remetem a algumas construções de conhecimentos que podem ajudar a denunciar injustiças, anunciar possíveis intervenções de políticas públicas, sendo reconhecidas como uma contribuição acadêmica para assuntos tão relevante como o estudo de Educação Ambiental, Mudança Climática e Mulheres.

As citações que foram utilizadas dos trabalhos e textos, vindos do período na Espanha, quando de textos teóricos, foram todas traduzidas por mim mesma no corpo do texto, contudo, algumas citações poéticas foram mantidas em galego no corpo do texto, por entender que a língua galega é parte da poesia evidenciada neste trabalho. Tais construções, entretanto, foram traduzidas em notas de rodapé.

Durante a construção escrita da tese, em muitos momentos é possível encontrar o posicionamento da 1ª pessoa do singular, entendo esses momentos como uma licença para o diálogo com a pesquisa com a epistemologia fenomenológica, assim como em muitos momentos também será usado a 1ª pessoa do plural, no movimento de que a pesquisa também foi construída no coletivo, dentro da tessitura de um grupo pesquisador como o GPEA.

Por recomendação metodológica dos critérios da Plataforma Brasil, os termos de consentimento para entrevistas não constam liberação do nome das entrevistadas, entretanto, usaremos formas para identificá-las ligadas ao mundo em que vivem. Para as mulheres quilombolas, por estarem muito ligadas às feitura de chás e remédios caseiros, utilizo os nomes de folhas e cascas de árvores para do cerrado. As pantaneiras, pelo lugar em que vivem, uso os nomes de peixes do pantanal. Já com as mariscadoras, os nomes serão os dos mariscos escritos do idioma galego.

E daqui em diante, por ora andaremos pela chuva, por ora andaremos pela seca, por ora por mares; lugares que muito me ensinaram, dividiram minha opinião, mostraram-me sonhos e principalmente saberes. Lugares onde pude experienciar as consequências das mudanças climáticas e refletir sobre o que poderia ser a Justiça Climática.



*O vento ventão com voz de trovão.  
Acende um clarão de medo no meu coração.  
Será que já vem tempestade? Será que vai inundar a cidade? Mas que bom!  
Caiu só uma chuva  
Fininha e o vento grosso se transformou  
Numa brisa pequenininha.  
O vento ventinho com voz de sininho  
Faz um carinho no meu coração.  
Roseana Murray/ "Tempestade".*

## Capa Capítulo I – Início do Imaginário

**composé:**” Mulheres sobre o Sol” Abre o capítulo que busca esclarecer o que são as Mudanças Climáticas a partir do entendimento histórico, assim também como a Vulnerabilidade Climática que pode atingir muito mais as mulheres das comunidades tradicionais. A imagem mostra duas quilombolas do mutuca seguindo a pé a rodovia. O pavimento não serve para facilitar-lhes a vida, uma vez que não há transporte público nessa região, mas aquece ainda mais o caminho. As duas seguem protegidas do Sol apenas pelas sombrinhas. No cenário de mudanças climáticas, a temperatura do cerrado será elevada até 4 graus, piorando a situação dessas mulheres. Os elementos da pesquisa são a água marinha, que é uma preocupação das mariscadoras, pois com o aquecimento da água do mar elas se multiplicam e sufocam os mariscos. A flor Camilote do pantanal e a borboleta que são espécie que necessitam tanto de chuvas quanto da temperatura estável para a sua floração e reprodução.

**Roseana Murray** . Poeta e escritora premiada em literatura infanto-juvenil e para adultos. O Poema “Tempestade”, apesar de não ser escrito num contexto de mudanças climáticas, mostra a insegurança sobre os acontecimentos extremos, esperados na mudança do clima, como Ventanias cada vez mais forte, chuvas com grande volume de água, situação que vemos acontecer em várias regiões do Brasil.

Site: <http://roseanamurray.com>

## Capítulo I – Início do Imaginário

Começo por uma História. Quase parábola.  
Gosto de falar por parábolas como Cristo. Uma diferença  
essencial que desejo estabelecer desde o princípio: Cristo dizia:  
‘Sou a verdade’. E tinha razão. Digo sempre  
‘Sou a minha Verdade’.  
E tenho razão. A verdade de Cristo é imutável e  
divina. A minha é humana, estética e transitória.”  
**Mário de Andrade, 2010.**

Começo por uma história: a de Yuri Alekseevitch Gagarin (1934-1968) que, aos 27 anos, foi o primeiro ser humano a ver o Planeta Terra do Espaço (AEB, 2011)<sup>6</sup>. Ao admirar a Terra de sua nave Vostok I no ano de 1961, Gagarin não identificou, pela distância em que estava no espaço, o contorno da mãe Rússia. Igualmente, não viu o imenso Rio Volga, o maior rio da Europa e que é o orgulho dos russos. Também não viu o mar Cáspio, o maior lago de água salgada do mundo. Não sentiu os ventos subpolares, levando neve à medonha Sibéria. Ele não conseguiu distinguir o pequeno lugarejo próximo de Moscou onde nascera e onde ainda moravam seus pais.

O olhar de Gagarin, a bordo da Vostok I, não era para as coisas que sempre estiveram ali, mas para as que estariam por vir, ou melhor, no que esse conjunto de coisas que ele estava acostumado a ver na Terra se transforma vista do espaço. E é quando ele diz a célebre frase: *“A Terra é azul. Como é maravilhosa. Ela é incrível!”*.

Para Gagarin, no momento, não existiu guerra fria<sup>7</sup> ou corrida pelo espaço, apenas a imensidão do azul da Terra. Não existia conflito, dor, disputa. A Terra estava parada no azul para que fosse por ele admirada em seu olhar de cosmonauta<sup>8</sup> e em sua admiração compartilhada pelas outras pessoas na Terra: “a Terra é Azul!”.

---

<sup>6</sup> Todas as informações técnicas referentes ao cosmonauta Yuri Gagarin utilizadas nesse texto foram retiradas do site da Agência Espacial Brasileira.

<sup>7</sup> A Guerra Fria foi uma disputa pela superioridade mundial entre Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). É chamada de Guerra Fria por ser uma intensa guerra econômica, diplomática e ideológica travada pela conquista de zonas de influência. A disputa dividiu o mundo em blocos de influência das duas superpotências e provocou uma corrida armamentista que se estendeu por 40 anos. Com sistemas econômicos e políticos diferentes, EUA e URSS colocam o mundo sob a ameaça de uma guerra nuclear, criando armas com potência suficiente para explodir o planeta inteiro. Os EUA assumiram a liderança do chamado mundo capitalista livre e a URSS, do mundo comunista.

<sup>8</sup> A palavra cosmonauta, inclusive, indica a diferença de significados durante a guerra fria. Na URSS, quem trabalhava com missão espacial e era piloto de espaçonaves eram denominados cosmonautas. Nos EUA, eram denominados astronautas.

Diferentemente dos navegadores do século XV, ele não foi à busca de novas terras, mas saiu da terra para ver a Terra. E ela estava pura de uma forma que só é possível ver quem alça voo. Um voo que de longe olha o azul perfeito, o azul de Gagarin que, em sua missão, teve 108 minutos para olhar a Terra de sua pequenina janela da nave.

Fenomenologicamente, o que Gagarin teve nesses 108 minutos foi o que nos apresenta Sato (2016) com a metáfora do Direito à Janela. Esse é o direito que cada pessoa possui de ver o mundo com a sua subjetividade, com os seus sonhos e com seu eu particular.

Ao abrir e fechar, ou entreabrir e descerrar, uma janela dialoga com a exterioridade da paisagem física e com a interioridade da paisagem existencial. A janela, como metáfora do olhar, espelha o mundo exterior. Contudo, o espetáculo visível do mundo está na dependência da subjetividade de como se olha este mundo (SATO, 2016, p.10).

No imaginário azul de Gagarin, visto por sua janela, a Terra era uma imensidão azulada homogênea. Talvez naquele momento, ao dizer que a Terra era azul, Gagarin (arrisco sob pena da minha interpretação) quis dizer que tudo estava como deveria ser, como ele gostaria que fosse, no seu mais legítimo direito à janela.

Entretanto, por mais que seja fascinante se ater à imagem poética e sensível da Terra, contrariando todos os estereótipos, foi feita por um militar soviético treinado na mais dura tradição dos tempos da chamada “Cortina de Ferro”<sup>9</sup>, é importante voltarmos da nossa viagem no tempo e espaço.

Deixamos então a janela de Gagarin para pousarmos em campo aberto e aqui deixarmos também nosso direito à janela para exercer nosso dever, o da “árvore”. Conforme nos aponta ainda a metáfora do dever da árvore é o de vivermos no coletivo, na força que sai do sujeito e encontra não só o mundo, mas o outro e, vendo o outro no seu sofrimento, na injustiça (SATO, 2011, p. 547) e o ser com o mundo e nele lutar (FREIRE, 1987).

O dever da árvore, segundo Sato (2011), teria ainda a transcendência de ligar a terra ao céu, é a subjetividade contemplativa do direito à janela na ação, no envolver-se no mundo e com o outro e, como o outro, abrir-se em uma frondosa árvore do

---

<sup>9</sup>Política de isolamento lançada pela União Soviética depois da Segunda Guerra Mundial, durante a chamada Guerra Fria e que envolveu uma censura rígida e de restrições no deslocamento de pessoas. A expressão “Cortina de Ferro” identificou o conjunto dos países europeus de regime comunista sob influência direta de Moscou.

aconchego, da inquietação, do construir e do saber sempre no coletivo, aprendendo com esta reflexão:

Viver como uma árvore! Que crescimento! Que profundidade! Que retidão! Que verdade! No mesmo instante, dentro de nós, sentimos as raízes trabalharem, sentimos que o passado não está morto, que temos algo a fazer, hoje, em nossa vida obscura, em nossa vida subterrânea, em nossa vida solitária, em nossa vida aérea. A árvore está em toda a parte ao mesmo tempo. A velha raiz – na imaginação, não existem raízes jovens – vai produzir uma flor nova. A imaginação é uma árvore. Tem as virtudes integrantes da árvore. É raiz e ramagem. Vive entre a terra e o céu. Vive na terra e no vento. A árvore imaginada é insensivelmente a árvore cosmológica, a árvore que resume um universo, que faz um universo (BACHELARD, 2003, p. 230).

O azul de Gagarin ainda continua pairando em nossa janela. Podemos senti-lo, e com ele nos emocionarmos, pois quando somos árvores, não deixamos o azul, ele apenas se transforma em muitas outras cores, compõem outras telas, aparece em outros tons para outras pessoas que não só cosmonautas, não só homens e em momentos de Terra mais telúricos no seu sentido poético que para Schüller (1989, p. 49) “procura devolver chão ao homem que se perdeu [...] e que de onde deverão subir energias para suportar as agressões do presente e a insegurança do futuro”.

Então, o azul se mistura às cores das árvores, às cores da Terra, pois as cores também são forças “criantes”, possuem profundidade e “[...] ligam aos elementos fogo, à água, ao ar celeste e à prodigiosa materialidade das substâncias terrestres.” (BACHELARD, 1985, p. 26).

Qual profundidade de cores e luzes poderá chegar abaixo do azul de Gagarin? O que a materialidade das substâncias nos aponta em nosso dever da árvore? Ousamos olhar para abaixo do azul e então partimos para outra história, esta, muito mais cotidiana do que a da história de Gagarin e muito mais próxima dos nossos dias. Não só abaixo do azul do céu, mas entre ele, o mar e da terra. Nosso dever da árvore nos chama a entender, debater e conhecer o fenômeno das Mudanças Climáticas. Fenômeno este que está colocando em risco o planeta Terra, nossa casa por afeto, nosso lugar de proteção, nossa segurança do direito à janela:

A casa dá ao homem que sonha atrás de sua janela – e não à janela – atrás da janelinha, da lucarna do sótão, o sentido de um exterior tanto mais diferente do interior quanto maior a intimidade de seu quarto. Parece que a dialética da intimidade e do Universo seja especificada pelas impressões do ser oculto que vê o mundo na moldura da janela (BACHELARD, 2003, p. 115).

As mudanças climáticas têm sido um assunto polêmico, pois é consenso entre os climatologistas que o Clima da Terra passa naturalmente por ciclos de aquecimento ao longo de tempos, conforme nos ensina o renomado climatologista:

Sabe-se que mudanças climáticas naturais ocorreram, e os principais fatores que as induzem são a deriva dos continentes, as variações da quantidade de radiação solar que chega a Terra, as variações dos seus parâmetros orbitais, a quantidade de aerossóis naturais (provenientes de fontes minerais, incêndios florestais de origem natural e o sal marinho), as erupções vulcânicas e fenômenos climáticos que podem modificar o clima localmente, tais como: furacões, tempestades violentas e os fenômenos El Niño e La Niña (NOBRE, 2008, p. 37).

Todavia, Nobre (*ibidem*) também nos chama a atenção, pois temos comprovações de que o clima da Terra tem se alterado nos últimos 50 anos com um aquecimento rápido e acima do normal. Tal percepção, de que as tendências climáticas regionais ao redor do mundo estão se modificando mais rápido do que o natural e esperado, levou as Organizações das Nações Unidas (ONU) a criar, em 1988, dentro de sua estrutura de pesquisa, um órgão composto por uma delegação de 195 cientistas de várias nações, responsáveis por produzir avaliações científicas e relatórios periódicos sobre uma possível Mudança Climática Mundial: o Intergovernamental Panel on Climate Change (Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática – IPCC, 2007).

Para o IPCC, as mudanças climáticas são definidas como “[...] qualquer mudança no clima, ao longo do tempo, que deriva de uma variabilidade natural ou em resultado da atividade humana”. Entretanto, as várias pesquisas, já realizadas e consolidadas pelos cinco (5) relatórios lançados por esse grupo, apontam para mudanças muito rápidas no clima. Estas são motivadas muito mais pelas influências antrópicas do que pelas influências naturais.

Tais relatórios sugerem que o clima da Terra poderá, dependendo da região, aquecer de 3 a 6 graus Celsius até 2050. Com isso, o IPCC formulou possíveis cenários globais como resultados desse aquecimento e, entre eles, consta que o aumento da temperatura pode causar ainda extinção de várias espécies da biodiversidade.

O contraste entre precipitações de regiões úmidas e secas e entre as estações chuvosas e secas vai aumentar, embora possam acontecer exceções regionais, ocorrendo com isso as mudanças no ciclo global da água, principalmente, em resposta ao aquecimento ao longo do século XXI.

Fazem parte desses cenários, igualmente, os fortes impactos sociais, que sem dúvida afetarão comunidades mais pobres que dependem diretamente da natureza para sua sobrevivência e que possuem, no território em que elas ocupam, o delineamento para suas práticas culturais. São, portanto, as comunidades que apresentam um alto grau de vulnerabilidade em face das mudanças climáticas (IPCC, 2007).

Correlacionamos a vulnerabilidade às mudanças climáticas e ao entendimento de injustiça climática (MILANEZ e FONSCECA, 2011), algo que ocorre quando uma determinada comunidade necessita suportar sozinha uma carga maior de degradação ambiental e maiores consequências de mudanças climáticas em nome do chamado bem-estar e desenvolvimento da sociedade.

Nesse contexto, as mudanças climáticas tornaram-se atualmente pautas indispensáveis em qualquer debate seja no âmbito político, econômico, social ou acadêmico científico, ultrapassando assim, os limites ambientais. Dessa forma, o Brasil faz parte dessas discussões, elaborando políticas com iniciativas que incorporam parte desses estudos, em sua gestão governamental, mecanismos de controle e mitigação para as mudanças climáticas, a exemplo da Lei Federal nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (BRASIL, 2009).

Além disso, o Brasil participa dos estudos climáticos do IPCC e, por meio de suas pesquisas, traça nacionalmente futuros cenários internos sobre as consequências das Mudanças Climáticas no território nacional. Em tais cenários estão previstos que algumas regiões do País poderão apresentar alterações na temperatura e precipitação com o aquecimento global. Deverão ocorrer intensificações dos eventos severos, ocasionando impactos em cidades e áreas vulneráveis às mudanças climáticas.

Com isso, as áreas de grande concentração de fauna e flora como a floresta Amazônica, cerrado e pantanal serão fortemente atingidas, mudando com o clima todo o sistema hidrológico, o que afetará a agricultura, a pecuária e as atividades do setor extrativista.

Na região Centro-Oeste, mais especificamente no Estado de Mato Grosso, o prognóstico do que poderá acontecer é bem ruim, pois o mesmo apresenta grande biodiversidade, contemplando três biomas: Cerrado, Floresta Amazônica e Pantanal.

Hodiernamente, Mato Grosso ostenta números alarmantes de desmatamento e queimadas, situação que agravará ainda mais o aumento da temperatura (IPCC, 2007).

Na Espanha, as Mudanças Climáticas também representarão consequências devastadoras como a "[...] a diminuição de precipitações e a elevação do nível do mar, dois efeitos muito preocupantes, sendo que ela é um dos países mais vulneráveis a essas mudanças por sua localização geográfica" (MARENGO, 2008, p. 57).

Apesar da gravidade da situação e do tema mudanças climáticas ser pauta já presente em seminários, encontros, políticas e acordos internacionais, tal fenômeno ainda é um “estranho” em face à sociedade. Em pesquisas<sup>10</sup> realizadas em alguns países, os entrevistados disseram não conhecer ou não acreditar no fenômeno das mudanças climáticas.

Provavelmente, uma das razões dessa descrença seja a limitação da sociedade em pensar a natureza e suas manifestações, como as estações das chuvas, enchentes, aumento de insetos, doenças, com as interações do mundo da exploração ambiental, da destruição e poluição. Seguimos, pois, a ética antropocêntrica moderna e de base cartesiana que silencia a historicidade e integração da natureza e do humano (GRÜN, 2009).

Tal ética moderna deixa de lado o mundo simbólico da natureza para dar lugar ao racionalismo empírico, impondo suas formas céticas de ver o ambiente, entendendo como fraqueza de pensamento qualquer movimento contrário a essa ética.

Podemos citar, nesta oportunidade, por exemplo, rituais de fecundidade ligados à agricultura, crenças de territórios sagrados que não poderiam ser utilizados, e que, aos poucos, foram sendo substituídos pelas técnicas de Manejo e Cultivo levadas às comunidades por agentes do Estado (CARVALHO et al., 2011, p. 42).

Todavia, a perplexidade da situação instalou-se no processo de como a sociedade começou a pensar sua existência separada da natureza de uma forma tão contundente que um fenômeno como as Mudanças Climáticas passa a ser invisibilizado, apesar de percebido pelos sentidos.

Buscar explicação, acredito ser uma das ramagens do dever da árvore de uma historiadora, antes mesmo de iniciarmos a pesquisa propriamente dita sobre as

---

<sup>10</sup>(2013) La Respuesta de la Sociedad Española ante el Cambio Climático. Instituto de Prevención Salud Y Medio Ambiente-Espanha.

Pantaneiras de Joselândia, Quilombolas do Mutuca e as Mariscadoras da Galícia, pois isso diz muito sobre a situação e problemas que essas mulheres enfrentam na atualidade.

O mundo talvez queira ficar na janela de Gagarin, olhando o azul infinito, lindo. Contudo, o dever da árvore nos aparece, conforme este ensinamento destaca:

A árvore não é uma impressão, [...] ela me confronta corporalmente e tem que lidar comigo ou Eu preciso lidar com ela – apenas diferentemente. Não deveríamos tentar diluir que o significado da relação é a reciprocidade (BUBER, 2003, p. 58).

Entender partes desse processo que nos leva às Mudanças Climáticas, pode ser o primeiro caminho a ser seguido pela árvore.

### **1.1. Histórias das mudanças climáticas**

Quando buscamos estudos sobre as Mudanças Climáticas, é muito comum nos depararmos com relatórios ou textos acadêmicos que nos traduzem de forma técnica, geográfica, geológica e biológica, o que significa tal fenômeno e suas consequências. Porém, a imensa dificuldade de entender tais textos, por sua linguagem específica e até pela diferença da minha área de conhecimento, impediu o gosto por tais leituras. Sentia falta de algo mais detalhado que explicasse as Mudanças Climáticas pelo viés das Ciências Humanas.

Assim, penso ser de suma importância deixar registrado na escrita da tese, mesmo que de forma resumida, como foi possível transformar a sociedade de maneira a chegarmos na situação em que estamos em relação ao meio ambiente. Opto por seguir o caminho da História, pois acredito que seja uma forma didática possibilitar o aprendizado sobre os processos que nos levaram às Mudanças Climáticas.

Vivemos esses processos quando percebemos que o mundo atual viveu um rápido avanço tecnológico nos últimos 50 anos, inovações que mais parecem obras de ficção científica, como a viagem ao espaço, internet ou mesmo comodidades domésticas, como a comida congelada que pode ser esquentada no micro-ondas. Tudo isso passou a ser parte da nossa vida e não mais nos causa grandes admirações.

Embora atualmente isso seja parte do nosso cotidiano, o desenvolvimento tecnológico da humanidade possui longa trajetória. Da descoberta do fogo e da

construção de artefatos com pedras, o ser humano, aos poucos, foi liberando a sua criatividade para facilitar sua vida e suprir suas necessidades.

Dentre essas necessidades está, sem dúvida, conceber algo que servisse de força motriz para a execução dos trabalhos. Nesse ponto, a rudimentar máquina a vapor (CHARLINE, 2006) veio ao encontro dos anseios dos nossos antepassados.

Tal ideia existe desde a antiguidade clássica, que compreende os projetos para essa máquina, como os elaborados por Heron de Alexandria no século I d.C., até os que foram encontrados mais tarde no Renascimento em algumas palhetas de Leonardo da Vinci (*Idem, ibidem*).

De projeto, ela se tornou exequível, em 1698, por meio de um engenheiro militar, Thomas Severy, que criou um motor para ser usado nas minas de carvão. Quase um século depois, em 1777, com James Watt, londrino, fabricante de instrumentos para fábricas, a máquina a vapor foi aperfeiçoada, tornando-se dinâmica e segura o suficiente para ser utilizada dentro das oficinas como um motor de propulsão, substituindo o uso da força animal, especialmente a do cavalo (CHARLINE, 2006).

Esse salto tecnológico proporcionou o desenvolvimento do trem a vapor, dos grandes navios cargueiros, da criação das caldeiras das grandes indústrias, entrando assim, para história como a grande criação que possibilitou o que costumeiramente os historiadores chamam de I Revolução Industrial (HOBSBAWM, 2001; THOMPSON, 1981).

Em virtude da máquina a vapor e de outros inventos que a sucederam, as pequenas oficinas de artesões foram aos poucos se transformando em pequenas fábricas. Houve a necessidade de se ter um novo arranjo geográfico urbano e rural. A cidade que antes era considerada apenas um local para mercados, começou a ser ocupada por camponeses em busca de trabalho nas novas fábricas (HOBSBAWM, 2001).

O campo não era mais entendido como lugar mais populoso e seguro, nesse rearranjo do urbano dos séculos XVIII e XIX, passando a ser o espaço de produção de matérias-primas para atender as fábricas. Estava assim iniciado um processo sem volta que seria expandido ao longo dos séculos.

É importante frisar que a Revolução Industrial foi possível não apenas por causa do aperfeiçoamento tecnológico, anterior e concomitante a ela uma importante

revolução das ideias ocorria: principalmente da forma de entender as relações com Deus, com as pessoas, com a natureza, com a economia e voltada para o ser individual. São esses aspectos que começam ainda durante o período Renascimento os propulsores para a mudança ora destacada.

Em termos históricos, chamamos de Renascimento o período que vai do século XIV até final do século XVII quando a Igreja Católica começa a perder o poder, principalmente no âmbito da filosofia e das artes. Há a revalorização das características humanísticas do ser reavivadas pelos sentidos da antiguidade clássica, um crescente afastamento do teocentrismo e uma aproximação com o antropocentrismo.

Com o deslocamento do centro de consideração de Deus para o homem, foi possível surgir novas formas de pensar, a exemplo dos filósofos mais influentes desse período como Galileu Galilei na Itália (1564-1642), Francis Bacon na Inglaterra (1561-1626) e René Descartes na França (1592-1650), que de tamanha inovação consideramos esse período como a Idade Moderna, pois consegue ir além do Renascimento.

Tais pensadores, cada um deles à sua maneira e em sua área de atuação, trouxeram para a ciência um distanciamento do conhecimento puramente abstrato e natural dos sentidos. Galileu, por exemplo, privilegiou a matemática como saber, pois, era totalmente representativa e replicável (GINZBURG, 1989, p.158).

A concepção de mundo desse período rechaça a tradição e a necessidade da historicidade do ser e sua pretensa ligação com a natureza, que deveria ser desvendada e entendida (SANTOS, 2008, p. 24).

Na mesma linha de pensamento, Descartes influenciou a relação dos seres humanos com a natureza, uma vez que foi o primeiro filósofo a propor uma física matemática, deixando, desse modo, a física de ser especulativa e contemplativa como na antiguidade para intervir nos fenômenos naturais. Essa nova forma de pensar o mundo traria grande mudança para a nossa relação com o meio ambiente.

Tal mudança, apesar de dar um salto nessa relação do ser humano com a natureza, nos faz refletir atualmente que consequências difíceis de lidarmos foram impostas nesse processo, assim:

[...] a objetividade cartesiana fez com que perdêssemos a possibilidade de pensar historicamente e colocou o homem europeu e branco na posição de Dono e Senhor da natureza, pois a modernidade parte de um esquecimento da tradição e do passado. [...] entendendo aqui como tradição os elementos

que constituem nossa historicidade e que desde o século XVII foram sendo aniquilados (GRÜN, 2009, p.63).

Para que as novas ciências baseadas em experiências provadas e quantificadas pudessem ganhar forças, era necessário o abandono dos conhecimentos baseados na cultura e nos costumes - que geravam, na concepção de Descartes, mais dúvidas do que conhecimentos. A rigor, a cultura não serviria como prova de veracidade para nenhuma situação (GRÜN, 2009, p.66).

No mundo moderno do século XVII, as causas dos fenômenos naturais, dentro do Cartesianismo, perdem o *status* de vontade divina, que predominou desde a Idade Média até o século XV, para se tornarem fenômenos com causas previsíveis - desde que estudados dentro do Método Cartesiano, dividindo, isolando e conhecendo as partes, enquadrando esses fenômenos em leis e regras. Algo que remetia à previsibilidade desses fenômenos naturais, acarretando a ideia de ordem e estabilidade para a transformação do real, constituindo, dessa forma, o conceito de determinismo mecanicista ou a metáfora *mundo máquina* que irá embasar a ciência moderna (SANTOS, 2008, p. 24).

A determinação dos fenômenos e a previsibilidade das ocorrências foram importantes para o controle das situações e do ambiente. A sociedade tinha o conhecimento que precisava para se desvincular da tradição ancorada na cultura, no tempo, espaço e natureza. O ser humano sem ligação com seu espaço e sua tradição está pronto para ir a qualquer lugar. É o ser livre que transforma à sua vontade e o ambiente em que vive (GRÜN, 2009, p. 71).

Contudo, não só a mudança do pensamento científico foi importante para o nascimento da indústria. Foi necessária, igualmente, a substituição do então pensamento católico por um pensamento mais adequado pela nascente modernidade, com suas inovações econômicas e sociais. Para Weber (2004), um dos maiores obstáculos ao capitalismo ocidental no século XVI e XVII foi o tradicionalismo. Existia certo pudor advindo da religião católica na acumulação de bens e na satisfação das necessidades consideradas luxúrias quando não proporcionadas pelo poder divino.

A reforma protestante iniciada por Matinho Lutero, na Alemanha, e seguida por Jean Calvino, na França, desempenhou papel preponderante, coadunando tanto para dissolver a hegemonia da crença católica, como para apontar uma nova forma de viver a fé cristã. Com a expansão do protestantismo na Europa, a acumulação

passa a ser vista como resultado do esforço do trabalho individual e, por isso, merecedor de glórias e bênçãos divinas.

A sociedade moderna ergue a nascente indústria com os valores da burguesia e do protestantismo, desenvolvendo sua visão de “[...] progresso material e moral; convencida da centralidade da Europa”, berço das revoluções da ciência, das artes, da política e da indústria com economia dominante na maior parte do mundo e, em que Estados constituíam o sistema da política mundial (GRÜN, 2009, p.71).

Se a I Revolução Industrial foi o início do processo de industrialização, a chamada II Revolução Industrial, no início século XIX, marcou o alinhamento dessas indústrias com a ciência moderna. Novas experiências com o uso maciço das novas invenções apoiadas pelo pensamento racional e científico possibilitaram a expansão do modelo político e econômico europeu que já se consolidava desde o século XVII de forma beligerante por meio de soldados e guerras, de conquistas e de migração forçada ou espontânea de trabalhadores europeus para o mundo todo (HOBSBAWM, 2002).

O poder e o domínio do ser moderno, conquistados e exercidos pelo seu trabalho, deveriam imperar sobre os demais seres. A natureza já havia sofrido a dessacralização no século XVII, quando foi minuciosamente estudada como um evento racional entre Leis e Teorias Gerais de funcionamento (SANTOS, 2008), no período descrito a indústria do século XVIII e XIX a rebaixa ao *status* de “recursos naturais”.

O movimento mundial, que se seguiu então, fruto dessa revolução, mudou para sempre os cenários nos quatro cantos do planeta. A indústria produzia continuamente. Em contrapartida, para se produzir era necessário cada vez mais produtos da natureza como a água, carvão, madeira e outras matérias-primas como: algodão, lã, couro, seringa, ferro, cereais, fibras; tudo que pudesse passar por processos de transformação, dando vida a novas invenções e, criando novas necessidades.

As indústrias europeias em seus galpões insalubres não produziam apenas mercadorias, mas um novo ideal de vida, valores e ética que eram rapidamente impostos ao mundo como um manual a ser seguido, estruturando as normas necessárias para o capitalismo.

O historiador Hobsbawm (1995, p. 25) retrata bem isso conforme a seguir:

A maneira mais eficaz de construir uma economia industrial baseada na empresa privada era combiná-la com motivações que nada tivessem a ver com a lógica do livre mercado — por exemplo com a ética protestante; com a abstenção da satisfação imediata; com a ética do trabalho árduo; com a noção de dever e confiança familiar.

O século XX já nasce no apogeu da indústria e também de sua disputa. Disputa por novos mercados e pela manutenção deles. Disputa por recursos naturais, por melhorias da qualidade de vida dos trabalhadores, por independência política, de acordo com Hobsbawm (1995, p. 25):

As indústrias, em que a Europa fora pioneira, migravam para outras partes. Os países do outro lado dos oceanos, que outrora se voltavam para a Europa, agora se voltavam para outras partes. A Austrália, a Nova Zelândia e até mesmo os bi-oceânicos EUA viam o futuro no Pacífico.

O dinamismo tecnológico e industrial que se viu nesse século superou qualquer expectativa sonhada pelos idealizadores das antigas máquinas a vapor. A indústria não só se expandiu como se transformou em crescente inovação e adaptação da sociedade e da política a esse modo de vida. Em volta de cada nova produção em massa formava-se uma cadeia de relações: a matéria-prima, os trabalhadores da cidade e do campo, os consumidores, novos mercados, políticas de proteção ao mercado, bem como a política de manutenção da cadeia produtiva.

As várias revoluções, os movimentos e as guerras, principalmente a I e II do século XX, tiveram como importantes estampas de seu pano de fundo a industrialização e seus rearranjos econômicos e políticos nos mais diversos lugares do mundo. Todavia, o capitalismo estruturado pela indústria significava mais do que apropriação econômica, significava a apropriação do mundo, dos seus territórios, da cultura e da diversidade.

Ao se instalar em busca de matérias-primas, mão-de-obra ou consumidores, a indústria mudava a dinâmica daquele espaço, se apoderava do que antes era a natureza coletiva.

O espaço físico da indústria não é restrito ao prédio em que funciona, mas a toda a vizinhança que o circunda. Seus dejetos são jogados nos rios, que passam a não ser mais aptos ao consumo, sua fumaça escurece o céu, a fuligem entra nas casas e nos pulmões das pessoas. A indústria passa a fazer parte dos sentidos, pois muda a paisagem que a visão alcança, muda o cheiro do ar com seus combustíveis queimados, e nos ensurdece com os uivos das máquinas e apitos, nesse contexto, a água passa a ter gosto.

Para Serres (2011), a invasão do espaço, pelos signos físicos e químicos decorrente da poluição é marca da apropriação. Para ele, a poluição não é o resultado apenas dos resíduos das transformações, mas ela emana muito mais do que ele chama de “nossa vontade de apropriação, do nosso desejo de conquistar e de aumentar o espaço de nossas propriedades” (*idem*, p.34).

Um espaço que guarde seu estado “natural”, ou seja, um estado que ainda não tenha sido captado pela indústria, é visto como um espaço atrasado, que precisa ser desenvolvido, necessita evoluir. Por tal ética, tal espaço precisa ter as suas marcas de apropriação: como a poluição, fazendo jus ao velho lema do homem de negócios do século XIX, conforme definido por Hobsbawm (1995, p. 256) “[...] Onde tem lama, tem grana”. Ou seja, poluição quer dizer dinheiro.

E a lama, a sujeira e a poluição têm se apoderado do mundo, indo a espaços infundáveis, criando um mundo sem limites, o que Serres (2008) chama da verdadeira Globalização, uma vez que os afluxos de calor se espalham do deserto até o meio do oceano, e tantas outras sujeiras se espalham, ultrapassando as fronteiras geográficas.

A poluição se apodera dos nossos corpos, tomando nossos sentidos, nossa audição com música, sirenes, motores, sons que passamos a escutar, mas a ignorar seus significados. Nossos olhos são bombardeados por luzes e cores de *outdoors* e propagandas, televisões, telas de celulares, computadores que nos impedem de enxergar o que realmente importa.

Os cheiros estão em nossas narinas, entram em nosso corpo, fazem partes deles. Não estranhemos mais os maus cheiros, as gazes, a poeira. Não distinguimos os cheiros uns dos outros. A saúde das pessoas é definida pela indústria, pelos poluentes e pela apropriação do território em que vivem. Assim também descreve o filósofo Serres:

Tudo isso faz meu corpo, animalmente, compreender que esses emissores responsáveis, com seus cheiros, sujeiras e sons, se apossam do espaço que e eles habitam ou atravessam. Das áreas que assim invadem com suas saídas expandidas, duras, rígidas ou suaves, como uivos e signos, eles excluem minha presença, minha existência, minha saúde, minha respiração, minha tranquilidade, ou seja, meu hábitat (SERRES, 2011, p.58).

Passamos a não pertencer ao mundo limpo, e sim ao mundo “sujo” poluído. Há séculos vimos nos incutir a ideia da mudança mental, aceitando esse novo mundo apropriado pela indústria e o capital (*Idem, Ibidem*). E assim, estamos então prontos

para aceitar as Mudanças Climáticas, aceitar sem perceber que se passa em nossa vida, uma vez que não percebemos o processo histórico que se camufla por trás dela, assim:

[...] no caso, a mudança climática é a resultante de todos esses batimentos de asas de borboletas, na essência, inaudíveis, mas cujas consequências estão longe de serem desprezíveis. É difícil medi-las se nos mantivermos obnubilados pelo linearismo de uma história segura de si, ou pelo mito do progresso (MAFFESOLI, 2012, p. 33).

É o pensamento de que o progresso e a resolução de problemas pelo ponto de vista do desenvolvimento dificultam nossa compreensão sobre as Mudanças Climáticas. Pelo lado climatológico nunca se pesquisou tanto os fenômenos físicos, nunca tivemos tantas informações, porém ainda caminhamos por espaços em branco em relação a como lidar com essa situação (BAILÃO, 2014).

Para o antropólogo Bruno Latour (2011. p.05), pouco ou quase nada temos feito em relação a isso, pois para ele:

É muito difícil pensar questões sobre o clima e sobre o que possa vir no futuro próximo. O **IPCC** (Painel Intergovernamental sobre a Mudanças Climáticas) escreveu um relatório e os jornalistas disseram “ah, ok”, e ninguém fez nada. Não estamos fazendo nada. Vemos algo vindo sobre nós e ficamos mudos e estupefatos.

Para Bailão (2014), aos cientistas das áreas de humanas e sociais, na condição de cidadãos, cabe descrever as expectativas da sociedade em relação a essas certezas e incertezas climáticas perante as políticas socioambientais.

No entanto, acreditamos que o protagonismo da oposição ao pensamento moderno dicotômico e cartesiano - que afasta a dimensão ecológica da dimensão humana, e não nos deixa construir uma compreensão mais aprofundada a respeito das mudanças climáticas, não está apenas nos cientistas, mas ele sempre existiu em várias formas de manifestações da sociedade.

Como é o caso das manifestações artísticas, e que tentam se não recuperar, mostrar por meio de críticas, que temos essa ligação com a natureza e que quando não reconhecemos isso, deixamos de lado um aspecto de nossa vida. Como nos apresenta os poemas:

Os rios que eu encontro vão seguindo comigo.  
Rios são de água pouca, em que a água sempre está por um fio. Cortados no verão que faz secar todos os rios.  
Rios todos com nome e que abraço como a amigos.  
Uns com nome de gente,  
outros com nome de bicho,  
uns com nome de santo,

muitos só com apelido.  
Mas todos como a gente que por aqui tenho visto:  
a gente cuja vida se interrompe quando os rios.  
**João Cabral de Melo Neto – “Os Rios”<sup>11</sup>.**

O caminhar manso do sertanejo se apreende  
seu ritmo tão cheio de cuidados.  
Seu olhar atento vai colhendo do ambiente  
os sinais de uma linguagem que só ele entende:  
o canto do bacurau, a corrida da saracura,  
o rastro da cangunçu,  
o movimento da sucuri no taquaral,  
o piado da alma-de-gato,  
os pulos dos macacos saiam pelos galhos e cipós  
e até o chamado de longe da sêa Ritóca prá hora do café.

**Maria Ribeiro, em Gosto do Bocaiúva com Picumã, poema XXXIV**

Existem várias linguagens para se evidenciar essa ligação ecológica e humana, e aqui reinvidicamos também a Educação Ambiental como linguagem dessas manifestações, que em partilha com os outros elementos da natureza, nos mostra outra proposta de compreender o mundo: da poesia, do sagrado, da cultura e dos sentidos. Assim compreendemos a Educação Ambiental:

A poética excita a EA para que as ideias e as emoções fluam na liberdade do movimento, banhada em luzes e sombras das iconografias e linguagem de cada ser. Em todo momento de nossas vidas, há sempre um duplo olhar perceptivo (SATO, 2006, p. 65).

E é a linguagem da Educação Ambiental que tanto fala quanto ouve e se mescla às manifestações de quem está sendo excluído ou invisibilizado nesse processo de Mudanças Climáticas que trazemos o diálogo desta tese.

Para Giddens (2010), as Mudanças Climáticas nos trazem desafios de quais decisões tomar em relação a situações extremas frente à sociedade, e se estamos prontos para essas decisões, considerando a desigualdade socioambiental em que se encontra o mundo.

É importante que se encontre espaço para discussões mais densas, não só na área da climatologia, mas também nas diversas áreas da vida humana, especificando a sua relação com o clima.

Pois bem, a Educação Ambiental desde que esteja comprometida com a ética, com o entendimento de que não pode ser neutra, mas sim engajada tanto nas

---

<sup>11</sup>“Os rios”, disponível in < <http://www.jornaldepoesia.jor.br/joao05.html> > Acesso 07.02.2017, XXXIV é como realmente se intitula o nome do poema da poetisa Maria Ribeiro.

questões políticas quanto sociais, se configura como esse espaço de construção da quebra do pensamento moderno, das certezas, dos grandes conhecimentos autoritários para o pensamento da desconstrução das certezas, principalmente no espaço da pesquisa e formação, trazendo à tona racionalidades que representem outras formas de pensamento e, exemplificando outras etapas da história humana que não a já consagrada pela academia conservadora.

A Educação Ambiental partilha outras compreensões do mundo, da natureza e da vida, tanto na subjetividade do indivíduo, quanto na coletividade (TRISTÃO, 2008). O indivíduo se constrói na relação entre o diferente, o identitário e o coletivo, sem isso não teremos força para construir uma nova libertação solidária (FREITAS, 2006). Assim, também é explicitada a relação da Educação Ambiental:

Essa libertação vem ao encontro de pensar as Mudanças Climáticas pelos princípios da Educação Ambiental, que não tem o papel de explicar ou transmitir verdades a respeito do tema, mas promover a manifestação das diferentes formas de compreendê-lo (AVANZI e MALAGODI 2005, p. 98).

Tocamos aqui num ponto que é a questão política da Educação Ambiental, que sem essa característica seria uma forma de educação vazia de sentido como já nos tem advertido Freire no trecho a seguir:

Do ponto de vista crítico, é tão impossível negar a natureza política do processo educativo quanto negar o caráter educativo do ato político. Isto não significa, porém, que a natureza política do processo educativo e o caráter educativo do ato político esgotem a compreensão daquele processo e deste ato (FREIRE, 2002, p. 15).

Assim, retomando a ideia de que as mudanças climáticas afetarão, de formas diversas, diferentes comunidades, sendo aquelas que têm sua vida ligada à natureza as que mais sofrerão com esse fenômeno. Nesse sentido, é importante que nossas pesquisas se posicionem politicamente com quem estamos pesquisando de forma a partilhar saberes, justificando nosso olhar para as comunidades tradicionais vulneráveis, água e mulheres.

## **1.2. Histórias de vulnerabilidade ambiental e climática**

Esta pesquisa parte, a princípio, de afirmações de estudos elaborados pelo Intergovernmental Panel on Climate Change (Painel Intergovernamental sobre

Mudança Climática) - o IPCC (2007), que apontam que comunidades que possuem sua vida mais intrinsecamente ligada à natureza sofrerão mais as consequências das Mudanças Climáticas. Para isso, o IPCC nos apresenta séries climatológicas, com dados, números e estatísticas criteriosas de estudos, mostrando que os fenômenos de seca, chuvas intensas e calor serão de alta magnitude, o que não permite contestação.

São pesquisas e informações de grande solidez epistemológica, repassadas para fortalecimento de outras pesquisas e projetos. Como é o caso do Grupo de Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte – GPEA/UFMT, com extensa atuação na área da pesquisa e formação em educação popular e meio ambiente. O Grupo tem utilizado tais informações para elaboração de importantes projetos como a construção da rede “REAJA - Rede de Educação Ambiental e Justiça Climática”, que além do GPEA/UFMT conta com a participação da Universidade de Brasília (UnB), Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP), Universidade Católica Dom Bosco (UCDB/ MS), Centro Nacional de Monitoramento e Desastres Naturais (CEMADEN), Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), a Universidade da Coruña e a Universidade de Santiago de Compostela, ambas na Espanha.

O GPEA/UFMT propõe a pesquisa, a formação e Educomunicação na área das mudanças climáticas, voltando-se para a justiça climática, para isso, o conhecimento produzido pelo IPCC nos subsidiará, sendo, portanto, imprescindível.<sup>12</sup>

No tocante às considerações de vulnerabilidade ambiental, as ponderações das pesquisas e trabalhos executados pelo GPEA/UFMT assumem uma postura diferente da adotada pelo IPCC. O que para Acselrad (2005, p. 26) é totalmente possível, uma vez que “[...] a condição de vulnerabilidade é, pois, socialmente construída, ela será sempre definida a partir de um ponto de vista”. Sendo então, importante evidenciar quais são essas duas posturas, tanto a do IPCC quanto a postura do GPEA/UFMT, visto que esta última embasará este trabalho.

Para o IPCC, o conceito de vulnerabilidade ambiental utilizada nas análises dos estudos sobre Mudanças Climáticas é definido como:

O grau em que um sistema é susceptível, ou incapaz de fazer face a efeitos adversos da mudança climática, incluindo variabilidade climática e extremos.

---

<sup>12</sup> Informações retiradas do site do GPEA:  
[https://gpeaufmt.blogspot.com.br/p/reaja\\_31.html](https://gpeaufmt.blogspot.com.br/p/reaja_31.html)

Vulnerabilidade é função do carácter, magnitude e graduação da variação climática a que um sistema está exposto, a sua sensibilidade e a sua capacidade adaptativa (IPCC, 2011).

O IPCC também adverte que os indivíduos que possuem menos recursos apresentarão maior dificuldade de se adaptarem às consequências das Mudanças Climáticas, pois, compreendem que a capacidade de adaptação é dada pela “[...] riqueza, tecnologia, educação, informação, habilidades, infraestrutura, acesso a recursos e capacidade de gestão” (IPCC 2011).

É relevante, nesta oportunidade, entendermos que o IPCC está inserido na estrutura das Organizações das Nações Unidas (ONU), e que possui importância irrefutável, entretanto, lembrar que esta organização intergovernamental é fruto da criação dos países neoliberais capitalistas se faz pertinente. Desse modo, quando o IPCC apresenta esse conceito de vulnerabilidade ambiental, ele está inserido em uma lógica de estrutura que segue o estado neoliberal capitalista<sup>13</sup>, e como tal, elabora conceitos que respondam à sua lógica de pensamento pautada no desenvolvimento via industrialização, apropriação e lucro - maiores causadores das mudanças climáticas (GIDDENS, 2010).

E a lógica capitalista trabalha no sentido de que a vulnerabilidade está ligada à situação pessoal, entre a capacidade e a incapacidade de enfrentar as mudanças climáticas, ou seja, o mérito de quase “nova evolução”, ao conseguir adaptar-se a uma situação eminente que está por vir.

A riqueza é o requisito básico para deixemos de ser vulneráveis, a partir dela acessamos outros itens como a tecnologia necessária, e os recursos como água, terra e sementes.

Assim, a vulnerabilidade é vista como uma carência de bens, ou recursos, e caso essa falta não seja suprida, pode causar sofrimento ao indivíduo. Nesse entendimento, quem não apresentar os requisitos de um currículo com todos os itens

---

<sup>13</sup> Por Neo Liberalismo entendemos a doutrina que decorre do início dos anos 90 em que o mundo deixou de ser bipolar e os Estados Unidos se instalaram como maior potência mundial, a partir daí declararam a sua hegemonia em nível planetário, consistindo na economia de mercado, cujo modelo recebeu grande destaque nas políticas econômicas desse período. As principais economias, que ainda hoje exercem grandes forças políticas nos dias atuais, tiveram seu desenvolvimento firmado em dois pontos fundamentais e que mudaram de forma efetiva as relações de produção, além de domínios geopolíticos como o controle do processo de inovação tecnológica e do capital. A ideologia principal remete ao estado, à intervenção na economia e na livre circulação de capitais, nesse contexto, o papel do governo focaliza em adoção de medidas de redução de serviços públicos, como as privatizações de empresas estatais, controle de gastos públicos, menores investimentos em políticas assistencialistas (aposentadoria, seguro desemprego e pensionistas).

exigidos para o desenvolvimento da adaptação está fadado a ser abandonado ao longo do caminho, a mercê das misérias do clima, que de uma forma caricaturada já vem sendo encenado por Hollywood em seus diversos filmes, como por exemplo “Mad Max”, interestelar”, o “Livro de Eli” e o desenho “Wall - e”.

E, mesmo para os que se adaptarem às consequências das mudanças climáticas, há também um melancólico teor de abandono do ser à própria sorte, deixado à solidão. Mas, infelizmente não é a solidão criadora que leva o ser ao devaneio, pleno de matérias imaginantes que transformam o mundo, uma vez que é:

Através da solidão é que o filósofo é restituído ao destino da meditação primeira. Pela solidão, a meditação tem toda a eficácia do espanto. A meditação primeira é, ao mesmo tempo, receptividade total e produtividade cosmologizante. Por exemplo, uma meditação matinal é imediatamente um mundo a ser despertado [...] (BACHELARD, 1985, p. 237).

Contudo, a solidão na qual os vulneráveis estão fadados a ficar é a que agora sugere o desenraizamento da participação da vida real, a separação do que era importante para a alma e para a sua vida moral, apagando seus tesouros do passado, suas tradições, sua separação do coletivo (WEIL, 2001). No mundo das mudanças climáticas, o ser que resiste dentro do pacote capitalista que incentiva a autossuficiência e o individualismo, caminha só, como aponta esta reflexão:

Agora somos todos indivíduos; não por escolha, mas por necessidade. Auto-identificação, o autogerenciamento e a auto-afirmação, e acima de tudo a auto-suficiência no desempenho de todas essas três tarefas são nosso dever comandemos ou não os recursos que o desempenho do novo dever exige (um dever à revelia, mais do que por planejamento: simplesmente não existe outra agência para fazer o trabalho por nós). Muito de nós fomos individualizados sem que antes nos tornássemos indivíduos o bastante para enfrentar as consequências da individualização (BAUMAN, 2008, p.137).

E nesse despreparo de ser só, de ser individualizado, de ser apartado do coletivo, que o indivíduo se torna um ser calado em sua solidão diante dos outros vulneráveis que ficaram para trás, pois não se sente mais parte da sociedade. Indivíduos foram aos poucos sendo expropriados das questões públicas do diálogo e passaram a ser receptores de pressões individualizantes (BAUMAN, 2008, p.140). Em nosso entendimento, essa individualização é também desumanizante, nos apoiando nessa reflexão:

Constar essa preocupação implica, indiscutivelmente, reconhecer a desumanização, não apenas como viabilidade ontológica, mas como realidade histórica. É também, e talvez, sobretudo, a partir desta dolorosa constatação que os homens se perguntam sobre a outra viabilidade – a de sua humanização (FREIRE, 2005, p. 32).

Retomando sobre as duas posturas previamente anunciadas, uma vez apresentado o panorama do IPCC no contexto do GPEA/UFMT, procuramos definir de outra forma a Vulnerabilidade Ambiental, sendo, neste espaço, conceituado como o grau de sofrimento a que uma pessoa está exposta devido a injustiça da qual é vítima. Portanto, é também necessário entender os processos pelos quais tal pessoa foi exposta a essa situação e como pode ser feito o enfrentamento para a mesma se reestabeleça.

Entendemos a condição de vulnerabilidade como uma questão de Direitos Humanos, que, por sua vez, torna-se politizadora no sentido de focalizar o fenômeno em relação da desigualdade advinda do processo de exclusão do sistema neoliberal. Além de explicitar a responsabilidade do Estado enquanto instituição de defesa dos sujeitos de direitos. Nesse sentido, concordamos que:

Neste caso a pergunta se poria sobre os mecanismos que tornam os sujeitos vulneráveis e não sobre a sua condição de destituídos da capacidade de defender-se (o que diga-se de passagem é fundamental do ponto de vista da constituição de sujeitos coletivos, mas desde que em confronto com as obrigações públicas que lhes são devidas como direitos e que devem, em primeiro lugar, ser cobradas). Interessa determinar e, assim, interromper os processos decisórios que impõem riscos aos mais desprotegidos – decisões alocativas de equipamentos decisórias alocativas de equipamentos danosos, dinâmicas inigualitárias do mercado de terras etc. (ACSELRAD, 2005, p. 43).

No que diz respeito à vulnerabilidade ambiental advinda das consequências das mudanças climáticas, a relacionamos com Injustiça Climática e daí para Justiça Climática. Desse modo, entendemos por Justiça Climática o fato de que nenhum grupo deva suportar uma carga maior de sofrimentos advindos dos fenômenos extremos como secas, cheias, fome, calor intenso por pertencer a grupos que têm suas vidas ligadas ao meio ambiente, não dispor dos avanços tecnológicos necessários para a adaptação a esses fenômenos.

O termo Justiça Climática é um conceito que já vem sendo ampliado de vários outros processos, pois é relevante entender que a degradação ambiental é histórica e que o sempre houve foi um descaso por parte do Estado em criar políticas públicas capazes de melhorar as condições de vida das comunidades. “A desigualdade ambiental é uma das expressões da desigualdade social que marca a história do nosso país” (ACSELRAD, 2005, p.43).

Essa desigualdade ambiental pode ser entendida a partir do termo “racismo ambiental” que foi cunhado no bojo do ato corajoso do reverendo Benjamin Chavis em

1982, em que tentou frear o descarregamento de uma substância tóxica, o PCB (polychlorinated-biphenyl), em um bairro periférico do estado americano da Carolina do Norte - bairro onde a maioria da população era negra. Essa manifestação resultou nas prisões dos manifestantes. Entretanto, serviu para levantar a questão e, posteriormente, um mapeamento foi realizado nos Estados Unidos da América para “localizar e explicitar como a camada menos favorecida da sociedade americana era atingida pelos danos ambientais causados, tanto pela agricultura como pela industrialização” (SATO et. al., 2008, p. 03).

As discussões sobre esse assunto não se encerraram, e quase uma década mais tarde, o conceito de “Racismo Ambiental” se comunga com o novo termo “Justiça Ambiental”, o que o transforma em um conceito mais amplo, mostrando os riscos ambientais aos quais a comunidade mais vulnerável socioeconomicamente está exposta.

Nesse contexto tem se formado uma rede “multicultural, multirracial e internacional, articulando entidades de direitos civis, grupos comunitários, organizações de trabalhadores e trabalhadoras, igrejas e intelectuais” (ACSELRAD, 2005, p.45). No Brasil essa rede se materializa na Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), criada em 2001, tendo como um elo, em Mato Grosso, o GPEA, que contribui aliando a pesquisa à militância, alicerçando-se no campo pedagógico que constrói conhecimento com diálogos de saberes sem esquecer-se da atuação política. (SATO et al., 2008, p. 05).

Longe de ser apenas mais uma disciplina jurídica, a Justiça Ambiental é construída na vida social, como considerado a seguir:

A noção de justiça ambiental exprime um movimento de resignificação da questão ambiental. Ela resulta de uma apropriação singular da temática do meio ambiente por dinâmicas sociopolíticas tradicionalmente envolvidas com a construção da justiça social em sentido amplo. Este processo de resignificação está associado, por certo, a uma reconstituição das arenas onde se dão os embates sociais pela construção dos futuros possíveis (ACSELRAD, 2004, p. 219).

O conceito de Justiça Ambiental apresenta um conjunto de princípios e práticas que apontam para caminhos por onde devem seguir os movimentos elaborados por ocasião do Colóquio Internacional sobre Justiça Ambiental, Trabalho e Cidadania, realizado em setembro de 2001, na Universidade Federal Fluminense. Nesse histórico evento, emergiu o *Manifesto de Lançamento da Rede Brasileira de*

*Justiça Ambiental*, no qual se encontram as bases dos conceitos de Injustiça Ambiental e Justiça Ambiental:

Entendemos por injustiça ambiental o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis (REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL, 2001, s/p).

Assim, o movimento por justiça ambiental se preocupa com a natureza em face da sua degradação, mas também com os grupos de excluídos, marginalizados e injustiçados por esse processo.

Quando as Mudanças Climáticas passam a ser uma preocupação, dando início aos vários estudos de seus impactos, fica claro que os mais afetados serão os que menos causam essas mudanças, ou seja, as pessoas que vivem muito mais próximas à natureza. Estas, terão seus modos de vida totalmente modificados seja pelas secas ou pelas chuvas extremas que previstas (ASCERALD, 2005). A vulnerabilidade às Mudanças Climáticas também está na exclusão a qual parte da população está exposta, agravando, igualmente, a situação de injustiça ambiental em que se encontram.

Dessa maneira, o movimento por Justiça ambiental mais uma vez se junta a essa luta, porém, agora, assumem e ampliam uma nova pauta: a das Mudanças Climáticas, reconfigurando as reivindicações para Justiça Climática. Portanto, diante do exposto, o conceito injustiça ambiental incorpora o conceito de Injustiça Climática. E esse movimento busca mostrar a injustiça a que as comunidades tradicionais estão expostas, já que nem sempre se faz justiça ambiental a essas comunidades tendo em vista os processos adaptativos como resoluções das consequências das Mudanças Climáticas. E por esses processos o IPCC definiu como: “Ajustamentos, nos sistemas naturais ou humanos, em resposta a estímulos climáticos presentes ou esperados, ou os seus efeitos, que moderam os danos ou tiram partido das oportunidades úteis” (IPCC, 2007).

Apesar do IPCC acreditar nesses processos adaptativos, a Justiça Climática busca outras formas de lidar com o problema, podendo ser elencadas entre elas, a resistência aos processos causadores. Importante se faz lembrarmos que lidamos com situação de tragédias anunciadas, perdas de territórios e vidas. Nesse sentido,

não entendemos como “oportunidade úteis”, mas situações extremas que atingiram inúmeras pessoas que nunca corroboram para que isso ocorresse.

Neste ponto, compreendo que em algum momento será necessário o movimento que possa comportar a adaptação às mudanças climáticas, com suas tecnologias. Contudo, mesmo nesse momento, acredito que não possa haver pessoas mais adaptáveis ou menos adaptáveis, mas sim, técnicas mais adaptáveis ou menos adaptáveis, dependendo da escolha do grupo em que se encontra.

Por isso, é importante que a Educação Ambiental, como princípio de formação, sensibilize e oportunize novas formas de pensamentos, de modo a proporcionar para os que estão em situação de vulnerabilidade, conhecimento dos seus direitos e articulações, como forma de aprendizagem às suas reivindicações (SORRENTINO et al., 2005).

Além do que, a superação da vulnerabilidade não pode se sobrepor a valores, culturas e memórias de comunidades, mas necessita existir e ser construída em diálogo para que deixe de ser mera “suplementação de carências” e passe a ser uma verdadeira transformação social. Assim também concordamos que:

Finalmente, a ação cultural como a entendemos não pode, de um lado, sobrepor-se à visão do mundo dos camponeses e invadi-los culturalmente; de outro, adaptar-se a ela. Pelo contrário, a tarefa que ela coloca ao educador é a de, partindo daquela visão, tomada como um problema, exercer, com os camponeses, uma volta crítica sobre ela, de que resulte sua inserção, cada vez mais lúcida, na realidade em transformação (FREIRE, 2002, p. 30).

E essa será uma transformação necessária e já muito esperada, pois segundo as informações do IPCC, no Brasil, as áreas mais impactadas com as mudanças climáticas serão as áreas do Centro-Oeste e da Amazônia, a saber:

Esses especialistas trabalham com uma previsão de que a temperatura média no Brasil pode apresentar um aumento inferior ou igual a 4°C até 2100. Essa elevação da temperatura poderá afetar a segurança alimentar do país e trazer prejuízos para a agricultura. A Floresta Amazônica e Centro-Oeste e semi-árido nordestino deverão ser as regiões mais afetadas (TAMAIÓ, 2013.p. 23).

Para o Centro Oeste, o prognóstico climático é bem negativo. Estão previstos cenários nos quais tanto a atividade agrícola quanto a pecuária sofrerão redução de produtividade devido às mudanças no ciclo hidrológico e ao aumento de temperatura. Tal previsão acarreta grande preocupação, pois nessa região estão localizados três dos seis biomas brasileiros, com sua importância na diversidade genética, como a Floresta Amazônica, o Cerrado e o Pantanal. Estudos desenvolvidos pelo Instituto

Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, e Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias – Embrapa, sugerem que as temperaturas aumentarão entre 1°C e 5,8°C no Centro-Oeste, com um período de crítica diminuição de chuvas, entre 25% a 35%, de estiagem mais seco e quente até 2070.

Traremos então a preocupação desses cenários para o caso específico do Estado de Mato Grosso, onde se localiza a maior parte desta pesquisa. O estado sozinho apresenta uma área de 903.307 km da região Centro-Oeste, representando 10,61% do território nacional e localizado na porção norte – noroeste do Brasil. É formado por três Biomas: Cerrado, Pantanal e Floresta Amazônica. Mato Grosso possui grande importância geopolítica por ser uma passagem natural das regiões sul e sudeste para a região norte, mais precisamente, para a Amazônia (PIAIA 2003).

A economia de Mato Grosso é representada pelo agronegócio e agropecuária, que apresenta, anualmente, um crescimento significativo que já chegou a 7,6% em 2009. Atualmente, o estado de Mato Grosso lidera a produção de soja no país, com a estimativa de 28,14 milhões de toneladas por safra. Também está à frente na produção de algodão em pluma – 856.184 toneladas, e rebanho bovino, com 28,41 milhões de cabeças. De acordo com o Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária (IMEA, 2017), o agronegócio representa 50,5% do PIB do estado.

Existe também uma considerável importância na geração de energia, levando em consideração seu grande potencial hidrelétrico – estimado em 17.220MW - por causa de suas bacias hidrográficas (PIAIA, 2003).

Indubitavelmente, Mato Grosso é um Estado que desperta o interesse de grandes investidores para investimentos econômicos, tal fato pode ser atribuído à expansão capitalista no agronegócio que deixa rastros devastadores na natureza. A monocultura toma cada vez mais espaço, trazendo consigo toda a estrutura de que necessita: apropriação de grandes extensões de terra (o que significa derrubada de matas nativas), uso de implementos agrícolas, corretivos do solo como o calcário, a uréia, adubos, fertilizantes e agrotóxicos que, conseqüentemente, acabam dentro dos córregos e rios, contaminando a água, o solo, afetando tudo a sua volta. Há mais de dez anos, seguidamente, Mato Grosso recebe o incômodo título de campeão ou vice-campeão em queimadas ou desmatamentos (INPE, 2014).

Devemos entender que os relatados problemas ambientais se refletem na sociedade, que passa a ter que conviver com um meio ambiente deteriorado e

insalubre. Além disso, a própria dinâmica da expansão econômica do agronegócio é causadora de inúmeras injustiças e desigualdades sociais. Assim, tal modelo econômico utilizado em Mato Grosso, voltado para a exportação é concentrador de riqueza (VIEIRA, 2007, p.17).

Levando-se em consideração tais reflexões, constatamos que essa expansão da fronteira agrícola evidencia a segregação das classes sociais, resultando também em problemas socioambientais que acabam até mesmo ultrapassando os limites municipais e estaduais, (mesmo porque esses limites são linhas imaginárias humanas que não correspondem a dinâmica da natureza) gerando mais e mais impactos:

Diante desta impactação do cenário, grande parte das tentativas de se solucionar os problemas decorrentes do avanço da fronteira agrícola como a precariedade das condições de vida de grande parte da população, a perda dos territórios e o assoreamento dos cursos d'água, para citar alguns exemplos, não têm surtido grande efeito" (PICHININ e SOUZA, 2006, p.20).

Fatalmente, o desenvolvimento agrícola modernizante destrói não só as formas tradicionais de viver e produzir, mas também:

[...] erradica a biodiversidade nativa, para a implantação dos sistemas homogêneos e simplificados das monoculturas modernas. Cria-se um novo ordenamento territorial, a partir de uma racionalidade externa ao lugar" (MAZZETO, 2006, p. 107).

O Estado sempre esteve presente nesse ciclo de expansão do capitalismo, sendo a ocupação de suas terras para a plantação da monocultura nas últimas décadas do século XX, a grande expressão da globalização em seu território.

As terras de Mato Grosso, historicamente, sempre despertaram a cobiça de grandes empresários e governos. Podemos citar depoimentos até de viajantes do século XVIII sobre nossa região. Busca por ouro, índios, imposição de fronteiras com os espanhóis, borracha, cana-de-açúcar são elementos da história que necessitam ser evidenciados (VOLPATO, 1987). Vários foram os produtos, cada um ao seu tempo e com o seu valor. O governo, fosse ele Monárquico ou Republicano, sempre respondeu na mesma medida que os investimentos que vinham para a região: organizando expedições ou programas com o intuito de ocupar essas terras.

Mato Grosso foi palco de muitos importantes programas do país, como a chamada "Marcha para o Oeste", política de ocupação do governo Vargas na década de 1940. Tal programa tinha como objetivo integrar a Amazônia ao restante do Brasil, servir como bolsão de escape para os problemas da seca do Nordeste, além de abrir caminho ao Intervencionismo do Estado Populista de Vargas. Houve também o

governo de Juscelino Kubitschek com o Plano de Metas (crescer 50 anos em 05), a construção de Brasília e da rodovia Belém-Brasília. Entretanto, nenhum projeto de ocupação da Amazônia causou tanto impacto quanto o processo de colonização idealizado pelo governo da ditadura militar na década de 1970 (MATSUBARA, 1997).

A ditadura se utilizou de uma estrutura já criada para favorecer a migração nos governos anteriores, mas as adaptou às novas demandas ocasionadas pelos conflitos que exigiam a reforma agrária do Sul do Brasil e à necessidade de se expandir o capital. O processo de ocupação foi fortalecido com a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa da Amazônia (EMBRAPA) e do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), assim como de programas como PIN – Programa de Integração Nacional e PRODOESTE - Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (MARGULIS, 1991).

Devido à forte propaganda, levas de migrantes, principalmente vindos do Sul do Brasil, instalaram-se em Mato Grosso, no que foi chamado pelo Governo de “Terra sem homens, para homens sem terras”. Porém, poucos foram os migrantes que conseguiram manter-se nas terras. Muito faltou entre o discurso do governo e as condições necessárias para a fixação dos pequenos agricultores como crédito agrícola, assistência técnica e benefícios sociais.

Junto à frente de expansão aberta pelos pequenos agricultores, que acabavam tendo que abandonar suas terras por falta de condições, veio outro tipo de migração que não corria riscos: a dos grandes empresários de colonizadoras. Os mesmos adquiriram enormes extensões de terras para a monocultura ou simplesmente para esperar sua alta capitalização, o que fez valer ao Estado o apelido de “reino dos latifúndios” (MATSUBARA, 1997, p. 42).

Foi o início da atual expansão agrícola de Mato Grosso voltada para o mercado externo, tendo a soja como carro chefe, fortalecendo cada vez mais o plantio com a alta tecnologia nos moldes da modernidade, algo que atualmente entendemos como o mundo globalizado. Entretanto, para o geógrafo Milton Santos, esse termo faz sentido apenas para as grandes multinacionais, que em sua opinião, o mundo tem se tornado continuamente menos unido em face das diferenças locais cada vez mais aprofundadas, com a falta de emprego, tornando crônica em todos os continentes. Tal pensador pondera ainda que se alastram os males espirituais e morais como o egoísmo, o cinismo e a corrupção (SANTOS, 2007).

Pensamento similar é encontrado nas afirmações de Paulo Freire sobre a globalização:

O discurso ideológico da globalização procura disfarçar que ela vem robustecendo a riqueza de uns poucos e verticalizando a pobreza e a miséria de milhões. O sistema capitalista alcança no neoliberalismo globalizante o máximo de eficácia de sua malvadez intrínseca (FREIRE, 2009, p.128).

Ao se multiplicar pelos campos, formando apenas uma massa monótona, seja de soja, algodão, milho ou qualquer outro produto que esteja em alta no mercado de *commodities*, os grandes produtores arrasam qualquer forma de relação com o ambiente, diferente ou anterior ao agronegócio.

Culturas, saberes e identidades são relegados às instâncias de exóticos, antigos e improdutivos. Podemos observar que, em muitas regiões do Estado de Mato Grosso, essa expansão, revestida de modernidade agrícola e alta produção tecnológica, criou e acirrou os conflitos e as injustiças com as comunidades tradicionais, com os indígenas, com o meio ambiente e com todos os expropriados da monocultura e da especulação de terra.

A gravidade de tais conflitos que se multiplicam pode ser observada no relatório do estudo inovador elaborado pelo Grupo Pesquisador em Educação Ambiental – GPEA, por meio de um seminário, em outubro de 2008, que teve como objetivo mapear dentro do território mato-grossense as diversas comunidades, etnias e identidades dos grupos sociais validados pela sua autodenominação em respeito à relação com o ambiente em que vivem (SATO, 2008).

Estiveram presentes nesse seminário, 250 lideranças das mais diversas lutas sociais, foram identificados 84 grupos sociais e etnias indígenas. Junto a esses grupos foram levantados os dados referentes aos tipos de problemas e conflitos que eles enfrentam. Grande parte dos conflitos ocorre em virtude da posse de terras, seja ela dos quilombolas, índios ou assentados e à construção das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) que se instalam nos rios de Mato Grosso e dificultam a pesca, bem como a sobrevivência nas aldeias indígenas. Na maioria dos casos esses conflitos acabam em agressões físicas e ameaças de morte, como relatado por diversos grupos (SILVA e JABER-SILVA, 2015).

Dados impressionantes foram encontrados nos relatórios da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no que diz respeito ao trabalho escravo. Segundo os números de 2014 desse relatório, foram resgatados, em Mato Grosso, 470 trabalhadores.

Nesse sentido, os empresários de Mato Grosso figuram na liderança na chamada “lista suja” dos campeões de denúncia de trabalho escravo (CPT, 2014).

Tais conflitos têm como gerador a expansão do agronegócio e, como já comentamos neste trabalho, sendo a produção em Mato Grosso voltada para a exportação oscila frente aos sabores do capital internacional. A dinâmica do desenvolvimento capitalista no espaço mundial e da produção, segundo Santos (2009), estabelece hierarquias por meio de “[...] mais-valias distribuídas por todo o sistema mundial graças à divisão global do Trabalho” (op. cit., p.283), argumentando que tais divisões se estabelecem entre várias instâncias do sistema mundial e social. Assim, tal divisão estabelecida vai se consolidando entre países, sociedades, regiões e povos.

[...] essa dinâmica assenta numa contradição específica, numa relação entre entidades que tendem a negar-se entre si, e cujo desenvolvimento gera por essa razão, assimetria e desigualdades inescapáveis: entre sexos e entre gerações; entre patrões e trabalhadores e entre ambos e a natureza; entre a mercadorização das necessidades e a solvência; entre a inclusão na comunidade e no círculo de reciprocidade e a exclusão de ambos (SANTOS, 2009, p. 284).

Assim, Mato Grosso já se mostra uma região de exclusão, conflito e grupos em constante vulnerabilidade ambiental, juntando a isso também as consequências das mudanças climáticas. Chamamos a atenção, pois, o IPCC aponta que tanto as temperaturas para a Região Centro Oeste e, conseqüentemente, para Mato Grosso, estão propensas a subir, como a quantidade de chuvas está prevista em diminuir de 25% a 35%. Isso significaria total crise hídrica para uma região que atualmente tem uma rede importante de drenagem, com muitas nascentes, mas que também necessita de muita água para manter sua biodiversidade.

E a água já é um dos elementos em disputa nessa região. Junto com o agronegócio e a pecuária, as pesquisas apontam que Mato Grosso detém, igualmente, o monopólio do hidro negócio, que é a comercialização da água, seja em forma de energia ou em *commodities* no plantio da monocultura, na criação de gado e mesmo a própria água engarrafada, o que a transforma em recurso hídrico, transformando a água, portanto, com seu valor econômico agregado. Nas várias cidades de Mato Grosso já se fala em escassez, problema que os condomínios de luxo e a população com um pouco mais de recurso resolvem a partir da instalação de poços artesianos. Na maioria das cidades do Estado não existe saneamento básico,

e a privatização da distribuição da água e a outorga já estão sendo feitas na capital Cuiabá.

Os relatórios da Comissão da Pastoral da Terra, até o ano de 2014, mostravam que as injustiças ambientais causadas pela má distribuição de água em Mato Grosso cresceram 93,3% e estão relacionadas a seu uso e preservação, à construção de barragens e usinas e à apropriação particular.

De um lado temos parte do Estado sedento pelos recursos hídricos, que é uma forma de se atrair investimentos como empresas, turismo, negócios, e do outro, temos a parte que está também sedenta, mas de água, pois vivendo em suas comunidades, com suas tradições e seus costumes, estão sentindo a terra secar e se partir, lutando para ficar em seus territórios.

Com as consequências das mudanças climáticas, tais disputas por água tendem a aumentar a vulnerabilidade ambiental dessas comunidades. E, infelizmente, dentro dessas comunidades, consideramos que algumas pessoas são mais vulneráveis que outras.

Dentro dessa vulnerabilidade maior especificamente estão sendo consideradas as mulheres das comunidades, que exercem em seu cotidiano diversas atividades, tanto domésticas como profissionais ligadas à água. Em caso de escassez de água, a mulher será a principal atingida.

Neste ponto, retomamos então a consideração de que a vulnerabilidade ambiental está ligada às injustiças e às desigualdades sociais, econômicas e ambientais, causando mais preconceitos e exclusão. E, ao considerarmos que cada comunidade é única e que cada pessoa possui a sua singularidade, é importante entender quais são as formas de exclusão que tornam essas mulheres ainda tão vulneráveis em relação às mudanças climáticas. Acreditamos então, que se o mundo feminino está tão ligado à água em todos os seus aspectos, é nesse mundo em que se revelam as ações e atividades femininas e no qual poderemos encontrar táticas que possam diminuir a vulnerabilidade em face das mudanças climáticas nas comunidades.

Assim, lançamos alguns pressupostos nesse caminhar da pesquisa. O primeiro deles, é que a vulnerabilidade das mulheres em relação à injustiça ambiental está ligada à visão tradicional, tanto de seu papel na família, quanto na sociedade e no trabalho. Tal papel tradicional a encarrega de suprir sozinha a necessidade de água

na família e do zelo pelo cuidado de todos, além de dificultar sua atuação política e sua autonomia econômica.

No segundo pressuposto, aportamos a ideia de que as mulheres das comunidades se percebem e ao mesmo tempo percebem a água e os problemas que estão sendo causados à natureza por uma visão mitológica de essência da vida, por fenômenos que não são considerados na chamada “gestão do meio ambiente”, o que dificulta a participação delas nas decisões sobre políticas públicas de controle social nessa área.

O terceiro pressuposto e talvez o de maior importância é que existem atividades do dia a dia doméstico e profissional dessas mulheres que se apresentam como um processo pedagógico e se conjuga no coletivo, levando a autonomia política, econômica e a sustentabilidade.

A educação Ambiental nos acompanha nessa caminhada, na medida em que é entendido que a construção de gênero e suas identidades estão ligadas ao território em que essas mulheres vivem, por sua ligação com a terra pela forma e como se relacionam com o seu próprio ambiente e no movimento de pertencimento ao lugar.

Existe fluidez das identidades e dos desmanches das tênues fronteiras territoriais quando chamamos para o novo diálogo, mas o que queremos evidenciar é que em Mato Grosso, isso ainda se faz pelo histórico de luta e exclusão da terra, no tocante ao apego e pertencimento ao território, e por caminharmos num entrelaçar ora na modernidade e ora sob um novo olhar, retomo essa discussão de forma mais densa no decorrer do texto, ao problematizar a temática território.

Assim, o objetivo de compreender quais são os processos de injustiças ambientais que agravam as consequências das Mudanças Climáticas no cotidiano das mulheres das comunidades tradicionais (Brasil e Espanha), principalmente, em relação a água, visa lançar bases para reflexão sobre a construção da Educação Ambiental aliada à Justiça Climática.

Entendemos, do mesmo modo, que conhecer as consequências dos diversos aspectos das mudanças climáticas é importante como uma forma de se fazer denúncia e mesmo aprender como se dar no sentido de apoiar essas linhas de fuga, uma vez que essa catástrofe está sendo, em sua maior parte, causada pela ação antrópica.

Dentre todos os aspectos aos quais podem ser estudadas as mudanças climáticas, elegemos a linha da justiça climática, pois esta vai além das consequências do efeito climático, apontando que, antes de tudo, tais mudanças são causadas pela exploração e a busca do desenvolvimento a qualquer custo, sabendo também que seus efeitos acometem sempre a camada mais desfavorecida economicamente.

É esse tom que queremos apresentar nesta pesquisa:

Além de criticar a desigualdade nos impactos das mudanças climáticas e questionar as formas como a questão vem sendo gerenciada pelos fóruns internacionais, os movimentos por Justiça Climática ainda questionam o sistema de comércio internacional e, por vezes, o próprio sistema de produção capitalista em si, que não parece estar sendo capaz de lidar com a dinâmica de responsabilidades e impactos do aquecimento global de forma equitativa e justa (MILANEZ, 2011, p.91).

Nesse contexto, as mulheres das comunidades tradicionais foram escolhidas como sujeitos de pesquisa, pois, são elas as mais vulneráveis em relação às mudanças climáticas, especialmente por sua condição histórica, cultural e econômica.

Historicamente, a mulher é responsável pelo cuidado da família, que inclui todos os serviços domésticos da casa, o cuidado com as crianças e com os idosos. Existem muitas outras linhas e formas de se estudarem as mulheres, entretanto, elegemos essa, por se tratar de uma pesquisa em comunidades que ainda atuam de forma tradicional em suas vidas cotidianas.

A lida diária das mulheres rurais também está acrescida do cuidado com a horta e o pomar do quintal da casa e dos animais domésticos que, para Marcon e Sauci (2008), confere à mulher o título de cuidadora pois, “no domicílio, ela está sempre disponível às solicitações dos seus familiares, nos cuidados com a higiene, na alimentação, no tratamento dos enfermos”.

Nesse âmbito de “cuidadora” da família, a mulher possui no elemento água sua grande companheira de lida, visto que, esta, encontra-se estreitamente ligada às atividades domésticas exercidas por elas, assim como a mulher e a água se diluem em cuidar e garantir o bem-estar de todos.

Uma gota de água poderosa basta para criar um mundo e para dissolver a noite. Para sonhar o poder, necessita-se apenas de uma gota imaginada em profundidade. À água assim dinamizada é um embrião; dá à vida um impulso inesgotável (BACHELARD, 2002, p. 10).

Na falta de água, é sempre a mulher que sai a busca de poços que possam manter o abastecimento necessário às atividades domésticas. Essa realidade foi imortalizada inclusive em letras de sambas como este:

Lata d'água na cabeça  
Lá vai Maria Lá vai Maria  
Sobe o morro e não se cansa.  
Pela mão leva a criança Lá vai Maria  
Maria lava roupa lá no alto.  
Lutando Pelo pão de cada dia  
Sonhando Com a vida do asfalto  
Que acaba Onde o morro principia.  
Música: "Lata D'água" /1952

**Compositor: Luís Antônio - Jota Jr.**

Com as consequências das mudanças climáticas - e a falta de água é uma delas - a situação dessas mulheres tende a piorar. É importante então que sejam pesquisadas as maneiras como as mulheres criam suas linhas de fuga em face das mudanças climáticas, não apenas no âmbito tecnológico, mas, principalmente, na expressão das próprias mulheres que estão na linha da vulnerabilidade, pois em suas atividades cotidianas perpassam saberes que conjugam ao longo de gerações de mulheres, sendo os cuidados com a vida dos familiares com a natureza.

Essas mulheres partilham concepções com as comunidades às quais pertencem, nas quais os seres humanos e animais, em correlação com o ambiente, não estão separados, nem separados da vida social, nem tampouco são reduzidos à condição de suporte, ou se prestam a ser matéria-prima para a vida humana, mas fazem parte desta (TORNQUIST, LISBOA e MONTESYMA, 2010, p. 865).

Ao voltar o olhar para a nossa realidade, decidimos pelas três comunidades: Complexo Quilombo Mata Cavalo, especificamente a comunidade Mutuca, na zona rural de Nossa Senhora do Livramento/MT; a comunidade de Joselândia, no Distrito de São Pedro de Joselândia, em Barão de Melgaço/MT; e a região da Galícia, na Espanha.

A comunidade rural Mutuca, a qual é representada pela Associação Mutuca, no Quilombo Mata Cavalo, foi escolhida por ser um território quilombola, com fortes lideranças femininas, que vive às voltas com as injustiças socioambientais. Seu território sofre desmatamento dos fazendeiros e entradas de garimpeiros. Além disso, o quilombo se encontra em meio a uma área de cerrado que possui problemas de abastecimento de água, ou seja, é um território seco. Também existe nessa

associação um departamento que cuida dos assuntos das mulheres do quilombo e se reúne para discussões uma vez por semana, tendo como associadas 30 mulheres.

A comunidade de Joselândia se encontra no meio do Pantanal de Mato Grosso, vivendo sob os ciclos das águas deste bioma, e ainda resguarda costumes e tradições típicas. Joselândia não possui associação de mulheres, como a de Mutuca, mas existe um espaço onde a liderança é feminina, e que também realiza encontros semanais, a igreja. Esse é o espaço onde elas conversam, trocam ideias, agendam visitas, socializam e fazem cursos. É uma reunião conhecida por irmandade.

A La Corunã, região da Espanha galega, entra nessa ciranda como um território onde buscamos a troca de experiências e conhecimentos. Nessa região existe uma tradicional atividade feminina que é a cata de mariscos. As mariscadoras de La Corunã tiram seu sustento do mar. O espaço da pesquisa serão as associações das mariscadoras.

Igualmente, as mulheres quilombolas de Mutuca, as mulheres de Joselândia, as galegas dependem e têm uma aproximação grande com a água, só que lá é o universo de água salgada. Buscaremos então, compreender esses três universos de mulheres e seus desafios frente às imposições que poderão ocorrer com a água em consequência das mudanças climáticas.

Assim, a discussão proposta na pesquisa, passa a considerar saberes ambientais que compartilham com a perspectiva orientada para o cuidado com a natureza, trazendo, dessa maneira, o diálogo socioambiental, aliando cultura e natureza neste campo pedagógico capaz de fazer emergir a educação como impulsionadora de transformações socioambientais.

E esse é também um diálogo que acontece no mundo do gênero, com a liderança e partilha com a luta das mulheres. E, por isso, conhecer os processos que levaram às mudanças climáticas, assim como sua consequência para a parte considerada mais vulnerável, que são as mulheres, é muito relevante para a busca da Justiça Climática.



*O mundo lá fora era grande e eu não conhecia nada para além das extremas do nosso sítio.  
Tinha loucura para conhecer esse mundo.  
As viagens que eu fazia em menina eram mais passeios.  
Eu sonhava em ganhar caminhos  
Pois agora eu era livre Em cima do meu cavalo  
e embaixo do meu chapéu de palha.  
**Rachel de Queiroz/“Memorial de Maria Moura”***

## Capa: Capítulo II – Cartografia, o Imaginário da Pesquisa

composé “**As pegadas da pesquisa**”, mostra o caminhar da pesquisa tanto nas escolhas metodológicas como nas entrevistas. As pegadas nas areias da Galícia como nossa marca de onde tocamos e nos tocou, e o longo caminho que não acaba, e que sempre pode ser renovado.

**Rachel de Queiroz** (Romancista, Cronista, Tradutora e Jornalista brasileira. Foi a primeira mulher a ingressar na Academia Brasileira de Letras. Escreveu sobre as grandes questões sociais como a seca no Nordeste e a pobreza. O Livro “Memorial de Maria Moura”, é considerada a obra mais madura da autora, escrita em 1992 quando ela tinha 82 anos. O Romance narra a vida de uma moça de posses, que se vendo órfão, prefere se transformar em líder de um bando de cangaceiros no sertão nordestino a se entregar a vida de submissão em um casamento arranjado, subvertendo a tradição do que era esperada para as “sinhazinhas” do século XIX. O trecho usado como epigrafe, trata do momento em que ela foge da fazenda com seus empregados para formar o bando, e sua narrativa mostra seu desejo por descobrir coisas novas e pela liberdade de viver e sonhar, traçando seus próprios caminhos. Como acredito ser a pesquisa. Os elementos da pesquisas são as folhas de água-pé, como se marcassem o caminho e a flor camalote do pantanal, além das folhas de bananeiras do quilombo mutuca.

## Capítulo II – Cartografia, o Imaginário da Pesquisa

Ficamos assim com todas as vantagens do método,  
sem a rigidez do método.  
Na verdade, era tempo.  
Que isto de método, sendo, como é, uma coisa indispensável,  
todavia é melhor tê-lo sem gravata nem  
suspensórios, mas um pouco à fresca e à solta.  
**Machado de Assis, 1881, p.10**

Pesquisar tem que ser sinônimo de amar, crescer, conhecer, ler, escrever, teorizar, praticar, lutar, sensibilizar, saber que não tem seus momentos de solidão, comunhão e solidariedade. Tudo que nos leve a algo novo, a um mundo que precisamos transcender para estar.

Transcender em significados ‘o já sabido’; transcender da visão cartesiana para uma pluralidade de tantos outros sentidos que nos afloram; transcender do ‘objeto de estudo’ para o sujeito que colabora com nossa pesquisa; transcender do “problema” de pesquisa para a nossa curiosidade filosófica que nos move a conhecer, uma vez que: “Não há receitas para se fazer pesquisa, do contrário, não seria pesquisa, pois pesquisar é descobrir, olhar diferente, registrar, anotar, observar, extrapolar, propor, SONHAR!”(SATO 2011, p. 19).

Objetivamente, nesta pesquisa, partimos de uma situação problema: da realidade das mudanças climáticas. Entretanto, não será uma abordagem climatológica ou física desse fenômeno em si, mas nossos olhares estarão voltados para as comunidades que escolhemos como lócus do nosso estudo: Joselândia, a Galícia e o Quilombo Mutuca; e em especial para as mulheres dessas comunidades, sujeitos da pesquisa que se interagem, e sentem e sofrem as consequências das mudanças climáticas.

Assim, seguindo os princípios do GPEA, em que a pesquisa se alia à militância, atuando sempre ao lado da busca por justiça, como pesquisadora entendo ser necessário compreender o fenômeno estudado não como um fato generalizável, que possa ser medido, quantificado, estático. De tal modo, sabemos que “Existem os fatos, mas não nos interessa os fatos enquanto fatos, interessamo-nos pelo sentido deles” (BELLO, 2006, p. 23), e assim é o sentido que na pesquisa demos a esse fato.

Acreditamos que os sujeitos são donos de suas histórias, e que essas histórias são dinâmicas, processuais, interagem com o cotidiano e com os sentidos que os sujeitos lhes atribuem.

Como pesquisadora, não nos cabe o julgo de valores sobre elas (ou tais histórias), mas, com nosso arcabouço de conhecimento, buscar compreendê-las. Por isso optei para que o enfoque investigativo tivesse o aporte fenomenológico, entendendo que:

[...] a fenomenologia irá colocar-se em outra perspectiva. Ela terá a preocupação de mostrar, e não de demonstrar, de explicitar as estruturas em que a experiência se verifica de deixar transparecer na descrição da experiência as suas estruturas universais (BELLO, 2006, p. 18).

A preocupação de mostrar e as interpretações são dimensões partidas da pesquisadora que, ao apreender do fenômeno e do sujeito pesquisado, alia sua experiência cultural à pesquisa, sendo assim definida como:

O método fenomenológico é também um método de aprendizagem, pois atenta para o sentido da existência, desafiando os nossos sentidos nos tornamos sujeitos de nossa própria história, de nosso próprio discurso cultural. A Fenomenologia provoca-nos, precisamente, a fazermos a experiência de um discurso assumido, de maneira humana, na primeira pessoa, tanto do singular como do plural (REZENDE, 1990, p. 33).

Assim, compreendemos que essa metodologia também se aplica à pesquisadora. De nada serve a riqueza das experiências vividas ou os elementos da natureza, se quem os vivencia não se sensibilizar com o que vê. E aqui é necessário tirar a resina cartesiana da observadora cética e dar vazão à sensibilidade de conhecer o outro, uma vez que para Rezende a fenomenologia surge como um movimento que percebe que não é suficiente apenas as estruturas Cartesianas para entender a forma de pensar da humanidade, e “por isso, pode parecer um paradoxo retomar o debate da natureza no complexo tecido da fenomenologia, entretanto, é apenas mais uma janela que se abre ao mundo e que traz contribuições” (REZENDE, 1990, p. 35).

Por isso, como pesquisadora, anoro-me na metáfora do direito à janela e dever da árvore (SATO, 2011) como premissa pessoal. Com o direito à janela: sonho com a pesquisa, em conhecer o mundo externo, olhar reflexivamente a pesquisa. No dever da árvore, no entanto, me deixo levar pelo dever da ética, do comprometimento com o ser pesquisado e com suas lutas sociais, sabendo com quem e para quem fazemos pesquisa.

No GPEA e em boa parte do Brasil e do mundo lusófono, a pesquisa em Educação Ambiental nunca será neutra, pois ela tem o seu lado. Assim concordamos que:

Uma pesquisa em EA deve ter ecos, além mares, ares, terras e fogo. Tem que ser intensa em seus contrastes de formas, representações, volumes e composições. Só assim poderemos encontrar um plano dinâmico sob uma nova essência do conhecimento. Um conhecimento enraizado em sonhos, que permaneça no impulso criativo e crítico das diversas formas de existência e que, sobremaneira, consiga novas ultrapassagens às violências vivenciadas pela nossa era (SATO, 2001, p. 34).

Dentro da fenomenologia, caminhamos pela Cartografia do Imaginário (SATO, 2011), que se ancora no filósofo Gaston Bachelard e seus quatro elementos: Água, Terra, Fogo e Ar. A Cartografia do Imaginário nos surge como uma opção de um novo olhar ao estudo tradicional, com uma epistemologia que pensa o outro em sua totalidade, na poesia e nas cores do seu ser, sua identidade, conhecimento e seus valores, nas imagens com a dignidade ontológica, na imaginação como fonte criadora do mundo.

E é nos escritos de Bachelard (2001) que entendemos que a imaginação não é o sentido de formar imagens, mas o de deformar e transformar as imagens primeiras, que superficialmente captamos de um mundo visual, essa imaginação deformada e transformada, se torna o nosso imaginário. De acordo com Bachelard (2001, p. 10), “Graças ao imaginário, a imaginação é essencialmente aberta. É ela, no psiquismo humano, a própria experiência da abertura, da novidade [...], exprimindo-se numa nova imagem.”

Nosso imaginário ou a nova imagem pode ser formada a partir de nós mesmos (BELLO, 2006) e do mundo em que tocamos e que nos toca por meio de nossas vivências. Do nosso imaginário, também participa a identidade, aquilo que somos e que, dinamicamente, queremos nos tornar, mostrando ou ocultando nossa imagem íntima, concordamos assim com Bachelard, quando sugere que:

A imagem tem uma função mais ativa. Sem dúvida, tem um sentido na vida inconsciente, por certo designa instintos profundos. Mas, além disso, vive de uma necessidade positiva de imaginar. Pode servir dialeticamente para ocultar e para mostrar. Mas é preciso mostrar muito para ocultar pouco, e é do lado dessa mostra prodigiosa que temos de estudar a imaginação (BACHELARD, 2003, p. 76).

Pela viagem da cartografia do imaginário, também existe a liberdade de a pesquisadora criar seu próprio caminho, por bifurcações e até atalhos, considerando

na pesquisa e sua interpretação de qual destino quer se chegar. Assim, temos o elemento bruto, o mundo da natureza, que transcende sua composição química e se une a interpretação da episteme fenomenológica como estrada principal que se converte e se constitui com a metodologia que cientificamente ressignifica histórias, relações e subjetividades como caminhos, vielas, que se alternam em torno dessa estrada que nos levaram à diversas paragens, que no seu interior multiplicam os elementos bachelardianos, como:

- **Água (Formação):** A gênese, a constituição original. Dividida em Água Identitária e Mítica.
- ✚ **Água Identitária:** A gênese, a constituição original: Quem é essa mulher que narra? Cotidiano, família, costumes. Identificação sobre o sujeito da pesquisa, quais são as formas de relação tradicional com o meio ambiente e o território que habitam. “É o início investigativo, a semente que nasce e voa nas brisas para chegar ao solo fértil” (op. cit., p.550).

E com o objetivo de transcender até onde poderíamos ir na vida das mulheres entrevistadas que foram pensadas as perguntas para a pesquisa. E, nas paragens dos nossos mapas, era necessário conhecer: quem é essa mulher que narra? No pulsar do elemento água identitária, era preciso conhecer as narradoras em seu mundo, sua vida, suas lembranças. Assim as perguntas foram:

- Conte um pouco da sua história: como foi sua infância? Como vive atualmente?

Nesse primeiro contato, a intenção é entender a alma dessa mulher que nos narra sua vida, vê-la como sujeito, dando a importância devida a sua história e as relações que ela vem construindo ao longo de sua existência.

A relevância dessa pergunta se deve ao fato de, durante muito tempo, a mulher ter sido apenas coadjuvante na narração que faziam de sua vida. As mulheres foram imaginadas, representadas, em vez de serem descritas, entrevistadas ou contadas, como nos apresenta Perrot (2007, p.17), tornando sua identidade inviabilizada, como um ser sem nome ou vida própria, como a introspectiva personagem do livro “Mulheres de Cinzas”, do Moçambicano Mia Couto (2015, p.15):

Chamo-me Imani. Este nome que me deram não é um nome. Na minha língua materna “Inami” quer dizer “quem é?”. Bate-se a uma porta e, do outro lado, alguém indaga: - Imani? [...] pois foi essa indagação que me deram como identidade. Como se eu fosse uma sombra sem corpo, a eterna espera de uma resposta. [...] Depois que minhas irmãs faleceram, levadas pelas

enchentes, passei a ser chamada de “a Viva”. Era assim que me referiam como se o facto de ter sobrevivido fosse a única marca que me distinguiu.

Com essa indagação da água identitária, desejamos entender pelas narrativas, as marcas dessas mulheres, pelas imaginações e concretudes do seu ser, do seu ir e vir no mundo, sendo sua narrativa o espaço que adentramos em sua vida, para expiar o que nos é permitido ver, como, pois, seria chamado por Bachelard (2012, p. 226) a porta aberta do ser:

[...] tudo se torna concreto no mundo de uma alma quando um objeto, quando uma simples porta vem proporcionar as imagens de hesitação, da tentação, do desejo, da segurança, da livre acolhida do respeito! Narraríamos toda nossa vida se fizéssemos a narrativa de todas as portas que já fechamos, que abrimos, de todas as portas que gostaríamos de reabrir.

É o adentrar da subjetividade, não esquecendo ou afogando a dimensão individual do sujeito, que historicamente aprende. A subjetividade da resposta que dará vida a parte escrita da tese, referendada por Paulo Freire (2000, p. 24-28) que não é possível escrever sem falar, sendo a escrita a oralidade que se fixa. Assim é a narrativa que essas mulheres fazem sobre sua própria história, transformação na comunicabilidade como uma possibilidade de expressão de vida, de invenção da vida, de criação da vida.

➤ **Água Mítica:** Aqui o mito e a imaginação são caminhos da pesquisa para podermos entender a importância e a compreensão da água para essas mulheres. O mito pode responder melhor do que as palavras científicas como sugere Bachelard (2003, p. 57).

Na intimidade da criação da vida na Água Mítica, com a intenção de que as narrativas nos levassem para um possível mito existente do ser mulher em cada universo natural que a cercava, buscando o entendimento de como isso afetava suas vidas:

As narrativas mitológicas não dissociam cultura e natureza, pois ambas dimensões são trazidas atadas, numa união de sinergias e mutualidade constante [...] é exatamente nesta constatação que reside a riqueza da proposta da educação ambiental (SATO 2008).

A primeira pergunta lançada nesse sentido foi a “se a senhora fosse um ser da natureza do seu território, qual seria?” Essa pergunta, surgiu durante a escuta da primeira entrevistada em nossa pesquisa em Joselândia, uma das moradoras, quando questionada sobre os problemas ambientais no pantanal, e como os percebia, ela responde comparando sua resistência a árvore denominada “cambará”, dizendo ela:

Eu gostaria de ser forte igual ao “cambará”. Na cheia ele brilha por causa da água, mas quando está seco brilha mais ainda (entrevista cedida ao GPEA, em 2014).

Vimos nessa resposta o sentido da resistência, no qual a adversidade aumenta a vontade de lutar e continuar “brilhante”. Ao buscar assim, tem a força que só a natureza poderia proporcionar, ancorada nos sonhos e devaneios.

É preciso deixar o pensamento livre das amarras do mundo estressante, que oprime e que acreditamos ser o mundo real, para podermos sonhar com outro mundo possível. Na obra “Grande Sertões Veredas”, o autor bem descreve:

Quando a gente dorme, vira de tudo: vira pedra, vira flor. O que sinto, e esforço em dizer ao senhor, repondo minhas lembranças, não consigo; portanto é que refiro tudo nestas fantasias. Mas eu estava dormindo era para reconfirmar minha sorte (ROSA, 2006, p. 405).

Assim, nas próximas entrevistas que foram sendo feitas, essa pergunta sobre qual ser da natureza desejaria ser passou a ser uma pergunta que fazia parte do nosso roteiro de entrevistas. Outras perguntas que buscavam o entendimento da imaginação junto ao elemento água também vieram se juntar a esse rol por sugestão da orientadora Michèle Sato, então foi elaborado o seguinte roteiro.

Vamos imaginar que a água doce seja gente, uma pessoa humana, você pode contar sobre como seria esta pessoa?

- Homem, mulher ou outro sexo?
- Jovem, maduro? Atemporal?
- Trabalha? Como trabalha?
- Tem conhecimentos? Que tipo de conhecimento?
- A água-pessoa tem amigos? Como é tratada pelos amigos? Como ela ajuda os amigos?

Na água mítica, solicitar que se imaginassem como um elemento da natureza ou imaginar a água como gente, nunca teve a intenção de reforçar a visão etnocêntrica sob natureza ou mesmo zoomorfizar seres humanos. Mas de uma forma delicada, adentrar num espaço que tanto humanos quanto não humanos se encontram, e onde as mulheres podem livremente, no devaneio de se imaginar, no lugar da água, afinal apenas no sonho como escreve Bachelard (2009) é que se consegue a liberdade plena.

E é nesse devaneio de pensar a água como gente, que está o cogito das entrevistadas. Cogito pensado no sentido bachelardiano, do ser que se torna científico ao ultrapassar as barreiras do visto ao se entender difuso, se lança ao imaginário do sentido, se transporta criando o ser real, pleno de vida, alegrias e sofrimento, encontrando assim a matéria que retorna, em forma de experiência:

Se o devaneio se liga à realidade, ele a humaniza, a engrandece, a magnifica. Todas as propriedades do real, desde que sonhadas, tornam-se qualidades heróicas. Assim, para o devaneio da água, a água converte-se na heroína da doçura e da pureza. A matéria sonhada não permanece, pois, objetiva, pode-se dizer realmente que ela se efemeriza (BACHELARD, 2002, p. 158).

Tais questionamentos então foram uma tentativa de levar as narrativas para um espaço real da criação do narrador, dialógica não apenas com quem a escuta, mas dentro do ser que se reconstrói, longe dos discursos já construídos, que sonha, ad-mira-se e re-ad-mirar-se. Dando isso no domínio da história e da cultura, e, por isso, no domínio do saber (FREIRE, 1987).

Saber esse imprescindível aos princípios da Educação Ambiental, na busca da autonomia e emancipação do ser que ocupa seu próprio espaço como sujeito, e não como objeto, se aceitando na sua subjetividade e símbolos, com o sentido que nos leva, pensado como ensina nossa orientadora:

[...] ao imprevisível mistério, sem abandonar nossa capacidade de compor um surreal orgânico, emergido na indulgência que corrobora a concepção estética que se repousa no plano poético ou na série de preceitos epistemológicos da Educação Ambiental (SATO, 2006, (I), 1-2).

Saber esse que pode nos mostrar a água, muito mais do que o ciclo hidrológico<sup>14</sup>, cultuado pela ciência moderna e eternizado nos livros acadêmicos, que entende a água apenas como um recurso hídrico e não como um elemento que forma nossa própria espécie, o ser “é água” (PORTO-GONÇALVES, 2006). Isso nos autoriza a pensar a apropriação da água e a própria crise das mudanças climáticas pela obliquidade de uma Educação Ambiental fenomenológica, no devaneio que externa a

---

<sup>14</sup> De forma alguma tenciono sugerir que o Ciclo Hidrológico não seja um aprendizado de extrema importância, porém esse já é um saber amplamente divulgado e que ainda suscita interessantes estudos e pesquisa, sendo inclusive importante para minha tese. O que busco aqui, entretanto, é a água no sentido fenomenológico, que não deixa de ser um elemento da natureza, mas que também a ela se soma ressignificação fenomenológicas que vão sendo apresentadas ao longo do trabalho.

materialidade do corpo íntimo, que conhece, que percebe a natureza e se corporifica com ela.

E aqui trago a água como território, e tomo seu conceito como o concebido no mundo moderno: como um espaço físico, material e até imaterial, mas com características fixas, conforme nos Porto Gonçalves “[...] território inscrito na sociedade e na natureza com as contradições e implicações relações sociais e de poder” (2006, p.128).

Território esse que, conforme Haesbaert (2009) nos sugere, é mais que um espaço no mapa. Território é onde acontecem as mediações espaciais de poder, de cultura, história, símbolos, abrigo, recursos e o conhecimento da natureza como conhecimento coletivo.

Utilizamos também os argumentos de Moreira (2007) que abarcam o território como a possibilidade de identificar o contexto físico e social, contendo elementos de significados éticos e poderes simbólicos, em que significados imateriais ganham concretude e, “[...] portanto sentido de realidade, quando são compreendidos como produtos legitimados por relações que estabelecem as condições e as ordenações da vida em sociedade.” (MOREIRA, 2007, p. 321).

E é no território com suas mediações que a comunidade tradicional ganha forma para o que Porto Gonçalves (2006) chama de re-existência, como movimento que tanto reage a uma ação imposta, como existe e persiste em suas lógicas tradicionais, mesmo diante da imposição de uma matriz exploradora e excludente.

Concordamos sobre a importância de entender o território, incluindo nessa perspectiva a água, a terra, a cultura, história, relações sociais e todas as suas mediações, pois “[...] assim pensar o território implica também pensar politicamente a cultura” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.168).

Desse modo, pensamos na fenomenologia do elemento terra primeiro no sentido do chão do amparo, o território ao qual pertence a essas mulheres entrevistadas, ou seja, a Terra Batida, compactado pelo uso. “A terra, com efeito, ao contrário dos outros três elementos, tem como primeira característica uma resistência.” (BACHELARD, 2003, p. 67).

- **Terra (Amparo):** A terra para além do espaço físico é a imaginação material, significa a solidez da vida. Com efeito, ao contrário dos demais elementos da natureza, a terra tem como primeira característica uma

resistência: A resistência da matéria terrestre, ao contrário, é imediata e constante [...] (BACHELARD, 2003, p. 10-11). Dividimos a terra em: Batida e Terracota.

✚ **Terra Batida:** Matéria que contém terra e partes de rochas socadas, torna-se dura e resistente, podendo ser utilizado para chão de casas e estradas (TAVARES, 2003) é sólido na vida dessas mulheres: o território em que moram, as formas que interagem com a natureza, especificamente com a água, quais suas atividades, o que produzem, como produzem.

O repouso e a segurança estão no elemento terra batida, na casa que protege, no refúgio e no enraizamento do ser “[...] o enrolamento em si mesmo de um corpo que se torna objeto para si mesmo, que toca a si mesmo (BACHERLARD, 2003, p. 04).

As perguntas aqui tinham a intenção que a narrativa das mulheres versasse pelo conhecimento de:

- Como é o território em que vive?
- Quais são as melhores coisas de se morar lá?
- Como vocês trabalham? (artesanato, agricultura, outros)

Mesmo um elemento forte como a terra, que se presta a ser chão duro, resistente, pode se transformar em peça frágil, como a terracota, que pode ser esteticamente modelada, mas que não aguenta o menor atrito e se esfarela:

✚ **Terracota:** Material feito de argila cozida no forno, mas não vidrada, usada em cerâmica e construção, entretanto tem baixa resistência mecânica e alta porosidade (TAVARES, 2003). Por esse elemento buscaremos compreender todas as situações que deveriam servir como amparo, mas, assim como a terracota, são frágeis como, por exemplo, as políticas públicas referentes às mulheres, a agricultura, ao controle social e água.

Entendemos por isso que o território por ser esse lugar de poder e de símbolos, sendo que muitas vezes vive em disputas, apresenta tais fragilidades e, por conseguinte, lutas são de suma importância para entendermos o vivido e o construído dessas mulheres. Nesse sentido, adentramos para as perguntas:

- Quais eram os maiores problemas de morarem nesses territórios?

- O que falta de políticas públicas, inclusive para as mulheres, nesse território?

Aqui esperávamos encontrar os desafios desses três grupos: Quilombolas, Pantaneiras e Mariscadoras; entendendo o que era considerado problema para elas, e quais as relações que faziam com a forma de exploração do ambiente e com as políticas públicas. Nossas leituras e pesquisas prévias já indicavam que esses três territórios vinham sofrendo com a apropriação das terras pela especulação imobiliária, com a contaminação da água e com a devastação ambiental, mas era importante que elas nos revelassem o que mais as afetavam, o que elas mais percebiam e o que para elas deveria ser melhorado.

A literatura técnica também indica que existe uma baixa participação das mulheres de comunidades tradicionais na gestão oficial do meio ambiente, principalmente nas esferas de decisões.

Para alguns pesquisadores, entretanto, a pouca participação tem muito a ver com a forma exigida para participar, no qual o processo possui uma forte ligação apenas com o viés econômico, técnico e pautado nas ciências modernas, que consideram os saberes tradicionais dessas mulheres como “clichê modesto” (DURAN, 2010, p.15) como uma divagação de alucinações e delírios e não como manifestações de uma cultura e de experiências vividas e saberes.

Essa é a consolidação do pensamento sem imagem e da rejeição da natureza, não propiciando a participação. Esses espaços são fechados, de conhecimentos técnicos, o qual Bourdieu (2007) chama de espaço de “lutas simbólicas” entre classes, na qual a classe que domina possui o poder assentado no capital econômico e, no caso ora destacado, técnico, impondo sua produção simbólica entre as mulheres, com vocábulos técnicos e convocações que não facilitam a participação.

Outro ponto que também tínhamos intenção de saber com essa parte da terracota eram as considerações de gênero, os limites e se eles existiam nessas comunidades. Apesar de existirem diversas políticas públicas para as mulheres das áreas rurais, elas ainda são um tanto ineficazes frente a séculos de desigualdade sexual (HEREDIA e CINTRÃO, 2006).

Ou por outras vezes, tais políticas tentam introduzir alternativas de produção e rendas elencadas pelo capitalismo, mas alienígenas a essas mulheres, que já iniciam fadadas ao fracasso, pois não valorizam sua experiência, seu território ou as

suas histórias pessoais. História que se nega a ser estática, mas dinâmica e transformadora como o fogo.

E aqui introduzimos o terceiro elemento importante para compreensão desta pesquisa: o Fogo!

➤ **Fogo (Transformação):** “Como na transitoriedade da água que nasce e morre. O fogo também acende e apaga. Entre os fenômenos, talvez o fogo tenha a maior competência em aceitar as dualidades entre o bem e o Mal” (BACHELARD,2008, p.32). E é nessa dualidade de bem e mal que dividimos o elemento fogo em Mnemosine e Fatuo.

✚ **Fogo Mnemosine:** Mnemósine, a deusa grega da memória, era considerada uma das mais poderosas deusas de seu tempo. Os gregos acreditavam que a memória é uma dádiva que nos distingue de outras criaturas no mundo animal. A memória de Mnemósine era a memória da energia do universo, do ciclo da vida, a memória de como viver no mundo (KERÉNY,1997). Nos apegando à dádiva da memória das mulheres das comunidades pesquisadas, buscamos compreender se elas percebem o fenômeno das mudanças climáticas no seu dia a dia, comparada com períodos anteriores. Indagamos, então, sobre a sensação de calor, a rotina de chuvas, a escassez de água.

Assim as perguntas foram estabelecidas:

- Fale um pouco sobre o tempo aqui em<sup>15</sup>?
- Como era antes? Mudou alguma coisa?
- Agora está mais quente? Mais frio?
- Chove mais? Menos?

Nesta etapa da pesquisa, não tinha a intenção de que as mulheres oferecessem uma ampla e fiel reconstrução paisagística com um inventário da natureza do território, mas que aguçassem seus sentidos com as lembranças do seu

---

<sup>15</sup> Geograficamente, o **tempo meteorológico** se define como: o estado momentâneo da atmosfera em um determinado local. Ou seja, o tempo consiste na mudança de curto prazo da atmosfera, que pode ser de minuto a minuto, de hora em hora ou de dia a dia. **O clima** é definido como a média do tempo meteorológico observado para uma certa região e período de tempo. Nas nossas entrevistas usamos tempo como sinônimo de clima, como é mais comumente falado pelas nossas entrevistadas. Para diferenciar um do outro utilizamos como medida de tempo a própria história de vida das mulheres, se referindo “como era o Tempo antigamente”, isso foi possível uma vez que as entrevistadas geralmente já passam da idade de 30 anos e já acumularam uma boa observação sobre o clima da região, devido a suas atividades tanto na roça, cheias, secas e na cata de mariscos.

mundo, percebidas pela visão, pelo queimar da pele nas diversas caminhadas do dia a dia, no olfato que distingue a terra molhada nos tempos de chuva da poeira, nos tempos da seca, pelo sabor dos alimentos que plantam em suas roças, pelas latas d'aguas que carregaram ou das enchentes que ultrapassaram os limites do esperado. A memória para Ricoeur (2006) designa não somente um momento do passado concluído, mas fenomenologicamente a imagem do ausente, um eikón, um símile que se baseia nessa imagem ausente e as coisas ou os seres que reproduzem. Assim, também concordamos que:

O espaço percebido pela imaginação não pode ser o espaço indiferente entregue à mensuração do geômetra. É um espaço vivido. E vivido não em sua positividade, mas com todas as parciaisidades da imaginação (BACHELARD, 2003, p. 19).

Sentir o mudar da vida e dos fenômenos ao longo dos tempos e pelas suas atividades é uma forma de também de se sentir parte da natureza, estar com ela em sua dinâmica histórica. É o poder também do saber (LE GOFF, 1998), da apropriação dos sentidos do seu espaço. Tal sensação pode ser descrita como:

[...] genuína é a experiência de nossa própria historicidade, assim a natureza não é dominada nem conquistada, mas vista e experienciada como parceira num diálogo mutuamente benéfico” (GRÜN, 2009, p. 166).

Importante era saber como era entendido esse fenômeno das mudanças climáticas na comunidade e quais eram as principais vulnerabilidades das mulheres em relação a esse fenômeno, e quais esses possíveis impactos.

Essa era outra face do fogo que transforma:

✚ **Fogo Fátuo:** Fenômeno físico-químico que quando materiais orgânicos entram em decomposição e expelem gases que ocasionam uma pequena explosão e soltando bolas de fogo azulado. Tal fenômeno sempre ligado à morte e à decomposição de corpos, já foi, e ainda é, causa de muitos medos entre as pessoas. Na pesquisa, ele nos remete à preocupação das mudanças climáticas e suas consequências para as comunidades (PALHARES, 2016).

As perguntas eram compostas por:

- A senhora já ouviu falar das mudanças climáticas? Onde?
- A senhora acredita?

- Essas mudanças de temperatura, com calor, chuva, seca atrapalham a suas atividades, seu trabalho e sua saúde?

O que é falado nos espaços acadêmicos e nas mídias sobre as mudanças climáticas sempre alcançam as comunidades que, por muitas vezes, nunca ouviram falar sobre essas mudanças. Ou seus conhecimentos estão com um grau muito incipiente conforme nos aponta as pesquisas realizadas Instituto de Prevención Salud y Medio Ambiente, da Espanha, e pelo Instituto de Pesquisa Econômicas e Aplicadas, do Brasil IPEA (2011).

Ambas mostram que, as propostas intergovernamentais sobre mudanças climáticas precisam encontrar táticas para que as pessoas façam a ligação com as mudanças que estão vivenciando no seu cotidiano. Para saber quais as maiores vulnerabilidades dessas mulheres, era importante saber como as transformações da época das chuvas, da seca e diminuição das águas influenciavam na agricultura.

Retomamos, neste ponto, a afirmação de que as mulheres estão mais em situação de vulnerabilidade às mudanças climáticas do que os homens, sendo que coadunam para essa constatação uma séria de fatores já levantados em outros estudos como o que a partir das entrevistas poderíamos elencar, seguindo o exemplo do Instituto internacional “Climate Change Information Centre – CARE” que apontam em uma ampla pesquisa executada nos continentes da Ásia, África e América em 2010, conforme mais detalhado no capítulo III.

Assim, ressaltamos que esses elementos água, terra e fogo, não estão de todo separados, pois partilham ciclos e interações que as mulheres estabelecem em suas vidas, tanto de saberes como de vulnerabilidades. E aqui surge outro elemento de união que perpassa esses ciclos: o ar, um elemento etéreo, que areja, que se expande, quando comprimido, que toca o pensar. Na ilha suspensa, todos os elementos imaginários – a água, a terra, o fogo, o vento – misturam suas flores pela transfiguração aérea (BACHELARD, 2001, p. 55).

No ar, então iniciamos novo ciclo, a consideração geral da viagem, a memória, o encantamento e o reencantamento da pesquisa:

- **Ar (Reformação)** “De todos os elementos, o ar é o único que toca todos os demais. Em forma de brisa, tufão ou furacão” (op. cit., 59). Esse novo ciclo chega em: Rarefeito e essencial.

✚ **Ar rarefeito:** É o ar contido em altitude, menos denso, leve, que poucos conseguem respirar. Nisso também se instaura a leveza da pesquisa, que nem por isso deixa de ser rigorosa.

Para garantir a leveza, o caminho foi constituído de narrativas a partir das entrevistas semiestruturadas, para que as respostas tivessem o tom da narratividade, nelas se destacam, não só a fala, mas a memória, expressão, corporeidade, espaço e acontecimento das experiências das entrevistadas, sendo essa narrativa, na visão de Bachelard (2001), construída das experiências por meio do devaneio de quem narra. Também concordamos que "[...] não há experiência humana que não possa ser expressa na forma de uma narrativa" (BAUER, e GASKELL, 2010, p. 35).

A boa narrativa, segundo Bachelard (2001), mistura o real, o imaginário e a aventura, que valerão de apontar as profundezas de sua intimidade humana, e é no aventurar-se que o narrador e o ouvinte se comunicam.

Desse modo, a narrativa também se constrói, não só do ponto de vista da pessoa que narra, mas fenomenologicamente do ponto de vista de quem faz o exercício da escuta. Tal escuta que compreende a narrativa de acordo com o mundo que o cerca e de acordo com sua vivência, que tem na experiência do outro e na sua experiência um campo fértil para o devir epistemológico como o descrito por Paulo Freire como indispensável ao diálogo, uma vez que a "[...] comunicação e intercomunicação entre sujeitos, refratários à burocratização de sua mente, abertos à possibilidade de conhecer e de conhecer mais, é indispensável ao conhecimento" (FREIRE, 1996, p. 109).

Entretanto, a narrativa não tem ainda a pretensão de ser a total descoberta de todos os aspectos da entrevistada, pois esse itinerário, como nos adverte Larrosa (1998), ainda está para ser inventado. Chegamos com as narrativas até o ponto em que nossas entrevistadas nos permitiram, e nos acolheram em suas diversas faces. Perceber essa multiplicidade nas narrativas é importante para o exercício da compreensão para a escrita criadora da pesquisa, pois:

Não há um eu real e escondido a ser descoberto. Atrás de um véu, há sempre outro véu, atrás de uma máscara, outra máscara; atrás de uma pele outra pele. O Eu que importa é aquele que existe sempre s além daquele que se toma habitualmente pelo próprio eu: não está para ser descoberto, mas para ser inventado; não É. Está para ser realizado, mas para ser conquistado; não está para ser explorado, mas para ser criado (LARROSA, 2014, p. 10).

Conhecer essas máscaras ou esses véus, nada disso se conjuga como uma “coleta de dados” fria e impessoal, com esquemas e sem a sensibilidade do deixar o outro falar. A narrativa, pois, não é um dado, mas uma informação confiada a alguém:

O dado é duro, às vezes é ordenado entre os grandes que maltratam, derrubam, espetam o corpo; vive mergulhado em um ambiente material, [...] ao passo que a linguagem se apresenta sempre doce. Claro que ela vem da ciência, mas sabe tacitamente a doçura do sentido, não esfola a retina, nem as costas, nem a pele (SERRES, 2001, p. 110).

A narrativa é como um gostoso aroma que se expande no ar e nos inebria na pesquisa, é a companheira para o encontro de forças e de construção para que o “[...] eu da janela torne-se consonante com o nós da árvore” (SATO, 2010, p.30), e nos possibilita a transcender para um novo ciclo:

✚ **Ar essencial:** Momento do pesquisador, território do pensamento que toca todos os outros elementos e seus substratos. Momento do estudo, das reflexões e das interpretações.

Ar que vem como brisa desde o início do doutorado por meio dos estudos, da literatura, busca pelas fontes teóricas adequadas, definições e linhas a serem seguidas. A tentativa de seguir o roteiro traçado, a escrita propriamente dita. Determinar a minha forma de compreender primeiro a cartografia do imaginário e depois as entrevistas, e como lhes daria as formas da interpretação, da minha interpretação uma vez que:

Não é a forma de uma árvore retorcida que faz a imagem, mas é a força de torção, e essa força de torção implica uma matéria dura, uma matéria que se endurece na torção. Eminente privilégio da imaginação material que trabalha com palavras que não são as suas, com signos da imaginação das formas (BACHELARD, 2008, p. 67).

Seguimos cartografando as narrativas das Mulheres sobre seu mundo cotidiano e sua relação com a água, nos momentos mais simples aos grandes desafios encontrados, formando e deformando as imagens que nos aparece nessas narrativas. Com a Cartografia do Imaginário e as narrativas que dela surgem, a pesquisa não é apenas observar, mas enxergar os sujeitos com os olhos da alma. Como Monet fazia com suas lindas flores que iria pintar, conforme o autor nos aponta:

As ninfeias são as flores do verão. É preciso levantar cedo e trabalhar depressa para fazer, como Claude Monet, boa provisão de beleza aquática, para dizer a curta e ardente história das flores do riacho. Quando anoitece – Monet o viu mil vezes – a jovem flor vai passar a noite sob água. Não se diz que seu pedúnculo a faz retornar, contraíndo-se, até o tenebroso fundo do lodo? Desse modo, a cada aurora, após o bom sono de uma noite de verão, flor da ninfeia, imensa sensitiva das águas, renasce com a luz, flor assim

sempre jovem, filha imaculada da água e do sol. Foi a essa flor que ontem, o pincel de Monet concedeu a eternidade. O pintor pode, portanto, prosseguir a história da juventude das águas (BACHELARD, 1985, p. 3-4).

E foi com esse prazer e avidez de Monet que fui a campo em busca das ninfas da minha pesquisa.

## 2.1. A pesquisa de campo

Penso que não há nada mais interessante em uma tese do que o trabalho campo. Ele é expressa todas as horas estudadas, todos os colóquios e debates participados, todos os nossos teóricos, metodologias sonhadas e expectativas de quais constituirão os resultados que tomam corpo.

Um corpo múltiplo, pois foi sonhado o que seriam as idas a campo, “[...] pois o detalhe imaginado é uma ponta aguda que penetra o sonhador, suscitando nele uma meditação concreta “[...] completam-se um ao outro.” (BACHELARD, 2009, p.148).

E na outra parte também assume um corpo físico, entre o meu corpo e o conjunto do corpo da pesquisa de campo em uma partilha das percepções:

[...] é meu corpo como interposto entre o que está diante de mim e o que está atrás de mim, o meu corpo levantado diante das coisas levantadas, em circuito com o mundo, compreensível por essa teoria da carne (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 338).

O sonho e a corporeidade da pesquisa de campo se mostram ainda, transitando por diversos territórios: a água doce das pantaneiras, a Terra das Quilombolas e o mar das mariscadoras da Galícia. De cada uma, deveria conhecer um pouco, detalhar sobre elas o que já havia sido escrito, e escrever a parte que me cabia.

Chegar a cada uma dessas comunidades significava uma forma diferente de transporte, pois a natureza do território aponta o tipo de caminhada. Pantanal na época da seca, de carro, e na época da cheia, de barco. No quilombo, facilmente de carro. Na Galícia, foi preciso atravessar pela primeira vez em minha história o oceano Atlântico.

Cada um desses transportes me ofereceu formas variadas de conhecimento, pois na Cartografia do Imaginário (SATO, 2010, p. 544), o importante é traçar o destino da pesquisa, sendo que é permitido caminhar de várias formas, dependendo de como a pesquisadora pensa sua pesquisa.

Entretanto, é muito importante durante todo seu trajeto manter a mente aguçada aos detalhes que aparecem pelo caminho:

O trabalho de campo requer a paciência para observar, de olhar para todos os lados, avançar pedra por pedra, paisagem por paisagem, pássaro por pássaro, flor por flor (MARTINS, 2007, p. 47).

A pesquisa nos três territórios consistiu em fazer as entrevistas gravadas, e registros fotográficos, além dos cadernos de campo. Porém, como pesquisadora sempre tive muito problema com a parte organizacional da entrevista. Por algumas experiências ruins durante o mestrado, aumentei meu cuidado com as gravações e quesitos eletrônicos: sempre trocava as pilhas do gravador, descarregava as entrevistas e montava pasta, com as fotos do dia. Tudo pelo medo de perder os registros.

Todavia, com os cadernos de campo, a situação foi outra, tinha várias anotações sobre as mesmas entrevistas, mas não organizadas, o que me custava muito tempo para reuni-las. Também perdia os cadernos, os esquecendo em algum lugar, e com ele as anotações relevantes. Dois dos cadernos foram perdidos assim. O que me obrigou a tomar precauções um pouco drásticas, mas eficientes: Como por exemplo amarrar o caderno a bolsa sempre que o carregava, e conferir todo o material antes de sair de cada entrevista.

Nesta oportunidade, trago a importância de se tomar cuidado com as gravações, com os cadernos de registro, não apenas pelo interesse da pesquisa, ou trabalho de se refazer a entrevista, ou mesmo pela impossibilidade disso. E sim, porque uma entrevista consiste no exercício da fala de alguém que deixou seus afazeres para colaborar com algo.

E não é uma fala qualquer, mas nas falas dessas mulheres estão presentes suas angústias, sonhos e injustiças. Há também os discursos prontos, resultado ideológico silencioso e longo pelo qual todas passamos. Contudo, há ainda o momento da subversão, de em uma frase ou expressão mostrar a injustiça, o descontentamento, o desejo de mudar, o enfrentamento contra possíveis forças opressoras, ao se falar também se escuta. Não é a palavra de outro que fala por elas, mas elas por elas mesmas, numa forma de se colocar como sujeito de sua história (FREIRE, 2004), num aprendizado de vida, uma vez que:

Existem caminhos por onde aquele “aprender a dizer a sua palavra” deixa ser uma fantasia de cultura e se converte em uma forma de poder. Um momento em que, de fato, conquistar o poder da palavra pode significar o poder de redizer a ordem do mundo e transformá-lo (BRANDÃO, 1985, p. 158).

A forma de se fazer entrevista mostrou-se ainda um ponto importante, para cada um existe uma forma de abordagem, de se chegar, e até de conversar. O que poderia ser uma conversa normal no quilombo, muitas vezes poderia ser

constrangedor para as mulheres de Joselândia. O que é importante falar no Brasil, às vezes não tinha importância na Galícia.

Para entender essa dinâmica, foi preciso, em cada conversa, explicar o objetivo da pesquisa, aceitar as respostas, e saber que todas têm seus limites, e buscar ser mais tolerante quando a entrevistada fosse evasiva, ou simplesmente não quisesse ou não soubesse responder. Para Martins, o trabalho de campo também exige saber cultivar a amizade, saber indagar sem ser um tom invasivo (MARTINS, 2007, p. 47).

O prazer do pesquisar vem da liberdade de pensar, de conversar, de superar obstáculo, de compartilhar conhecimento e de até inovar a sisuda face da ciência, por isso, fui a campo despida de cerimônia, mas confortavelmente agasalhada pela alegria do conhecer e do compartilhar. Aprendi que cabe ao pesquisador

Afastar as hesitações, não temer os momentos de pequenos êxtases proporcionados pela agradável sensação de olhar paisagens, de nelas mergulhar de ouvir histórias, entender seus ritmos. O prazer dessa empreitada não deverá encher de culpa o pesquisador a ponto de leva-lo a duvidar se isso é mesmo um trabalho (MARTINS, 2007, p. 48).

Por ter sido um trabalho tão prazeroso e importante, penso ser necessário explicitar cada território por onde andei.

## 2.2. Loci de Pesquisas

Quando decidimos pelas três comunidades de pesquisa, pensamos em três que gostaríamos de conhecer: um da água doce, outro do território do cerrado que sofre mais com a escassez de água e o universo da água salgada. Também foi pensado que pudesse ter um universo que não fosse brasileiro, mas que tivesse uma dinâmica de outra forma de pensar outro território. Isso porque o fenômeno da Mudança Climática é mundial, e todas suas consequências atingirão os diversos cantos do globo, sendo assim, é importante um diálogo e troca de experiências que compartilhem diversos saberes.



**Figura 4 - Os três territórios da Pesquisa**

Fotos Rosana Manfrinate

Mas tanto o Pantanal como o Quilombo Mutuca e a Galícia se ligam em outro ponto, são territórios que também sofrem e vêm sofrendo durante ao longo de sua história de formação com a exclusão de seu povo, trazemos aqui isso como resultado do colonialidade que sofremos no Brasil e também na Galícia. Podemos pensar este conceito como:

A colonialidade se refere a um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno, mas em vez de estar limitado a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, se relaciona à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si através do mercado capitalista mundial e da idéia de raça. Assim, apesar do colonialismo preceder a colonialidade, a colonialidade sobrevive ao colonialismo. Ela se mantém viva em textos didáticos, nos critérios para o bom trabalho acadêmico, na cultura, no sentido comum, na auto-imagem dos povos, nas aspirações dos sujeitos e em muitos outros aspectos de nossa experiência moderna. Neste sentido, respiramos a colonialidade na modernidade cotidianamente (TORRES, 2006, p. 1115).

Mesmo a Galícia sendo uma das regiões mais conhecida no interior da Europa, pertencendo a um dos países que mais colônias fez pelo mundo, também é um dos atingidos por esse fenômeno da colonialidade, conforme compreendemos neste texto:

O colonialismo não foi simplesmente uma configuração geopolítica por meio do qual o mundo se mundializou. Mais do que isso, o colonialismo constituiu os estados territoriais moderno-coloniais em todo lugar, inclusive, na Europa. A colonialidade é constitutiva das relações sociais e de poder do sistema-mundo nas suas mais diferentes escalas (GOMEZ, 2004, p. 76).

E entender as mudanças climáticas, bem como as injustiças que elas causarão, é antes de tudo entender e quebrar a ideia europeia cartesiana de conhecimento universal.

Precisamos conhecer cada território a partir dele próprio, isso é o que Porto-Gonçalves (2002) chama de territórios de anúncio, ou seja, que os próprios territórios se anunciem, se mostrem, e digam como queiram ser estudados, e que deles emerjam os saberes possíveis aos espaços que habitam. Nesse sentido então, entendemos que existe um território e que está forjado no espaço físico e simbólico, onde existem suas próprias relações de poder, e que para se tornar autônomo, necessita de reconstruir, se afirmar, se assumir como diversidade, encontrar sua linha de fuga, ou seja, desterritorializar (DELEUZE e GUATTARI, 2004) sua essência da colonialidade.

Foi dessa forma que, em nossas viagens de pesquisa, tentamos fazer. Não apenas mostrar espacialmente onde estavam as edificações de cada local, mas como esse local foi construído como um verdadeiro território de luta, e como a identidade do povo da terra tem uma importância única em face da sua história.

### 2.2.1. Território do Pantanal

Nesta pesquisa, o território do Pantanal representou o desafio de vivenciar o mundo da água doce, lugar de difícil acesso e de beleza natural sem igual. Como moradora de longa data do Estado de Mato Grosso, acreditava que as poucas visitas que já havia feito as partes “turísticas” do território pantaneiro, já ofereciam elementos suficientes para que pudesse dizer que o conhecia.

Entendi o meu engano e a pequenez do meu pensamento, assim que iniciamos a nossa primeira viagem de pesquisa ao Pantanal, dado a grandiosidade que se abria a frente.

O pantanal mato-grossense é a maior área úmida tropical do planeta. Vive ao sabor dos ciclos das águas, entre período de inundações e seca, ocupa uma área de,

aproximadamente, 160.000km<sup>2</sup> (BRASIL, 1997). Esta planície alagável está dividida entre os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que ao total consta sua parte brasileira de 85% da região, e entre as porções da Bolívia (10%) e Paraguai (5%).

A superfície de inundação na região varia de 11.000 a 110.000 km<sup>2</sup>, dependendo do ano, com uma média histórica de 53.000 km<sup>2</sup>. Dessa forma, extensas áreas podem permanecer submersas por inundação, devido ao extravasamento dos rios ou alagamento resultante das chuvas locais e da elevação do nível do lençol freático, por até oito (8) meses (CARVALHO, 2006).

A drenagem da planície pantaneira é complexa. Segundo Carvalho (2006), é constituída por pequenos cursos d'água (córregos), linhas de drenagem de moderada declividade e ausência de um canal bem desenvolvido (vazantes), linhas de drenagem estacionais com canal definido (corixos ou corixões), lagos e lagoas (baías), e lagoas de meandros marginais. No Pantanal, o pulso anual de inundação é condicionado pelo ciclo de chuvas em toda a Bacia do Alto Paraguai-BAP, principalmente durante os meses de setembro-janeiro no norte do Pantanal e novembro-março na porção sul.

O ciclo anual de cheia e seca é o fenômeno ecológico mais importante da planície, desempenhando papel preponderante na ciclagem de nutrientes e disponibilidade de água. A área de abrangência da inundação e o tempo de permanência das águas nos campos regem a disponibilidade de habitats e alimentação para organismos aquáticos e semiaquáticos, condicionando sua distribuição, abundância, modo de vida e comportamento reprodutivo (CALHEIROS e FERREIRA, 1997).

Na planície, as águas que transbordam dos rios são responsáveis pelo enriquecimento de extensas áreas utilizadas pela pecuária extensiva. Durante a inundação, as águas que cobrem os campos são rasas e transparentes e, eventualmente, formam lagoas de baixa profundidade, alimentadas pelas chuvas e pelo lençol freático. Essas águas são diluídas e ligeiramente ácidas, e as variações hidro químicas encontradas devem-se, também, a diferenças na composição química dos tributários do rio Paraguai (CALHEIROS e FERREIRA, 1997).

A Bacia do Alto Paraguai (BAP) é formada por outras bacias menores que convergem para o rio Paraguai, seu principal canal de drenagem. Os principais tributários do rio Paraguai são, em sua margem direita, os rios Jauru, Cabaçal e

Sepotuba e, na margem esquerda, o rio Cuiabá (com os afluentes São Lourenço e Piquiri) (CARVALHO, 2006).

As Áreas Úmidas (AU) são ecossistemas de alta importância para o ser humano, pois exercem funções vitais para nossa sobrevivência tais como, estocar e regularizar o fluxo de água, abrigar uma alta biodiversidade e influenciar substancialmente o ciclo de carbono e outros gases do efeito estufa (JUNK, 2001).

Considerando toda a sua importância biológica para o planeta, e indo além, entendemos que o pantanal não é apenas uma reserva hidrológica, de abundância da biodiversidade vegetal e faunística. Ele é sim um território, que conjuga cultura, histórias, memórias e vidas em que se integram mundo biológico a força dos ciclos das águas. Concordamos com Bachelard quando ele sugere sobre o poder que a água exerce tanto físico como fenomenológico:

Uma gota de água poderosa basta para criar um mundo e para dissolver a noite. Para sonhar o poder, necessita-se apenas de uma gota imaginada em profundidade (BACHELARD, 2002, p.10).

Pensando nesse bioma pantanal, e nas características desse território que presencie durante a pesquisa busquei elaborar um mapa e um caminho a partir do que já existia, buscando mostrar primeiro a dimensão do pantanal dentro do estado de Mato Grosso, em relação aos outros Biomas, e a sua distância em relação a capital do Estado Cuiabá.

Já o segundo mapa, (Figura 6) se refere mais a um “caminho”, que traçamos geralmente na ida para Joselândia saindo de Cuiabá, trouxe para ele alguns elementos que sempre encontramos tanto na chegada a comunidade, quanto andando por suas ruas, que penso deixou sua marca na pesquisa.

Assim deixei as folhas de Água Pé como trilha (Figura 1) de Cuiabá a Joselândia, pois essa é uma marca que estamos entrando no território pantaneiro, a Igreja de São Pedro, (Figura 2) símbolo da comunidade, seja por carro ou barco, quando entramos nas ruas de terra sempre a enxergamos como um símbolo da comunidade. A mulher andando de sombrinha (Figura 3), todas andam com sombrinha para proteger do sol, pois as casas são longe e elas andam as vezes quilômetros a pé. E a flor Camalote (Figura 4), penso ser um símbolo também forte do Pantanal, está em toda a parte, no rio, na mata que inunda, e até nas poças que ficam no fundo do quintal das casas. A festa de São Pedro (Figura 5) mostra a tradição e a marca da cultura desse povo pantaneiro.

### 2.2.1.2. Mapa de Mato Grosso separado por Biomas



Figura 6 Mapa de biomas / fonte Estado de Mato Grosso.

### Mapa da localização de São Pedro de Joselândia saindo de Cuiabá



Figura 7 Mapa do caminho de Cuiabá até Joselândia/Fonte: Sesc Pantanal

Historicamente, o pantanal era habitado pelos indígenas, veio há cerca de 300 anos a ser ocupado pelo colonizador europeu, sendo os espanhóis os que primeiros chegaram por esse território, já que em virtude do Tratado de Tordesilhas<sup>16</sup>, a área pertencia a Espanha. No século XVII há registros dos holandeses mapeando a região e lógico, a presença dos portugueses impulsionados pela pressão dos comerciantes monçoeiros<sup>17</sup> e dos bandeirantes que saíam da capitania de São Paulo.

Forjaram ali vidas, tanto nos períodos de água e de seca, desenvolvendo de tal modo, seu saber próprio sobre o espaço, fazendo dali seu território, se transformando em pantaneiros, formando sentidos como nos sugere a SATO:

A natureza nunca pode ser separada daquele que a percebe, ela nunca pode existir efetivamente em si, pois suas articulações são as mesmas de nossa existência, ela se estabelece no fim de um olhar ou término de uma exploração sensorial que a investe de humanidade (SATO, 2002, p. 26).

Todavia, se o Pantanal é forte em sua natureza e história, ele se constitui como um bioma frágil em relação às ações antrópicas que vem sofrendo. Tradicionalmente, a comunidade pantaneira é criadora de gado de corte. O gado era criado solto nas terras do pantanal, sem ser separado por cercas ou donos, cada um sabia qual era o seu, durante a seca. No período da cheia eram levados para as terras mais altas, onde as águas não os alcançariam, formalizando a prática do manejo.

Além do gado, a economia dos pantaneiros girava em torno da agricultura de subsistência e venda do excedente, todos tinham sua roça. a pesca era outra grande fonte de alimentação e, mesmo sendo o pantanal um local de criação de gado, o peixe é até hoje o alimento tradicional e típico da região.

No final da década de 1970, com as políticas de ocupação da Amazônia, entretanto, bem como com a movimentação da grande migração para o Estado de Mato Grosso, o pantanal se viu no meio da especulação capitalista. Empresários vindos de fora instalaram novos métodos de criação de gado, com maior número de rebanho, aumentando a área de pastagens para o confinamento, cercando exatamente as terras altas, usadas na coletividade. As grandes fazendas, que já existiam na região e que ainda mantinham o método tradicional de gado solto, foram

---

<sup>16</sup> "O **Tratado de Tordesilhas**, assinado na povoação castelhana de Tordesilhas, em 7 de junho de 1494, foi um tratado celebrado entre o Reino de Portugal e a Coroa de Castela para dividir as terras "descobertas e por descobrir" por ambas as Coroas fora da Europa.

<sup>17</sup>As chamadas **monções** foram expedições fluviais que, entre a segunda década do século XVIII e a primeira metade do século XIX, mantiveram contato entre a capitania de São Paulo e a capitania de Mato Grosso, no Brasil (SIQUEIRA,1998).

obrigadas a adotar essa nova forma de pecuária, ou tornar-se-iam menos competitivas.

Aos pequenos produtores muito pouco restou, alguns conseguem ainda manter poucas cabeças de gado, enquanto outros tornaram-se peões em fazendas maiores. O Pantanal também vive às voltas com a eminente invasão das monoculturas de soja, milho e cana-de-açúcar, além dos problemas das mineradoras licenciadas na região e dos garimpos clandestinos.

Além do exposto, existe o problema das más condições das águas que chegam à região do pantanal, devido as mesmas descerem pelos rios de outras regiões que recebem detritos de indústrias, esgotos de residências e agrotóxicos das demais monoculturas.

A chamada Usina Hidrelétrica do Manso<sup>18</sup> é ainda um outro fator que traz problemas, pois influencia na vazão do rio Cuiabá, principal afluente do Paraguai, ambos responsáveis pelas enchentes no Pantanal.

Desse modo, dentro do contexto mato-grossense de apropriação de territórios e produção agropecuária, o Pantanal passou a ser um espaço de disputas entre empresas, fazendeiros e comunidade tradicional. E nessa disputa a parte a ser a mais prejudicada é sem dúvida a comunidade local, que aos poucos é desalojada para dar espaço às formas capitalistas de produção.

Destacamos, nesta oportunidade, a resistência dos Pantaneiros, tal qual a resistência de séculos atrás comandada pelo Payaguá, lutando para manter seu modo de vida no território ao qual pertencem. Porém, os bandeirantes atuais não chegam mais vestidos de roupas de couro ou armados com rústico bacamarte, agora com armas eles contam com intrincado projetos de engenharia e um forte aparato econômico e político.

Assim, podemos conceituar o pantanal como um lugar de multiplicidades, onde encontramos a tradição e cultura de outros tempos intrínseca ao cotidiano dos pantaneiros, mas ao mesmo tempo modernidades que aos poucos vão chegando e o modificando. Lugar isolado pela força da natureza, mas que chama atenção pela beleza e pela importância ambiental de seu bioma. Um espaço de luta, mas ao mesmo tempo de generosidade.

---

<sup>18</sup> A **Usina Hidrelétrica de Manso** está localizada em Mato Grosso, nos municípios de Chapada dos Guimarães e Nova Brasilândia, às margens do Rio das Mortes e tem capacidade de geração de 212.

Nesse universo múltiplo, encontramos nosso lócus de pesquisa, a Comunidade de Joselândia. Essa comunidade se formou a partir das terras de uma antiga sesmaria, que ficam entre dois rios pantaneiros importantes, o São Lourenço e o Cuiabá. É um distrito do Município de Barão de Melgaço – MT, e, de acordo com o Censo do IBGE de 2010, há 2.483 habitantes, divididos nas seguintes Comunidades: a sede denominada São Pedro e as demais conhecidas como Mocambo, Pimenteira, Retiro São Bento, Colônia Santa Isabel, Capoeirinha, e Lagoa do Algodão.

E importante ainda, destacar que a comunidade de São Pedro de Joselândia, assim como a maioria das comunidades que tem sua história e ainda habitam em um território que vive nas formas tradicionais de integração com a natureza, apresenta um alto grau de vulnerabilidade socioambiental. A grande parte da comunidade vive da agricultura, de acordo com IBGE de 2010, além das pessoas idosas que vivem de aposentadoria.

O traçado das ruas e a construção das casas do distrito obedecem às cheias das águas, pois se afastam das áreas que eles chamam de largos, espaços em que o rio chega durante a cheia. As construções são feitas em volta, nunca aterram ou se aproximam dos largos, por mais próximos que estejam das casas, esse é o território do rio.

Assim como vizinhos, rio e pantaneiros partilham o mesmo território sem nunca avançarem um contra o outro. Por isso, é comum vermos canoas que são usadas apenas para sair das portas da casa e chegar até a rua, sem nenhuma reclamação de seus moradores. Como podemos ver na figura a seguir:



**Figura 5 - O largo tomado pelas águas da cheia do pantanal e pelas plantas aquáticas que florescem nesse período**

Foto Rosana Manfrinate, em março de 2015

Espaço partilhado pela água e pelo pantaneiro que Bachelard chama de “espaço feliz”, é a dinâmica das cheias que faz com que convivam juntos durante períodos de tempo. O “largo” no período da seca é também o local onde se pratica a corrida de cavalo, festa e celebração importante da comunidade. Torna-se, então, esse o território vivido tanto pelo rio que espalha sua água durante a cheia, quanto pelos moradores durante a seca.

Queremos examinar, com efeito, imagens bem simples, as imagens do espaço feliz. Nessa perspectiva, nossas investigações mereceriam o nome de tofília. Visam determinar o valor humano dos espaços de posse, espaços proibidos a forças adversas, dos espaços amados. Por razões muitas vezes bem diversas e com as diferenças que as nuances poéticas comportam, são espaços louvados. A seu valor de proteção, que pode ser positivo, ligam-se também valores imaginados, e que logo se tornam dominantes. O espaço compreendido pela imaginação não pode ser o espaço indiferente abandonado à medida e reflexão do geômetra. É vivido. E é vivido não em sua positividade, mas com todas as parcialidades da imaginação. Em particular, quase sempre ele atrai. Concentra o ser no interior dos limites que o protegem (BACHELARD, 2012, p.19).

A comunidade de São Pedro é a sede do Distrito e tem suas ruas de terras, que durante a época das chuvas ficam com muita lama e água, e durante a seca com muito pó. As casas são próximas umas das outras, mas com enormes terrenos a sua volta, onde geralmente existem hortas, galinheiros ou chiqueiros. A figura a seguir apresenta visão da entrada da comunidade.



**Figura 6 - Entrada da Comunidade São Pedro, à primeira vista está a igreja que dá nome à comunidade**

Foto: Rosana Manfrinate, em março de 2015

A comunidade dispõe de instituições públicas como escola e Posto de Saúde. A escola oferece todas as etapas da educação básica, e podemos também aqui trazer a ideia do espaço vivido e partilhado pensado por Bachelard (op.cit.), pois na escola de Joselândia é onde ocorrem encontros das comunidades e onde aparecem as novidades, para além da educação formal, é o espaço de vivência da comunidade. Do poço e da caixa da escola, é ainda de onde sai a água que vai para as casas que ficam próximas ao centro de Joselândia.

O Posto de Saúde conta apenas com um enfermeiro que faz os primeiros atendimentos nos pacientes e a distribuição dos remédios de uso controlados e contínuos nos pacientes já medicados e indicados anteriormente pelo médico. Entre as dificuldades de morar em Joselândia, a que mais incomoda os Pantaneiros é exatamente a falta de atendimento médico, o posto mal estruturado, a falta de remédios, além da ausência de farmácia na comunidade.

Entre os comércios privados, existem alguns pequenos mercados, que vendem apenas os alimentos básicos, refrigerantes, cervejas e sorvetes caseiros. Encontramos, igualmente, uma casa de materiais de construção e produtos agrícolas com produtos de uso veterinário, um salão de beleza. Existem serviços particulares como costureiras, lavadeiras de roupas, alguns mecânicos de tratores, doceiras,

pedreiros, peões de fazendas, agricultores que trabalham por contratos ou por troca de dias e de mercadorias.

Entre as fronteiras do município está o SESC Pantanal, instituição mantida pelo Serviço Social do Comércio, sendo uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), tendo uma área de 107.996 ha, atuando como um lugar de turismo externo. Sua presença ali divide as opiniões dos pantaneiros. No estudo feito pelo GPEA, alguns moradores apontam a reserva como ponto de conflito, pois impedem que os pantaneiros continuem com seus modos tradicionais de criação de gado que era soltar o gado pelos lugares mais altos da região, ou mesmo, proíbem que eles os pantaneiros de nascimento e tradição adentrem pelas bahias e terras onde foram criados e que agora pertencem ao SESC (JABER, 2012).

Outros moradores, principalmente os que de alguma maneira exercem funções remuneradas para o SESC, acreditam que a instituição é importante para o pantanal, inclusive a sua manutenção e para auxílio da comunidade, pois em momentos de emergência médica, o SESC muitas vezes sede o avião para levar pacientes para Cuiabá. Além de empregar alguns homens da comunidade como guardas-parque (JABER, 2012).

As expressões culturais de Joselândia seguem as tradições das danças e músicas de Mato Grosso, antigo como o “siriri e cururu”, sendo que nessa região, ela ainda acontece da forma bem tradicional. Em Joselândia há uma importante festa, famosa em todo o Estado de Mato Grosso: a festa de São Pedro de Joselândia, padroeiro do local, sendo esse um acontecimento pelo qual as pessoas aguardam o ano todo.

Nessa festa, é onde podem mostrar toda a sua devoção tanto para com a religião quanto ao lugar em que vivem. É quando os que foram embora retornam, os que ficaram mostram o que o lugar tem de melhor, e se transformam no espaço de aprendizagem em Joselândia:

As festas são lócus e ocasiões privilegiados de cenários de vida e constituintes dos momentos de experiências e das construções de abordagens pós-críticas da Educação Ambiental. As festas tradicionais implicam amorosidade, crenças e identidades culturais legítimas e constituem currículos culturais coletivos capazes de corroborar as políticas públicas em Educação Ambiental que primam pela proteção ambiental e pelo bem-estar dos povos (KAWAHARA, 2015, p.10).



**Figura 7 - Festa de São Pedro em Joselândia**

Foto: Rosana Manfrinate/2014

Assim o território de Joselândia compõe o nosso espaço da água doce, o espaço do pantanal no mundo da pesquisa. Chegar ao Pantanal, ao coração do Pantanal é sempre um desafio. Com a cheia do rio, as estradas rústicas de terra batida e cascalho que levam até a comunidade de Joselândia, as chamadas estradas de chão, (estrada de terra) ficam alagadas e se tornam estradas de água (KAWAHARA, 2015). A dinâmica de nossa viagem então, sempre começava por sair de Cuiabá bem cedo, seguir pela rodovia e chegando a sede do Sesc Pantanal que era nosso ponto de apoio e onde deixávamos os carros estacionados.

Desse ponto em diante seguíamos o rio Cuiabá de barco, até alcançarmos um lugar na margem esquerda do rio Cuiabá, um caminho de água que adentrava na mata, era a estrada que levaria até a Joselândia, durante praticamente duas horas faríamos esse trajeto.

O desconforto das acomodações do pequeno barco e o sol inclemente era mais que compensados pela linda paisagem do lugar. Árvores, flores, animais e aves, se mostravam durante todo o trajeto. A paisagem no Pantanal é vibrante com suas cores e vida.



**Figura 8 - Caminho para Joselândia durante a cheia.**

Foto: Rosana Manfrinate/2014

No tempo da seca, a ida à Joselândia, pode ser feita com os carros, entretanto, não sem dificuldade, as estradas que no período da cheia ficam alagadas, agora viram barro e lama, o que faz com que a ida e vinda das pessoas se torne demorada e demande de um bom carro e um bom motorista. Quem se atreve na época da seca tem sorte de ver os ipês floridos, mas sofre com a poeira que levanta na estrada.

Ficamos, durante toda a pesquisa de campo, hospedados na pousada de um dos comerciantes da região, que atende vários negócios em seu mercado, é dele o barco que se aluga como frete para vir para Cuiabá. Ele possui um pequeno sítio onde cria algumas cabeças de gado, além da pousada. Esse comerciante, sempre foi um ótimo informante de apoio, pois conhecia as casas da comunidade, as pessoas e os caminhos que deveríamos pegar.

Minha primeira entrevistada da comunidade, foi a cozinheira da pensão. Não cheguei a fazer as perguntas específicas sobre o projeto, mas perguntas básicas sobre a Joselândia, a entrevista foi muito interessante, ela me contou sobre a movimentação da Igreja, de forma geral sobre o dia a dia das mulheres.

Outra grande colaboradora para o meu projeto foi uma moradora das moradoras que também é agente do posto de saúde. Como parte do seu serviço, ela precisa visitar praticamente todas as casas da comunidade, e em contrapartida, conhecia a comunidade, as mulheres, me ajudou muito também com as informações endereços e apresentações.

Outra forma importante para conhecer a comunidade foi o censo realizado pelo Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte em 2012, no âmbito do projeto INAU, com intuito de ter melhor conhecimento da comunidade onde fazíamos a pesquisa, assim:

Dentro do universo da pesquisa do censo em 2012 da Comunidade de São Pedro de Joselândia entrevistou-se 65 domicílios o que atingiu um total de 65 responsáveis pela entrevista e mais 156 habitantes que compõem a família/moradia entrevistada totalizando 221 habitantes na amostra da pesquisa. Lembrando que, segundo o IBGE (2010), o subdistrito apresenta 308 habitantes em 118 domicílios, ou seja, esta pesquisa alcançou 60% do universo da pesquisa, portanto as tendências aqui apresentadas são expressivas para a compreensão da realidade. Através destas informações, coletadas em março de 2012, identificou-se e confirmou-se a predominância do sexo masculino na comunidade onde 50,77% eram do sexo masculino e 49,23% do sexo feminino (DALLA NORA, SATO, 2015, p. 415).

Dessa maneira, quando em 2014 voltei à comunidade para especificamente realizar a pesquisa referente ao doutorado, já conhecia parte da comunidade e seus costumes.

Antes do doutorando fiz duas viagens de pesquisa até Joselândia, e após o ingresso no curso mais 05 viagens de campo, sendo duas viagens no período da cheia, período em que chegamos na cidade de barco e três no período da seca, feitas com o uso de carro. Em cada viagem, ficávamos de 04 a 05 dias na comunidade visitando nossas entrevistadas. Também participei de festas de Santos, procissões, trabalhos coletivos, rezas cantadas, reuniões nas igrejas, e momentos nos quais as mulheres se reuniam para conversar. Sempre tentava estar presente e observando o movimento.

Em Joselândia entrevistei 17 mulheres entre as comunidades de São Pedro, Laranjal, Pimenteira, Matão, Retiro São Bento, mas efetivamente usei a 10 narrativas na tese. Também como nomes para identificá-las apelidos que tinham a ver com a água e com a cultura Pantaneira, como nomes de Peixes.

A seguir, apresento tabela contendo os apelidos utilizados para nomear as mulheres que colaboraram com a pesquisa ora apresentada:

<b>Apelidos</b>	<b>Local</b>
Cachará	Laranjeira
Jiripencém	Laranjeira
Jiripoca	São Pedro
Saicanga	São Pedro
Pintado	Matão
Corinbatá	Matão
Jaú	São Bento
Peraputanga	São Bento
Pacu	Pimenteira
Dourado	Pimenteira

**Tabela 1 - Mulheres de Joselândia**

Na maior parte do tempo agendava as entrevistas e seguia pelas casas, nunca ia sozinha, sempre em companhia de alguém do grupo, principalmente das minhas companheiras de doutorado Giseli ou Lúcia. Assim, garantíamos a conversa na ida e o debate sobre a entrevista na volta. Essa é uma prática comum no GPEA, sempre fazemos nossas entrevistas em um pequeno grupo, pois a ideia da criação do GPEA é a metodologia da sociopóética o que propõe uma construção de conhecimento coletivo, em que o grupo faz pesquisa junto, buscando o diálogo (SATO, LEITE, MEDEIROS e RIBEIRO, 2002, p. 60).

Em Joselândia, as casas são distantes umas das outras muitas vezes por 2 ou 3 quilômetros e tem dimensões de sítios, o que quando não tínhamos transportes, íamos a pé mesmo.

É costume entre as pessoas da comunidade quando querem visitar alguém e chegar a uma casa, da estrada já gritam um “olá” para serem atendidas nas casas, e recebem um “vamos chegar” receptivo em troca. O problema é que atualmente, todo o terreno em volta das casas está sendo cercado com arame farpado, mas não se constroem porteiros na frente da casa, só na parte de trás para o gado entrar, sendo que os visitantes locais facilmente deslizam sob a cerca e adentram ao terreno da casa.

Já era de meu conhecimento todo ritual, chegava à frente da cerca, gritava um “olá”, perguntava “Dona Fulana está?” e de dentro da casa recebia a senha amistosa “vamos chegar”. No pantanal, não existe desconfiança com visitantes, todos são bem recebidos e sempre se tem tempo para uma conversa.

O meu problema era a cerca de arame farpado, que diferente das pessoas do local, sempre me enroscava, o que fazia com que os moradores da casa viessem em socorro, e durante alguns minutos caíssem na risada, achando graça por alguém andar ao sol quente, lama e poeira, passar por arame farpado só para fazer entrevistas.

Mas essa dificuldade acabava ganhando a solidariedade das mulheres e de todos da casa. As mulheres nunca negavam uma entrevista, eram gentis e nos serviam algo para beber. No pantanal não é costume servir café, mas sim suco de fruta, geralmente caju, ou mesmo guaraná ralado se for ao horário da manhã.

Nas entrevistas nunca ficavam sozinhas sempre tinha outra pessoa da família, criança, ou alguém em companhia, são tímidas no começo, mas, a conversa ia seguindo da infância e sobre coisas corriqueiras e elas logo estavam contando e rindo das situações, o que tornava a entrevista uma conversa animada.



**Figura 9 - Entrevista com as mulheres de Joselândia**  
Foto Giseli Dalla Nora/2015

Mas apesar das conversas animadas, a forma de tratamento entre nós (entrevistada e entrevistadora) sempre se dava na formalidade usando o “senhora” e “Dona”. Observei que até entre elas essa formalidade ainda é corrente. Perguntas íntimas que por vezes permeiam as pesquisas sobre as mulheres como: o sexo, sexualidade, e até violência doméstica, não eram muito bem-vindas, por isso não me senti à vontade para fazê-las, com medo de constranger as entrevistadas e perder o foco da entrevista.

Durante o período das entrevistas, andei pelas ruas no período de chuva elameadas ou no período de seca, empoeiradas, tive o privilégio de viver por alguns dias numa comunidade onde ainda se passa na rua é se diz “Bom Dia” ou apenas “Dia” para as pessoas que se encontra pelo caminho.

Mas que também é uma comunidade que se encontra a beira das políticas públicas, entretanto, no coletivo, cultiva a solidariedade e a tradição que os fazem gentis e alegres com os que são de lá e com os que chegam de fora.

Uma comunidade pequena que consegue ser grandiosa em ações e intenção, com os seus como nos é ensinado aqui:

Às vezes, porém, as transações entre o pequeno e o grande multiplicam-se, repercurtem-se. Quando uma imagem familiar cresce até atingir as dimensões do céu, somos subitamente tocados pela sensação de que, correlativamente, os objetos familiares convertem-se nas miniaturas do mundo (BACHELARD, 2012, p. 176)

Deixamos então a miniatura de Joselândia na imensidão do Pantanal e seguimos para outro território, esse mais longe mais desconhecido por nós: o Território da Galícia.

### 2.2.2. Território da Galícia

De todos os territórios da pesquisa, a Galícia foi sem dúvida o que mais surpresas e desafios trouxeram, tanto porque precisei conhecer sua história, sua cultura, língua e seu universo Marítimo. Mas do que isso, colocava-me em situação de ter que falar de um mundo que não era meu, que não me pertencia, que não entendia e onde seria mera estrangeira.

A Galícia é a parte mais ao norte da Espanha e faz divisa com o território de Portugal. Delimitada a norte pelo Mar Cantábrico e a oeste pelo Oceano Atlântico. Possui uma área de 29.365 km<sup>2</sup> e suas costas marítimas possuem comprimento total de 1.498 Km. No censo de 2011, a Galícia apresentava 2.695.880 habitantes, tendo uma densidade demográfica média de 91 hab/km<sup>2</sup>, compreendendo quatro províncias: Coruña (Corunha), Lugo, Orense (Ourense) e Pontevedra (VILLARES, 2004).

Tornou-se região autônoma em 6 de abril de 1981. Ela tem duas línguas oficiais, castelhano e galego. Existem três principais cidades: La Coruña, Santiago de Compostela e Vigo. A capital da comunidade autônoma é Santiago de Compostela.

Na Galícia, em geral, encontramos duas áreas geográficas distintas: a costa, onde está a parte mais densa populacional e a econômica mais desenvolvida, e o interior com terrenos montanhosos, bosques e com assentamentos dispersos e pouca densidade populacional e mais voltado a agricultura e pecuária (LEDO e COMÍNS, 2001).

Hidrologicamente, a Galícia é um território coberto por bacias vigorosas formada tanto pelos chamados “Rias Altas” e que sobem para o Atlântico Norte como “Rias Baixas” que vão para Arosa (Arousa), Pontevedra, Ria de Vigo também formando o estuário chamado a “costa da morte” do Atlântico (NOÉ, 2009).

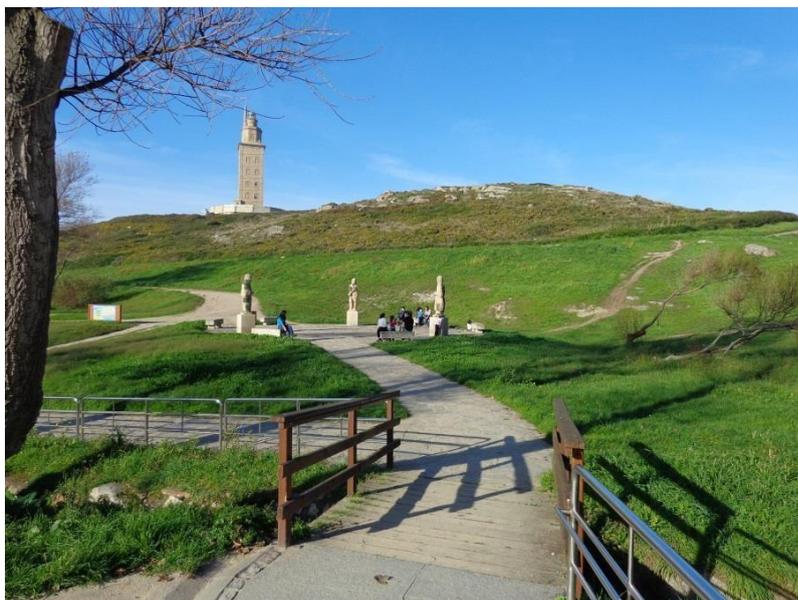
O clima de Galícia é considerado subtropical com grande volume de chuvas e temperaturas amenas que vão na escala de 15°C a 3° graus. Nesta região é comum a utilização agrícola das encostas, sendo que a vegetação galega já foi fortemente transformada pela ação humana que remonta ainda aos tempos pré-históricos, mas que se acentuou intensamente no século XX. Um desses símbolos é o Pinho Galego que mesmo sendo uma espécie nativa, sua expansão para as áreas de planície, tem a ver com a monocultura de madeira introduzida (VILLARES, 2004).

Outras espécies vegetais tão importantes também como Tozo, melojo, Carvalho, Olmos e azevinho, têm se mostradas fragilizadas e em perigo de extinção diante do avanço do desenvolvimento industrial pelos bosques, pântanos galegos e matas ciliares. Entretanto, na Galícia há muitas áreas naturais de interesse, mas apenas algumas são protegidas por lei. O mais importante é o Parque Nacional das Ilhas Atlânticas da Galícia - que foi declarado em 13 de junho de 2002, abrange as ilhas do Atlântico que estão na frente dos estuários. É um parque marítimo e terrestre que inclui os arquipélagos de Cíes, Ons e Onza, Sálvora e ilhotas do ambiente e da ilha de Cortegada, Malveires e outras ilhas próximas. No total, o parque abrange uma área de 1.200 ha de terra e cerca de 7.200 ha de mar, onde estão incluídos 95% das plataformas continentais ao redor das ilhas. Além de vários parques naturais (VILLARES, 2004).

Teoricamente, a posição geográfica da Galícia, com os bosques, as brumas, o isolamento por causa das montanhas e o mar, foi responsável pela ocupação histórica dessa região, aproximadamente nos anos 700 a.C. pelos povos Celtas, que vieram da região da Irlanda, ocupando também espaços de antigos povos que já viviam nessa região, as chamadas civilizações dos castros.

Aproximadamente 60 anos antes a. C., os romanos invadiram o norte da península ibérica e passaram a dominar a região, não sem antes sofrerem uma forte resistência dos povos que eles conheciam por Galleicos ou Celtas. Os Celtas ou Galleicos povoavam de forma especial o imaginário romano, pois se estendiam por toda a região da Europa, como Britânia, França, Irlanda e na região da Ibéria e não podiam ser enquadrados nos padrões romanos de bárbaros, pois tinham com uma cultura própria e uma formação de estado bem estruturado (LOPEZ, 1998).

A dominação romana preponderou, mas se fez sobre grande resistência galleica e com grandes guerras sangrentas, como foi o caso das “Guerras Cantábricas” (29 a.C. - 19 a.C.), sendo esse o último lugar da Península Ibérica (atual Portugal e Espanha) a ser dominado pelos romanos, devido à resistência de seus exércitos. Mesmo como perdedores os Gallaicos negavam a se entregar (LOPEZ, 1998). Toda a região da Galícia ainda guarda construções desse período como podemos observar abaixo.



**Figura 10 - Farol de Hercules, construído no tempo do domínio Romano na Galícia**

A Galícia só se fortalece como reino novamente com o fim do Império Romano, e assim se manteve durante todo do período feudalismo (SMITH,2003). Entretanto, no final do século XV, com o casamento dos reis católicos, Izabel de Castela e Fernando de Aragão, há a manobra geo-política para se juntar todos os reinos da Espanha sobre apenas uma monarquia (FERNÁNDEZ, 2000).

A Galícia nesse período não só perdeu o poder de sua nobreza como reino, como também foi excluída do centro político de decisão da Espanha, tanto pelo seu distanciamento geográfico de Madri, como pelo seu ligamento histórico cultural, comercial e político com Portugal (LÓPEZ, 1998). O reino da Espanha resolveu dominar e neutralizar a Galícia para enfraquecer o que seria uma ajuda ao norte de Portugal, este entendeu que deveria não reconhecer o norte da Espanha como seu antigo aliado e com quem teria um passado em comum (FERNÁNDEZ, 2000).

A partir daí a Galícia sofre com o isolamento geográfico e econômico, desenvolvendo atividades primárias como a pesca, agricultura e pecuária, além de estar fora da rota comercial. Nesse sentido, é forçadamente adaptada à nova configuração da Espanha e pelo ponto de vista econômico passa a ser considerada “pobre” e “desprestigiada”.

Já na Ditadura Militar Franquista que começa em meados dos anos 1930 e dura 40 anos do século XX, a Galícia sofre com a imposição da uniformização da cultura na Espanha, como a perseguição a diversidade cultural e aos movimentos contra a Ditadura. Além da política de exploração econômica e subdesenvolvimento tecnológico, aumentando a pobreza e forçando um grande número de migração principalmente masculina para os países da América do Sul (RODRIGUEZ, 2004).

A migração foi do final do século XIX até meados do século XX a forma que os galegos conseguiram para manter economicamente suas famílias, porém ainda hoje isso guarda grandes traumas em toda a comunidade, em termos de terem as famílias divididas e serem obrigadas a abandonar suas terras por causa da pobreza.

Mas mesmo com tanta exclusão, a Galícia sempre conseguiu se manter firme quanto a ser uma cultura diferenciada entre a afirmação do poder da centralidade de Madri. Assumem-se até hoje como Galegos, se expressam em sua língua própria.

Na Constituição espanhola de 1978, o Estatuto da Galícia a reconhece como uma Comunidade Autônoma de Nacionalidade Histórica, com Estatutos Direitos do povo Galego. Aceitando o reconhecimento do galego como língua própria da Galiza (e a co-oficialidade com o castelhano) e os símbolos próprios do país galego: bandeira, escudo (VILLARES, 2004).

Igualmente, também aceitam a divisão e organização administrativa do território em províncias, comarcas e paróquias rurais. E até o reconhecimento das comunidades galegas no estrangeiro, devido à maciça imigração do passado. Em 6

de Abril de 1981, este estatuto foi assinado pelo rei João Carlos I da Espanha, e pelo presidente do governo Leopoldo Calvo Sotelo, no Palácio Real de Madrid (*Idem, ibidem*).

Pensando nessa configuração territorial, procurei elaborar uma leitura do mapa conforme compreendi a Galícia e seus principais símbolos.

Antes de tudo foi preciso colocar a localização da Espanha na Europa, para saber por onde andar (mapa 11).

A seguir elaborei o Mapa da Galícia (mapa 12) com os elementos que mais marcaram a minha pesquisa nesse território. A minha primeira impressão foi o contato com o mar, que na Galícia está em quase toda a parte, e faz parte da cultura, do lazer e da Economia (figura 1).

O Segundo elemento foi a própria mariscadora, que eram os sujeitos da minha pesquisa, conversar com elas observa-las foi desde o começo uma experiência fascinante (figura 2). Os mariscos (figura 03) foram outro grande elemento da Galícia que chamou-me a atenção, por ser parte da cultura da Galícia, e também parte importante da minha pesquisa.

A Galícia também foi impressionante por sua cultura e história e aqui trago como elemento, mesmo não sendo o único símbolo mas que para mim foi marcante a figura de Santiago de Compostela (figura 4). Os Galegos nos marcam também como símbolo de luta (figura 5), por autonomia, por justiça, por poderem viver de acordo com suas tradições, e por escolherem o modo de vida tradicional aliados com a sustentabilidade do território.

Assim segue o Mapa abaixo:

### 2.2.2.1. Mapa da Galícia na Espanha.



Figura 11 Mapa da Espanha e parte da Europa/Fonte: Geo/mapas Europa.

### Mapa da Galícia



Figura 12 Mapa da Galícia e seus símbolos/GeoMapas/elaboração Rosana Manfrinate

Os Galegos ainda se sentem prejudicados pelos novos acordos econômicos assumidos pela Espanha no mercado comum Europeu, e pelos anos de déficit de pobreza a que a Galícia foi relegada (CANTÓ E GRADIN, 2006).

A Economia Galega baseada na pesca e na agropecuária artesanal fica prejudicada, pois não conseguem competir com a grande indústria pesqueira vinda do norte da Europa e com os acordos de pesca do mercado comum Europeu baseado em cotas, que diminuiu sensivelmente a quantidade de peixe permitido pescar na Galícia. Os Galegos pedem mais autonomia para a região, esse desejo está estampado não só na fala, como por todas as cidades como palavras de ordem e de protestos, como as escritas no muro da cidade de Lugo. A figura a seguir apresenta aspectos da paisagem da Galícia.



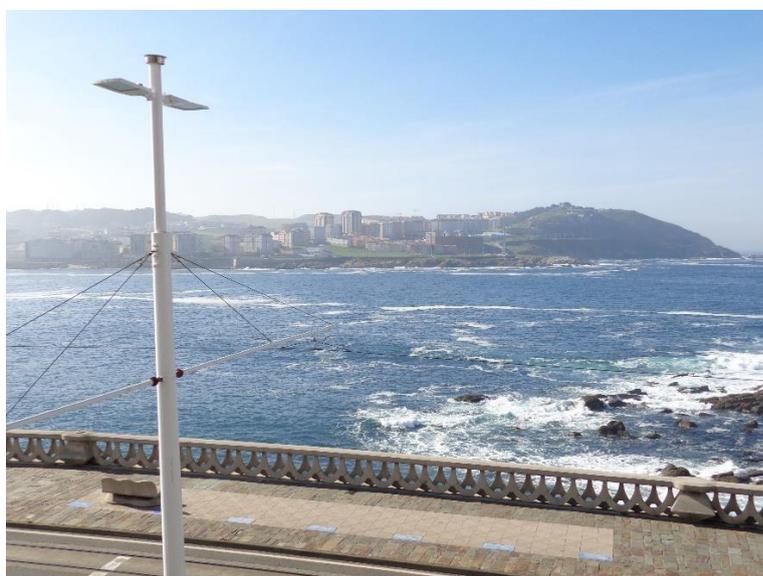
**Figura 11 - Manifestação de palavras de ordem política, anônima, nas paredes nas vias públicas da Galícia**

Foto Rosana Manfrinante/2016.

Andar pelas cidades da Galicia é sempre uma experiência enriquecedora no aspecto histórico e cultural, dadas as construções históricas que a região comporta, começando pela cidade de Santiago de Compostela, local de peregrinação desde a Idade Média, além dos outros locais com suas construções antigas e fortificações como La Coruña, Lugo, Vigo, Grove e Finisterra. As regiões agrícolas ainda guardam as técnicas antigas de estocagem e plantio, o que deixa o campo com ar de nostalgia, devido às construções dos silos.

Mas é na beira do mar que as cidades mais se encontram, ou talvez por ser esse território da minha pesquisa. É onde se encontram as principais fortificações e construções antigas. Os símbolos marítimos estão em todos os lugares nas cidades, da culinária a arquitetura: conchas, marinheiros, barcos, estrelas do mar.

A Galícia não nos deixa esquecer a importância do mar em sua formação, em seu cotidiano. O Mar está nas canções, nas lendas, no motivo das saudades, as migrações aconteciam pelos mares, é o mar que leva os entes queridos, como amores e familiares para o outro lado do mundo. O mar está na maresia<sup>19</sup> que respiramos, no som da Galícia que eclode das ondas do mar e dos gritos das gaivotas, que nos avisam que ele está ali.



**Figura 12 - Mar da Galícia e ao fundo a cidade de A Coruña**  
Foto Rosana Manfrinate/2016

As brumas cinzentas marítimas também acompanham a cidade, que nas suas construções seguem a cor cinza, a areia da praia também é cinza, a cidade é séria, as pessoas são impositivas, altivas, e vozes potentes.

Porém, o falar galego quebra toda a seriedade e a falta de cores da Galícia, pois ao contrário da língua castelhana que impõe, ordena, o galego canta, acolhe, chega aos nossos ouvidos com sonoros puxados de x que ecoam mesmo depois das bocas terem se calados, falam de jeitos mimosos. Mesmos as vozes mais grossas e

---

<sup>19</sup> Maresia é o nome dado para a névoa e o odor que se origina a partir do movimento das ondas do mar formada por gotículas de água salgada (HOUAISS, 1999).

os jeitos mais toscos ficam afetuosos quando externados na língua galega, como nos mostra a poetisa a Rosália de Castro, ainda em 1863<sup>20</sup>:

Mais naide ten menos que eu teño as grandes cualidades que son precisas pra levar a cabo obra tan difícil, anque naide tampouco se pudo achar animado dun máis bon deseo pra cantar as bellezas da nosa terra naquel dialecto soave e mimoso que queren facer bárbaro os que non saben que aventaxa ás demais linguas en dozura e armonía. Por esto, inda achándome débil en forzas e non habendo deprendido en máis escola que a dos nosos probes aldeáns, guiada solo por aqueles cantares, aquelas palabras cariñosas e aqueles xiros nunca olvidados que tan docemente resoaron nos meus oídos desde a cuna e que foran recollidos polo meu corazón como harencia propia, atrevínme a escribir estos cantares (ROSALIA de CASTRO, 1863, s/p).

Assim como a língua galega, carinhosa ao falar e resistente às invasões, ditaduras e migrações, a Galícia luta pelo seu território, pelo seu mar, por sua identidade própria, sua memória e por seu jeito de viver, e ser reconhecido por sua autonomia e historicidade.

Essa “excursão” por entre o mundo marítimo da Galícia, observando as brumas do mar, o cinzento das ruas e o falar do povo, foi muito importante para que eu conseguisse pensar a Galícia, tornar mais familiar um mundo que me era estranho, diferente. Pois era preciso que eu compreendesse o novo território que estava entrando, e o “compreender” aqui tomou para mim sentido também de aprendizagem vital (BACHELARD, 2002).

Aprender a vida galega, mesmo que fosse um pouquinho. Aprender como a natureza se mostrava para as mariscadoras, o que é vida para elas, o vital, a essência, para poder então entender a quão destruidora seria as consequências das Mudanças Climáticas nesse contexto galego, uma vez que esse fenômeno coloca em risco a própria manutenção da vida que estava vendo na Galícia e em específico as das Mariscadoras.

Assim que chegamos em Coruña fomos recebidas na universidade pela professora Araceli Serante Pazos, ficamos as primeiras semanas fazendo leituras sobre galícia, sobre as atividades de marisqueo e sobre como a Galícia e a Espanha

---

<sup>20</sup> Tradução livre: Mas ninguém tem menos do que eu tenho as grandes qualidades que são necessárias para realizar obra tão difícil, ainda que ninguém não foi possível encontrar animado de um mais bom desejo pra cantar as belezas da nossa terra naquele dialeto suave e mimoso que querem fazer bárbaro que não sabem que vantagem às demais línguas em doçura e harmonia. Por isso, ele ainda me achando fraco em forças e não havendo desprendido em mais escola que a de nossos pobres aldeões, guiada apenas por aqueles cantares, as palavras carinhosas e os giros nunca esquecidos tão docemente ressoaram em meus ouvidos desde a berço e que foram recolhidos o meu coração como herança própria, atrevi-me a escrever estes cantares.

entendem as Mudanças Climáticas. Além também de elaborar todo o planejamento de como faríamos as entrevistas com as mariscadoras.

Como elas se reúnem em sindicatos que chamam de “confrarias”, na língua galega, decidimos por entrevistas nas confrarias das comunidades de Lugo, Noia, Grove, Lira, Barallobre. Ao todo foram 7 narrativas.

As entrevistas foram realizadas entre os meses de novembro de 2015 até fevereiro de 2016, na Galícia como o Brasil não íamos sozinhas a campo, assim, também acompanhei as entrevistas da minha colega de doutorado Giseli Nora, que entrevistava os pescadores, inclusive utilizando uma das narrativas em que um dos pescadores narra como era o cotidiano de sua mãe como mariscadoras e mulher envolvida no mundo da pesca.

Como apelidos para as mariscadoras, utilizei nomes Galegos dos tipos de Mariscos que são coletados pelas mariscadoras, ficando assim:

<b>Apelidos</b>	<b>Local</b>
Percebe	Lira
Navaja	Grove
Berberecho	Grove
Coquina	Noia
Ameixa	Grove
Ostra	Barallobre
Cornicha	Lugo

**Tabela 2 – Mulheres da Galícia**

Na Galícia, diferente do Brasil, marcávamos as entrevistas com as mariscadoras com dias de antecedência, geralmente as entrevistas eram realizadas ou na sede dos sindicatos ou em lanchonetes, que eles chamam de Café.

Eram acompanhadas pela professora Araceli, que nos ajudava com o idioma galego, embora conseguisse entender a maioria das falas, sempre havia uma ou outra expressão ou frase que necessitava de tradução, e a presença da professora também foi importante para passar confiança às entrevistadas. Pois à primeira vista duas pesquisadoras brasileiras eram olhadas com um pouco de desconfiança. Nunca fizemos entrevista na casa de nenhuma delas.

Entretanto, apesar da formalidade inicial, com o decorrer das entrevistas sempre foram extremamente simpáticas e até gratas por poder falar da própria vida. Explicavam detalhes, nos contavam sobre suas atividades, o que faziam, como estava

a situação do marisqueio, ficavam alegres em poder ajudar na pesquisa, repetiam as palavras que não entediamos, explicavam de outras maneiras, tentavam ao máximo contribuir para que tudo desse certo. Experiência parecida nos apresenta Patai (2010) que entrevistou mulheres trabalhadoras da cidade de Recife na década de 80:

Muitos pesquisadores percebem que as pessoas sentem-se lisonjeadas e valorizadas quando há um interesse externo por suas vidas. O Gravador, longe de ser um impedimento, é deste ponto de vista, ratificação de importância daquilo que é dito (Op. cit., p. 23).

Além das entrevistas nas confrarias e nos Café, fomos também conhecer a atividade do marisqueio em *lócus*, na praia, ver como trabalhavam e depois no que eles chamam de “lonxas” que são os espaços destinados à venda dos mariscos, logo após o período de atividade de cata.

Nessa experiência não consegui conversar com muitas mulheres, pois estavam seriamente ocupadas em suas atividades profissionais, mas observei como se desenvolve todo o manejo do marisco, desde a cata na praia até a venda para as empresas e restaurantes, conhecendo assim todo o ciclo.

Importante ainda para a pesquisa foi observar o movimento de greve dos pescadores, pois fiz também entrevistas com as esposas deles, que são mariscadoras e, além disso, estavam ajudando no movimento de luta pelos direitos da pesca na Galícia.

Cheguei a Galícia com muito receio, afinal se a água doce já era um desafio, o mar era o estranho longínquo, tive uma ótima experiência de pesquisa, aprendi muito com esse povo que tem sua vida tão ligada ao mar. E se o Pantanal é o território da Água Doce, a Galícia é o da água Salgada, assim como o quilombo do Mutuca, em pleno Cerrado, é o território mais seco de todos.

### 2.2.3. Território do Mutuca

A Comunidade Mutuca é uma associação quilombola existente dentro do Complexo Quilombo Boa Vida de Mata Cavallo. Esse complexo ou apenas Mata Cavallo como se denomina localmente se localiza no estado de Mato Grosso, próximo à rodovia MT- 060. Pertence ao município de Nossa Senhora do Livramento, localizado na sua zona rural. Possui uma área de 11.722 ha e é dividido em seis

associações distintas, matriculadas em cartório: Mata Cavalo de Cima; Ponte da Estiva; Ventura Capim Verde; Mutuca; e Mata Cavalo de Baixo (SATO et al., 2008).

A formação do Complexo surgiu na década de 1990 quando foi necessário que todas as comunidades com um passado em comum se unissem para lutar pelo reconhecimento das terras no âmbito da Justiça.

Por sua origem estar relacionada à doação de terras feita pela dona de uma antiga sesmaria, no ano de 1876, a alguns escravos, a comunidade não se enquadra na definição clássica de quilombo, alçada na ideia de fuga e isolamento geográfico, mas num conceito mais amplo usado contemporaneamente que designa uma “herança cultural e material que os insere a um território e integra sua identidade” (CHAGAS, 1998, p.183).

Juridicamente, o que garante a posse da terra a esses quilombolas é o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, da Constituição Federal de 1988:

Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos (BRASIL, 1988).

Mata Cavalo foi reconhecido pelo Decreto Presidencial de 05 de novembro de 2007, após ter sido elaborado o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) e a ata nº 24 da reunião do Comitê de Decisão Regional do Instituto de Colonização e Reforma Agrária-INCRA/MT, embasadas no laudo antropológico financiado pela Fundação Palmares para o Mapeamento e Sistematização das Áreas de Comunidades Remanescentes de Quilombo.

Mesmo com o reconhecimento ao direito a terra, garantido juridicamente, ainda hoje os herdeiros lutam pelo seu reconhecimento e posse definitiva, pois existe uma forte contestação por parte dos fazendeiros da região em aceitá-los como verdadeiros donos da terra. Para espoliá-los variam os métodos com atos de intimidação e violência, sendo usado até o aparato policial para isso.

Para caracterizar o território de Mata Cavalo é interessante começar antes pelo Município de Nossa Senhora de Livramento. Este município está localizado no estado de Mato Grosso, pertencendo à zona fisiográfica do Pantanal, com uma extensão territorial de 5.331,57 km. Faz limites com os municípios de Cáceres, Jangada, Poconé, Barão de Melgaço, Rosário Oeste, Santo Antônio de Leverger e Várzea Grande.

Desde 2009, integra a Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá pela Lei Complementar Estadual nº 359/2009. O município apresenta administrativamente quatro distritos: Sede, Faval, Ribeirão dos Cocais e Pirizal. É a terceira cidade mais antiga do estado com 280 anos, e de onde descendem os antigos coronéis que impunham o poder da capital. De acordo com o IBGE, 2010, a população total do município era de 12.386 habitantes, sendo que 70% dela se encontram na área rural (SIMIONE, 2008).

Sua agricultura se enquadra principalmente na agricultura de pequenos proprietários e de subsistência. Como atividades econômicas principais, o município tem as grandes fazendas de gado e as empresas mineradoras de ouro de médio porte. Atualmente, o município tenta se adequar na rota do turismo de aventura e rural, sendo que existe até mesmo uma Área de Preservação Permanente (APA), Serra das Araras, criada em 2001 pela Lei Municipal n. 447, com o intuito de, além da preservação da biodiversidade, aumentar o turismo na região (SIMIONE, 2008).

A área da baixada é a depressão onde se encontra a bacia dos rios Cuiabá e Paraguai, com seus córregos e ribeirões perenes, e um local sujeito a inundações nos períodos das chuvas que vão de outubro a abril. Essas inundações, ao contrário de serem consideradas “problemáticas” e difundirem o caos como nas grandes cidades, são esperadas como natural fonte de renovação de fertilidade dos campos, pois são responsáveis pela continuidade da reprodução dos peixes que desovam nas baías durante as cheias, o que é uma rotina sazonal para essa região.

A paisagem é formada por campos mais limpos e cerrado mais fechado. Onde o solo é mais rico são encontradas árvores de grande porte como aroeira, angico vermelho, paratudo e carandá, entre outras do cerrado. A fauna também é típica do cerrado com aves, como tucanos, jandaias, araras, tuiuiús; répteis, como jacarés e lagartos e mamíferos, como veados, capivaras, caititus e macacos (BANDEIRA, 2005).

Os mamíferos de maior porte se encontram mais afastados, mas é fácil observar os pequenos animais como preás, macacos bugios e raposas, rondando as casas e as plantações em busca de algum alimento. Eles entram e saem dos quintais sem muito alarde, rotineiramente.

A sede do município é pequena, com poucos comércios, o mercado de trabalho local ainda não consegue abarcar toda a mão de obra existente, obrigando parte da

população, principalmente os jovens, a virem para Cuiabá ou Várzea Grande em busca de emprego (SIMIONE, 2008).

Nossa Senhora do Livramento é considerada referência da tradição cultural mato-grossense, cultuando até os dias atuais manifestações folclóricas como o cururu, siriri, danças de São Gonçalo, Congo, rasqueado e capoeira. As danças típicas são representadas fielmente por grupos folclóricos que reproduzem toda a arte preservada durante séculos, com destaque aos Grupos Bacuri Livramentense, Cururu Livramentense e Dança do Congo que são consolidados em Mata Cavallo (SIMIONE, 2008).

Assim, faremos uma ponte entre o município de Nossa Senhora de Livramento, já que Mata Cavallo é a área rural do município, e passamos a contextualizar as características específicas do quilombo.

Sua história começa quando o senhor Ricardo José Alves Bastos, proprietário da Sesmaria Boa Vida, deixou lavrado em seu testamento a alforria para alguns escravos de seu engenho. Entretanto, essa alforria somente seria efetivada após a morte de sua esposa Dona Anna da Silva Tavares. Segue o fragmento do testamento no qual consta essa alforria:

Saibam quantos do público instrumento vir que, sendo no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e setenta e quatro, aos cinco dias do mês de dezembro do dito ano, em as casas de morada do cidadão, Eu, abaixo assinado Ricardo José Alves Bastos, como cristão católico apostólico romano [...] Declaro, por conseguinte, e por não ter herdeiro algum necessário que instituo a mesma minha mulher Dona Ana da Silva Tavares minha universal herdeira do remanescente. Declaro que o meu funeral seja feito com simplicidade sem pompa alguma e desejo que por minha alma se celebrem dez missas e que no sétimo dia haja também missa. Declaro que a minha terça deixo para o senhor Francisco José da Silva (por morte de minha mulher) o meu sítio em que [...] denominado Boa-Vida com todas as suas benfeitorias. Declaro que deixo todos os meus escravos para servirem a minha mulher durante a sua vida e por seu falecimento gozarem de plena liberdade como se de ventre livre nascessem. (Testamento Ricardo José Alves Bastos fls17 e 17 v. 1875).

Dona Anna, por sua vez, em 1883 faz em seu testamento uma doação de uma porção de terras para esses mesmos escravos que deveriam ser alforriados por ocasião de seu falecimento, e de outros da fazenda que compraram sua própria alforria. A real liberdade e passagem para as terras de Mata Cavallo só ocorreu efetivamente em 1888, com a Lei Áurea. Dona Anna Tavares veio a falecer em 1889. Assim, consta nos documentos da época o assento da doação efetuada por Dona Anna aos seus escravos, lavrado na Câmara Municipal de Livramento como:

Saibam quantos esta escritura de doação virem que sendo, digo, no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos oitenta e três, aos quinze dias do mês de setembro, neste sítio denominado Boa-Vida, aonde eu escrivão de Paz e Notas vim a chamado de Dona Anna da Silva Tavares, sendo ela ali presente e reconhecida pelo próprio, de que faço menção e das testemunhas adiante nomeadas e assinadas em presença das quais por ela foi dito que sendo senhora possuidora de uma parte do ribeirão denominado Mata-Cavalo, com suas vertentes de cuja parte faz doação a seus escravos inclusive aos que se libertaram por ocasião do inventário de seu finado marido estimando no valor de cento e cinquenta mil réis podendo os doados tomarem posse quando quiserem, satisfazendo os ônus da Lei. Depois de escrito esta, eu escrivão. (Livro de notas n. 49 a fls. 8, 1883)<sup>21</sup>.

Vários detalhes chamam a atenção nesse processo de doação, um deles é a peculiaridade da escravidão mato-grossense, em que os senhores alforriavam seus escravos, mas ainda os continuavam mantendo como cativos por meio de cláusulas que deveriam cumprir para receberem a alforria. Ou mesmo, usando de manipulações emocionais, onde o ex-escravo deveria continuar a servir seu antigo senhor em gratidão a sua libertação, criando um vínculo psicológico e emocional tão injusto quanto os castigos físicos, que ainda aconteciam, mesmo depois do documento da alforria (VOLPATO, 1993).

Ao refletir sobre essa situação, Genovese (1988), aponta que essa forma de tratar os escravos, lhes oferecendo uma pseudo-alforria, com uma liberdade que ainda viria, era uma maneira de mascarar a opressão e a crueldade da escravidão, que vinha sendo combatida, principalmente nas suas décadas finais. Os senhores insinuavam compaixão e acreditavam estar tirando os escravos de um destino ainda pior, o de vagar sem fim pelo mundo, desamparados. Aos escravos cabia à gratidão pela consideração senhorial, assim estava selado o pacto de amizade entre proprietário e cativos. Sobre essa perigosa amizade Genovese (op. cit.) revela que:

Para tanto se tornava indispensável a doutrina de deveres recíprocos, implícita e às vezes explícita tanto em sua sustentação do regime como na defesa de suas próprias vidas. Tal doutrina continha, como não podia deixar de ser, as noções perigosamente ilusórias de “gratidão”, “lealdade” e “família”. Continha também certo grau de intimidade que transformava qualquer ato de insolência, insubordinação ou qualquer ato de auto-afirmação não permitida praticado pelos escravos, num ato de traição e deslealdade, explicando assim o fato dos senhores indulgentes e bondosos vez por outra demonstrarem uma feroz crueldade (GENOVESE, 1988, p. 25).

---

<sup>21</sup> Estes documentos constam sob a guarda do Instituto de Terra de Mato Grosso – INTERMAT, porém apenas o traslado das cópias, pois os documentos originais foram perdidos na Câmara Municipal de Livramento, o que para os quilombolas já é um sinal de má fé das autoridades diante do caso.

Assim como a alforria “concedida” com cláusulas a serem cumpridas, a doação das terras próximas ao riacho de nome Mata Cavallo, feita por Dona Anna aos seus escravos, esbarrou em obstáculos que durariam mais de cem anos causando conflitos e exclusões para essa comunidade.

Logo após a promulgação da Lei Áurea, o direito as terras de Mata Cavallo adquirido pelos ex-escravos começou a ser questionada, primeiro pelos parentes próximos de Dona Anna, como seus primos e sobrinhos e depois, pelos fazendeiros dos arredores do quilombo. A cobiça por essas terras era grande, por sua vastidão e, desde os tempos dos bandeirantes paulistas, por se ter notícias de que ali era uma região propícia à atividade garimpeira, pois existia um veio de ouro naquele local (BANDEIRA, 2005).

A doação das terras para os escravos de Mata Cavallo também esbarrou na Lei de n.º 60, de 18 de setembro de 1850, a chamada “Lei de Terras do Brasil”, que já em seu 1º parágrafo determina que: “Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra” (TRECCANI, 2006, p. 76). Excluindo assim, qualquer possibilidade de acesso à terra que não seja pela forma da compra, monopolizando o direito à terra aos que já possuíam bens, fossem imigrantes europeus, brancos, pobres ou ex-escravos. E, por conseguinte, não reconhecendo a doação de terras feita por Dona Anna. É por isso que Martins afirma que:

A Lei de Terras foi uma condição para o fim da escravidão [...], pois num país em que o trabalho se torna livre a terra tem que ser escrava, isto é, a terra tem que ter preço e dono, sem o que haverá uma crise nas relações de trabalho (MARTINS, 2008, p. 76).

Nessa situação, quando os escravos foram citados no testamento de Dona Anna como herdeiros de um pedaço de terra, outro detalhe interessante se constituiu, pois durante esses cinco anos, que vão da doação das terras à Lei Áurea e, conseqüentemente, à alforria (1883 - 1888), esses escravos viveram uma situação um tanto dúbia. Foram ao mesmo tempo cativos, propriedades de alguém sem direitos jurídicos e, por outro lado, proprietários de terras (MURARO-SILVA, 2005).

Ser proprietário de terras era uma situação que poucas pessoas poderiam ostentar durante o Império Brasileiro devido a já citada Lei de Terras de 1850. Era um dos requisitos importantes para ser eleitor nas eleições das câmaras das províncias. Uma comunidade negra, com a propriedade coletiva de terras, coexistindo como vizinha de fazendeiros herdeiros de linhagens seculares, era uma situação *sui generis*,

que colocava a prova os poderes locais da época que regulavam a estrutura hierárquica da economia, da política e também da organização social da região.

Além de todas essas considerações pesando contra o estabelecimento da Comunidade de Mata Cavalo, a documentação original de doação das terras do quilombo foi extraviada do cartório em que foi lavrada, sendo um ponto a mais para a contestação dos fazendeiros (MURARO-SILVA, 2005).

Desde então, o quilombo sofre com as invasões e as expulsões. As migrações de sulistas trazidos a partir de meados do século XX pelos diversos programas de colonização do governo se tornaram um agravante a mais para Mata Cavalo. Programas como a Marcha para o Oeste, de Getúlio Vargas, e a Colonização da Amazônia da década de 1970, provocaram uma busca desenfreada por terras em Mato Grosso, fossem elas ocupadas ou não.

Com problemas de documentação para atestar a propriedade da terra, a comunidade de Mata Cavalo tem que provar na justiça seu direito ao território. Os interesses contrários aos direitos quilombolas, que se insurgem contra a identidade quilombola, lutam principalmente pela não garantia do direito às terras que as comunidades têm, uma vez que a titulação significa que a terra se torna inalienável, coletiva, contradizendo, dessa forma, os interesses do agronegócio, do latifúndio e da especulação imobiliária (TRECCANI, 2006).

Desse modo, se no passado estavam presos pela escravidão, no presente, mesmo “livres”, vivem sob a opressão, a violência, a degradação ambiental e o próprio descaso do governo. Mas esse é um povo que ainda resiste em seu território.

Essa é a realidade vivida pelas seis associações. Entretanto, elas guardam suas singularidades, uma delas é expressa no fato de cada uma possuir seus troncos familiares (uma das pessoas que eram escravas e que receberam terras das Sesmarias). A Associação Mutuca tem como a principal herdeira uma matriarca chamada Rosa Domingas.

Atualmente, a Associação é bem estruturada, conta com um nome registrado em cartório como: Associação da Comunidade Rural Negra Quilombo Ribeirão do Mutuca – ACORQUIRIM, e tem como associados 120 famílias. Vivem praticamente da roça e de alguns trabalhos extras, geralmente os homens como pedreiros e as mulheres desenvolvendo trabalhos ligados ao artesanato e a produção de doces.

A Associação Mutuca tenta manter as tradições, ao mesmo tempo em que também busca melhorar as condições de vida dos quilombolas associados. Assim, vemos por exemplo que essa associação conseguiu a aquisição do projeto social Minha Casa Minha Vida, pois por meio da Associação foi contratada uma empresa para se fazer o projeto, e hoje mais da metade da associação já possui casas residenciais de alvenaria, o que antes eram de palha ou de barro.

As próprias construções da casa mostram o trabalho em coletividade, pois a associação paga pelo projeto geral, pois as casas são iguais, a Caixa Econômica Financia o Material de Construção, e os próprios quilombolas são os construtores no trabalho coletivo ou como se diz em Mato Grosso em “Muxirum”.



**Figura 13 As casas construídas pelo projeto Federal “Minha Casa Minha Vida”. Foto: Rosana Manfrinate/2016**

O mapa (Figura 15) mostra onde se localiza a Associação Mutuca em relação a Cuiabá e outros municípios do Chamado Vale do Rio Cuiabá. E os principais elementos que chamaram minha atenção no curso da pesquisa foram: A força da mulher quilombola que sempre luta por uma vida melhor e que são minhas sujeitas de pesquisa( figura 1). Cultivo das bananas( figura 2). com as quais elas tem se erguido economicamente e até como ponto cultural, pois criaram a festa da banana.

O trançado de palha mostra o conhecimento do trabalho do artesanato e sua memória ( figura 3). Nós chama atenção também a luta pelo reconhecimento de que são donos das terras ( figura 4). E é marcante também que apesar de toda devastação que o quilombo sofre em relação a seu território, essa área ainda é um espaço de conservação do cerrado e suas nascentes ( figura 5).

### 2.2.3.1. Mapa do Quilombo

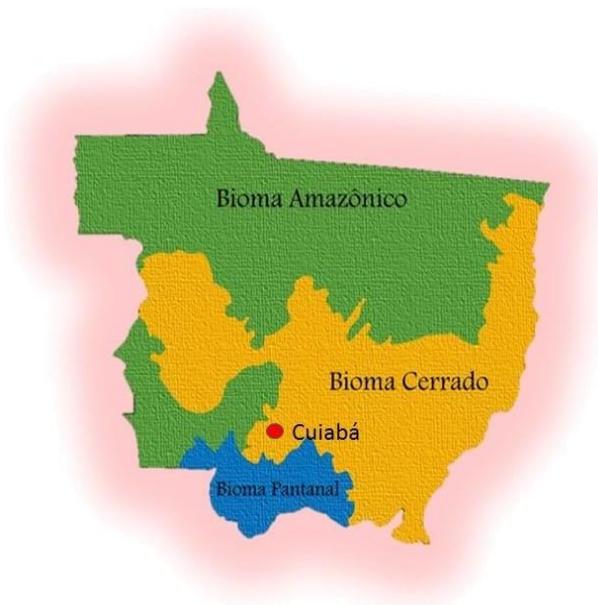


Figura 13 Mapa dos biomas de Mato Grosso/fonte:Estado de Mato Grosso

#### Mapa do caminho para Mutuca



Figura 14 Mapa do caminho de Cuiabá até a associação mutuca/fonte Sesc Pantanal e Elaboração Rosana Manfrinate

Outra forma de se aliar à tradição da melhoria de vida encontrada e mutuca foi a criação e realização da “Festa da Banana” que acontece já desde 2007, de acordo com uma das lideranças do quilombo, a festa foi criada para trazer de volta as tradições da comunidade, principalmente em relação às comidas e doces. E, do mesmo modo, para mostrar para a nova geração a importância da herança cultural do quilombo. Assim, eles se utilizam de várias espécies de bananas que são comuns para os quilombolas, e que ainda guardam as antigas mudas de bananas. A partir desse produto fazem doces, comidas típicas, artesanatos, expostos em uma linda festa de um dia, no primeiro domingo de junho.

Essa festa tem se tornado importante no calendário de festa da região e está promovendo os produtos do quilombo, assim como sua importância sociocultural para o turismo.

A associação assim como todo o complexo do quilombo sofre com o período da estiagem em Mato Grosso que vai do mês de junho a novembro. Os córregos da região, inclusive os que dão nome as associações como o Mutuca Mutuquinha e Mata cavalo, não estão em condições de fornecer água, pois durante muito tempo essa região sofreu com a invasão de um garimpo clandestino o que deixou resíduos nas margens dos córregos e destruíram nascentes.

A associação conta com pouca ajuda das políticas públicas: eles não têm coleta de lixo, transporte público, nem postos de saúde, em caso de emergência contam com a ajuda do dinheiro da associação que sempre paga o combustível para trazer algum doente na capital em Cuiabá. Esse povo, todavia, é um povo que não perde a esperança, e isso lá se chama luta por dias melhores e por território de herança.

Há alguns anos o grupo GPEA participa de projetos no Complexo quilombo Mata Cavalo, então temos algumas experiências com a comunidade, tanto na área da pesquisa como na área da formação. Os trabalhos, porém, eram mais intensos nas outras associações, e com menos participação da Associação Mutuca. Por essa consideração, quando começamos nosso projeto, e para garantir maior envolvimento de mais comunidades do quilombo com o GPEA e com a academia, optamos por buscar nossos sujeitos de pesquisa nessa associação.

Apesar de já conhecerem o trabalho do GPEA, a aproximação com a associação não foi uma tarefa muito fácil, especialmente no que diz respeito às entrevistas, foi preciso primeiro conversar com a principal liderança, uma das

mulheres de maior influência na associação, mostrar o projeto, a importância do mesmo e ganhar sua confiança.

O contato efetivo só foi possível depois de várias ligações e desculpas de não poder receber, mas depois de alguns dias, quando conseguimos conversar, ela se mostrou aberta ao diálogo e sua esquivia nada mais era do que cautela herdada de um povo que já se cansou de ser usado e enganado por projetos milagrosos.

Essa liderança é ainda jovem para tão grande responsabilidade, mas com sabedoria e fala mansa dos seus ancestrais, depois que expus o projeto e minha intenção, ela disse: “tudo bem você pode fazer sua pesquisa aqui na associação, mas você vai nos dar algo em troca?”

Achei uma troca justa, uma vez que o GPEA sempre foi um grupo pesquisador que alia a pesquisa acadêmica à militância, privilegiando o intercâmbio de saberes com as comunidades vulneráveis. Trabalha com o protagonismo dos sujeitos na perspectiva da Educação Popular, entendendo que não existe saberes mais ou menos importantes, mas saberes diferentes e que a cultura, a história e a natureza fazem parte desses saberes, como nos ensinou o grande educador brasileiro Paulo Freire. E foi isso que propus: um curso, com formas de oficina que seria pensado junto com a comunidade.

Assim, depois dessa conversa inicial tive toda a liberdade para ir e vir fazendo entrevistas na Associação, sendo as primeiras entrevistas agendadas pela própria liderança.

Após isso, eu andava sem cerimônia, as mulheres do quilombo são extrovertidas, gostam de falar, e principalmente, contar às situações que sofrem como o racismo, preconceito, exclusão. Mesmo com esses problemas são sempre bem-humoradas, e as entrevistas eram sempre muito divertidas.

Como a distância é próxima de Cuiabá tive a oportunidade de ir mais vezes durante a semana, ia no período da manhã e voltava até meio dia ou às treze horas.

Algumas gostavam muito de mostrar a roça, e seus trabalhos, outras faziam questão de nos receber sentadas no sofá de sua casa nova, e ali conversávamos, sempre deixei a vontade à escolha de onde elas gostariam de ser entrevistadas. Elas têm um conhecimento muito significativo sobre a flora, principalmente no que diz respeito aos remédios que vem das folhas e cascas de árvores do cerrado, por isso, resolvi que os apelidos seriam esses elementos.

A seguir, apresento os apelidos adotados no território Quilombola:

<b>Apelidos</b>	<b>Local</b>
Algodãozinho do Cerrado	Quilombola
Angico	Quilombola
Aroeira	Quilombola
Barbatimão	Quilombola
Bocaiúva	Quilombola
Gariroba	Quilombola
Lixeira	Quilombola
Mama de cadela	Quilombola
Mangaba	Quilombola
Pequi	Quilombola
Sucupira	Quilombola

**Tabela 3 - Mulheres do Quilombo**

No ano de 2016, nos reunimos com a liderança da Associação para pensar a elaboração do curso/oficina para as mulheres. Nossa exigência é que, transversalmente, tal tema estivesse orientado pelas temáticas Meio ambiente e Mudanças Climáticas. Conversando sobre as expectativas que elas tinham, chegamos a alguns temas para serem abordados:

História de vida das mulheres quilombolas: a importância da identidade

Valorização de Mulheres: nossos direitos, deveres e conquistas

Orgulho dos quitutes quilombolas: revelando as delícias da nossa terra.

Soberania alimentar

Os festejos e a alegria quilombola: organizando os ritos em calendários cíclicos

Diálogos e orientação da pesquisa de campo

Roda de culturas e saberes:

A metodologia utilizada inseriu-se na perspectiva da Educação Popular de Paulo Freire, concebendo as oficinas como os círculos de cultura, no qual cada encontro abrangeu um tema específico.

Em busca do diálogo de saberes, as oficinas sempre foram realizadas com a apresentação dos conhecimentos existentes sobre os temas pela utilização de informações sistematizadas em apresentações e filmes, utilizando computador e data

show, músicas e outras dinâmicas pedagógicas de modo a suscitar revelações das experiências locais. Após a apresentação inicial, procurando o aprofundamento da temática em questão, todas as integrantes do curso se organizavam em pequenos grupos para a produção de material, músicas, danças, teatros, inventários das questões em discussão.

Essa experiência foi interessante também para a minha pesquisa, pois foi mais uma oportunidade de convivência com essas mulheres, além de possibilitar o conhecimento de seu mundo e suas lutas, mas do que apenas entrevistá-las, permitiu viver intensamente com elas.

Neste cenário inóspito não é fácil encontrar o ninho dos sonhos. Só se encontra porque a caminhada não é solitária, e é preciso saber dar as mãos com pessoas que teimam em assoprar a brisa em grandiosas extensões, levando algum acalento da alma até para territórios longínquos (SATO, 2014<sup>22</sup>)

Com tais premissas da Educação Ambiental apresentadas, revelamos nos capítulos seguintes como foi a partilha dessas mulheres grandiosas, mulheres quilombolas, pantaneiras e mariscadoras no diálogo educativo com a pesquisa.

---

<sup>22</sup> Citado por Manfrinate et al. 2017, p. 6, disponível em <http://eventosacademicos.ufmt.br/index.php/semiedu/semiedu2017/paper/viewFile/2565/675> acesso em fevereiro de 2018.



*Uma boa comparação: Água e Mulher. Mulher mãe,  
mulher coragem, mulher forte! Água saudável,  
água doce, água forte! Do Sul ao Norte, todos precisam de nós.  
Pro trabalho, pra irrigação. Pro abraço, pra colaboração.  
Mas a água calma, se revolta. Mulher presa, se solta  
Aí meu bem, vem que tem...  
Não queremos ser mais, Queremos ser iguais!  
Respeitamos, queremos respeito. Vamos romper barreiras  
Nossa luta é sólida, verdadeira. Primeiro passo foi dado,  
Há muito a ser conquistado Avante companheirada é longa a estrada  
Nelci Cerine “Água e Mulher”*

## *Capa:* Capítulo III - Água Formação

Composé de identidades Mulheres e Água”. Neste composé as mulheres dos três territórios da pesquisa estão reunidas, mostrando sua relação com a água e suas identidades que formam o território com vários elementos em referência como : A concha, que é a atividade econômica das mariscadoras, Gaivota ave muito comum das praias da Galícia que sempre estão perto das mariscadoras também pescando mariscos. a Casas de barro e palhas, construção típica do quilombo e pantanal. A flor Ninfeia também do pantanal.

**Nelci Cerine** Militante e professora do Movimento dos Sem Terra de Mato Grosso. Poema “Mulher e Água” foi escrito como atividade da Disciplina “Água” em que fui professora no curso de “Especialização em Educação Ambiental Campesina” oferecido pela UFMT/GPEA em parceria com o MST em 2017. O poema mostra a identidade da mulher, sua força e necessidades fazendo relação ao imaginário da água.

### Capítulo III - Água Formação

Quem sou eu? É quem é vc?  
Nessa história eu não sei dizer.  
Leo Jaime

A verdade é que eu sempre gosto das mulheres.  
Gosto da falta de convencionalismo delas.  
Gosto da integridade delas.  
Gosto do anonimato delas.  
**Virginia Woolf**

Caracterizar os sujeitos da minha pesquisa, as mulheres, dentro de seus universos, não é um exercício fácil. Tornou-se antes de tudo um exercício de autocaracterização e entendimento, de mim mesma como mulher e pesquisadora. Em quais dimensões partilhamos os mesmos sentidos por sermos do mesmo sexo? Qual é a identidade das pantaneiras, ou das quilombolas, ou das mariscadoras? Mulheres tão diferentes, de mundos diferentes, de países diferentes, mas partilhando o mesmo abstrato substantivo de ser mulher sob o meu olhar. Estou eu mirando então a mim mesma quando falo sobre elas? E com qual olhar e onde deveria ter essa mirada?

Por vezes assumo a Madrasta Má<sup>23</sup> que ao mirar-se no espelho sua única dúvida é o medo e a revolta de que existam belezas superiores a sua. Mas que beleza é essa que me importa? É ainda a visão egocêntrica do pensamento abissal, reconhecido por Boaventura Santos (2010, p.33) que extirpa a pesquisa antes mesmo dela florescer, relegando-a, não a uma compreensão dos sentidos, mas sim, a um juízo de valores, que são expressos pela minha dicotomia do certo ou errado, herança ainda da cultura colonial que se infere em uma determinada cultura de cima para baixo, que enxerga apenas por um viés: o da ciência moderna, deixando um hiato de compreensões, invisibilizando outras formas de conhecimento e de mundo.

Sua sobreposição de imagem nada mais é do que minha introspecção em relação as mulheres que entrevisto, meu novo jeito de olhá-las, de tentar ultrapassar a primeira imagem que percebo ao conhecê-las. Estou mais próxima. Assim como eu, são mulheres, assim como eu, são mães, <sup>24</sup>assim como eu, sonham, se entregam ao devaneio da imagem material de seu mundo, da criação, da mudança e intervenção

---

Aqui assumo o personagem em sua forma mais óbvia e ingênua, sem contestação do estereótipo machista e preconceituoso que recai sobre ela.

<sup>24</sup> Por coincidência todas as entrevistadas eram mães, sendo que esse detalhe não foi critério para participar das entrevistas.

humana, tanto para o bem ou para o mal, ou os dois como indissolúveis característica do ser, pois, não miro as mulheres apenas, agora posso sonhar junto, tocá-las na sua materialidade, perceber os corpos e seus afazeres, como extensão de seus devaneios, de serem mulheres em seu cotidiano, em suas vidas em família, em suas construções sociais, pois para Bachelard (2002, p. 09), “[...] é na carne, nos órgãos, que nascem as imagens materiais primordiais. Essas primeiras imagens materiais são dinâmicas, ativas; estão ligadas a vontades simples, espantosamente rudimentares”.

Essa materialidade que me toca é essencial para minha compreensão da identidade dessas mulheres, segundo Serres (2001. p. 46), “[...] antes de qualquer forma, antes da cor, do tom, é preciso tocar bem o suporte. A pele, névoa, o véu ou a tela [...] o tato vê um pouco. Ele tem ouvido”. E é a partir desse toque, com o qual sinto me à vontade para descrever a arte da vida que percebo em minha pesquisa. Vidas que estão muitas vezes na invisibilidade, vulneráveis em suas práticas do dia a dia, que sofrem as transformações ambientais e que tentam em seu caminhar re-existir a dinâmica das injustiças.

Quem é tocado também se deixa tocar, “a mão tocada se dá a mão tocante, como tocante, elas são espelho uma da outra” Ponty (2006. p. 360) e imprime assim, em seu tocante a sua marca, a marca pela qual quer ser lembrada, pois bachelardianamente (1985. p. 53) não se contempla a imagem, mas a ela se reage despertando o ser ativo, aquela que ao “desvelar forças, revela-se criadora de um destino”.

Ao revelar – se criadora do destino, do seu destino, essas mulheres desdobram suas próprias identidades, e desventuras que as formam múltiplas na mesma mulher:

Mentimos ao afirmar e acreditar que em todos esses casos se trata de uma mesma identidade. Trata-se isto sim, de diversos patamares de equilíbrio, diferentes pontos de “estagnação”, múltiplas invariâncias temporárias que ocorrem por meio de variações de tempo, de operadores de transformações, de emoções, de sentimentos e pensamento: tudo isso ocorre de maneira pouco ou muito apaixonada. Números e diversos despertares, milhares de sons anárquicos, centenas de sextas incomparáveis (SERRES, 2005, p. 73).

Assim, buscamos compreender essas identidades como formas descentralizadas (HALL, 2006), que se transformam a partir de suas experiências com o mundo, e no que elas se tornaram diante das interações sociais, ambientais e históricas. Ela tem a ver com o passado e as tradições, mas também com o futuro. Construindo, dessa forma, as relações do que se pensa que é, o que se pode ser e com o que não somos. “As identidades surgem da narrativização do eu, mas a

natureza necessariamente ficcional desse processo não diminui, de forma alguma, a sensação de pertencimento [...] mesmo que construída no imaginário” (HALL, 2009, p.109).

Entender esse simbolismo cultural presente na identidade é como tentar ler um manuscrito estranho desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos (GEERTZS, 2008). Para Hall (2006) e Certeau (2008), as identidades são plurais, não são rígidas nem, muito menos imutáveis, identidades são, pois, identificações em curso, sempre construídas no interior das relações. Brandão (1985) afirma ainda que a nossa experiência de vida é responsável por formar quem de fato nós somos, nossa identidade.

A natureza é também parte dessas experiências de vida, não apenas na forma como a mulher se relaciona com os elementos dessa natureza no seu dia a dia, mas sim fazendo parte do seu ser. Na sua percepção do mundo, no seu trabalho, na religião, no educar dos filhos, no jeito de exercer sua feminilidade e até a maneira de denominar-se está ligada a natureza e ao território que ocupam: Pantaneira, Quilombola e Mariscadora.

É nessa natureza que encontram o acalento da vida e que constroem seu conhecimento e a base para a o re-existir no mundo.

Há um vasto mundo de signos, crenças e mitologia emanado de uma epistemologia ambiental. Em outras palavras, há um saber chamado “tradicional” que, como as ciências, busca responder aos fenômenos naturais e culturais, tirando sustento, acumulando experiências, gerando movimentos de sobrevivência e ainda revelando a subjetividade como elemento pedagógico de geração a geração, como religião, fé, mitos, “causos e assombrações” na construção da felicidade local (SATO, 2008).

A Educação Ambiental nos acompanha nessa caminhada a medida em que é entendido que a construção de gênero e suas identidades estão ligadas ao território em que essas mulheres vivem, por sua ligação com a terra e a água, pela forma como se relacionam com o seu próprio ambiente e no movimento de pertencimento ao lugar.

Na Educação Ambiental podemos estudar dialogar, reatar a cisão feita entre os seres humanos com a natureza. Devemos ousar com convicção acreditando na existência de melhores possibilidades para este mundo, nutrindo esperanças por relações mais justas para reestruturarmos nossos valores e modos de vida, pois essencialmente cremos no ser humano (KAWAHARA, 2015, p.197).

Aliada aos discursos ecológicos e, para além deles, a Educação Ambiental trabalha na tentativa de que os indivíduos voltem a se sentir pertencentes ao ambiente como sujeitos naturais e históricos levando-os à redescoberta das tradições, da sua

cultura e dos saberes. Oportunizando a sensibilização para a conscientização ética que se faz necessária para a tomada de decisões e escolhas que impliquem em mudanças tanto na sociedade como no meio ambiente.

As trilhas apontam que, para caminhar por uma EA, deve-se priorizar o meio onde se vive, pois é nele que também está a ciência popular, a lógica de determinada comunidade, de determinado grupo social, é onde se podem encontrar saberes que são próprios, particulares à vivência de cada grupo social (QUADROS, 2013, p.88).

Potencializamos assim, a educação ambiental em seu caráter político, não meramente comportamental ou intuitivo. Neste contexto, trazemos o diálogo socioambiental, aliando cultura e natureza no campo pedagógico, visto que tal relação é capaz de fazer emergir a educação como mola propulsora das transformações socioambientais (SATO, 2013).

Para entendermos essa forma de se identificar no mundo é preciso entender a natureza de cada um desses grupos e como vão, a partir de seus mundos e suas realidades, formando o que são e o que nos mostram ser.

Discorrer sobre essas identidades é muito importante, pois parte da situação de vulnerabilidade em relação às consequências das Mudanças Climáticas está na invisibilidade desse mundo feminino, de um mundo que é ignorado, considerado como coisas rotineiras.

Entretanto, é por meio dessas situações rotineiras com que as mulheres convivem durante toda a sua vida, como por exemplo: perceber a diferença que a roupa seca ao varal, o ritmo que a horta cresce, ou o momento em que o poço está secando, ou como no caso das mariscadoras que os mariscos estão se modificando, diminuindo a quantidade ou que o mar está mais quente, que se corporifica as mudanças climáticas.

As identidades também nos mostram as relações de poder, de trabalho e de saberes, elementos cruciais para que possamos entender as interações com a natureza e o que seria a justiça climática para cada uma dessas comunidades.

### 3.1. Água Identitária

A água identitária nos leva a conhecer as mulheres como sujeitos de pesquisa, compreendendo seu mundo e sua forma de viver. Estão assim separadas pelo território em que vivem.

#### 3.1.1. Mulheres da Água Doce.

São Pedro de Joselândia é um mundo pontuado por barro pisado, dureza e por animais fortes como o gado e o cavalo, espaço masculino por tradição. Os homens pantaneiros à primeira vista mascaram as visões das mulheres. Entretanto, como Bachelard nos avisa, “[...] basta sermos sensíveis para ver a solidez do feminino” (BACHELARD, 1994 p.13).

Na comunidade, as mulheres são mais tímidas que os homens. Eles andam imponentes a cavalo e zagaiando nas canoas. Elas vêm a pé pelas ruas de terra da comunidade, desviando dos sulcos feitos no chão pelos tratores, com suas sombrinhas coloridas, amigas inseparáveis e refúgio contra o sol.

Andam sempre juntas, se cumprimentam assim que encontram pela frente uma conhecida. Tem olhares curiosos que enxergam ao longe o caminho e os arredores por onde passam. São mulheres das águas doces, são doces como as águas que as cercam.

E assim como a doçura da água (BACHELARD, 2002) que se prova não apenas pelo paladar mas, na leveza ao cair em nervos expostos e mucosas sensíveis como os olhos, pois não causam ai desconforto algum, as pantaneiras se mostram leves ao procurarem em público serem discretas, e não chamarem para si, atenção em suas palavras e conversas, evitando o exemplo desconfortável das discussões masculinas, avassaladoras e muito audíveis, que trazem temas políticos, econômicos ao jogo de baralho ou de futebol, diversões corriqueira dos homens em Joselândia.

Cumprem a elas, em seu comportamento discreto, o papel social que se espera das mulheres dessa comunidade, pois em algumas sociedades ainda existe a dominação masculina sobre a vida política e o mundo dos negócios, sendo o

comportamento discursivo sobre esses assuntos comum à cultura dos homens, e interditados às mulheres (SCOTT, 1990).

Entretanto, seria engano pensar que a doçura se traduz em apatia, obscurantismos ou mesmo fragilidade dessas mulheres, ao contrário, apesar de discretas elas estão em todas as partes e sua influência pode ser vista em todos os espaços da comunidade, pois uma das características da água doce é de ser solvente universal (VOET, e VOET, 2013), em que as substâncias mais sólidas e opacas entram lentamente em processos de amolecimento e dissolução (BACHELARD, 2002).

Todas as mulheres que foram entrevistadas nasceram no período em que as pessoas da comunidade de Joselândia consideram como um período “bem difícil para a comunidade”, quando não havia luz elétrica, nem posto de saúde ou o telefone celular que oferecesse uma rápida comunicação com a capital ou qualquer outro lugar.

Pacu Panataneira	Aquele tempo era muito sofrido, não é como é agora, a gente puxava água do poço, ajudava na roça.
---------------------	---

Geralmente ela foi uma entre as numerosas crianças da família. Aprendiam desde cedo os ofícios da casa, a divisão de trabalho era feita de forma sexista a partir de certa idade e dos espaços de trabalho. No espaço privado da casa, atividades como limpar, cozinhar, socar grãos como arroz, milho e beneficiamento de outros alimentos, costuras eram de responsabilidade da parte feminina da família.

Com a família já formada, as meninas vão assumindo os serviços de acordo com a idade. Os serviços considerados mais elementares como varrer o terreiro em volta da casa e encher os potes de água, são tarefas das filhas menores, além de olhar os irmãos que ainda são caçulas. As filhas com mais idades assumem as tarefas mais elaboradas como a ajudar a mãe na lavagem da roupa, cozinhar.

Cachará Pantaneira	Era difícil era pobre não tinha nada, eu a filha mais velha tinha que ajudar meu pai para cuidar, era na roça em casa, desde de criança, foi difícil ajudar a criar as minhas irmandades mais novas. Minha mãe ficou doente também. Nos todos trabalhamos na roça, socava, lavava roupa, para ajudar o pai com a mãe, esse era o serviço que a gente fazia. Ai cresci aprendi a fiar, fazer coxonilho <sup>25</sup> para vender, fazer doce, fazer farinha. A aprendi a costurar, a fazer roupa para receber dinheiro, porque naquele tempo a gente trocava as coisas por outras coisas, e esse eu aprendi com minha mãe e passei para meu filha e passo também para minhas netas.
-----------------------	--

---

<sup>25</sup> Peça tecida em algodão em formato retangular usada entre o dorso do cavalo e a sela para absorver o impacto da cavalgada.

A mãe cabe à tarefa de delegar e coordenar todas as atividades referentes à rotina da casa, além de também contribuir, e assumir as tarefas que fossem mais difícil, como por exemplo, fazer doces por causa do ponto certo da fervura, e ocasiões especiais era a cozinheira oficial, não importando que suas filhas já fossem práticas na cozinha.



**Figura 14 - Mulheres em Joselândia voltando para casa depois do trabalho na roça**  
Foto: Rosana Manfrinate/2015

E além das atividades de rotina da casa, tanto as filhas como as mães também participam da roça da família, plantam e colhem, mesmo exercendo atividades de extrema importância para o sustento da família, elas em sua maioria são excluídas dos contratos oficiais. Nesse sentido, seu trabalho é entendido, inclusive por elas, como “auxílio” ou “complemento” para o trabalho do homem, este considerado o verdadeiro provedor da casa (ALBARNOZ, 2008; LOURO, 2003).

Apenas na hora de limpar o terreno para o plantio, tirar as árvores que as mulheres não eram chamadas, isso em Joselândia é um trabalho considerado apenas dos homens, uma vez que dizem ser pesado demais para as mulheres.

Cachará  
Pantaneira

Os serviços dos homens era cortar com machado, foice, fazer cerca, descorvara (tirar os tocos), o da mulher era carpir, plantar, colher.

Os meninos enquanto pequenos, também ajudam em algumas tarefas domésticas, porém quando chegam a uma idade maior, costumam acompanhar o pai para cuidar do gado, tarefa que não é permitida às mulheres. Elas só lidam com as poucas vacas leiteiras para o consumo da família, e, também, cuidam do galinheiro e do chiqueiro, porém só sacrificam as galinhas, sendo os porcos e qualquer outro animal de maior porte responsabilidade dos homens. Como já nos mostrava Brandão (1999, p. 47) em sua pesquisa na comunidade rural de Baixio dos Pretos.

Todo o trabalho do trato dos pastos e do cuidado do gado, ali é essencial ou preferencialmente masculino. Cabe, aos homens, vimos sequência os ofícios “brutos” com o gado e outros animais de grande porte. Elas participam da ordenha das vacas, respondem pela higiene do mangueiro (onde a atenção masculina é sempre mais precária) e realizam tratamentos mais delicados nos animais. Separadas da morte, da violência sobre os animais (como no domar, no castrar ou no marcar o sinal da posse com ferro em brasa), elas convivem com os bichos no curral de uma maneira não muito diferente a como se relacionam com as pessoas.

A entrada das pantaneiras na vida adulta começa por volta dos 18 anos. Algumas decidem ir embora de Joselândia, pois com o término do ensino médio, último grau escolar oferecido na comunidade, buscam em cidades maiores, oportunidades de continuar os estudos e opções de emprego. Joselândia, sofre com o altíssimo número de migrações de moças para outros locais, como nos apresenta a narrativa de uma das professoras da escola Maria Peixoto:

Saicanga  
Pantaneira

Eu vejo que as alunas têm vontade de ter a autonomia, parece que elas têm mais expectativa que os meninos, elas perguntam mais, elas querem saber tudo, se tem fundamento, acho que elas já pensam em terminar o ensino médio ir embora.

Outras optam pelo casamento antes mesmo de terminarem o ensino médio e se estabelecem na comunidade. Geralmente, as que ficam exercem as atividades do dia a dia da casa e da agricultura. Os poucos postos de trabalhos que existem para as mulheres em Joselândia são na escola nas funções ou de professora, desde que tenham a formação específica para isso ou nos serviços gerais, no posto de saúde como agente de saúde, mediante contrato com a prefeitura, sendo que as mulheres são em maior número nessas funções tanto na escola como no posto de saúde.

Apesar de Joselândia ser uma comunidade ainda bem tradicional, não encontramos mais a figura da parteira, a última já bem idosa, fez o último parto há 15 anos. Assim que chegam próximas do momento do parto, as mulheres gestantes se dirigem para a casa de algum parente nas cidades de Barão de Melgaço, Poconé, Várzea Grande ou Cuiabá. Em caso de emergência, existe um enfermeiro com prática obstétrica que mora no município, porém o posto não é equipado com salas de parto.

Outros trabalhos são realizados somente esporadicamente e de forma particular, como a lavagem de roupa, feitura de doces e partes de artesanatos e comidas para festas. A mulher em Joselândia apesar de discreta, também possui grande influência e atuação na comunidade, isso acontece devido a duas situações que podemos observar.

A primeira diz respeito ao exercício de serem professoras e agentes de saúde, pois tanto a escola como o posto de saúde são pontos de difusão e formação de políticas públicas, programas, festas da comunidade, formação, reunião e até “fococas”, as pessoas que ali trabalham são as principais referências para sanar dúvidas.

É lógico que a escola em (maior escala) e o posto, ultrapassam sua fronteira numa comunidade pequena como Joselândia e o que é falado em sala de aula ou o que é conversado entre uma agente de saúde e um paciente logo se torna público, como se fossem orientações para toda a comunidade. (ARROYO, 1999) como nos mostra Caldart (2004) quando estuda a escola do campo e a sua relação com a comunidade.

[...] o que está em questão é a formação humana, e se as práticas sociais são as que formam o ser humano, então a escola, enquanto um dos lugares desta formação, não pode estar desvinculada delas. Trata-se de uma reflexão que também nos permite compreender que são as relações sociais que a escola propõe, através do seu cotidiano e jeito de ser, o que condiciona o seu caráter formador, muito mais do que os conteúdos discursivos que ela seleciona para seu tempo específico de ensino (CALDART, 2004, p. 320).

A segunda situação em que encontramos a irradiação da influência da mulher em Joselândia se dá partir de um espaço especificamente feminino, e muito mais atuante com a participação das mulheres pois, nele estão as mulheres, as que são professoras, as que são do posto de saúde ou as que são de outros lugares como a agricultura.

Outro aspecto cotidiano das mulheres de Joselândia, que chamou muito a atenção foi que há poucas coisas que as fazem sair de casa, pois são poucos os espaços que podem frequentar em Joselândia. Para os homens existem os esportes como o jogo de futebol, o baralho, as conversas do bar, o dominó, até mesmo o trato dos animais se torna esportes quando se pensa em doma e corrida de cavalos como rinhas.

O espaço público do discurso inexistente, as conversas de opiniões, são feitas pelos homens no bar, para a mulher com seus afazeres da casa não é permitido o tempo livre de jogar conversa fora apenas sentada em um bar pelo simples prazer da conversa, há sempre muito que fazer, assim:

[...] são-lhe confiadas responsabilidades reconhecidamente primordiais em relação ao futuro dos filhos, da família e da nação [...] sublinhou-se com frequência, não sem razão, que o ideal da dona de casa contribuía para confinara as mulheres no espaço fechado da família, para as afastar das funções públicas (LIPOVETSK, 2000, p. 215).

Então, para viver no espaço da rua, sair de casa para uma mulher é necessário se ter um bom e nobre motivo. E esse motivo em Joselândia se configura no espaço da igreja. A Igreja de São Pedro é o lugar onde as mulheres se reúnem e organizam todas as atividades religiosas da comunidade. A igreja em Joselândia não realiza os rituais religiosos semanalmente, pois não possui padre, ele vem apenas duas vezes por ano para as principais celebrações. Uma vez é durante a festa de São Pedro, por ser um importante evento. A outra no fim do ano, para o natal, para realizar batizados e casamentos já agendados.

No resto do ano o cuidado da igreja fica a cargo das mulheres, que além de cuidar da manutenção da igreja, oferece conselhos e tira rezas em todas as ocasiões que são necessárias: em nascimentos, dias santos, velórios e por quem precisar, fazendo às vezes de rezadeiras:

A rezadeira tem todas as culturas: do índio, do negro e do branco, e através da fé e das suas orações que podemos observar o êxito de seus trabalhos, elas aprenderam com seus ancestrais, podemos dizer assim que uma cultura, e deve ser ensinada para as pessoas da família para que seus descendentes continuem auxiliando aqueles que buscam a cura para seus males do espírito e do corpo através de suas orações (SOUZA. 2008.p.97).

Entretanto, existe uma tentativa de disciplinar esses encontros e rezas, mesmo não existindo a figura do padre. Para isso, foi adotada pelas mulheres a Organização do Grupo Apostolado de Oração com o nome "Sagrado Coração de Jesus". Esse grupo consiste em seguir orientações da Igreja Católica, em especial do

grupo da Companhia de Jesus para sejam criados centros de orações nas Igrejas Católicas com característica de irmandades e com regras, onde se reúnam pessoas para evangelização e serviços sociais ligadas à religião.

Pintado  
Pantananeira

O apostolado vem desde o tempo de Jesus. Quando Jesus saiu andando teve os apóstolos, então como apostolado eles fazem um grupo, já vem incluindo que é aqueles membros presente, que toda reunião, retiro de oração está presente para fazer uma intersecção, para criar mais força porque você sabe, uma andorinha sozinha não faz verão, e muitas graças são recebidas.

Há 16 anos foi criado o grupo em Joselândia, com o aval da paróquia de Barão de Melgaço. O apostolado se reúne na primeira sexta-feira de cada mês, só comportando mulheres.

Pintado  
Pantaneira

No outro tempo começou com os homens, mas os homens não querem saber de religião, graças a Deus tem as mulheres. Até os padres hoje está enfraquecendo

O Postulado ganha contornos pantaneiros, ao mesmo tempo que a igreja serve de concentração para as mulheres, transcendendo, no sentido de Ponty, uma vida ambígua em que se faz a origem das transcendências, que, por uma contradição fundamental, me põe em comunicação com elas e, sobre esse fundo, torna possível o conhecimento (MERLEAU-PONTY, 2007, p. 418-419), permitindo e, na prática, até exigindo, que as mulheres estejam em contato com a sua comunidade.

Com o ritual sério e reconhecido, os encontros ganham respeito e admiração da comunidade, fazendo com que a mulher possa também possuir o espaço livre da rua, pois pode ser chamada a qualquer hora do dia ou da noite para uma emergência na comunidade, seja ela de cunho espiritual, emocional, financeira, ou mesmo para um conforto de uma conversa.

A sublimação aérea é a sublimação discursiva mais típica, aquela cujos graus são mais manifestos e mais regulares. Ela se prolonga por uma sublimação dialética fácil, muito fácil. Parece que o ser voante ultrapassa a própria atmosfera em que voa; que um éter se oferece sempre para transcender o ar; que um absoluto completa a consciência de nossa liberdade [...] (BACHELARD, 2003, p. 15)

É fato que o apostolado só existe porque antes de qualquer estrutura existe a fé na religião e a solidariedade do trabalho na comunidade. Mas quando falamos da mulher em Joselândia não podemos de forma nenhuma ignorar como o poder se

entremeia por elas, como táticas e brechas, pois se elas estão em uma sociedade que ainda enxerga a mulher como cuidadora da família e dos valores, acrescentando valores espirituais, é nesse contexto que tais mulheres exercerão o poder, formando parte da identidade de uma e em união, como a imagem dos sobrados parisiense de Bachelard (2003, p.4 5), que juntos, geminados espanta o medo, afasta os ruídos, dá a sensação de proteção contra os grandes tormentos dos cosmos. “Dessa banalidade, faço então uma imagem sincera, uma imagem que é minha, como se eu a tivesse inventado, seguindo minha doce mania de acreditar que sempre sou o sujeito do que penso (2003, p. 45).

Assim também, viver em união na igreja parece apenas uma reunião de fé de devoção, entretanto, é muito mais, é criar espaços de poder femininos onde menos se espera. Isso vem ao encontro do pensamento de Foucault (2009) que, em seus estudos sobre o poder, mostra que a relação de poder acontece de forma não imobilizada; na relação com o outro, sendo o poder, em seu entendimento, não pertencente a alguém ou a uma situação, mas na verdade permeia o exercício da ação dos diferentes sujeitos.

Quando entendemos que esses espaços são como as linhas de fuga no sentido que Deleuze (1998), se utiliza não como um abandono da situação, mas sim, como uma implicada possibilidade de transformação ligada a criação de novos espaços que possam ser acolhedores de debates e decisões sobre a situação ambiental da comunidade, em especial as consequências das Mudanças Climáticas.

A força criadora do imaginário (BACHELARD, 2002) dessas mulheres está muito ligada à religião e ao modo como lidam com ela, entendemos então que buscar uma resposta que dê conta da Justiça Climática na comunidade de Joselândia, necessariamente passa pelos espaços comunitários da religião e da igreja. Por isso é tão importante conhecer esse aspecto dessas mulheres pesquisadas.

Sabemos, enfim, que não somos unos, e se a religião faz parte da identidade dessas mulheres, conseguimos também na nossa pesquisa, compreender que existem outras partes das identidades dessas mulheres, e que se conjugam com uma parte muito mais ontológica, de um mundo que pertence igualmente, a fé, mas de uma forma primitiva, pura, integrada a natureza.

### 3.1. 2. Mulheres do Mar

Nos meses em que estive na Galícia, busquei entender as mulheres Galegas, sabia que seria impossível fazer um panorama do que é ser uma galega, entretanto, tentava ver por onde começar a conhecer o que seriam os meus sujeitos de pesquisa.

As galegas sempre exerceram trabalhos tradicionais referentes ao mar, como as mulheres peixeiras e as mariscadoras e, muitas vezes, era encarregada de cuidar sozinha da família, pois com a intensa atividade dos homens ligada à pesca marítima, muitos deles embarcavam com destino a pesca em alto mar e demoravam até 6 meses para voltar para casa.

Com isso, o cuidado da casa, a educação dos filhos, todo o trabalho de manutenção da família e até o orçamento e ganhos domésticos durante esse período ficavam a cargo da mulher. Ela decidia e sabia como tudo deveria funcionar nas casas e na aldeia onde moravam na comunidade.

E se pescar era um ofício masculino, o destino do peixe depois que chegava à praia era de responsabilidade das mulheres. Descarregar o barco, limpar o peixe, vender, salgar, todas essas são atividades femininas.

longueiron<sup>26</sup>  
Mariscadora

Somos-nos muitos machistas por aqui por que a mulher foi sempre silenciada no trabalho do mar porque faziam as redes, cosidas a mulheres sempre foi silenciada, levantavam as duas ou três da manhã para fazer as linhas com crinas de cavalos para os homens pescar, depois iam lavar as roupas porque tinham muitíssimos filhos, quando vinham os homens do mar, as mulheres pegavam cestos com trinta quarenta quilos de peixes pescaram os maridos e iam com os cestos nas cabeças andavam mais dez quilômetros para vender e voltar com os cestos também carregados de produtos agrícolas para a família.

Existem relatos dos trabalhos das mulheres galegas no mar, já nos primeiros estudos sobre esse setor em 1856 (PINTOS, 2012), como uma atividade costumeira. Porém, tanto esses estudos antigos e, por vezes, os atuais são cristalizados por dimensões de enfoque etnocêntricos e androcentricos, dificultando a interação social, pois apontam uma perspectiva homogeneizadora dessa atividade (ACUNÃ, 2011). Como podemos observar

Cumpre salientar ainda que sobre suas vidas e trabalhos, o papel protagonista das mulheres que viveram e vivem praticamente do mar, foram esquecidas na maioria dos estudos históricos relativos ao mundo marítimo, o

---

Essa é a fala de um dos pescadores entrevistados pela pesquisadora Giseli Dalla Nora. Longueiron, tipo de peixe do mar do Norte, foi como a Giseli Della Nora nomeou esse entrevistado.

papel feminino está subvalorizado como setor produtivo, dentro da unidade familiar onde se desenvolve (MIRA, 2001, p. 71).

O cuidado das mulheres, não era só com a subsistência da família, mas também, com a sobrevivência dos homens que saíam ao mar e voltavam para casa durante a madrugada, enfrentando os rochedos e o forte nevoeiro que os impedia de chegar até o ancoradouro da costa, correndo o risco de se perder, virar o barco e morrer no mar forte e gelado do atlântico norte.

Até praticamente a década de 80, a maioria dos barcos da Galícia não eram equipados com instrumentos que permitiam navegar durante a noite em condições difíceis. Na costa galega também havia poucas regiões com Faróis sinalizadores para barcos que servisse de avisos aos navegantes. Assim, em situação de perigo quando os barcos estavam chegando a costa durante a noite, as mulheres saíam em direção aos rochedos com lampiões e com conchas acústicas que assopravam ecoando som por entre as brumas para orientar os pescadores do sentido que deveriam seguir, para evitar acidentes.

Longueiron  
Galícia

Quando os marinheiros tinham problemas, os homens tocavam as conchas e as mulheres respondiam da costa se fazendo de faróis humanos para que os homens chegassem em terra.

O próprio equipamento de pesca que os homens levavam ao mar era todo feito pelas mulheres e muitas vezes improvisados em momentos de crise.

Longueiron  
Mariscadora

As mulheres sempre deixavam longas tranças crescerem, pois quando não haviam crinas de cavalos para tecer as redes de pesca, elas cortavam as tranças e teciam redes com os próprios cabelos.

Atualmente, mesmo com uma melhora considerável na qualidade de vida e das atividades pesqueiras e da vida nas comunidades da Galícia, as mulheres ainda exercem um papel de extrema importância na economia pesqueira, mesmo que extraoficial.

Com a entrada da tecnologia no mundo da pesca, como radares e até mais atualmente o uso da internet, os barcos, mesmo de pesca artesanal, foram obrigados a se equiparem para poder obter as licenças de pescas, e para conseguir vender posteriormente o pescado é necessário ainda em alto mar declararem à capitania dos portos espanhóis a quantidade de pescado e qual o tipo de peixe que estão trazendo.

Contudo, segundo as galegas, isso pode se tornar um grande problema para os homens no mar, devido ao exaustivo trabalho com a pesca e com o barco, além da baixa escolaridade dos homens uma vez que geralmente os maridos começaram a trabalhar nos barcos no início da adolescência, o que interrompe a vida escolar.

Percebe Mariscadora	Meu marido começou a trabalhar com 12 anos no barco, não terminou a escola, ela quase não sabe nada de computadores, como ele vai saber fazer os relatórios que precisa.
------------------------	--

Coquina Mariscadora	Eles trabalham muito a noite, estão muito cansados, é um trabalho muito desgastante, só querem terminar e voltar para casa para descansar, para sair e voltar a pescar outra vez, eles não conseguem fazer os relatórios.
------------------------	---

E para garantir que a burocracia não atrapalhe o trabalho dos homens, elas assumem a responsabilidade de responder o relatório de pesca. Mas para conseguir que isso fosse possível elas foram até Madri (capital da Espanha), reivindicaram junto a Marinha que o programa no qual devem ser relatados os resultados da pesca e feito as planilhas, Capitania dos Portos fosse liberado para o computador doméstico delas.

Assim que a pesca termina e que os barcos retornam para a costa, os maridos entram em contato com as mulheres em terra pelo rádio, indicando o quanto pescaram, estas elaboram relatórios, enviam às autoridades, e conseguem as licenças de entrada do barco e venda do pescado no porto. Elas fazem isso da própria casa, assim, a atuação da mulher na pesca da Galícia ganha contornos de continuação de trabalho doméstico, como algo óbvio de trabalho da mulher, como coisas cotidianas e não como trabalho produtivo, como nos aponta Certeau (2008), no mundo cotidiano existem coisas domésticas a serem feitas e de preferência que sejam feitas por mulheres “trabalhos que visivelmente nunca acabam, a manutenção dos bens do lar e da vida dos membros da família parecem extrapolar o campo de uma produtividade digna de ser levada em conta”(CERTEAU, 2008, p. 217).

Entendemos que esses trabalhos que precisam ser feitos, são os cuidados, os quais, elas como esposas, mães, não podem abrir mão de executar. Entendemos os cuidados assim como uma dimensão da identidade, que não tem apenas uma razão de existir ou ser, mas sim várias razões, estatais cuidados estão no puro

sentimento do bem querer do preocupar-se, do amor a que dispomos aos seres com os quais nos importamos.

Para Boff (2012), que também traça essa linha do cuidado enquanto amor, o cuidado é a generosidade livre e responsável com outro que traz paz. Sem cuidado, nada que é vivo sobrevive. O cuidado é a força maior que se opõe à lei da entropia, o desgaste natural de todas as coisas, pois tudo de que cuidamos dura muito mais (BOFF, 2012, p. 22).

Junto ao amor das Galegas à família, o cuidado, dispensado aos filhos, à pesca dos homens que vão ao mar, está ainda o próprio reconhecimento do ser que é amada e que ama, e por isso é necessário ser uma cuidadora, para garantir a paz e a felicidade do ser para si mesma desde que os que ama estejam seguros, conforme nos mostra ainda Ricouer (2014).

O que a solicitude acrescenta é a dimensão de valor que faz cada pessoa ser insubstituível em nossa afeição e em nossa estima. Nesse aspecto, é na experiência do caráter irreparável da perda do outro amado que, por transferência de outrem para nós mesmos, ficamos sabendo do caráter insubstituível de nossa própria vida (RICOEUR, 2014, p. 213).

Aqui se acrescenta o cuidado como medo do mar, do perigo que está eminente das histórias de naufrágios (GARCÍA, 2013), da viuvez, dos barcos desaparecidos, do apelido da costa da Galícia no Mar do Norte, de “[...] a Costa da Morte” (VILLARES, 2008). E de todo o histórico de mulheres galegas que durante séculos de história assumiram sozinhas a tarefa de criar e sustentar a família, seja por motivo de guerra, migração ou acidente marítimo.

Sair em um barco de pesca pode significar o imaginário da eterna saída para morte, como a “Barca de Caronte”:

A Imaginação profunda, a imaginação material quer que a água tenha sua parte na morte; ela tem necessidade da água para conservar o sentido de viagem da morte. Compreende-se assim, que paraesses devaneios infinitos, todas as almas, qualquer que seja o gênero dos funerais, devem subir na Barca de Caronte (BACHELARD, 2002, p. 78).

Então o imaginário dessas mulheres deve-se apoiar num eterno cuidado do bem-estar, mostrando a preocupação de evitar a perda, o sofrimento. Mas cuidado também pode representar para essas mulheres a aceitação de pertencer ao grupo a que estão estabelecidas (GRAHAM, 1991). Para serem aceitas como uma verdadeira esposa, mãe e mulher que vive em comunidade do mar, a mulher deve, sob a ótica galega, estabelecer padrões de comportamentos, de atuações condizentes com o

grupo. Esse padrão diz respeito a serem elas a assumir algumas atividades referentes à pesca e ao cuidado da casa e da família.

De outra forma também Gilligan (1998), mostra sob outra perspectiva que o cuidado delibera ao cuidador ou cuidadora autonomia de ação, pois é necessário tomar decisões, agir quando oportuno, e as galegas mostram sua autonomia, quando assumem a venda do pescado, quando exigem da capitania dos portos que o programa com os relatórios seja instalado em seus computadores.

Nesse aspecto do cuidado como autonomia, é interessante destacar que não é projeto das mulheres ensinar os homens a dominarem o uso do computador para elaborar as planilhas que devem ser entregues com o número de pescado, em nenhum momento as ouvimos dizer isso, mas sim, o quanto era difícil para eles e como elas deveriam assumir essa difícil atividade “auxiliando-os”, marcando um espaço também de grande influência e controle, entendemos aqui, como no caso das pantaneiras outra brecha, por onde se esgueira o poder das mulheres.

Como antes no passado, a pesca ainda depende delas, agora muito mais por meio do trabalho intelectual, ligado à tecnologia. O trançado que usam para vender os peixes não são mais dos cestos de madeira que carregavam na cabeça e andavam vários quilômetros a pé, mas o da internet, e suas conexões que abrem caminho para os pescadores assim que barco aponta na Costa. Assim como as pantaneiras, o cuidado traz a autonomia. Esta influência está ligada ao mundo com uma forte estrutura patriarcal, em que a mulher ainda continua sendo invisibilizada. Desse modo, mesmo em terra firme fazem a atividade pesqueira funcionar, e nem por isso são reconhecidas, como nos mostra a fala de um dos pescadores.

Longueiron  
Pescador

Aqui (Galícia) as mulheres nunca foram ao mar, pois era um trabalho muito difícil, e elas não tinham tempo.

Colocando o homem ainda como o protagonista de toda a atividade, uma vez que o mar se torna mais importante que a terra, como nos alerta Bachelard (2002. p. 159) sobre o imaginário dos heróis marítimos: “[...] o herói dos mares sempre volta de longe, volta de um além; nunca fala da Costa”. Deixando claro que o espaço do mar, não era para as mulheres, mas para os homens que tem o direito à liberdade e os exerce plenamente, sob os cuidados e admiração da mulher.

Nesse entender, estar no mar era o verdadeiro trabalho, além do que apresenta valores dicotômicos entre mar/terra, a terra como sendo lugar de mulheres e seus trabalhos apenas auxiliares da pesca e, dos homens que estão no mar, reduzindo sua importância social e econômica (FASSARELLA, 2008).

Falar do mar é falar sobre coisas dos homens. Até chegar à Galícia, e verificar que as mulheres fazem grande parte do trabalho e da riqueza extraída deste meio, em muitos casos de forma sustentável. No entanto, no imaginário coletivo, o mundo do mar é um mundo de homens (SERANTES, 2010, p. 172).

Por isso, entender a importância da mulher no mundo marítimo da Galícia é também começar a entender a mulher mariscadora, uma vez que essas mesmas mulheres, que são mães, filhas e esposas dos pescadores são as que exercem seus trabalhos na cata dos mariscos. Vivem assim esse mundo de cuidados com a pesca e no mar buscam seu lugar de trabalho também na terra. A mariscadora antes de tudo também é uma mulher do mar, que tem na origem de sua família sempre o mar.

Coquina Mariscadora		Eu sou filha de marinheiro, mãe de marinheiro, e meu homem é marinheiro.
------------------------	--	--

Historicamente, o marisqueio foi uma atividade voltada para a subsistência; as mulheres buscavam na praia opção para reforçar a alimentação da família, visto por uma forma simples, mariscar é a atividade de catar mariscos, na praia e muitas vezes dentro da própria água do mar, até onde se consegue manter o equilíbrio dentro da água, por isso essa atividade é chamada de “marisquei a pé” (VILLARES, 2004).

Desde sempre o marisqueio a pé foi feito pelas mulheres, e de forma marginalizada, vendiam o excedente de sua coleta diária para as pequenas fábricas de conservas. O ofício era passado de mãe para filhas, então é comum em uma mesma família se ter desde avós, filhas, sobrinhas e netas mariscadoras (COLE, 1991).

Navaja Mariscadora		Minha mãe era mariscadora, minhas tias e minhas irmãs.
-----------------------	--	--

Entretanto, na década de 50, devido à crise econômica europeia gerada pela II Guerra Mundial, a atividade de Marisqueio, começa a ser uma atividade cada vez mais procurada pelas mulheres como alternativa econômica, além de receber uma

invasão de outras pessoas que são consideradas de fora os chamados “furtivos”, que no entender das mariscadoras tradicionais não tem nada a ver com a atividade pesqueira (FASSARELLA, 2008).

Nesse período, o governo da ditadura Franquista entendeu ser interessante projetos de especulação imobiliária na costa Galega, iniciando a remoção das mariscadoras da praia. Fato ao qual elas resistem, mesmo diante do governo fascista e autoritário (SERANTE, 2010).

Com o fim da Ditadura Franquista em 1978, com a Constituição Espanhola e a instituição de poderes e autonomia, a região da Galícia em 1982 iniciou alguns passos para se oficializar as condições das mariscadoras e torná-las profissionais. E foi por meio do Decreto de 116/1987 que se deu a oficialização da profissão (VILLARES, 2004).

Entretanto, dentre as atividades ligadas ao mar na Galícia, ser mariscadora ainda era a mais inferiorizada e com menos garantias. Dessa constatação, as mulheres fizeram um verbo de luta e reivindicações, com diversos encontros de mariscadoras, entre 1995 até 2002 o que resultaram em benefícios e, também, obrigações às mariscadoras. Entre os benefícios estavam as melhorias nas condições de trabalho, como usar roupas apropriadas para a permanência durante horas nas águas geladas, a seguridade social e a participação em uma das confrarias (o que equivale aos nossos sindicatos) (FASSARELLA, 2008).



**Figura 15 - Mariscadora com a roupa especial para o inverno e o equipamento de cata de mariscos**

Foto: Rosana Manfrinate/2016

As obrigações são o respeito às normas e legislações vigentes para a pesca e ao marisqueo na Galícia e Espanha, como a exigência das cotas de cata dos mariscos, respeito ao período de desova e a forma de comercialização (LAGO, 2008).

A profissionalização, do mesmo modo, obriga as mariscadoras a tirarem a permissão oficial do Governo o chamado "Permiso explotación (Permex)", que sem isso são consideradas ilegais. Fazem alguns cursos em relação aos cuidados com o trabalho no mar, antes de poderem ingressar na praia como mariscadoras. O que elas geralmente dizem que não são cursos que ajudam muito, o intuito dos mesmos é só burocratizar o processo, evitando a concessão para o trabalho (LAGO, 2008).

O trabalho do marisqueo depende muito de como está o tempo e os movimentos marítimos (LAGO, 2008). A maré precisa estar baixa e não pode haver tempestades. Por isso não tem um horário fixo, pode ser no horário da manhã ou da tarde, depende do horário da maré baixa quando a areia da praia e a água próxima ficam mais descobertas de água e de ondas, esse é o momento ideal para se catar os mariscos, e isso é o que muitas afirmam ser o bom da profissão:

Ameixa  
Mariscadora | Tem que gostar de trabalhar no mar, é um mundo diferente, que não tem rotina, um dia a gente trabalha de manhã ou outros dias à tarde, nunca é igual.

Reconhecer que existe essa outra temporalidade, aceitá-la e até gostar de sua convivência é o respeito a natureza, e o que Santos (2007) chama de Ecologia das Temporalidades, aceitando a lógica distinta de cada coisa.

As mariscadoras nos mostram que diferentemente dos trabalhos estressantes dos escritórios, do mundo dos horários marcados e pré estabelecidos, o marisqueio a pé vive da integração com a natureza, e suas determinações, o tempo não é o tempo colonizado, dos relógios, mas é o mar que decide. Elas conseguem, ao mesmo tempo, viver num mundo do tempo linear, mas também exercem outras temporalidades. Nessas outras temporalidades podemos talvez encontrar elementos que apontarão possíveis linhas de fuga para a construção do que poderá ser a Justiça Climática.

### 3.1.3. Mulheres do Cerrado

As mulheres do Mutuca, são extremamente extrovertidas, gostam de conversar, de contar suas histórias, de mostrar como são suas vidas, não se intimidam quando entrevistadas, aprenderam desde cedo que era preciso gritar para serem reconhecidas e respeitadas. Narram em suas entrevistas que já herdaram das antepassadas a força de vontade e a coragem para lutar pelo que consideram suas terras por direito. Nessa herança, uma figura se destaca, Rosa Domingas, uma das mulheres que iniciou o confronto com os fazendeiros ainda na década de 60.

Angico  
Quilombola | Todo mundo estava sendo despejado e expulso pelos fazendeiros, mas a minha avó nunca aceitou sair daqui, resistiu e não deixou nenhum dos filhos irem embora.

Em todo o Complexo de Mata Cavalo, as mulheres possuem fama de serem líderes e “bravas” por enfrentarem elas ao invés dos homens, os fazendeiros e seus empregados (MANFRINATE, 2011). No Mutuca não é diferente, as mulheres são grandes lideranças, como vimos com a antiga figura de Dona Rosa Domingas. Elas

extrapolam o cuidado doméstico e o ampliam para o espaço público. Lutam com a palavra, dizem que discutiam muito com esses homens.

Cumbaru  
Quilombola

A gente não tinha medo, os jagunços vinham todos na nossa porta, perguntavam onde estava o meu pai, minha mãe dizia que era para falar com ela mesmo, e que o meu pai não seria levado para judiar dele. E nós as meninas também saíamos para fora, nessa hora os homens da casa já estavam no mato, porque se eles fossem pegos sofriam muito na mão dos fazendeiros, eles batiam muito nos homens. Minha mãe gritava com os jagunços, a gente também até eles irem embora.

A historiadora Michelle Perrot (1988), em seu trabalho sobre os excluídos da história, mostra a importância feminina nos movimentos operários e de revolta urbana, ocorridos no século XIX na França, devido à pobreza e à fome, sugerindo que as mulheres do povo entram em luta contra as injustiças sempre que a subsistência da família está em risco, as mulheres lutam com a palavra e com a própria voz. Para Perrot (op. cit., p.146), “[...] agir no espaço público não é fácil para as mulheres, dedicadas ao domínio privado, criticadas logo que se mostram ou falam mais alto”.

O pensamento, a fala, o discurso, o desafio em público é para os homens, pois indicam resoluções. As mulheres sempre os seguiram, ao longo da história, silenciadas. Mas essas mulheres sempre souberam que a sobrevivência no quilombo dependia de suas falas e da sua voz em favor da luta. Elas conseguiam enxergar o mundo a partir do território, compreendemos que seu existir no mundo requer a fala do sujeito:

A existência, porque humana não pode ser muda, silenciosa nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes a exigir deles novo pronunciar. Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra no trabalho, na ação-reflexão. (...) dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens (FREIRE, 2004, p. 90).

Quebrar o silêncio, brigar com os fazendeiros, além de mostra a valentia dessas mulheres, também expõe todas as desigualdades que circundam esse território quilombola. Tais como as injustiças sociais e a total falta de assistência do poder público, como assistência à saúde, a infraestrutura e a escola.

Bocaiúva  
Quilombola

não tínhamos médicos, não tínhamos farmácia, não tínhamos nada, só umas às outras e assim fazíamos.

E nesse aspecto elas narram como umas cuidavam das outras, pois qualquer ajuda em um momento de urgência vinha das pessoas da própria comunidade. Nesse sentido, destacam a importância das funções de parteiras bem como das benzedeadas.

As parteiras eram figuras essenciais durante toda a gestação e não somente no parto. Era sempre uma mulher mais velha, muitas vezes uma avó do quilombo, que desde os primeiros meses dava conselhos sobre a gestação, media a barriga da grávida para ver se a criança estava se posicionando bem, passava chás que fariam bem ao intestino, escalda-pés para os inchaços e previa o possível dia do parto de acordo com a lua da semana. Chegado o dia do parto, aos primeiros sinais de dores da parturiente, ela era acionada, tomando o total controle da situação, comandando a todos em sua volta para que não faltasse nada à futura mãe e à nova vida que estava para nascer, mostrando a importância do cuidado pois,

Gerando e vigiando a vida com seus cuidados, em suas pequenas e grandes temporalidades e territorialidades, em suas formas cotidianas e nos longos tempos da história, elas estão também no mundo do trabalho, para além do espaço da casa, do labor doméstico, abertas ou escondidas (...) Nos espaços públicos da vida em comum: na escola, nas ruas, nos bares, nas praças, nos conventos, nas prisões, nos mercados, nos palcos, nos parlamentos, nos tribunais, nas estradas, nos hospitais, nos prostíbulos e em outros tantos e variados tempos e espaços do campo e da cidade, de ontem e hoje (TEIXEIRA e LOPES, 2008, p. 29).

Se a parteira é uma pessoa importante durante a gestação e para início da vida, outra mulher também se faz presente em toda a vida dos quilombolas: a benzedeadas. Essa era uma função extremamente necessária. Além de benzer inúmeras doenças, inclusive picadas de cobras, doenças de peles e até ossos que se quebravam ou torciam, a benzedeadas também cuidava dos males da alma que atrapalhavam o andamento da vida.

A “benzeção” era um trabalho divino, que nem todas podiam exercer. As escolhidas, por vocação ou por algum designo do destino, eram sempre iniciadas por algumas das anciãs benzedeadas que lhes ensinavam as orações, que só deveriam ser pronunciadas nos momentos em que estavam sendo utilizadas em algumas benções.

A solidariedade e força de vontade ainda faz parte da vida das mulheres do mutuca, que além de laços de sangue (quase todas são primas próximas ou distantes), também demonstram grande laços de amizades, de quem já passou por

muitas dificuldades juntas em busca de um mundo com menos desigualdades, já que “Não nascemos iguais: tornamo-nos iguais como membros de um grupo por força da nossa decisão de nos garantirmos direitos reciprocamente iguais” (ARENDR, 2006, p. 335).

Dessa maneira, falarmos sobre as mulheres do quilombo é falar sobre a busca de igualdade, sobre respeito, ajuda e, do mesmo modo, falar sobre identidade, como uma mistura do que somos e da nossa história, do mundo em que vivemos. Podemos ser uma ou várias, podemos mudar ao longo da vida, dentro de nós há uma porção de outros “eus” nos empurrando para diferentes direções (HALL, 2006). Assim, no quilombo, encontrei nas entrevistas, agricultoras, professoras, mães, filhas, festeiras, dançarinas, artesãs, donas de casa, entre tantas outras e, muitas vezes, tudo isso numa mesma mulher.

Existe um ponto de encontro em todas as entrevistadas, pois quando perguntava como se descreveriam, elas se diziam quilombolas.

Algodãozinho  
do Cerrado  
Quilombola

Sou quilombola porque nasci, aqui, meus pais eram daqui, nós nunca saímos daqui, e nunca deixamos de lutar pela terra. Aqui é o nosso lugar, além da terra ser uma herança.

E mesmo com tanta força de vontade elas ainda possuem muitas barreiras pela frente. Elas dizem que a pior ainda continua sendo o racismo, uma vez que o peso das perseguições ainda é intenso.

Pequi  
Quilombola

Quando a gente vai para livramento ou mesmo Cuiabá ou Várzea Grande e fala que é do quilombo, as pessoas sempre olham para a gente com cara estranha, muita gente não concorda que a gente tenha terra, acha errado.

Mangaba  
Quilombola

Quem não é negro não sabe, mas é muito triste quando as pessoas olham para a gente com desprezo, pior ainda quando é com o filho da gente.

No Brasil, durante mais de 300 anos, foi utilizada a mão-de-obra escrava. Pessoas eram trazidas do continente africano, de forma cruel e desumana, para trabalharem à força a fim de enriquecerem uma elite branca. Para justificar a escravidão, foram usados não só a violência física, mas valores, a partir dos quais a mulher negra e o homem negro não eram considerados dignas/os de confiança,

inteligentes, bonitas/os, capazes. Enfim, essas pessoas não eram consideradas gente, não eram pessoas como qualquer outra e por isso não deveriam ter direitos, apenas deveres, trabalho pesados e castigos (VIOTTI, 2008).

As mulheres do Mutuca têm mostrado para si mesmas como superar esses traumas do passado e seguir em frente, se conhecendo e conhecendo o mundo que as rodeia, lutando por uma vida melhor de forma consciente, pois, “A pessoa conscientizada tem uma compreensão diferente da história e de seu papel nela. Recusa-se a acomodar-se, mobiliza-se, organiza-se para mudar o mundo” (FREIRE, 1994, p 37).

E a forma das mulheres quilombolas do Mutuca se organizarem é em estreita relação com mundo em que vivem, seu território e a natureza, disso depende parte da sobrevivência da sua história e do criar o futuro. As consequências das mudanças climáticas podem colocar toda a luta dessas mulheres a perder, uma vez que é esperado para o cerrado, bioma em que elas vivem, diminuição de chuva e prováveis secas. Assim, serão impedidas de plantarem, manterem suas casas. Se antes tentaram expulsá-las pela força das armas, agora elas serão expulsas pela devastação que o ser humano faz na natureza.

### 3.2. A Água Mítica

No mundo do devaneio, do devir, buscamos nas respostas das mulheres na mítica do imaginário de sua própria gênese, entendendo-o como um desejo de criação e de transformação de seus próprios mundos uma vez que “[...] a imaginação trabalha no topo, é o teste de uma experiência quando o devaneio transforma as formas anteriores” (BACHELARD, 2008, p. 197).

O objetivo da pergunta do tópico “águas Míticas” sobre o desejo de se transformar em um ser da natureza, como explicitado na metodologia, estava no sentimento do que é ser pantaneira, quilombola ou mariscadora. Mostrando dessa forma, o imaginário e suas conexões com o território, como as mulheres lidam com a vegetação, com a terra, com as forças da natureza.

Sendo importante para pesquisa entender isso, pois o processo de mudança climática incide exatamente sobre o território e o modo de vida, deteriorando essas conexões, precisávamos então saber se elas ainda existiam ou se já estavam sendo

desfeitas (CARE, 2009). Cada comunidade deu sua resposta de acordo com a realidade em que estava inserida.

No pantanal, o desejo de que se ao invés de ser mulher fosse um elemento da natureza, foi algo expresso pela resposta quase que unanime da árvore frondosa encontrada no Pantanal chamada Cambará.

O Cambará é uma espécie vegetal lenhosa, que pode produzir grandes árvores, chegando a 28 metros de altura. Suas folhas são verdes escuras e têm um brilho característico por causa da cera que as recobre. Durante a cheia fica recoberta de folhas que aumentam a proporção de sua copa (DALMOLIN, 2009).

Os motivos pelas quais as Pantaneiras desejam ser o cambará são diversas:

Pacu Panataneira	Eu queria ser um cambará. Se bem que eu já fiz uma pesquisa sobre ele. O cambará por ele ser uma árvore de grande porte, ter uma sombra, e de conservação do solo de outras vegetações menores que está debaixo dele que ele está protegendo elas, né! Já pensou você fazer bem para os outros, para os pequeninhos e pro clima? Se bem que ele não dá fruta né! O cambará é como se fosse uma mãe para direcionar os filhos no caminho certo.
---------------------	--

A importância do cambará para a comunidade é incontável, vai de se usar o seu tronco para fazer a canoa, meio importante de transporte, até servir de matéria-prima para a viola de cocho, instrumento tradicional da região, além de suas flores e folhas servirem para fazer xarope contra a tosse. “Cambará, é uma vida vegetal que doa partes do seu corpo para que outras vidas se estabeleçam, assim como doa sua própria vida para que o ser humano constitua seu bem-estar, seu bem viver” (QUADROS, 2013, p. 228).

O Cambará que se doa à comunidade, também é a imagem da mulher pantaneira que se projeta como cuidadora da família, em todo seu histórico papel social. Nesse imaginário, porém, ele deixa de ser o Cambará vegetal para se tornar a imagem da árvore da *anima* (BACHELARD, 2009), firmada no elemento feminino, que sonha e cria, embala e acolhe, renovando as imagens com profundidade e paz.

A profundidade e firmeza do Cambará também são encontradas nas respostas como se mostrando a determinação da territorialidade na exuberância das formas da árvore.

Jaú Pantaneira	Eu também queria ser um Cambará, porque a raiz é bem profunda e as flores são lindas bem amarelas, e as folhas lindas quando tudo tá seco ela tá tudo verde, brilhando.
-------------------	---

Essa territorialidade pode também ser vista como manutenção da cultura e da tradição de Joselândia, como na preparação das festas de santo, principalmente, a festa de São Pedro.

As mulheres estão muito presentes na cultura da comunidade, são elas que preparam praticamente tudo na festa de São Pedro. Ensaiam com as crianças a dança do siriri, dança típica da região. Fazem a comida, que é iniciada dois dias antes da festa, com os bolos e biscoitos, e nos dias das festas o almoço e jantar, feito em grandes panelas e fogão a lenha, que garante a permanência de todos, no salão da festa. Os delicados ornamentos de flores, feitos pelas mãos das mulheres, enfeitam o altar da igreja e andor que levará a imagem de São Pedro durante a procissão, reiterando e enraizando o valor do território.

Temos então envolvida uma dimensão simbólica, cultural, por meio da identidade territorial atribuída pela comunidade às suas tradições, como forma de apropriação do espaço (HAESBAERT, 2009). Assim, entendemos quando Bachelard (1991, p. 228) nos aponta que “[...] a imagem da raiz desde que sincera, revela em nossos sonhos tudo aquilo que nos faz filhos da terra”.

E é nessa unidade de identidades singulares que devemos entender essas mulheres, conforme nos apresenta Bachelard: “As árvores têm formas tão diversas! Têm ramos tão múltiplos, tão divergentes! Tanto mais surpreendente nos parecerá sua unidade de ser e o que constitui, no fundo, sua unidade de movimento, seu porte.” (BACHELARD, 2001, p. 211).

E no devaneio também sonham com a união entre elas, com o mundo em partilha:

Corinbatá  
Pantaneira

Eu queria ser um Cambará num cambarazal aí é um lugar fresco, é muito boa a sensação de você entrar aí, nós entramos aí, Ave Maria é o tempo inteiro pingando água, é muito bom.

Viver junto dos seus em solidariedade, algo que as mulheres pantaneiras aprenderam com as dificuldades, ou seja, de um modo sustentável, generoso e corresponsável de se interagir é comum também aos cambarás. Existem no pantanal campos fechados de árvores de cambará, que nasceram lado a lado, uma doando suas sementes para dar vida para as outras, os pantaneiros chamam esses campos de cambarazal.

Da mesma forma que cambarazal finca suas raízes no fundo da terra, as mulheres têm suas raízes firmes em São Pedro de Joselândia, mas elas por meio da imagem do cambará também materializam seus medos e conflitos.

Jiripoca. | Eu queria ser um Cambará porque é bonito, mas os homens cortam ele e eu  
Pantaneira | não queria ser cortada.

A todo momento a vida das pantaneiras apresenta cortes, cortes em suas tradições, em seus modos tradicionais, cortes na dificuldade de ser mulher num mundo ainda machista em que temos o tempo todo que abrir brechas e procurar táticas para continuar.

A vida dessas mulheres, pode ser comparada às sementes do cambará que descem os rios e vão germinar em outros pontos, tentando se perpetuar apesar das dificuldades, se tornando carne, se tornando matéria.

A matéria nos revela as nossas forças. Sugere uma colocação de nossas forças em categorias dinâmicas. Dá não só uma substância duradoura à nossa vontade, mas também esquemas temporais bem definidos à nossa paciência. De imediato, a matéria recebe de nossos sonhos todo um futuro de trabalho; queremos vencê-la trabalhando. Desfrutamos de antemão da eficácia de nossa vontade. Não se espantem, pois, de que sonhar imagens materiais – sim, simplesmente sonhá-las – é imediatamente tonificar a vontade [...] (BACHELARD 2002, p. 23).

As mariscadoras, por sua vez, quando perguntadas quais elementos marítimos gostariam de ser, na maioria das vezes, respondiam que gostariam de ser os próprios mariscos que colhiam.

Almeja | Eu gostaria de ser uma almeja porque é a que mais tem na praia.  
Mariscadora |

Mostram assim, que não estão para muitas mudanças, escolhem o que já faz parte da sua vida, os próprios mariscos com os quais lidam constantemente, a matéria em que usam suas energias diárias que já conhecem pelo tato, a que está em mais abundância na praia, a Almeja. Mas escolhem “[...] o que mais tem na praia” não por ser tão comum devido ao grande número desses moluscos que elas dizem ter na praia, oportunizando assim, que passassem despercebidas pelo mundo.

Talvez pelo contrário, sonham assim por desejarem serem vistas, serem admiradas, como se fossem cada almeja o reflexo de cada uma. Numerosas almejas,

refletindo numerosas mariscadoras. Quando colhem Almejas da areia da praia, sonham em ser as Almejas, e nisso “[...] os objetos da terra nos devolvem o eco de nossa promessa de energia. O trabalho da matéria, assim que lhe devolvemos todo o seu onirismo, desperta em nos um narcisismo de nossa coragem” (BACHELARD, 2008, p. 07).

O desejo de serem vistas pode estar na invisibilidade do fato de exercerem uma profissão que sempre foi considerada menor, diante dos trabalhos ligados ao mar, sobre a dificuldade de conseguirem seus direitos trabalhistas e pela vontade de serem reconhecidas, uma vez que a mulher nem sempre é reconhecida e considerada, pelo simples fato de ser mulher. Pois a sociedade olha as mulheres muitas vezes com estranhamento, banalizando a realidade para depois tornar os olhos, “como olhos de madeira” das estátuas que olham com olhos bem abertos, mas que simplesmente não enxergam outras identidades ou outros modos de vida. Como nos avisa Ginzburg (2001).

Para Tomás (2008), o não ver algo ou alguém que está presente é um exercício da subjetividade, como uma capacidade de escolha, torna-se então um ato intencional significativo. O não ver o outro é intencionalmente o não reconhecimento do outro. Se não reconheço o outro, não reconheço a sua história, suas práticas e seus direitos. O que pode ser também uma outra parte da explicação da vontade de ser marisco.

Os mariscos são seres que não importam o tipo, possuem concha ou carapaça. Sonhos com carapaças remetem firmeza, proteção na qual a imagem é limitante, pois não temos uma visão interna. Para Bachelard (2008), pela firmeza, muitas vezes, a imaginação da concha é vencida pela realidade. Muito possivelmente o sonho da firmeza do marisco para as Mariscadoras esteja, na segurança de ter o trabalho, poder manter a família, num momento em que o mundo sofre com uma grande recessão.

A crise financeira no Mercado Comum Europeu que vem desde 2008 afetou de forma geral todo o continente, porém, teve efeitos mais devastadores nos países economicamente periféricos do bloco europeu, conhecidos como PIIGS (Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha) (GOMES e ATENIENSE, 2014, p. 33).

Desse modo, as mariscadoras necessitam dessa segurança da dureza da concha do marisco, porém dentro da concha há sempre um animal maleável, que vez por outra, abre sua concha, espera pelo melhor momento de entrarem outros

bichinhos desavisados para servirem de alimento, espera paciente, pois conhece seu ambiente e como ele funciona. Sua maleabilidade serve ainda como forma de se misturar as outras formas, de se integrar a água ou a areia (BACHELARD, 2008).

Essa é a maleabilidade do mariscar, nunca num horário fixo, nunca com o mar do mesmo jeito, abrir a concha é esperar a maré baixa, esperar que a natureza se encarregue de trazer os mariscos para a colheita e saber, com respeito de quem depende da natureza.

Compreendemos aqui que dessa forma elas demonstram o ciclo de interação da natureza, uma vez que sabem que dela dependem, não o contrário (SANTOS, 2007).

E muito depois, quando a concha do marisco jaz sem seu molusco, ao ficar na praia como um fóssil, ele demonstra o território marcado, a casa construída, demarcando o mundo natural das mariscadoras, “[...] e é assim que os sonhos construtores de concha dão vida e ação às moléculas tão geometricamente associadas. Para eles, a concha, no próprio tecido de sua matéria é viva” (BACHELARD, 2008, p.126).

No quilombo Mutuca, as mulheres escolheram ser folhas, sementes ou frutas do cerrado, como: folhas de Mama de Cadela, Algodãozinho do cerrado, Barbatimão, sementes de sucupira, Nó de Cachorro, Chápeu de Couro, Angico, casca de lixeira, frutas como Pequi, Mangaba, Ariticum, Jatobá, Bocaiúva, Caju, Chá de Bugre.

Barbatimão Quilombola		Eu queria ser folha de barbatimão por que ele cura infecção, dor de estomago, e é bom quando a gente tem neném.
--------------------------	--	---

Pequi Quilombola		Eu queria ser pequi porque, eu adoro pequi, e ele é daqui mesmo, a gente entre no meio do mato e tem de monte, da para fazer de várias maneiras, com arroz, com galinha. Ele é muito gostoso.
---------------------	--	---

A justificativa para a escolha era o que poderia de alguma forma trazer algum benefício para a comunidade, uma ajuda nos momentos difíceis, pois as folhas e as cascas das quais elas falam são remédios usados por toda a comunidade há muito tempo. O saber sobre tais qualidades das plantas sempre foi e ainda é um conhecimento importante para uma comunidade como a de Mutuca, que fica à margem das políticas públicas, principalmente em relação a saúde (AZEVEDO, 2006).

Além do que, existe mais do que apenas a necessidade de curar doenças quando as mulheres falam sobre os chás que tomam, elas evocam a memória dos tempos vividos e de seus aprendizados.

Sucupira | porque minha mãe fazia chá dela quando era pequena para mim  
Quilombola

Gariroba | Escolhi essa planta porque eu a comia quando era pequena  
Quilombola

Mama de |  
cadela | minha avó falava muito nessa planta  
Quilombola

E um tempo vivido do conhecimento que foi construído dentro do território com especificidades de critérios de cuidado, como a prevenção e até mesmo não só a cura para o corpo, mas também, da alma já que:

As culturas tradicionais elaboraram idéias sofisticadas de saúde e bem-estar e para muitas culturas saúde não é a mera ausência de doença. Saúde é um estado de equilíbrio espiritual, de convivência comunitária e ecológica, o que explica provavelmente a inclusão em sistemas de cura tanto de remédios para cura física, quanto para a melhoria e fortalecimento do bem-estar (HOEFFEL, 2011, p. 06)

Algodãozinho | Algodãozinho serve para quando a gente ganha nenê e ai, precisa evitar de  
do cerrado | ficar mal, e ter problema no período de dieta, ele também acalma.  
Quilombola

Lixeira | Fazer banho no nenê recém-nascido com casca de lixeira evita que o umbigo  
Quilombol | inflame, ele cicatriza direitinho.

E assim, aos poucos, foram nos revelando que existe uma grande ligação da memória com a natureza do quilombo e com os saberes por esse povo construído. Ao se identificar com uma planta, a pessoa diz muito sobre si mesma. Diz de suas memórias, dos seus gostos, das suas vivências, do lugar de onde veio e de sua identidade, já que “[...] plantas e medicamentos podem ser efetivos não apenas em função de sua ação farmacológica, mas em função do significado cultural que lhes é atribuído” (HOEFFEL, 2015, p. 67).

E talvez também o significado cultural aqui atribuído, possa ser o de estar sempre juntas empenhadas e solidárias para com a comunidade, uma vez que sonham em ser plantas, suas folhas ou cascas podem servir de remédios e seus frutos

de alimentos. Entretanto, a planta em si continua viva no cerrado, doa parte de si, mas ao mesmo tempo se fortalece com folhas novas e uma nova casca. Viver no quilombo é também se doar na luta contra as injustiças e, ao mesmo tempo, se fortalecer como quilombola, sentindo que é pertencente ao território.

Essa noção de pertencimento utilizada aqui é a almejada pela Educação Ambiental, na qual a relação entre os seres e a natureza passa pelos diversos sentidos, construindo uma identidade humanitária, referenciada pela ética e sustentabilidade, transformando valores, comportamentos, atitudes (SÁ, 2005, p. 248).

Dessa forma, ao se reconhecerem como parte da natureza, as pantaneiras, mariscoadoras e quilombolas transcendem a dualidade criada na ciência moderna de separação entre o humano e o meio ambiente, e esse reconhecimento oportuniza o respeito essencial à busca da sustentabilidade (GRUN, 2009).

Assim, nos pautando em Quadros, Kawahara e Sato (2012), acreditamos que a percepção ambiental vá muito além da dimensão espacial, uma vez que ela também é a força criadora que cada grupo social estabelece com o lugar em que vive, sendo expressa e comunicada por diferentes formas.

Se reconhecer como natureza pode significar o autorreconhecimento como parte importante do mundo, é o olhar das mulheres para si mesmas, num apelo individual de extrapolar a cegueira sobre sua própria condição e ver seu próprio reflexo valorizado, num exercício de Narciso. Para Bachelard (1997), Narciso nem sempre significa ações neurotizantes, pois ele nos dá a consciência da nossa beleza, nos inspira a nos conhecermos dentro do nosso próprio reflexo:

Narciso vai, pois à fonte secreta, no fundo dos bosques. Só ali ele se sente que é naturalmente duplo; estende os braços, mergulha as mãos na direção de sua própria imagem [...]. Diante das águas, Narciso tem a revelação de sua identidade e de sua dualidade, a revelação de seus duplos poderes viris e femininos, a revelação, sobretudo, de sua realidade e de sua idealidade (BACHELARD, 2001, p. 25).

As mulheres ao verem suas faces, o reflexo mostra não só a realidade de suas vidas, mas o ideal de como poderiam ser. Com sua sensibilização em relação ao mundo e para o mundo (FREIRE, 2005), compreendendo de forma diferente a sua história e seu papel, dão forma as suas lutas cotidianas, ou pelo sonho junto a natureza, abrindo espaço de audiência para as suas falas, como linhas de fuga por elas criadas por meio do imaginário.

### 3.2.1 Quem é a Água

Trazemos, nesta oportunidade, o devaneio das mulheres sobre água e sua materialidade como se fosse uma pessoa com a pergunta: vamos imaginar que a água doce seja gente, uma pessoa humana, pode contar sobre como seria esta pessoa?

Essa pergunta causava um pouco de espanto à primeira vista, e aqui juntamos as respostas das mariscadoras sobre a água do mar. Apesar do espanto inicial, elas não demoravam muito para responder, sem muitas dúvidas “A água é mulher”! Essa resposta foi unânime nos três universos pesquisados.

Observamos, porém depois, das pesquisas realizadas que esse foi um questionamento um tanto moderno dentro de uma pesquisa em que se busca um novo olhar e da fenomenológica do mundo. Isso porque a pergunta já apontava para uma identificação das mulheres com a água, uma vez que eram elas que mais tinham contato com esse elemento, cristalizando assim uma identidade feminina.

Entretanto, mesmo dentro desta constatação, essas respostas nos abriram a um leque de oportunidade para pensar as relações de gênero e a água nesses territórios. A partir dessa resposta, identifiquei uma ótima contribuição para a tese, o que significa partir do existente para jogar-se ao novo como nos ensina Bachelard (2001, p. 03).

O pensamento, exprimindo-se numa imagem nova, se enriquece ao mesmo passo que enriquece a língua. O ser torna-se palavra. A palavra aparece no cimo do psíquico do ser. A palavra como o devir imediato do psiquismo humano.

E surgiram várias imagens como justificativas para a água ser mulher. Separei-as por afinidade de respostas, buscando compreendê-las no contexto das teorias.

A primeira justificativa de a água ser mulher é porque ela é forte, corajosa e enfrenta desafios.

Jiripoca | Se a água fosse uma pessoa acho que seria uma mulher porque a água é  
Pantaneira | guerreira, igual às mulheres

Pequi | Porque a água cuida de tudo que é vivo.  
Quilombola

Aqui, as mulheres entrevistadas assumem a ideia da mulher que faz os seus trabalhos acima da sua capacidade, como a tarefa do trabalho e da casa, naturalizam as dificuldades impostas à vida das mulheres como se fossem glórias a serem ganhas. Valorizam, da mesma forma, o cuidado como uma obrigação feminina e por extensão passam também esses valores para a água. Nessa visão, assim como a mulher é guerreira e consegue ultrapassar limites, a água também conseguirá.

Chamamos a atenção para o que está posto, a mulher tem que ser “guerreira”, pois está em situação de injustiça social, vivemos em uma sociedade que se move pelo preconceito e discriminações referentes à mulher, e ainda comete crimes bárbaros ligados ao sexíssimo (Flacso/OPAS-OMS/ONU Mulheres/SPM, 2015)

E essa é a luta diária da mulher pela vida, o que a transforma realmente numa guerreira, quando pensamos desse mesmo modo na água, apresentamos o porquê de ela também ser uma “guerreira”. Nesse sentido, incorporamos nosso imaginário de “guerreira” uma vez que a água tem que conseguir sobreviver, a todas as violências a que está exposta de poluição e sua privatização. Nesse tocante, trazemos que a privatização da água no pensamento de Shiva (2003) é uma forma também de terrorismo contra as comunidades mais pobres do planeta, pois lhes tira a de criação da vida.

[...] negar aos pobres o acesso à água ao privatizar a distribuição do líquido ou ao contaminar mananciais e rios também é terrorismo. No contexto ecológico das guerras da água, terrorista não é só aquele que se esconde nas cavernas do Afeganistão. Alguns se ocultam em salas de conjuntos corporativos e atrás das regras do livre comércio da OMC, o Tratado do Livre Comércio da América do Norte (TLCAN) y da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Se ocultam atrás das condições privatizadoras do FMI e do Banco Mundial. Ao se negar em firmar o protocolo do Kioto, o presidente Bush, está cometendo um ato de terrorismo ecológico contra inúmeras comunidades que poderiam ser extintas da Terra devido o aquecimento global. vida sustentável (SHIVA, 2003, p. 14).

Outro ponto levantado pelas mulheres é que a água é mulher por sua capacidade de mansidão. E aqui a comparam com a violência dos homens:

Pintado  
Pantaneira

Você vê a água vem devagar, de dia à senhora olha não tem nada, no outro dia o pantanal já tá cheio, ela veio devagar e foi enchendo.

Sucupira | Geralmente ela é mulher porque é calma, mas quando o rio tá muito cheio que é  
Quilombola | perigoso pode ser homem.

Voltamos aqui à mulher silenciada diante do mundo, que tem suas expressões cerceadas, sua fala tem que ser mansa, sem opinião, a água tem seu curso natural também questionado, a sua correnteza não pode ser forte, não pode oferecer riscos ou estragos à vida das pessoas, como se a água devesse submissão à vontade humana. É o silêncio da fala da mulher e o silêncio da correnteza das águas.

O Silêncio é comum das mulheres. Ele convém à sua posição secundária e subordinada. Ele cai bem em seu rosto, levemente sorridentes não deformados pela impertinência não do riso barulhenta e viril. Bocas fechadas, lábios cerrados pálpebras baixas, as mulheres só podem chorar, deixar as lágrimas correrem como a água de uma inesgotável dor (PERROT,2005. p. 82).

Silêncio também imposto às águas, forçada a perder suas cachoeiras e corredeiras, na construção de lagos para hidrelétrica. O lago inunda tudo a sua volta, tudo que antes era vida, a imensidão de água acumulada cobre, se torna parada e profunda. Aqui descobrimos as duas águas das quais nos conta Bachelard (2002, p. 49):

Podem-se descobrir as duas águas, a da alegria e da dor. Mas não existe apenas uma lembrança. Nunca a água pesada se torna uma água leve, nunca uma água escura se faz clara. É sempre o inverso. O conto da água é o conto humano de uma água que morre. O devaneio começa por vezes diante da água límpida toda em reflexos imensos, fazendo ouvir uma música cristalina. Ele acaba no âmago de uma água triste e sombria, no âmago de água que transmite estranhos e fúnebres murmúrios.

A água da alegria é a água que corre em seu curso natural, rápida e barulhenta, a água da dor é a água silenciosa dos lagos artificiais, construído pelas barragens. De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) existem no Brasil aproximadamente 2.000 barragens. Destas: A) 625 se encontram em operação – (139 são grandes barragens com mais de 30 MW; 233 barragens com potência ente 1 e 30 MW; 153 barragens com capacidade abaixo de 1 MW); B) cerca de 1.530 micro barragens, não se conheciam as condições ou estavam abandonadas.

Para os números dos Movimentos de Atingidos das Barragens MAB (2015), 1 milhão de pessoas foram expulsas de suas terras devido à construção de barragens. Isto corresponde a 300 mil famílias; e ainda apontam que apontam que a cada 100 famílias deslocadas, 70 não receberam nenhum tipo de indenização. Sendo que 34 mil Km<sup>2</sup> de terra fértil foram inundados pelos reservatórios, o que corresponde a 3,4 milhões de hectares (MAB, 2015).

No Estado de Mato Grosso só na Bacia do Alto Paraguai (BAP) existem 8 Usinas Hidrelétricas de Energia (UHEs), 07 Central Geradora Hidrelétrica (CGH) e 16 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) em operação (ANEEL,2017).

No Pantanal, a usina que mais influencia o volume das águas é da Hidrelétrica de Manso, construída no ano de 2000 pela FURNAS- Empresa Eletrobrás, situado no rio Manso, entre suas atividades está também a de controlar a vazão do rio Cuiabá durante a época da cheia. Para as pantaneiras, isso mudou bastante o cenário do pantanal já que o rio Cuiabá é um dos principais rios que garante o período de cheia da região, segundo elas desde a construção da Usina de Manso o pantanal não enche como antigamente. A diminuição da área de alagamento diminui também as áreas que ficam férteis e úmidas para o plantio durante a estiagem, diminuindo a roça das famílias pantaneiras.

Esse é um tipo de impacto que não é medido quando se fazem os Estudos de Impacto Ambiental para a implantação desses grandes empreendimentos Hidrelétricos, mas eles acontecem a médio e longo prazo.

Os impactos sociais das barragens em ambientes à jusante tendem a resultar em complexas interações entre impactos ambientais e econômicos [...] A dependência das comunidades a jusante em atividades econômicas dependentes do fluxo do rio mostra que impactos sociais refletem impactos ecológicos (ADAMS, 2000, p. 6-7).

Assim, o silêncio é também sobre os impactos que ocorrem nesses territórios, pois uma vez instalado, o lago e a Hidrelétrica não recebem mais projetos de melhoria. Somado a isso, é possível dizer que o pantanal está longe da área considerada de impacto direto, apenas os secundários. Contudo, não são só as águas dos rios que são silenciadas, a imensidão das águas marinhas da Galícia também sofre com os silêncios, trazemos aqui como exemplo, a situação da criação do Plano Diretor de Aquicultura do Litoral (PDAL) (2014) elaborado pela Junta da Galícia (órgão equivalente a nossa Secretaria de Meio Ambiente) e que é rejeitado pelas pessoas que vivem da atividade no mar como as mariscadoras e pescadores.

Segundo os galegos, esse plano realiza a privatização da Costa marinha, tornando-os de livres trabalhadores, empregados de grandes empresas. E para os estudiosos da vida marinha ainda, esse plano também considera apenas a parte econômica do mar não levando em consideração os impactos ecológicos que a aquicultura (criação de espécies de moluscos, mariscos e peixes em fazendas

marinhas) pode trazer para o mar e, conseqüentemente, para toda a costa Galega (LOPEZ, 2012).

Mais do que o silêncio da água e mais do que ela ser guerreira, a explicação da água ser mulher também diz respeito ao fato de ela dar a vida e “parir”, ou seja, a sua comparação com a imagem da mãe.

Curimbatá | Pode estar tudo seco a água chega é fica tudo verde outra vez, ela dá vida a tudo.  
Pantaneira |

Navaja | A água é mulher porque ela pari, ela dá vida, alimento para a gente.  
Mariscador |

Aqui trazemos o que é de mais tradicional na imagem da mulher, “a mãe”. É a mulher que traz ao mundo, cuida, dá o alimento. Mas não só isso, é também a mulher que não abandona seus filhos, que sempre disposta a se sacrificar por eles – se entende que a mãe tem mais do que apenas amor, nela se tem “Um sentimento construído tão fortemente em nossa cultura ocidental, ao ponto de ser considerado um “instinto”, o instinto materno, algo que seria do campo da natureza” (BADINTER, 2000, p. 56).

A água como mãe e mulher da natureza, garante a seus filhos e filhas uma eterna zona de conforto, a maternidade da água acolhe o mundo e se responsabiliza por ele, com o infinito amor que nunca acaba, não importando o quanto a sua prole lhe aborreça (MENEZES, 2008, p. 159)

Transpondo essa imagem para a água, no mundo biológico não distante, aprendemos também que a água é um elemento que se renova a cada dia, que nasce e corre em rios caudalosos, que não importa o que façamos, a quanto esteja exploração e a poluição, a água nunca irá acabar. Assim, como uma mãe ela não abandonará seus filhos, na verdade, quanto maior o desafio mais se enche de coragem e,

Não se trata da coragem física, embora uma mulher possa dar prova dela, nem da paixão, mas da força de alma, que age de maneira firme e inabalável, isto é, trata-se, ao contrário da covardia, de uma condição virtuosa, que ousa se empenhar num combate. Não se trata de coragem dos durões, mas dos doces, dos sensíveis, que enfrentam os perigos sem preguiça ou frouxidão,

que superam o impulso primário de preferir o repouso a fuga ou outro deleite qualquer (VALLS, 2008, p.211).

Essa é uma imagem dicotômica e utilitarista tanto da água como das mulheres, pois se baseia na ideia sempre da bondade da Mãe/Mulher/Água que prevalecerá pronta para auxiliar e prover em momentos de desespero. Não abarca em sua gênese que em tudo, lidamos com várias facetas, como um caleidoscópio de intenções que fenomenologicamente se afirmam para ir até a origem das coisas em suas essências (MENEZES, 2008).

A mulher possui muitos desafios e os enfrenta com fortaleza, mas também tem muitas fraquezas, desejos, e nem sempre está disposta a sublimação em prol de algo ou alguém. Assim como a água que se esvai, se perde entra em escassez, secam as fontes, se tornam impróprias para o consumo essa imagem uma da água Mulher/Mãe não propicia a discussão sobre a realidade, uma vez que relativiza os problemas e idealiza soluções pelas características individuais: como “forte”, “guerreira”, “cuidadora”. Como nos alerta Grossi, as ações humanas e os seus entendimentos do mundo e da realidade vivida não podem estar “[...] repousadas em bases unitárias, simples e unívocas” (47).

Mas essas bases de pensamento unitário sobre a mulher e a água, não é só encontrado no imaginário das mulheres que fizeram parte desta pesquisa. Ele está fortemente centrado nas políticas e acordos nacionais e internacionais existentes sobre meio ambiente como a Conferência Dublin (1992), a Declaração do Milênio (2000), a Declaração Ministerial sobre Água Doce (Bonn, 2001), a Declaração Política e Plano de Implementação de Johannesburgo (2002), todas mostram o importante papel da mulher no cuidado com a água, sendo considerada até sua “guardiã”. Buscam soluções a partir de situação já historicamente forjadas em preconceitos, valores sociais, econômicos e as injustiças, como é o caso dos estereótipos ligados à mulher na atual crise hídrica. Nesse sentido:

[...] é preciso problematizar as visões sobre o meio ambiente, natureza e como o dispositivo de Gênero se vincula a essa visão. O que propomos é olhar com desconfiança para as políticas e programas de Sustentabilidade que se utilizam do gênero, mas que continuam a legitimar o lugar das mulheres e dos homens nas sociedades de forma a naturalizar essas posições e suas relações (AVILLA et al. 2006, p. 113).

Imaginar a água como mulher é imaginar a si mesma, mas isso ainda deve transcender o mundo externo do que se exige para essas mulheres. Só assim se emanarão seus próprios desejos, no reconhecimento do seu mundo, não como

idealização de uma mulher que tudo pode em nome da abnegação e do amor maternal, mas de uma luta consciente por direitos e por justiça. Trazemos aqui, que essa luta e reconhecimento se dão no campo do saber que se reconstrói como sujeito, dentro de sua história, sua cultura e seu território.



*A terra mora na semente,  
a flor é terra  
que ainda é carne é fruto,  
forma e pão  
A terra é mulher,  
Forma da vida.  
A lua é água em céu,  
a terra é fêmeo chão.  
**Luciene Carvalho/“Trinal”***

## *Capa:* Capítulo IV - Terra Amparo

Composé “**Terra**” nesse composé a intenção é mostrar os territórios em que as mulheres vivem, porém as mulheres estão foras de seus territórios, mas mesmo assim levam consigo a essência do que são. A mariscadora está no território do Pantanal, em uma típica lagoa formada pela cheia dos rios. acima na figura a Flor Camélia típica da região da Galícia, e que se espalha por praças e jardins das cidades. A pantaneira está no quilombo do Mutuca, na plantação de bananas, fruta relacionada com a história quilombola pois muitas mudas ainda são guardadas dos antepassados, além de ser muito utilizada em receitas e comercializada, sendo até criada uma festa no quilombo em sua homenagem: “A festa da Banana”. A pantaneira se mistura a paisagem do quilombo, mas leva ainda sua identidade hasteando a bandeira da” Festa de São Pedro”, a festa mais importante de Joselandia, onde outras coisas se mostra o gosto por ser pantaneira. A roça do Mutuca, também está enfeitada com a Flor Camalote, que nasce no período das cheias no pantanal. As quilombolas por sua vez estão nas praias da Galícia, em plena cata de mariscos, mas levam consigo suas panelas onde cozinham a comida típica que irá ser servida na Festa da Banana, realizada sempre no primeiro domingo de Julho de cada ano. A flor que é levada como representação é a flor do Ipê Amarelo, típica da região de cerrado e que floresce também no período de julho.:

**Luciene Carvalho:** Poeta e cronista Matogrossense escreve sobre o intimo feminino, sobre o emocional e sobre o ser negra e mulher num mundo de preconceitos, No poema Trianal, apresenta a mulher em seu momento de fecundidade não só de um filho mas da viva vivida.

## Capítulo IV - Terra Amparo

Eu sou a terra, eu sou a vida.  
Do meu barro primeiro veio o homem.  
De mim veio a mulher e veio o amor.  
Veio a árvore, veio a fonte.  
Vem o fruto e vem a flor.  
**Cora Coralina**

É o território no sentido da fixação, do mundo que nos guarda e acolhe, o território não é apenas um espaço funcional, e sim, traços das expressões, é o mundo que temos (DELEUZE e GATARRI). É necessário conhecer esse território junto a força criadora que existe e forma dentro e partir dele.

Além do mundo de criação que é o território, há também a necessidade de conhecer dentro desse território quais serão as situações e consequências que as Mudanças Climáticas causarão e, principalmente, que tipo de problemas já existentes no território elas irão piorar. Desse modo, começamos por entender como as mulheres entendem e imaginam o lugar onde moram, o chão batido da vida cotidiana.

### 4.1. Chão Batido

A casa, o espaço do terreiro onde fica a horta, o varal, ou, para as galegas, a areia da praia, nada parece mais reconfortante para essas mulheres do que ter um lugar que possam se sentir pertencentes. O espaço da terra, do território onde se sentem seguras e acolhidas, onde partilham seus saberes e constroem suas vidas. É o mundo partilhado, mundo vivido, mundo enraizado, como nas imagens de Bachelard (2003), a casa onírica que significa muito mais do que apenas uma casa ou um território em que se nasce, como o próprio Bachelard nos explicita: “A casa natal é construída sobre a cripta da casa onírica. Na cripta encontra-se a raiz, o apego, a profundidade, o mergulho dos sonhos. Nós nos ‘perdemos’ nela. Há nela um infinito” (BACHELARD. 2002, p. 77).

Contar então sobre o território é sempre para as mulheres como falar de alguém querido, alguém especial ou até falar de si mesma. Pois, a identificação

dessas mulheres ganha formas e se apropria do território: “*Eu sou Pantaneira, Eu sou quilombola, Eu sou Galega e mariscadora*”<sup>27</sup>, como afirmação do próprio do ser:

Território é espaço apropriado, espaço feito coisa própria, enfim, o território é instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele. Assim, há, sempre, território e territorialidade, ou seja, processos sociais de territorialização. Num mesmo território há, sempre, múltiplas territorialidades. Todavia, o território tende a naturalizar as relações sociais e de poder, pois se toma abrigo, lugar onde cada qual se sente em casa, mesmo que numa sociedade di vívida (PORTO GONÇALVEZ, 2006, p. 46).

Por isso, responder o que tem de melhor em morar, ou no caso das mariscadoras, em exercer uma atividade na praia sempre é uma boa forma de se iniciar uma conversa no território. É onde o sentido de comunidade em si se mostra um dos laços mais importantes dentro dessa territorialidade.

Jaú Quilombola	Eu acho morar aqui muito bom. O melhor é que tem aqui é a parceria delas, são todos felizes. É tudo da hora. Graça, alegria, dia de festa, o prazer de todo mundo brincar um com o outro né
-------------------	---

Navaja Mariscadora	Sempre saímos para mariscar juntas na praia.
-----------------------	--

Pequi Quilombola	Aqui é nosso lugar, além da terra ser uma herança ainda tem a questão de todos serem iguais, a vantagem aqui não é ser clarinha a vantagem aqui é ser negra.
---------------------	--

Segundo Bauman (2003), a palavra comunidade traz em si sensações que vão além do seu significado, pois ela traz o sentimento de segurança, de prazer e compreensão. O autor demonstra como representamos essas sensações em nossa fala: muitas vezes usamos adjetivos negativos para caracterizar a sociedade que pode ser “cruel” ou as companhias que podem ser “más”, entretanto, a comunidade está sempre relacionada a coisas boas.

Numa comunidade, todos nós entendemos bem, podemos confiar no que ouvimos, estamos seguros a maior parte do tempo e raramente ficamos desconcertados ou somos surpreendidos. Nunca somos estranhos entre nós. Podemos discutir, mas são discussões amigáveis, pois todos tentamos tornar nosso estar juntos ainda melhor e mais agradável do que até aqui e, embora

---

<sup>27</sup> Mariscadora é uma profissão, entretanto também é uma forma de territorialização, pois cada uma tem uma praia específica para trabalhar, as vezes próxima a casa, ou a que vinha com a mãe quando pequena.

levados pela mesma vontade de melhorar nossa vida em comum podemos discordar sobre como fazê-lo (BAUMAN, 2003, p.08).

Viver em comunidade é muito importante para a força dessas mulheres, é o sentimento que as mantêm unidas em torno de um objetivo, é pertencer a algo maior que apenas à família (MAFFESOLI, 2007), em suas comunidades elas deixam de ser pessoas comuns ou perseguidas.

Entendemos, não ser uma constatação à toa que a Pequi conclui sobre morar no quilombo: “[...] aqui a vantagem não é ser branquinha, mas negra”, usando o diminutivo na palavra branca para denotar que ali dentro do quilombo a cor da elite se tornava pequena e perdia a vez e espaço para a cor que era a reverência no quilombo, a cor Negra, dita em num tom e grau solene.

A comunidade é o lugar onde as queixas individuais sobre a situação de tensão na qual vivem são ouvidas e compartilhadas, e as histórias de vida são muito parecidas. Por meio de Bauman (2003), conseguimos entender esse sentimento de alento que é viver em comunidade:

Para nós em particular que vivemos em tempos implacáveis, tempos de competição e de desprezo pelos mais fracos, quando as pessoas em volta escondem o jogo e poucos se interessam em ajudar-nos, quando em resposta a nossos pedidos de ajuda ouvimos advertências para que fiquemos por nossa própria conta (...) a palavra “comunidade” soa como música aos nossos ouvidos. O que essa palavra evoca é tudo aquilo de que sentimos falta e de que precisamos para viver seguros e confiantes (BAUMAN, 2003, p. 09).

Além da vida em comunidade, outra coisa muito reverenciada pelas mulheres é a vida natural. Vista ainda como um privilégio que elas podem usufruir, enquanto quem vive ou trabalha na corrida vida urbana não experiencia.

Jiripencém | A natureza do pantanal é linda outro dia eu estava olhando lá, e achei um ninho  
Pantaneira | de passarinho, o passarinho lá dando de comer ao filhinho dele a coisa mais bonita, né, natureza, e que é a natureza né.

Ameixa | Eu gosto do marisqueio porque a gente pode trabalhar no mar, vendo a praia,  
Mariscadora | eu gosto, não tem rotina, cada dia é de um jeito.

Algodãozinho | Aqui a gente vive com a natureza, em todo lugar a gente tem um pé de planta,  
do Cerredo | uma árvore. É um lugar calmo que não precisa estar correndo para fazer as  
Quilombola | coisas.

A vida que se vive ao lado da natureza passa de um jeito devagar, ao sabor das estações e pode ser contemplativa. E aqui elas demonstram e expõe que em suas simplicidades estão usufruindo o que hoje passa a ser um luxo nas grandes cidades: o convívio com a natureza e uma vida calma.

No nosso imaginário, a vida perto das matas ou dos rios ou mares nos remete as histórias de liberdades e transcendências como os históricos retiros espirituais que ajudaram a mudar o rumo das religiões mundiais (ANZAI, 2003). Assim, a natureza está sempre ligada as inspirações divinas. Doenças são curadas em lugares próximos da natureza, a exemplo dos sanatórios de tuberculosos do começo do século XX, que eram criados em lugares de bosques e montanhas (BERTOLLI FILHO 2001, p.133).

A natureza recebe por esses valores que veem desde há muitos séculos, princípios utilitaristas e antropocêntricos: ela existe para que os seres humanos tenham seus sofrimentos diminuídos, aumentando ao máximo a quantidade de bem-estar no mundo (FERRY, 2009, p.30).

Com a sofisticação do capitalismo, a visão utilitarista da natureza também tem se modificado. Uma dessas facetas é de vir em socorro aos nossos corpos cansados diante do suplício da vida moderna. Nos últimos anos, fomos levados a movimentos que contrapõem: por um lado somos colocados a um ritmo de vida que cada vez mais consome nossos horários, nosso folego. Somos bombardeados com informações do mundo todo, como se tudo estivesse acontecendo ao nosso lado, o que nos impõe a obrigação de participar, como nos adverte Larrosa (2014, p. 24).

O sujeito moderno, além de ser um sujeito informado que opina, além de estar permanentemente agitado e em movimento, é um ser que trabalha, quer dizer, que pretende conformar o mundo, tanto o mundo “natural” quanto o mundo “social” e “humano”, tanto a “natureza externa” quanto a “natureza interna” segundo seu saber, seu poder e sua vontade. (...) O sujeito moderno é animado por portentosa mescla de otimismo, de progressismo e de agressividade: crê que pode fazer tudo o que se propõe e para isso não duvida em destruir tudo o que percebe como um obstáculo à sua onipotência.

Ao mesmo tempo somos impelidos a entender que para o bem do nosso corpo, e para nosso bem viver, devemos parar e diminuir o ritmo de aceleração da vida. E para que isso seja possível, sonhos de um mundo natural são criados artificialmente e vendidos aos que possuem possibilidades de pagar por eles. Condomínios recriam bosques, lagos, espaços de convívios e praias, Resorts, turismo

rural tudo que possa nos colocar em melhor contato com a natureza e nosso eu mais primitivo.

Para Bauman (2001, p. 94) “A vida organizada em torno do consumo é orientada pela sedução, por desejos sempre crescentes e quererem voláteis – não mais por regulação normativas”. A natureza nesse contexto também se torna volátil, não como algo que deve ser permanente, mas, sobretudo, como moda de um *status* social de consumo.

Para as mulheres entrevistadas, entretanto, a possibilidade de uma vida ligada à natureza chegou de uma forma diferente, já fazia parte do seu antigo convívio, receberam por força da geração. Aos olhos do capitalismo não pagaram nada por esse território, o que depõe contra a lógica do consumo, pois essas são as pessoas que não tem poder de consumo (não tem dinheiro), mas por obra da tradição e da história ainda detém parte dos produtos a serem consumidos, como seus territórios, de uma maneira ou de outra terão que fazer parte do mundo do consumo pois:

Paradoxalmente, ainda que nada inesperadamente, o tipo de liberdade que a sociedade dos viciados em compras elevou o posto máximo de valor – valor traduzido acima de tudo como a plenitude da escolha do consumidor – tem um efeito muito mais devastador nos espectadores relutantes do que aqueles a que ostensivamente se destina. O estilo de vida da elite, os senhores da arte de escolher, expõe seu potencial destrutivo (BAUMAN, 2001, p. 104).

E essa exposição chega até ao território dessas mulheres que são junto com suas comunidades e a todo o momento são compelidas a, de uma forma ou de outra, saírem desse lugar. Uma delas é a apropriação e a devastação da natureza de que elas tanto falam e, conseqüentemente, da água.

Quando pedimos para que suas memórias falassem como era cada território, percebemos que muita coisa havia mudado por ali. O desmatamento e a diminuição da vegetação natural foram características apontadas na região do Pantanal:

Saicanga  
Pantaneira

É aí era tão bom porque nessa época tinha natureza né, tinha muito peixe, tinha muito pássaro né, agora aqui não tem mais, a natureza tá acabando. Você quer ver a natureza acabada, você entra nesse pantanal para você ver, antes tudo era mato né, lá para a casa de meu pai lá para baixo e andava tudo naquele ‘trilhinho’ dentro do mato né, agora não, agora está tudo limpo.

Chamamos a atenção para isso, pois, não podemos pensar em termos de escassez de água sem pensar em escassez também da vegetação, já que uma é interdependente da outra. Então onde o desmatamento é grande, conseqüentemente,

a água está em risco, já que o solo sem a cobertura vegetal que é segurança, acaba sofrendo tanto a ação do vento e das chuvas, que, aos poucos vai se compactando, assim também como o subsolo sem as estruturas das raízes sofrem perdas e deslizos ocasionando a erosão.

Todo esse material pode ser levado aos rios de modo a comprometê-lo com o assoreamento. Nesse sentido, sem uma boa drenagem do solo, as nascentes secam. As chuvas também ficam ameaçadas, pois a umidade que a vegetação cria e as origina não existe mais (INPE, 2014).

É importante destacar que o Pantanal é uma área de filtragem e renovação hídrica, de equilíbrio frágil onde a vegetação se, colocada em risco, pode afetar toda a bacia do rio Paraguai e toda a rede hídrica de Mato Grosso.

No quilombo, a vegetação em destaque é o cerrado, segundo os números oficiais dos desmatamentos do estado de Mato Grosso é o bioma que mais tem sofrido ameaças, e as falas dos quilombolas também não deixam dúvidas, quanto a isso:

Cumbaru Quilombola	Antes a gente usava a enxada para limpar o terreno hoje eles com maquinas vão mais rápido e acaba com mais mata. O garimpo revirou todas as terras, antes a gente olhava para fora e era só babaçu, agora a gente olha e consegue até enxergar a luz das outras casas lá longe, destruíram todo o babaçu.
-----------------------	---

De características mais secas e com rios perenes, o desmate no cerrado para a monocultura tem causado a destruição de inúmeras nascentes, o que tem deixado terras improdutivas e secas para as quilombolas.



**Figura 16 - Roça de Milho danificada pela falta de chuva e pela entrada do gado/Mutuca**  
Foto Rosana Manfrinate/2015

Aqui o gado dos fazendeiros também tem um papel muito importante na destruição, pois são soltos nas terras que pertencem aos quilombolas e pisoteiam as matas ciliares compactando o solo, além de invadirem as plantações comendo as mudas de grãos de milho e feijão (FERNANDES e PESSOÃ, 2011, p. 27):

As principais ameaças à biodiversidade no Cerrado nos últimos tempos estão centradas na expansão da agricultura e da pecuária, efetivadas mediante a conversão de áreas de cerrado em áreas de agropecuária, com perda de vegetação primária. A agropecuária expandiu-se com uso intensivo de agrotóxicos, fertilizantes e corretivos; irrigação sem controle; pisoteio excessivo de animais; monocultura e cultura em grande escala; uso inadequado de fatores de produção, traduzido, no caso específico, no emprego de alta tecnologia química e pesada mecanização.

Um resultado trazido pela a criação de gado e monocultura é a construção de cercas de arames farpados, uma novidade dos últimos tempos nos dois territórios. Isso restringe os espaços por onde as mulheres podem andar. O gado tradicional dos pantaneiros era criado solto nas terras alta do pantanal sem nunca necessitar de cercas.

Antes, as mulheres facilmente chegavam ao rio adentrando pelo sítio de algum vizinho e ali permanecia o tempo que fosse preciso, sem serem incomodadas, pois havia o sentimento de coletividade das terras como nos conta Dona Jaú:

Jau Pantaneira		Eu ia lavar roupa lá no rio bem cedo, entrava pelo beira da casa da D. e lá ficava, enquanto eu lavava roupa, jogava a linha com o anzol, e quando terminava já ia para casa com a roupa limpa e o peixe para o almoço.
-------------------	--	---

Agora, com as cercas, elas não ultrapassam alguns limites e são muitas vezes impedidas de chegarem pertos dos rios ou em outros lugares, como podemos acompanhar nas suas narrativas:

Peraputanga Pantaneira		Agora você vê assim é muito difícil tudo é só cercado né, só arame pra passar, cerca, porteira, pra passar pra chegar nós passamos duas três porteiras. Naquele tempo não, naquele tempo era só as casinhas, alguém tinha um cercado muito pequeno né.
---------------------------	--	--

Sucupira Quillombola		As cercas aqui eram poucas e só para os bichos, e faziam de paus, hoje as cercas estão em tudo e são de arame farpado.
-------------------------	--	--

A cerca de arame farpado limita, individualiza e se antes a cerca de madeira era apenas para os bichos, a de arame farpado é para os bichos e pessoas. A cerca

é ofensiva e o arame farpado agride, machuca a pele de quem por baixo dele tenta atravessar, mostra a diferença entre as pessoas, divide a comunidade. É um pré-muro de um condomínio (BAUMAN, 2003). Assim, tais mulheres estão vivendo em seus territórios, mas ao mesmo tempo são excluídas deles.

As cercas são para além de um objeto de exclusão, um elemento que demonstra a materialidade da exterioridade e interioridade dessas mulheres enquanto seres vividos no imaginário do ser, que ora aceitam em suas próprias casas a dita “proteção” das cercas que como reflexo da interioridade que aceita o individual sem questionar e ora se constroem por essa forma de limitação e exteriorizam a mágoa em nome do coletivo ao ponto de D. Cachará desabafar.

Cachará Pantaneira		A cerca é uma grande ilusão.
-----------------------	--	------------------------------

A cerca também se faz presente no mar da Galícia, mas de uma de outra forma, o território fica limitado pela poluição, como a quantidade de óleo jogado dos navios na água e o esgoto das cidades costeiras, que interditam algumas praias, diminuindo os locais de catas de mariscos. Como exemplo, podemos citar o Naufrágio do petroleiro Prestige em novembro de 2002 na costa da Galícia, deixando vaziar 60 mil toneladas de óleo bruto no mar, considerado até hoje o maior acidente ambiental ocorrido na Espanha, diminuindo dessa forma, o território em que as mariscadoras podem transitar e trabalhar, deixando-as como as pantaneiras e quilombolas de fora do mundo que conhecem.

E o que é nosso território se não podemos explorá-lo? Excluí-las de andar por entre a comunidade é também tirar-lhes as referências e práticas de saberes, as memórias e as histórias futuras, piorando as consequências das mudanças climáticas. E para haver uma Justiça Climática realmente efetiva, antes de tudo, é necessário a proteção do território como casa/abrigo. Essa Justiça precisa estar assentada com liberdade para criar e recriar as linhas de fuga, importantes para a reterritorialização da vida.

## 4.2. Terracota

No contexto da vida das mulheres pesquisadas, apesar de gostarem de onde vivem, exercendo suas atividades, esse território também pode ser local de sofrimento e de luta.

Algumas situações vividas por essas mulheres nos mostram isso. Nesta oportunidade, ressaltamos a dificuldade de conseguirem água de qualidade como um dos grandes sofrimentos para essas mulheres nos territórios em que vivem.

Seria inocência perguntar qual a importância da água. Sabemos que a água está em tudo e em todas as atividades. Mas, o que fazem para conseguir essa água e se ainda tem dificuldade para conseguir, isso é outra situação de grande importância, tanto no contexto da vida das mulheres, quanto no contexto das pesquisas sobre os processos que levam às mudanças climáticas.

Buscamos inicialmente entender a relação da mulher com a água, como desde sua infância elas aprendiam a lidar com esse elemento. Durante as entrevistas, podemos constatar que cresceram vendo a mães em busca do abastecimento da água para a família, como nos mostra Dona Jiripoca, no território do pantanal:

Jiripoca  
Pantaneira

Quando era época da chuva, tinha esses corixos que ficavam na vazante, era a água do São Lorenço (rio), aí pegava água no balde minha mãe e nós. Meu pai plantava as cabaças grandes e amarrava corda e era nela que nos carregava água também.

Assim também como encontramos nas falas de D. Anjico no quilombo:

Anjico  
Quilombola

Aqui, nós e minha mãe andava era muito para ir pegar água no rio Mutuquinha, a gente não tinha poço, aí vinha todo mundo carregado. Quando juntava duas três mulheres, elas pegavam uma rede que o urdido dela é bem fechado não passa nada, e até ela servia de lugar para trazer água para casa, todo mundo precisa de água.

Na Galícia não era diferente. Entretanto, a água encanada chegou um pouco mais cedo que no centro-oeste do Brasil, mas mesmo assim, deixou suas marcas na cultura das mulheres galegas, a ponto de ser um símbolo dessas mulheres. Mesmo elas que durante o dia todo necessitavam lidar com as atividades da água salgada, ainda precisavam encontrar a água doce para o abastecimento da casa.

As narrativas nos mostram que toda a responsabilidade se recaía ao trabalho da mulher que juntava a filharada e se dirigia para os lugares possíveis onde estaria

a água. Os corixos deixados pela enchente do rio, os riachos, não importava a distância.

Fazemos aqui uma analogia sobre esse trabalho da busca da água ser da mulher e das crianças pequenas, ainda com o silêncio e a invisibilidade que ronda a vida das mulheres e os elementos da água.

Pois para a água ser considerada adequada para o consumo, ela precisa de forma bem generalizada, ter três características básicas: precisa ser Inodora, não apresentar cheiro algum, ser insípida, não ter gosto algum, e ser totalmente incolor, não apresentar cor alguma, ou seja, ser um elemento que passe por nossa vida, cumpra seu papel, mas sem causar alarde, sem deixar suas marcas, no que quer que seja, assim como o trabalho da mulher que não é reconhecido como tal, não deixando nessa lógica de ausência de valorização nenhuma marca, sendo a busca da mulher por água uma busca, insípida, inodora, incolor o que nos remete a sua invisibilidade e maior vulnerabilidade em relação a qualquer problema de falta de água, já que:

A vulnerabilidade e a precariedade são características do trabalho das mulheres no capitalismo e antes dele, assim como a desvalorização do trabalho reprodutivo e, neste âmbito, a “invisibilidade” do trabalho doméstico, realizado pelas mulheres, seja nas zonas urbanas ou rurais (FERREIRA, 2005, p. 34).

Desse modo, a água é um elemento presente no nosso dia a dia, sorvido pelo nosso corpo e que sempre volta para terra. Sentimos a falta da água, muitas vezes não por ela em si, mas por outras situações como quando olhamos para as folhas secas e por causa das folhas, quando sentimos nossa boca seca, mas por causa de nossa boca seca.

A água, mesmo como ponto principal, ganha apenas *status* de coadjuvante, assim como a mulher, uma vez que essa mesma água foi uma das divindades da natureza a ser dominada, perdendo assim o seu *status* de sagrada, passando a ser chamada profanamente de “Recursos Hídricos”, como alusão a sua utilização sob o ponto de vista econômico (FERNANDES e GARRIDO, 2002).

Como recurso, a água passa a ser apenas um elemento comum da natureza, que não abriga mais as formas divinas e não comunga com o ser humano moderno, sua vida está ligada a utilização que fazem dela, perde assim sua personalidade.

O homem moderno a-religioso assume uma nova situação existencial: reconhece-se como o único sujeito e agente da História e rejeita todo apelo à transcendência. Em outras palavras, não aceita nenhum modelo de humanidade fora da condição humana, tal como ela se revela nas diversas

situações históricas. O homem faz-se a si próprio, e só consegue fazer-se completamente na medida em que se dessacraliza e dessacraliza o mundo (ELIADE, 1992, p.165).

A situação de existência desse novo ser moderno ainda depende da água para sobreviver, mas nessa altura apresenta-se um impasse pois, buscar a água não é considerado um trabalho, o que causa parte da invisibilidade das mulheres. É considerado trabalho aquilo que se pode fazer com a água: como plantar, colher, construir, transformar objetos. Como nos contou Dona Jiripoca:

Jiripoca  
Pantaneira | O meu pai plantava as cabaças e amarrava uma corda nelas, e era nisso que pegávamos água.

O ato da transformação da cabaça em recipiente para armazenar a água, é um ponto mais importante do que a água em si, no qual se mostra a criação, o momento em que se torna possível trazer água para casa.

E para podermos entender melhor esse processo, trazemos inclusive em Marx seu conceito do que é trabalho.

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o homem, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica a sua própria natureza (MARX, 2010, livro I, p. 211).

Aqui, destacamos um ponto importante formado por duas situações que convergem, uma é a situação da mulher que submissa, invisibilizada em seus trabalhos cotidianos, diferenciados pelo seu gênero, e incluímos nessa discussão a visão pós moderna, de como entendemos a situação da mulher. A outra é a do trabalho em si, como uma transformação da natureza, a apropriação do tempo e da força do outro, aqui ainda com a visão da modernidade baseada em Marx. Entendemos que não podemos dispensar nenhuma das duas, pois as duas se complementam para a compreensão dessa panorama.

E nesses termos, que os homens acabam se beneficiando, pois, a busca de água apesar de ser algo diário e, extremamente pesado, não conta como um trabalho, pois não consiste na transformação da natureza uma vez que a água tem que ter características puras, não podendo ser transformada para ser consumida.

É muito fácil se esquecer de quem pegou a água, mostrando a invisibilidade feminina, quando se vê a comida pronta, a roupa lavada, a casa limpa, a horta regada, não se pergunta de onde veio a água, isso é o que menos importa, como nos avisa Bachelard (2003, p. 68): “A imaginação material da água está sempre em perigo, corre o risco de apagar-se quando intervêm as imaginações materiais da terra e do fogo”.



**Figura 17 - Armazenamento de água para família em garrafas Pet**

Foto: Rosana Manfrinate/2015

Outra situação que nos chama a atenção na narrativa das mulheres é que a falta de água e sua dificuldade para consegui-la sempre foi uma constante na vida delas, pois como as mulheres do pantanal, as do quilombo demonstram que as mães andavam quilômetros para conseguir água, algo que Porto Gonçalves (2007) apresenta como situação atual da discussão sobre a falta de água nas cidades:

Apesar desse súbito interesse recente pela água isso não quer dizer que o tema já não fosse um problema sentido há muito tempo por parcelas significativas da população, sobretudo entre os mais pobres. Tudo parece indicar que enquanto a água foi um problema somente para as maiorias mais pobres da população o assunto se manteve sem o devido destaque.

Em uma das entrevistas no Pantanal, Dona Jeripencem conta como foi difícil quando seus filhos eram pequenos, para manter as atividades da casa sem água por perto.

Jiripencém  
Pantaneira

Tem dia eu ia lavar roupa, eu ia com barrigão (filha mais nova), eu tava barriguda, não tinha água, secava o poço, ali no meu cunhado ali enche de água de chuva, eu ia lavar lá. Eu levava a banheira na cabeça, as crianças levava o saco de roupa. Naquele tempo aqui para nós não tinha nem escova, sabão era de cinza, as redes de algodão a gente lavava com folha de mamão.

Chamamos a atenção aqui para uma situação em que as mulheres precisam buscar água para suprir o abastecimento da família, no primeiro relato o local foi um corixo, que no pantanal significa um espaço de terra mais baixa onde se formam

poças, quando na época da vazante do rio. Nesses corixós, por causa das águas que tomaram conta existem plantas e materiais orgânicos em decomposição. O Corixo é ainda o local de dessedentação de animais domésticos como o gado e também outros animais vindos da mata. Além de ser um local de proliferação de alguns insetos que se reproduzem em estado larval na água. No caso da água da chuva a situação, e praticamente a mesma do corixo, é uma água que está em condição não muito boa para o consumo, pois está sem movimentação.

Segundo o Relatório da ONU em parceria com a Organização Mundial da Saúde lançado em 2016, “Relatório do Relator Especial sobre o direito humano à água potável segura e ao esgotamento sanitário”, a busca das mulheres pela água, como nos mostra nossas narrativas, as expõe a uma série de problemas e perigos.

Elas estão por seu contato direto com as fontes de água expostas à doenças cujo vetor seja a água, uma vez que pode estar contaminada, e elas a colhem e a manipulam diretamente com as mãos sem nenhum cuidado, mesmo que, posteriormente, essa água passe por um processo de filtração. Mas o primeiro contato com a água em seu estado natural é com a mulher.

Há também os problemas advindos de todo o aparelho muscular esquelético pelos anos a fio carregando o peso da água, inclusive em períodos de gravidez, como foi o caso da Dona Jirimpem onde o corpo tem que garantir a sustentação de um peso ainda maior que se concentra na Coluna Vertebral e Bacia.

Quanto a isso Dona Jiripencém ainda comenta:

Jiripencém  
Pantaneira

minhas veias do pé ficaram todas estouradas, porque eu ia fazer esforço com barrigão!

O mesmo relatório ainda mostra que as mulheres que não tem acesso fácil a água estão em risco, pois, não possuem a quantidade suficiente de água que se deve consumir, uma vez que a água é um artigo difícil, causando doenças como infecções na bexiga e trato urinário, o que na mulher caso não seja tratado adequadamente pode se espalhar também para infecções uterinas, dado a proximidade desses órgãos. Considera-se que a quantidade ideal de água por individuo seja 3 litros por dia, atualmente 1,2 bilhões de pessoas não tem acesso garantido a esta quantidade mínima (PAULA JUNIOR, 2014, p. 213).

No caso das parturientes, a dificuldade de sair de casa para buscar água, também pode diminuir seu consumo desse elemento, o que é indispensável para a produção do leite materno.

E, por fim, o relatório aponta que ao sair em busca de água em longas distâncias e, por vezes, por caminhos vazios, a mulher está exposta e sujeita a violência, principalmente se estiver circulando por um território hostil. A violência que citamos aqui também inclui violência verbal, sexual e física.

Nas entrevistas na Galícia não tivemos nenhum relato de mulheres que tivessem essas experiências, pois essa realidade de buscar água há muito já não acontece.

No Pantanal, apesar da dificuldade dessa atividade, elas não relatam nenhum caso de violência, inclusive sempre circulam por terrenos de parentes, e a busca pela água é acompanhada por primas, comadres, não nos pareceu que houvesse algo mais.

Entretanto no quilombo, apenas uma conversa e elas relatam muita violência em relação à busca de água. Afinal, o quilombo é um território de disputa. Dona Angico nos relata que:

Angico Quilombola	Quando nos ia lavar roupa no rio, a gente já colocava um monte de pedra na bacia e coloca as roupas por cima para esconder, por que no meio do caminho já vinha um monte de cavaleiro do fazendeiro atrás da gente. Eles vinham com os cavalos e a gente jogava pedras neles.
Mangaba	A gente só ia junto buscar água, porque sempre tinha gente do fazendeiro no rio, a gente não podia ir sozinha era perigoso.
Sucupira	Eles fechavam com cerca a entrada onde a gente pegava água, ai tinha que dar a volta ou passar por baixo do arame, e ai eles xingavam a gente. Quando a gente ia lavar roupa ou pegar água, eles soltavam o gado para beber água, as vacas pisoteavam tudo e elameavam as roupas lavadas.

A exclusão da água, é também a exclusão do gênero e se misturam as violências, a apropriação do território se dá entre outras coisas pela água, e pela dificuldade de consegui-la. O corpo das quilombolas não é reconhecido pelos fazendeiros como o corpo “normatizado”, não é o corpo que tem direitos, o corpo que carrega a água é o que Butler (2014) chama de corpo não inteligível, quando não faz sentido para o poder homogeneizado.

O corpo da quilombola que busca a água é o corpo que pode ser castigado, que pode ser excluído, que é o corpo abjeto, que é quando um ser pode ser descartado, mutilados, xingando, pois não são reconhecidos como um ser compreensível dentro da normalidade (BUTLER, 2015).

E a normalidade na compreensão hegemônica do poder dos fazendeiros, era ser uma pessoa branca e não uma mulher negra, que disputa terras com proprietários de terras.

Mas não podemos pensar na violência contra a mulher quilombola apenas por uma face, pois infelizmente ela se apresenta de várias formas.

Podemos trazer à tona a fama de mulheres guerreiras que as mulheres do quilombo têm e que em embates com os fazendeiros eram elas que assumiam as discussões, iam já preparadas para isso, como uma imagem de luta. Segundo as próprias quilombolas a reação dos fazendeiros e seus jagunços eram de ficarem atônitos, de não saberem como responder aquele embate, pois não era esperado que mulheres desafiassem homens de igual para igual. O que era uma forma tática de resistência já pensada pelas quilombolas que saíam prontas para o ataque (MANFRINATE, 2011).

Entretanto, quando estavam na lida do dia a dia, buscando água ou lavando as roupas, elas estavam desarmadas de suas imagens guerreiras, e podemos ver nas narrativas que é nesse momento que os jagunços dos fazendeiros aparecem para ameaçá-las. Aparecendo sem avisar, flagrando-as na imagem que eles entendem a imagem do que deve ser a mulher. Nesse entender, é quando a quilombola está na imagem antagônica da guerreira, no seu papel de dona de casa, um papel em que eles conseguem se apoderar e ao mesmo tempo se fortalecer como homens e oprimi-las enquanto mulheres.

De acordo com Bandeira (2017) o poder heteropatriarcal autoriza que se utilize a violência para “domesticar” os corpos femininos que ousem se rebelar contra esse poder, impingindo-lhes o medo que torna uma forma de controle sobre esse corpo pois:

[...] o pensamento misógino frequentemente encontrou uma auto-justificativa conveniente para a posição social secundária das mulheres ao contê-las no interior de corpos que são representados, até construídos, como frágeis, imperfeitos, desregrados, não confiáveis, sujeitos a várias intrusões que estão fora do controle consciente. (GROSZ, 2000, p. 67).

Os fazendeiros buscam mostrar para as quilombolas que mesmo que elas em alguns momentos possam lutar e encarar de frente os desafios impostos pelas injustiças, ainda assim elas estão em sua consideração abaixo do que ele entende por pessoas de direitos ou de igualdade, em outras palavras, para os fazendeiros elas “são apenas mulheres”, pensamento muito comum na sociedade brasileira machista que vivemos, conforme ilustra o cantor e compositor Martinho da Vila na sua música “Você Não Passa de Uma Mulher” de 1975:

<p>mulher</p> <p>Mulher preguiçosa, mulher tão dengosa,          Você não passa de uma mulher (ah, mulher)          Mulher tão bacana e cheia de grana, mulher          Você não passa de uma mulher (ah, mulher)          Você não passa de uma mulher (ah, mulher)          Você não passa de uma mulher          Olha que moça bonita,          Olhando pra moça mimosa e faceira,          Olhar dispersivo, anquinhas maneiras,          Um prato feitiño pra garfo e colher          Eu lhe entendo, menina,          Buscando o carinho de um modo qualquer          Porém lhe afirmo, que apesar de tudo,          Você não passa de uma mulher (ah, mulher)          Você não passa de uma mulher          Olha a moça inteligente,          Que tem no batente o trabalho mental</p>	<p>QI elevado e pós-graduada          Psicanalizada, intelectual          Vive à procura de um mito,          Pois não se adapta a um tipo qualquer          Já fiz seu retrato, apesar do estudo,          Você não passa de uma mulher (viu, mulher?)          Você não passa de uma mulher (ah, mulher)          Menina-moça também é mulher (ah, mulher)          Pra ficar comigo tem que ser mulher (tem,          mulher)          Fazer meu almoço e também meu café (só          mulher)          Não há nada melhor do que uma mulher (tem,          mulher?)          Você não passa de uma mulher (ah, mulher)</p>
--	--

Existe outro aspecto ainda da violência que é importante também trazemos para a discussão. Serres (2011) trabalha a ideia de que uma das formas de se apoderar dos territórios é espalhando a sujeira e os dejetos, sejam eles orgânicos ou industriais. Assim a partir da poluição o poder está exercido sobre um território, pois tira a possibilidade de outro povo sobreviver por ali.

Ele estende essa ideia também para a violência entre as pessoas em caso de guerra, uma forma dessa violência é a violência do homem no caso do estupro em relação a mulher. Segundo Serres (2011, p. 44):

Desde os tempos imemoriais, o macho busca garantir para si a propriedade de um onde ele possa colocar aquilo que nem está tão distante da urina. Com a ejaculação do esperma, ele acredita se apropriar de lugares que se realiza o ato de seu desejo.

Para ele, a sujeira que o homem deixa na mulher (a ejaculação), seria uma forma de se apoderar de um ser humano e garantir que aquele corpo mesmo que num

espaço de trauma lhe pertença. Coadunando com essa ideia ainda Segato (2014) vai mais longe e chama isso de *femigenocídio*, quando mulheres são estupradas em massa por causa dos conflitos a que seus territórios estão sofrendo.

Nas narrativas no quilombo, não tivemos nenhuma das falas que denunciasse algum estupro, entretanto, gostaria aqui de trazer uma analogia da sujeira como forma de apropriação.

Quando elas contam que ao irem ao rio lavar roupa os fazendeiros soltavam o gado para beber água, e o gado “elameava” tudo, elas estão mostrando as marcas da sujeira que não solta mais. O esforço de fazer sabão, carregar bacias cheias de roupas, ficar de cócoras entre as pedras da beirada do rio, esfregar entre os dedos a roupa suja. Todo esse esforço em vão, pois a sujeira vai ficar ali, ainda mais forte.

E pior que essa sujeira, não é a sujeira da roupa usada, suada no dia a dia, que tem o cheiro das pessoas que amamos que tem as marcas do que vivemos. Essa sujeira é da pisada do gado que para os fazendeiros tem mais direito a água limpa do que os quilombolas, a sujeira é a marca da falta de respeito, da água suja, da ignorância e da exclusão. E a marca do fazendeiro que se leva para casa na roupa encardida de lama.

Exclusão e falta de água para consumo são problemas que tanto as quilombolas como as pantaneiras tentam vencer nos últimos anos.

Entretanto nas duas comunidades as outras casas afastadas, continuam com o problema que só passa a ser resolvido por iniciativa própria de cada morador, onde eles constroem os chamados “poços caipiras”. Esses já são antigos conhecidos dos moradores, sua construção é trabalho dos homens que cavam os buracos até encontrarem o que eles chamam de mina de água, que afloram e com um balde amarrado a uma corda a água é puxada para cima. Retirar a água desses poços já é trabalho das mulheres.



**Figura 18 - Poço Caipira / Joselândia**  
Foto Rosana Manfrinate/2015

Esses “poços caipiras” tem um problema, a sua construção é rustica, muitas vezes a parede por dentro dele é a própria argila do terreno, o que segundo as mulheres uma chuva mais forte pode atingir e fazer com que desbarranque e comprometa o poço, sendo obrigado a ficar inutilizado.

Pintado  
Pantaneira

Não existia água, fazia poço, mas não conseguia. Vinha uma chuva e aí acabava porque antes não tinha manilha pra colocar no poço né. Quando era o início das chuvas assim ninguém conseguia beber água limpa, o poço desmoronava.

Outra opção para esse poço é a colocação de uma manilha para segurar as paredes do poço, que ficam firme e não cedem em caso de muita água, mas isso custa caro e nem todos tem dinheiro para conseguir colocar, como nos conta Dona Pintado, quando relata que seu filho, depois de um ano de trabalho, economizou e comprou a manilha para o poço de abastecimento da família.

Pintado  
Pantaneira

Meu guri foi trabalha como peão, e trabalhou um ano e nesse ano ele comprou manilha para colocar no poço.

Atualmente, outros tipos de poço estão sendo construídos, os mesmos, muitos mais caros, são chamados poços artesanais.

Um poço é chamado Artesiano Quando as águas fluem naturalmente do solo em um aquífero denominado confinado até chegar ao nível superior, caracteriza-se a existência de um poço artesiano. As águas de um poço artesiano, na maioria das vezes, têm a pressão mais alta do que a pressão

atmosférica. Em virtude disso, quando há uma perfuração de um aquífero, as águas sobem para a superfície.

No Pantanal, foi necessário chegar a luz elétrica na comunidade no ano de 1997 para que se conseguisse construir o poço artesiano da escola que tem uma grande caixa de água que abastece a escola o posto de saúde e as casas ao redor da escola, resolvendo em parte do problema da comunidade.

No quilombo, há uma situação parecida, a escola Maria Tereza de Arruda do Complexo Quilombola Mata Cavalo, também tem um poço artesiano com uma caixa de água que fornece água para a comunidade, entretanto, a Comunidade Mutuca fica mais afastada da escola, e não tem acesso a essa água, necessitam ir até lá buscar.

Assim, nas duas comunidades ainda persiste o problema da falta de água, os poços artesanais têm se espalhado como alternativas, porém, não para todos, pois ele é uma obra de engenharia e precisa de equipamento, materiais e conhecimentos técnicos para serem construídos. Além do que, também existe a necessidade de licenciamento do órgão ambiental do estado já que é uma obra que incidirá na utilização de uma reserva ambiental, ou seja, no aquífero.



**Figura 19 - Poço Artesiano/Mutuca**  
Foto Rosana Manfrinate, novembro/2016.

A burocracia e a despesa para se conseguir um poço é muito grande o que o torna difícil sua construção. Ao mesmo tempo, algumas famílias conseguem dinheiro para pagar empresas de engenharia que cobram mais barato pelo serviço. Muitas

vezes são trabalhos que podem não sair como o esperado, pois é necessária uma boa pesquisa de solo e ambiente para se evitar a contaminação da água no poço. Locais que possuem foças abertas, lixões, locais de agricultura que recebe agrotóxico podem estar com seus aquíferos contaminados.

De acordo com o levantamento feito pela a Agencia Nacional de Águas – ANA 2015 – sobre as pesquisas realizadas em todo o Brasil sobre a qualidade da água dos poços artesianos entre os anos de 2008 a 2012, mais de 40% deles estavam contaminados por diferentes agentes: de metais pesados até bactérias. As grandes responsáveis por essa contaminação, muitas vezes, são as empresas que furam os poços sem muitos critérios.

Em relação a qualidade da água em Joselândia, o GPEA teve uma experiência de pesquisa e intervenção junto à escola Maria Moura, no projeto chamado “Escolas Sustentáveis”, em que a própria escola dizia qual a prioridade ambiental que deveria ser trabalhada. A prioridade apontada pela escola foi a qualidade da água que vinha do poço, pois tinha um gosto muito ruim e a aparência não era boa.

Foram então desenvolvidos pelo grupo GPEA junto com a escola e comunidade, o "Projetos Escolares, Comunitários e Ambientais (PAEC)" um projeto de filtro ecológico para a escola, como tentativa de ser melhorar a condição da água e também como uma iniciativa de que o filtro fosse levado como um novo conhecimento para as casas dos alunos.



**Figura 20 - Filtros Ecológicos**  
Foto Edilaine/2014

Mas tanto em Joselândia quanto no Mutuca, ainda há pouca informação sobre a qualidade da água que utiliza. O que podemos observar nas duas comunidades é que, localmente, as duas têm problemas com lixos colocados em beiras de rios e

locais impróprios, utilização de agrotóxicos sem cuidado. Criação de animais sem o devido manejo como chiqueiros próximos aos poços de água também são problemáticas existentes.

E o que é muito preocupante no quilombo é que lá existem resquícios ou ainda abrigam garimpos clandestinos, atividade em que se usa grande quantidade de mercúrio, que é jogada na terra penetrando na camada do lençol freático. No Pantanal, a preocupação é maior ainda, pois recebe toda a água da Bacia do Rio Paraguai, o que carrega junto toda os resíduos de esgoto e poluição que vem com o rio no período das cheias.

Seria necessário então, um estudo detalhado sobre a qualidade da água dessas duas comunidades, pois a exclusão e a escassez de água não diz respeito apenas a falta, mas também, quando não se garante a saúde das pessoas, e muito menos um bem viver, como nos avisa Porto Gonçalves (2010, p. 02<sup>28</sup>):

Tudo indica que estamos imersos num complexo processo de *desordem ecológica* que, mesmo diante de maior quantidade de água doce disponível sob a forma líquida, está produzindo um aumento da área desertificada e do número de localidades submetidas a *stress* hídrico, inclusive em muitas das grandes cidades do mundo. Enfim, é de uma *desordem ecológica*.

Contudo, apesar de não se ter uma rede oficial de tratamento de água nessas comunidades, as mulheres têm suas maneiras de cuidar da água. Como ajudar a retirar parte das impurezas da água que a família fará uso.

PACU Pantaneira	Quando tiro a água do poço passo ela num pano bem limpo para tirar toda a sujeira depois coloco no filtro de barro, ela fica bem fresquinha, o povo da saúde da família lá do SESC que ensinou a gente a fazer assim.
--------------------	---

Existem trabalhos do Sesc com a comunidade, entre esses trabalhos estão cursos de formação em saúde e ambiente, nos quais são balizados os conceitos e cuidados sobre a água e a saúde da família, o público desses cursos são majoritariamente as mulheres, pois se trabalha com a ideia que é apenas a mulher que, na dinâmica do cuidado da família, deve receber esse conhecimento.

Entretanto, seja como for, essas formações assim como os projetos do PAECS, aos poucos parecem que vão surtindo efeito, apresentando uma nova realidade para a comunidade. Como podemos ver também nesse outro exemplo com

---

<sup>28</sup> Disponível em [portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?evento=download&urlArqPlc=Agua...](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?evento=download&urlArqPlc=Agua...)

Dona Pacu quando diz já não confiar mais nas águas do corixos para beber como faziam antigamente, principalmente quando os homens estão no trabalho do campo com o gado, o que aumenta o trabalho das mulheres:

Saicanga Pantaneira	como aqui mesmo meu esposo vai no campo e aí eu tinha que levar água daqui, porque é perigoso beber a água do rio (por que é perigoso?) porque a água vem lavando né, tem muito cocô de bicho, tem muito desses bichos aí no rio né, tem as coisas que morre, aí vem lavando, as vezes até alguma doença. Aí ele tem que levar 2 ou 3 garrafas de água pra tomar. E aí pros homens é mais fácil, porque aí é a mulher que vai tomar trabalho de pegar, coar, coloca pra filtrar, colocar na garrafa né, pra ele levar.
------------------------	--

Aqui Dona Saicanga mostra que já se sente incomodada com a poluição dos rios, que já olha para a mudança em seu território, já vê seu trabalho de mulher um tanto mais difícil, questiona seu papel.

Seu olhar já é mais crítico em relação a imagem que sempre fez do rio assim como o que faz sobre a sua vida. E chega até a desabafar sobre o rio dizendo: “*tem as coisas que morre*”. A coisa que morre, pode ser um bicho que poluía a água. Ainda muito mais significativo a morte aqui pode ser a quebra das certezas e o olhar da mulher para o fundo da alma, que só um evento como a morte, uma forma de imaginar o fim de algo, pode proporcionar, como nos mostra Bachelard (2002, p. 72): “Água silenciosa, água sombria, água dormente, água insondável, quantas lições materiais para uma meditação da morte”.

E essas novas imagens da morte na água da qual fala D. Saicanga, abre-se também chances de conhecimento e críticas que antes não eram possíveis, mesmo que ainda sejam basilares, lembrando assim uma experiência de Freire (1981) no Chile, em que conta a reação de uma das educandas do círculo de cultura em que ele participou como educador naquele país.

Desafiada por sua própria situação existencial, representada na codificação, a mulher foi capaz, numa espécie de “*emersão*” de sua forma de existir, de “*admirá-la*” e percebê-la como até então não o fizera. Ter presentificada à sua consciência sua maneira de existir, descrevê-la, analisá-la, significa, em última análise, desvelar a realidade, mesmo que não signifique, ainda, um engajamento político para a sua transformação (FREIRE, 1981, p. 18).

As mulheres quando repensam a água, pensam também na forma de evitar o desperdício.

Jau Pantaneira	E não deixar as crianças brincar com água, e nem jogar água de qualquer jeito e para qualquer coisa.
-------------------	--

Cachará  
Pantaneira

Eu tenho o tanquinho em casa, depois que lava a roupa usa a água para jogar nas plantas.

Podemos aqui perceber pelas narrativas, a inquietude, o processo de dúvida da forma de entender a relação da utilização da água, até pela situação da dificuldade de consegui-la com a mistura de sensibilização, com a sua importância como elemento primordial para a vida, e é essa inquietude pela qual se pode levar ao conhecimento, pois é a partir de nossas dúvidas e quebras de certezas que criamos possibilidades para que o conhecimento possa ser construído.

Entendemos ainda que é importante pontuarmos aqui algumas preocupações referente a água, assim, observamos nessas duas comunidades, (Pantaneira e Quilombola) que além da água do rio, dos poços de cacimba e do poço artesiano, não existem nessas comunidades nenhuma outra tentativa oficial, ou seja, nenhum projeto do governo de instância municipal ou estadual para resolver o problema a água.

Todas as tentativas encontradas foram individuais e quando muito coletivas ao nível apenas da comunidade, o que até já marca uma diferença entre vizinhos, pois, existe alguns que possuem algum poder aquisitivo e que conseguem pagar para se ter os poços artesianos e outros que não têm esse poder, e, por isso, ficam na dependência dos que têm poços, e até são apontados pelo lugar como um excluído dentro do próprio território, como nos confidencia Dona Peraputanga:

Peraputanga  
Pantaneira

meu avô morava ali e ele falava que aqui era pra chamar Retiro São Bento, aí foi registrado como Pirizal Grande. Aí ficou. Mas aqui ficou mais Matão, ainda bastante gente fala Ceará, porquê é ruim de água.

No Pantanal se faz alusão ao lugar onde Dona Peraputanga como se fosse o nordeste brasileiro seco, entretanto, estão de 2 a 3 quilômetros da caixa de água da escola e num território que ao contrário do clima semiárido do sertão nordestino, tem um regime intenso de chuvas anuais.

No quilombo a situação também não é muito diferente, D Aroeira lava vários baldes de roupa no rio, e diz que a maior dificuldade de morar no quilombo é a falta de água, que ela supre lavando roupa e buscando água para beber no poço do vizinho. Mas ela fica envergonhada ao falar da falta do poço artesiano e garante que a família ainda terá um poço em seu terreno.

O meu pai falou que logo ele consegue construir um poço para nós, ai vai usar água o meus pais, na minha casa e do meu irmão. <sup>29</sup>



**Figura 21 - Lavação de roupa**  
Foto Rosana Manfrinate/2016

Entendemos essas duas narrativas, como gradual transformação da visão da água de elemento de vida e direito para bem de consumo ou recurso hídrico, também pela comunidade. É lógico que essa nova visão está sendo introduzida aos poucos, como uma pseudo-resolução do problema da escassez de água.

O que temos que considerar, é que a Indústria da água em todas as suas versões foi uma das que mais cresceu nos últimos anos (PETRELLA, 2004). Trazemos um exemplo das barragens, hidrelétricas, águas engarrafadas e até os poços artesianos que são tão esperados pelas comunidades.

A privatização da água é o projeto Neoliberal que mais está sendo intensificado, pois é necessário pressa, pois assim como os poços de petróleo os aquíferos estão espalhados pelo mundo e em territórios ainda não totalmente

---

<sup>29</sup> Geralmente, uma mesma família pais e filhos já casados no quilombo moram em casas muito próximas umas às outras um poço abastece a todos.

cooptados pelo capitalismo, como reservas indígenas, comunidades tradicionais (SHIVA, 1997; PETRELLA, 2004; PORTO GONÇALVEZ).

Por isso, questionamos a aquisição do poço artesiano como resolução do problema da falta de água, nesses territórios, uma vez que ele é fruto de uma visão empresarial. Ele pode ser visto como uma alternativa, uma entre tantas que podem ser estudadas para um território que tem um abundante regime de chuvas.

A substituição de fontes mostra-se como uma importante alternativa no atendimento de demandas menos restritivas. Ao invés de problema, as águas pluviais podem ser manejadas como solução para o abastecimento descentralizado. Porém, o manejo destas deve buscar aproveitar a água precipitada antes que ela entre em contato com substâncias contaminantes, armazenando-a para uso doméstico e criar condições de infiltração do excedente, restaurando os fluxos naturais reabilitando mais uma alternativa para abastecimento de água local e descentralizado (COHIM e KIPERSTOK, 2008, p. 03).

Entretanto, ele está sendo usado como a primeira e a única. Além do que não é pensado em seu funcionamento em longo prazo, pois sendo esse tipo de obra algo que necessita de vistorias permanentes e manutenção para que o bom funcionamento evite a contaminação da água (como a poluição da água, salinização, ou mesmo impactos mais agressivos ao meio ambiente) isso fica difícil de ocorrer num local onde a população é considerada de baixa renda. Correndo o risco de não serem feitas as manutenções necessárias (FAGUNDE e ANDRADE, 2014, p. 12).

Os poços artesanais são alternativas que carecem de mais estudos, entretanto, são mostrados para a sociedade como matérias de desejo e consumo. Quem sofre com a exclusão da água, aceita esses poços sem muito questionamento crítico, mas isso faz com que as comunidades entrem ainda mais na lógica do mercado, também no sentido da privatização da água.

Tanto no quilombo quanto no pantanal visitei famílias que ainda não têm acesso à água com facilidade, e tive informação de tantas outras que se encontravam na mesma situação. Nessas famílias, a mulher ainda continua sendo a responsável por abastecer a casa de água: elas geralmente são ajudadas pelas crianças da casa, cabendo a ela coordenar e também executar esse trabalho para que não falte água, garantindo os serviços relacionados a água, como cozinhar, a limpeza da casa, a lavagem de roupa, a água para os pequenos animais como galinhas os e porcos e para molhar as plantas das hortas. Sendo que esse é um trabalho contínuo,

desgastante e não reconhecido pois é visto como algo corriqueiro da vida das mulheres e crianças.

Assim, é compreensível que essas mulheres desejam tanto instalar um poço artesiano. E apesar de ser uma alternativa, esse tipo de poço não garante acesso a água indefinidamente, pois tem a possibilidade de secar ou de se contaminar, dependendo de onde foi feito. O poço artesiano também mascara a necessidade de uma conscientização em relação as fontes de água desses dois territórios, pois passa uma falsa resolução do problema de abastecimento, tirando a atenção da diminuição da contaminação e da má distribuição de água em suas fontes.

A construção desses poços como uma obra particular acaba isentando o poder público da sua responsabilidade de discutir e resolver o problema da escassez da água, desconsiderando-a ainda como um Direito Humano, a que todas as pessoas deveriam ter o acesso digno. Além do que, também não é considerado o cuidado com a natureza, pois a água do subsolo é responsável pela manutenção de vida da diversidade de flora e fauna, pois abastece as nascentes de água que darão vazão aos rios. Ela não pode ser considerada de uso exclusivo dos humanos.

Os poços artesanais representam ainda pequenos núcleos de privatização da água, uma vez que transformam um elemento da natureza de uso do bem comum, em uso individual. Contudo esse pequeno núcleo está subordinado a uma complexa rede de indústria e comércio que faz da água um negócio extremamente rentável e que cada dia cresce.

A escassez e a má distribuição de água de qualidade por causa da sua privatização serão ainda mais agravadas pelas consequências das mudanças climáticas, pois essas consequências já se incidem na diminuição de chuvas, que repõe em partes as águas subterrâneas e os riachos. Causando assim as secas e a busca por água, (atividade feminina), além do que obriga parte das comunidades a abandonarem seus territórios, geralmente quem sai é o homem em busca de novas oportunidades, a mulher fica no lugar cuidando dos bens que possuem e da família, e assim sofrendo muito mais com a situação.

Quando pensamos nas consequências das mudanças climáticas, a escassez de água está entre uma das mais preocupantes consequências, principalmente, quando ela torna o território um lugar inóspito, obrigando a comunidade a abandoná-lo.



*Eu gostaria de ser o fogo!  
Porque o fogo transforma tudo...  
quando passa o fogo fica a cinza,  
Com a cinza eu faço o adubo  
que faz a semente virar roça,  
com a cinza eu misturo com barro  
e fiz a parede da minha casa.  
Mas para ter a cinza precisa do fogo.  
Eu sou igual ao fogo sou ativa  
Transformo tudo com o trabalho.  
**Rosângela Pinho/ "Por que quero ser fogo"***

## *Capa* Capítulo V - Fogo Transformação

Composé “ **Fogo**”, o fogo que transforma a vida, que muda destinos. Nesse composé cada mulher está em seu território de origem, narrando as transformações que ele vem sofrendo como a exploração, a diminuição ou o aquecimento da água. A Pantaneiro está em São Pedro de Joselândia ao lado de seu oratório, espaço muito comum das casas pantaneiras, o elemento acima são as flores de cambarás e a flor da Ninféia. Na figura do meio a quilombola está em sua roça que não cresceu como devia, pois faltou a chuva necessária, os elementos acima são os cocos de babaçu e uma flor típica do cerrado. A Mariscadora está na praia nos explicando que o ano 2015 um ano atípico na Galícia pois o inverno não conseguiu diminuir muito a temperatura das água e nem trouxe grandes chuvas. Os elemento acima da foto são as algas que se multiplicam muito mais com a água mais aquecida e podem sufocar os mariscos.

**Rosangela Pinho.** Quilombola do Mutuca, explicando porque acredita que mulher seja igual ao fogo, no sentido da transformação e criação da vida.

## Capítulo V - Fogo Transformação

Olhou a caatinga amarela, que o poente avermelhava.  
Se a seca chegasse, não ficaria planta verde.  
Arrepiou-se. Chegaria, naturalmente.  
A desgraça estava em caminho, talvez andasse perto.  
Nem valia a pena trabalhar.  
**Graciliano Ramos**

Fogo, elemento forte de transformação, que aqui representa a transformação do ambiente, a mudança do mundo conhecido e a própria visão das Mudanças Climáticas e que mesmo que sutis são percebidas pelas entrevistadas. Para Bachelard (2008, p.107), o fogo, mesmo que com “[...] a menor participação basta; o fogo só precisa pôr a marca de sua presença para mostrar seu poder”. Foi então importante compreender como elas nos contariam sobre esse fenômeno.

### 5.1. Fogo Mnemosine

Buscamos aqui entender como era a memória do território que elas tinham e saber o que havia mudado. Dessa forma, sobre a mudança de temperatura, todas as mulheres nos três territórios acreditam que tem esquentado mais, afirmando com os sentidos do corpo essa certeza.

Jiripoca  
Pantaneira

Deus me livre! Agora mais quente que no que eu morava lá na casa de meu pai. Olha esse ano, esse sol aqui parecia que ia pegar fogo, incendiar a casa da gente. Não aguentava aqui dentro de calor. Na hora pra “mim” tomar um alívio tinha que jogar uma água assim no rosto e jogar um punhado de água aqui pra, meio que umedecia. Mas quente assim eu até ainda não vi no mundo.

Pequi  
Quilombola

Ah, muito mais calor. Frio não tem tido. Não tem frio aqui você tem friozinho de uma semana assim. Naquela época não, quando nós éramos criança né, tinha muito frio. Agora está mais quente, como está mais quente! Naquele tempo tinha tempo que estava quente, mas agora já é o ano inteiro quente né, só de um jeito só e quente e solão que vai cada vez esquentar mais.

Ameixa  
Mariscadora

A água do mar está mais quente, antes essa época, não podíamos mariscar assim, tinha vento gelados, o mar estava forte e tinha tempestades. Agora eu estou até com calor, isso nunca aconteceu, a água do mar está calma e não tem tempestades.

A dimensão do corporal sente e nos mostra se materializando as imagens do calor, o que a ciência vem mostrando através dos números: o aumento da temperatura. As impressões fisiológicas de acordo com Bachelard (2008, p. 115) sempre forneceu base para determinar “[...] espécies de Calor [...] a referência do corpo humano continuará se impondo por muito tempo, mesmo com o espírito científico já bastante desenvolvido”.

O corpo não é apenas uma carne, mas carne com sentidos do mundo que a rodeia e que percebe mudanças, que teme por elas e sabe que seu corpo não é único a sofrer com o calor como nos mostra a pantaneira quando conta que o: *O sol parecia que ia pegar fogo, incendiar a casa da gente.*

Casa aqui ganha um sentido muito mais amplo, é a construção da colhida, da segurança ou como nos mostraria Bachelard (2008, p.24): “A casa é o nosso canto do mundo. Ela é, como se diz amiúde, nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos”. Entendemos então que a casa também é o pantanal, ou o quilombo ou a Galícia.

Assim, a dimensão ambiental como casa precede à casa física e ganha a imensidão da preocupação que ultrapassa o local e vai ao global como acompanhamos na narrativa da Dona Jiripoca “*calor assim eu nunca vi no mundo*”, pois já não se refere mais ao pantanal, mas ao mundo que imagina na imensidão estar sofrendo como ela e que, ela não precisa estar vendo com seus olhos para imaginar, pois: “A imensidão [...] nasce de um corpo de impressões que não derivam realmente das informações do geógrafo. Não há necessidade de muito tempo para conhecer o mundo sem limite” (BACHELARD, 2008, p. 170).

E temos então um mundo ilimitado do imaginário quando a pantaneira nos mostra que nunca sentiu um calor tão intenso, sentimento que é compartilhado com a quilombola que relembra que em comparação aos tempos de criança está muito mais quente e, no caso da mariscadora, que diz que essa é uma situação que nunca aconteceu, de sentir calor numa atividade de cata de marisco em pleno inverno.

Interpretamos ainda o pensamento do sociólogo Beck (2011, p. 93) que aponta como ilimitado os perigos dos eventos locais pois:

Todos os perigos essenciais se tornaram perigos mundiais, a situação de cada nação, de cada etnia, de cada religião, de cada classe, de cada indivíduo em particular é também o resultado e a origem da situação da humanidade. O ponto decisivo é que, de agora em diante a principal tarefa é

a preocupação pelo todo. Não se trata de uma opção, mas da própria condição.

Em que consiste a preocupação com as mudanças climáticas, que são fenômenos que são sentidos mundialmente. São para os céticos do Clima situações estanques ou apenas regionalizadas de acordo com o Instituto de Pesquisa do Clima Heartland (2010) dos Estados Unidos, que financiam pesquisas que tentam comprovar que as mudanças climáticas são fenômenos naturais e não tão graves quanto se apresentam. Essas pesquisas sobre o ceticismo, também possuem um apelo capitalista, pois os maiores financiadores, são como mostra o pesquisador Fearnside (2015, p. 01)<sup>30</sup> os grandes interessados na expansão do capital:

Nos EUA há forte influência de fontes financeiras de grupos de negação do clima (e.g., [2, 3]). Os principais financiadores fizeram contribuições rastreáveis até 2007 no caso de Exxon Mobil e até 2008 no caso dos irmãos Koch, mas depois essas contribuições aparentemente passaram a inchar o “dinheiro obscuro” que forneceu US\$ 558 milhões [R\$ 1,5 bilhão] para 91 grupos de negação climática entre 2003 e 2010 sem que a origem do dinheiro seja rastreável a partir de registros públicos.

E que são investimentos que sofrem risco caso, se tomem medidas que realmente busquem frear o avanço das mudanças climáticas. De tal modo, os céticos ainda em suas pesquisas preferem apostar em um aspecto da ciência moderna que Maffesoli (2007, p.10) chama de “defasagem entre a teoria e a vida”, que nada mais é do que o mito do progresso a qualquer custo em que o ser humano é considerado dono e possuidor do meio social e natural, sendo ele o único que pode a partir de seus critérios, que são os da modernidade, dizer o que são ou não mudanças climáticas.

Nessa lógica, a vida que é mais valorizada segundo Maffesoli (2007), é a vida ativa, dos resultados do progresso, em detrimento da vida contemplativa da natureza ao redor, ou seja, da vida das mulheres que sentem na pele o calor.

Do ponto de vista das pesquisas com comunidades isso é muito relevante, pois, permite entender que vivemos sim uma situação de eventos extremos relacionados às mudanças climáticas e esses relatos nos mostram formas preocupantes com que essas pessoas já estão sofrendo seus efeitos, em lugares totalmente diferentes.

E pelas narrativas sobre o aumento de temperatura, além de causar o desconforto térmico corporal nas mulheres, causa também um desarranjo da

---

<sup>30</sup> Disponível em [http://www.academia.edu/11903064/Os\\_c%C3%A9ticos\\_de\\_clima\\_no\\_Brasil](http://www.academia.edu/11903064/Os_c%C3%A9ticos_de_clima_no_Brasil) Acesso em 13/02/2018.

compreensão do tempo pelos fenômenos da natureza, como era costume na comunidade, que tinha um conhecimento do clima de gerações anteriores que conforme Boaventura Santos (2005, p. 234) nos mostra o conhecimento: “que integra um capital de saberes transmitido socialmente ao longo do tempo, construído a partir da observação, da repetição e da cadência de fenômenos, e servindo de base a ação e à pequena prevenção”.

Agora o calor que dura o ano todo sem interrupção e os ciclos que não existem mais exigem outros conhecimentos. As mariscadoras, porém, não acham que o calor excessivo seja um problema, uma vez que não tem temperaturas à baixa de zero ou tempestades que as impeçam de ir mariscar e as põe em risco. Há um olhar mais desavisado acerca do aumento de temperatura que elas detectam, parece ser algo que veio para ajudar da profissão.

Sabemos, entretanto que tal mudança pode colocar em risco a atividade, pois a água com a temperatura mais elevada no inverno faz com que as algas marinhas se multipliquem com mais rapidez, quando seria o período de multiplicação e crescimento do crustáceos e mariscos.

Por causa do calor e da grande quantidade, as algas secam e grudam na areia da praia mesmo que numa temperatura não tão alta, nisso, acabam sufocando os mariscos que ali estão em fase de crescimento e que mais tarde seriam a continuidade do trabalho das mariscadoras. Além disso, os mariscos não se reproduzem em águas com temperaturas mais altas, eles necessitam das baixas temperaturas para a reprodução, somado a isso, é pertinente apontar que os que já estão em tamanho de serem colhidos podem produzir toxinas por causa da mudança da água, tornando-os tóxicos e ficando proibida a sua venda.

Esses ciclos em Mato Grosso estão ligados ao fenômeno da friagem, fenômeno este que acontece na região Amazônica devida a sua cobertura de floresta tropical. Nesse contexto há a retenção da alta umidade ao longo de todo o ano, o que favorece a incidência de uma grande quantidade de energia solar e a convergência de massas de ar úmido vindas dos oceanos.

A chamada Zona de Convergência Intertropical (ZCIT) é um dos mais importantes sistemas meteorológicos de circulação atmosférica global, transferindo calor e umidade dos níveis inferiores atmosféricos das baixas latitudes para médias e altas latitudes.

Esse cenário só é modificado durante o inverno no hemisfério Sul. Nas regiões periféricas da floresta, mais precisamente dos estados de Rondônia, Acre e Amazonas, ocorre o fenômeno da "friagem". Esse fenômeno consiste na penetração da massa de ar polar atlântica na Amazônia, provocando uma queda súbita da temperatura. Em geral, a região recebe imensas cargas de umidade de 1600 a 3600 mm por ano, porém somente durante esse fenômeno a umidade se origina de massas polares.

As atividades das mulheres do quilombo ou do pantanal necessitam dos chamados "sinais do tempo", para que saibam as épocas do que devem fazer.

O algodão para a tecelagem de redes e coxonilhos precisa ser colhido ao se abrir em flor, mas não podem derrubar as plumas no chão, nem amadurecer em demasia até soltar todas as sementes. Precisa ser na medida certa. Os tufo também não deverão correr o risco de se sujar com a lama ou ficar úmido com a chuva. Ele tem o período certo para ser manuseado:

Corimbatá Pantanal	Minha mãe não deixava a gente catar o algodão que já tinha ficado na terra para fazer o fio, falava que não prestava mais, já tinha sujado demais. E se fizesse cara de chuva, nossa! a gente vinha correndo e colhia tudo.
-----------------------	---

Sucupira Quilombola	Se o algodão abre muito ele solta todas as penulginha então não pode colher muito tarde tem que colher na época certa, na hora de "desencaroçar" não tem quase nada.
------------------------	--

Esse período correto então é o período da "friagem", pois devido à massa de ar polar que deixa o ar frio e seco, não correndo o risco então do algodão molhar ou abrir em demasia devido ao calor, e nos primeiros sinais de frio do mês de julho, elas já sabem que é ora de colher o algodão.

Outro exemplo é a feitura dos doces caseiros das frutas típicas de Mato Grosso como o caju, que muitas utilizam tanto para o consumo da família como para a constituição de fonte de renda extra, já que são produtos da culinária Mato-grossense muito procurado tanto pelas pessoas que aqui moram como por turistas querendo conhecer o produto.

Toda casa típica mato-grossense, seja ela pantaneira ou quilombola tem um pé de caju no fundo do quintal. É o caju uma das frutas mais reverenciadas pela população do chamado Vale do Rio Cuiabá, como podemos observar na nossa

cultura, em diversas manifestações artísticas pela cidade e obras de arte que representam Mato Grosso.

O famoso doce, contudo, só pode ser feito se a fruta ao começo da floração, passou pela tradicional “chuva do caju”. Essa chuva é a primeira que marca o fim do período de estiagem na região, aguardada com expectativa. E tão importante que Don Aquino Correa Bispo de Cuiabá, político e escritor mato-grossense membro da Academia Brasileira de Letras escreveu um poema só para esse fato:

CHUVA DOS CAJUS  
Agosto. Em cinza e pó e fumo envoltas  
As canículas chispam no ar ardente.  
Lá choram os sabiás, e tristemente  
Rangem rodomoinhando as folhas soltas.  
Mas eis que o vento, com ferais escoltas  
De raios e trovões, rompe, fremente!  
Rolam bulcões no espaço, e de repente,  
A chuva cai das amplidões revoltas.  
Estiou. No céu lavado, as auras finas  
Vibram todas em vozes cristalinas  
De crianças e de pássaros cantores.  
E a primavera, em festivais fanfarras,  
Solta, de árvores em árvores, as cigarras,  
Chamando ao sol e à vida as brancas flores.

As mulheres conhecem seus sinais de quando ela vem chegando:

Sucupira  
Quilombola

O Tempo fica abafado, mais quente e meio sem sol, não demora a chuva vem.

O tempo certo dela vir e no final de agosto, os mais antigos até arriscavam um dia para ela: “19 de agosto” e corre a lenda que muitas vezes era a data certa. Assim, o caju cresce e amadurece com tamanho e sabor, o doce fica na medida certa. Nenhuma doceira se atreve a fazer doce com um caju que não tenha passado pela chuva.

Pacu  
Pantaneira

Ano passado ficou todo mundo bobo, ficamos esperando, esperando, quando assusto só foi chover no final de setembro.

Aqui também chamamos a atenção para outro problema que é a elevação da temperatura da região e a falta da umidade no cerrado e pantanal, por falta da chuva, que ocasiona a baixa produtividade dos cajus e também os riscos das queimadas que estragam toda a floração e a maturação dessa e das próximas produções de caju.

Além disso, uma ameaça também ronda a tradição dos doces de caju. De acordo com pesquisas da EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, os cajueiros do Brasil estão sendo vítimas de uma doença que se chama Antracnose (*Colletotrichum gloeosporioides*) e que destrói a florada, o tronco e impossibilita a árvore de produzir.

E o problema está ligado exatamente a forma de proliferação que é em ambiente úmido e quente, ou seja, o que se espera que fique após a chuva do caju. O que para os pesquisadores é um problema que deve ser evitado: “O processo de disseminação dentro do pomar é realizado pela água da chuva e pelo vento, sendo o primeiro responsável pela maior participação neste evento” (KIMATI et al., 2005).

Ainda não se tem uma resposta para o problema, mas por alguns estudos, esse fungo foi introduzido na agricultura vindo com a cultura de soja, ou seja, uma cultura a pouco introduzida. E uma das alternativas vistas pela EMBRAPA como solução é substituir os Cajueiros naturais de Mato Grosso, por outro de origem asiática que já está sendo plantado em monoculturas no Nordeste e se mostra mais resistente ao referido fungo.

O controle da antracnose do cajueiro pode ser realizado através do emprego de produtos químicos, Alternativamente e com boas perspectivas encontra-se o uso de variedades resistentes. No Nordeste, programas de melhoramento genético do cajueiro direcionados para o tipo anão-precoce vêm sendo conduzidos na Unidade de Pesquisa do Litoral (RIBEIRO, 2015, p. 74).

Ainda sobre esse aspecto, o estudo salienta que esse novo cajueiro não necessita da chuva do caju. Assim como não possui também nenhum apego a cultura do local.

Destrói-se então a chuva como sinônimo de floração, de felicidade de vida. A Técnica demonstra que na verdade a chuva pode ser perigosa, pois ela é o vetor de doenças. Os valores são transformados, a chuva é afastada, é preciso uma espécie de caju mais forte para viver nesse ambiente natural e o conhecimento que antes marcava o dia que iria chover, já não é mais válido. Uma vez que para Maffesoli (2007, p. 29):

Todos são condicionados ao intelectualismo, mais ou menos reconhecido, que impede de levar em conta o instinto social. Que não permite apreender o retorno à imanência, a este “aqui e agora” estruturalmente ligado à volta do sentimento trágico da vida(...) existe uma estreita relação entre a ortodoxia e a ortocracia. O saber bem instalado e o poder arrogante. Esta deve ser entendida em seu sentido estrito, exclusão daqueles que não pensam direito,

corretamente, mas também exclusão de temas ou objetos, ou ainda de maneiras de abordar aqueles que não “devem” ser abordados.

Já não existe mais a referência para se questionar o que está errado no clima, uma vez que artificialmente se impõe outros elementos, a falta de chuva não é problema para esses novos cajus. Sem referência, o território passa a ser um desconhecido para seus próprios habitantes, que perdem seus saberes. A busca pela Justiça Climática pode ser um processo de permanência desses referenciais, como o conhecimento do momento da chuva, a importância do caju da região, elementos que constituem o território e o fazem ser único.

E quando as entrevistadas nos falam da importância das chuvas e das mudanças que estão ocorrendo com as tempestades, conseguimos compreender essa situação por meio do imaginário religioso delas, uma vez que para elas, os fenômenos naturais têm relação total com os céus. E é nesse imaginário do devaneio que para elas o “Céu está unido à Terra como materialidade criadora”, Bachelard (2008, p. 56), que não pode ser ignorada.

Assim, no Pantanal, as mulheres não atribuem à chuva a presença de umidade do pantanal ou do cerrado e nem a sua falta ao crescente desmatamento dessas duas regiões. Para elas a chuva tem uma origem que não se discute: a origem divina, e para isso não importa a condição da natureza, mas a fé que se deposita em Deus. Como mostra Mia Couto (2012, p. 44) em seu conto “Estórias abensonhadas”, que em Moçambique as chuvas não são coisas para se resolver no clima, mas é recado dos espíritos, e ela só acontece se gostarem das rezas oferecidas.

E sobre rezas e chuvas essas mulheres também entendem, pois mostram assim que tocamos nesse assunto que se utilizam de várias rezas e pedem pela chuva e pela água, os rituais são muito parecidos nos dois territórios. Entretanto, os santos que são homenageados se diferem. No quilombo o santo é Santo Benedito.

Bocaiuva Quilombola	A gente faz novena para São Benedito e leva ele no rio e molha o pé dele para pedir chuva
------------------------	---

Conhecido por ser o protetor dos escravos, esse santo tem uma longa história nas Irmandades Religiosas Coloniais negras. De acordo com sua história, era filho de escravos etíopes, negro que nasce em Portugal, passa sua vida em um convento.

Angaria devotos entre o grande número de pessoas escravizadas que entram na colônia do Brasil (ROSA, 1976; SILVA, 2001; MENDES, 2011).



**Figura 22 - Altar em Devoção a São Benedito**  
Foto: Rosana Manfrinate/2015

O culto ao santo tem sido um grande companheiro das populações negras, antes escravizadas e agora vivendo em condição de exclusão, dependendo da intensidade da seca é a intensidade também das rezas que devem ser feitas. Quando a seca está se prolongando durante muito tempo, apenas molhar o pé do Santo no rio não é suficiente, é necessário levá-lo para o campo e lá andar com ele por todos os espaços secos rezando e pedindo pela chuva.

Barba timão  
Quilombola

A gente faz uma procissão com São Benedito, anda com ele por tudo reza e canta em louvor, as vezes antes da gente chegar em casa já está chovendo.

Levar o Santo para o campo significa, mostrar a alguém que pode intervir contra o sofrimento, a angústia vivenciada. Alguém que como elas entenda o que é sofrer, que se solidariza com a situação. E a resposta é tão positiva que antes de chegarem em casa já está chovendo.

O que é uma situação diferente do que vivem no dia a dia, do descaso oficial diante de tudo que acontece em seu território,

Pois o pobre invisível, aquele que assume a si próprio e aos seus sem nada pedir à coletividade. Submetidos ao desemprego e a ralação de trabalho cada vez mais precário nos centros modernizados de todo o país, a violência e a segregação espacial nas cidades, a falta de terra para o cultivo (BRANDÃO, 2010, p.128)

Nas rezas cantadas pelas mulheres, as letras nunca são diretamente pedidas a São Benedito, mas a São José pai adotivo de Jesus e São Francisco padroeiro da natureza e fundador da ordem a qual pertencia São Benedito, conforme nos mostra a letra:

*Oh meu são Francisco ramais a terra de flor  
Mandar uma chuva para molhar esse chão;  
Oh meu São Francisco pelo seu cordão,  
Mandai uma chuva para molhar esse chão;  
Oh meu São José ramais a terra de flor;  
Mandai uma chuva em vosso louvor.*

São Benedito então passa a ser um mediador entre as quilombolas, são esses santos mais poderosos, uma vez que ele mesmo foi um excluído, e agora por estar no céu saberá como fazer essa mediação. Mediação essa que serve como exemplo para a comunidade, pois parte do princípio de que trazer ao diálogo sobre as necessidades do outro, pensar no coletivo, não para si, nem o pedido da chuva as quilombolas pedem por elas, mas pelo chão que deverá “ramar em flor”.

E mais do que pedir ao santo, favores individuais, mas pensar no bem da natureza como um todo, antes de pensar si mesma como um diálogo educativo de bem viver com o mundo. Como nos ensina Brandão (2013, p. 267):

Pois o caminho do diálogo é aquele que nos conduz a algo, a algum lugar, porque é o destino de todos os caminhos. “Paz”, “Amor”, “Harmonia”, são os nomes que a experiência do diálogo fecundo entre nós e entre nós e todos os círculos dos seres da Vida, tomam para significar os seus vários matizes, como a comunicação desinteressada com o outro; a partilha cotidiana da experiência da vida; a interdependência assumida entre todos nós.

Outro aspecto interessante também é que andar com São Benedito por todos os cantos do quilombo e o santo fazer chover é também uma forma de demarcação do território uma vez que se aproximar da natureza pela forma sagrada é uma maneira de respeito e de mostrar que ainda existe o sentimento de pertencimento aquele território, pois as orações são ouvidas segundo as narrativas.

Os campos por onde o Santo passa e faz chover, é a delimitação da terra dos quilombolas, as orações atendidas em forma de chuva limitam o território, se chove no terreno é porque foram orações quilombolas que foram feitas, o território onde está chovendo então é quilombola.

Para Sá (2005, p. 252):

[...] as mitologias e os rituais costumam expandir a capacidade da consciência ecológica que liga sociedade e natureza e assim os humanos pertencem a mundos físicos, mas ao mesmo tempo estão profundamente enraizados em outros universos culturais que abrem as portas para outros possíveis conhecimentos.

E se no quilombo o grande evocador das águas é São Benedito, em Joselândia é Nossa Senhora.

Dourado  
Pantaneira

As vezes tá seco né. Nós fazemos novena pra chover, nós rezamos de casa em casa pra chover. Quando tá difícil pra chover nós fazemos reza. Eu já cheguei de ajoelhar no terreiro no sol quente e rezar e benzer e jogar a água em cima da casa pra benzer, daí sempre chove. Rezo e peço “Ó mãezinha querida do céu, eu quero pedi pra vós me dar força e coragem, e para chover”.

A exemplo de São Benedito, Nossa Senhora também é uma santa sempre identificada com os que mais sofrem, com os excluídos. Para Duran (1995), o imaginário em torno de Nossa Senhora a torna única, como a “Alma do Mundo que consiste em sinalizar no mundo sensível a presença do Bem Soberano invisível”. E que também tem o poder de controlar a natureza. Não é à toa que Nossa Senhora é representada com estrelas ao seu redor ou pisando em meia lua, como no caso da Nossa Senhora de Guadalupe.

Contudo, não é só pelo poder sobre a natureza que as pantaneiras se sentem à vontade para pedir a ajuda para Nossa Senhora, o que faz com que elas voltem suas orações a Ela, é a partilha e a identificação de gênero. Como podemos acompanhar a ladainha que é usada na novena realizada pelas mulheres do pantanal em ocasião da seca.

Virgem Santa do remédio que todo remédio dá,  
daí a chuva que nos molhe daí os pão que nos consola,  
porque somos pecadores não deixai morrer de fome,  
como filha de pedimos,  
como mãe vos lhe rogamos,  
Senhor Deus misericórdia,  
misericórdia senhor.

Se mostram em dois momentos como filha então é um pedido, pessoal, é individual, e logo após segue o desespero porque como mãe, o pedido dá lugar à suplica, a chuva já não é um interesse pessoal, mas a sobrevivência de algo maior, algo tão valioso que vale mais do que a própria vida, a vida dos filhos. Para Gerbara (2010), Deus e seus intercessores (entre eles Nossa Senhora) convivem na fé das mulheres sem serem cobrados de vitórias ou mesmo derrotas, e sim, apenas

esperanças, as mulheres vivem de pedir pelos seus filhos, maridos, para afastar as doenças, catástrofes. O Deus do cotidiano feminino e um Deus de esperança.



**Figura 23 - Todas as Faces de Nossa Senhora**

Foto Rosana Manfrinate/2015

No entanto, Ary (2000) comenta que o discurso Mariano ainda apresenta Maria como modelo de submissão, ao mesmo tempo em que a acresce de coragem e determinação. No fim, a exemplo de Maria, as mulheres passam a ser grandes lutadoras por tudo e por todos, pelos filhos, pela família e pelo meio ambiente, por exemplo. Entretanto, na prática são oprimidas e deixadas por conta própria em situações caóticas de exclusão e de desamparo.

O desamparo tem a imagem do medo e da insegurança dos últimos tempos, pois, no território pantaneiro ou quilombola elas dizem que ultimamente, tem chovido menos, sendo que já não conseguem plantar como antigamente porque algumas culturas que dependem da época da chuva certa não conseguem “vingar” como elas mesmas relatam. O fato de terra estar muito seca, que que as sementes não conseguem germinar são algumas das reclamações apresentadas, segundo essas mulheres, às vezes, as sementes até chegam a germinar, mas as pequenas mudas não sobrevivem ao sol forte.

Do mesmo modo não conseguem entender como fora de época aparecem temporais que provocam até inundações, provocando medo entre as mulheres. Os

raios que trazem destruição por onde caem são outros fatores que causam medo nessas mulheres.

Corimbatá  
Pantaneira

De dia como hoje, amanhã esquenta muito o sol quando é amanhã ou depois arruma pra chover tem que tomar muito cuidado, eu não deixo as crianças pra fora. Dia 7 de outubro bateu um temporal que derrubou a casa de meu cunhado, a sorte que ele não estava lá, estava na igreja. (Antes não tinha esses temporais?) Não tinha, antes não tinha. Eu não lembro, me criei lá no retiro e nunca aconteceu isso e também nossa derrubou a parede da cozinha, redemoínho levou a palha, levou até máquina velha, fomos achar a máquina lá perto do meu cunhado lá, de tão forte. Meu cunhado perdeu tudo, janela da casa tudo foi parar pra lá do cercado pra lá.

Algodãozinho  
do Cerrado  
Quilombola

Chovia mais. Não era mais quente, era tudo mais calmo as coisas, não tinha essas trovoadas como tem agora. Trovão, relâmpago, raios, não tinha. Já bateu aí nesses “acuri”, já morreu uma vaca aqui, nesse pé de “anjico” aí também pegou. Naquela época era melhor né, chovia mais, não tinha tanto estalo, trovoadas né, agora tá perigoso.

Nesse mesmo ano 2016, ano da pesquisa na Galícia, as mariscadoras chamavam a atenção para a situação ao contrário. O mar estava parado para o período do inverno, não havia tempestades, não havia ondas e água estava muito mais quente do que o considerado normal para a época do ano, o que chamava muito a atenção delas.

Em abril de 2016, Wasko, Sharma e Westra publicaram uma pesquisa na Academia de Ciência da Austrália mostrando que as tempestades serão cada vez mais destrutivas, num espaço de tempo mais curto, trarão secas, ao passo que se intensificarão também as ondas de calor e outros fenômenos como os tornados.

Em sua maior parte, esses eventos extremos estão relacionados com o aquecimento global que provoca as mudanças climáticas. De acordo com os pesquisadores, os resultados possuem implicações globais e representam um padrão que se repete em todo o planeta.

Para as situações extremas de chuvas e trovoadas, que assustam tanto nesses dois territórios de Mato Grosso, as mulheres, tanto as quilombolas quanto as pantaneiras concordam que não devam incomodar os santos e as divindades para pedir para parar de chover, pois a chuva ainda é vista como um milagre, uma obra divina.

Existem ainda subterfúgios, que não dependem dos Santos, mas que são ainda situações que desviam do foco da chuva e dos trovões, como rezar em cima de pote de água e atirar no telhado para proteção da cada contra os raios e os vendavais.

Pintado Pantanal	A gente reza e joga a água em cima da casa e pede para Nossa Senhora afastar os raios e os ventos.
---------------------	--

O interessante aqui é que se pede para o temporal apenas não acertar a casa e não machucar as pessoas, não se pede para acabar com a chuva, não se interfere no fenômeno, no entendimento das comunidades é a chuva mandada pelos céus que resolve os problema da estiagem e da falta de água, é ela que traz a vida novamente ao cerrado e ao pantanal, mesmo vindo a chuva de uma forma violenta.

O imaginário da religiosidade está presente então em quase todas as explicações sobre a falta de chuva, os temporais e sobre os fenômenos, sejam eles naturais ou impulsionados pela ação do ser humano como as mudanças climáticas. A religiosidade parece ser uma grande força mobilizadora sobre esse assunto, assim, compreender a religião de um povo é uma maneira de compreender também a cultura popular, pois ela “[...] existe em franco estado de luta acesa, ora por sobrevivência, ora por autonomia, em meio a enfrentamentos profanos e sagrados entre o domínio erudito dos dominantes e o domínio popular dos subalternos” (BRANDÃO, 2007).

E é importante considerar ainda que a religião é parte importante da existência humana. A partir do momento em que a ciência se abre para estudar, discutir e respeitar os fenômenos religiosos, abrirá também uma grande oportunidade para se entender como as mulheres entendem as mudanças climáticas e suas consequências que já podem ser sentidas, pelo simples fato de saber quantas vezes no últimos anos foram obrigadas a rezar mais para chover, mostrando que o volume de água da chuva tem diminuído, ou mesmo que de três anos para cá as orações para se protegerem das tempestades tem aumentado muito.

## 5.2. Fogo Fátuo

Diante do tema mudanças Climáticas tínhamos, conforme já discorrido na metodologia, a intenção de saber como as mulheres conheciam esse tema e como o

entenderiam. A pergunta era bem objetiva “A senhora já ouviu falar sobre mudanças climáticas?”. E a maioria das respostas nos três territórios foi que nunca ouviram falar. Apenas uma das mulheres do Pantanal que é professora respondeu que sabe o que são, e uma das mariscadoras e uma liderança do quilombo. As outras todas disseram nunca ter ouvido falar desse termo, ou não saber o que era.

Entretanto, quando perguntado de outra forma, “a senhora acha que o tempo está mudando?” todas foram unânimes em dizer que sim, como já explicitada anteriormente. Nos mostrando desse modo, que o termo em si “Mudanças Climáticas”, não denota tanta importância, uma vez que elas nos confirmam que algo está mudando no que elas entendem por “tempo” que sentem e sabem que isso está acontecendo.

Então, existe o conhecimento das comunidades, que sentem no seu dia a dia as mudanças climáticas, porém não conhecem especificamente de que fenômeno se trata, ou porque ele ocorre. Fomos além das perguntas, indagamos porque acham que o “tempo está mudando?” Aqui cada grupo justifica a mudança de forma regionalizada, construindo um imaginário de acordo com seus problemas específicos.

As Mariscadoras acreditam que o tempo está mudando e confirmam que é por causa de problemas ambientais, mas acham que quem começou a causa-lo foi o Mercado Comum Europeu, com suas cotas de pesca e resoluções que sempre acabam impactando quem vive ainda das atividades artesanais ligadas ao mar, como pequenos pescadores e as mariscadoras. Elas são contra as Leis de Cotas de Pesca, contra os planos de Aquicultura e contra todas as políticas do Mercado Comum Europeu. Resumindo, o que pensam da situação na Galícia, em uma das entrevistas, uma das mulheres foi bem enfática:

Berberecho  
Mariscadora

Nono temos que falar sobre o ambiente, temos que falar sobre os políticos porque as mudanças climáticas são os políticos.

Aqui entendemos que o imaginário das mariscadoras sobre as mudanças climáticas recai como metáfora sobre o capitalismo e suas nuances do desenvolvimento econômico do mundo como a globalização que acontece de forma extensiva e intensiva por toda a parte, expandindo-se as forças produtivas que compreendem o capital, a tecnologia, a força de trabalho, a divisão do trabalho social,

o mercado e o planejamento, dinamizando-se em teias inter e intracorporações (CICCOLELLA, 1994).

Nesses novos rearranjos do capital não são aceitas formas tradicionais que não estejam ligadas a esse mercado dentro de suas regras, pois:

As transnacionais planejam, tecem, realizam e desenvolvem as suas atividades por sobre fronteiras e regimes políticos, além das diversidades culturais e civilizatórias. Generalizam-se e intensificam-se as articulações e as tensões entre as mais diversas formas de organização social e técnica da produção material e espiritual (IANNI, 2004, p. 35).

Assim, a sociedade sofre com o desenraizamento que retira sua segurança no mundo que vivem, separando-as dos laços comunitários, de suas culturas, para serem “redispostas” em novas situações (WEIL, BAUMAN)

Quando as mariscadoras nos narram que os causadores das mudanças climáticas é o mercado comum europeu, elas não estão equivocadas, é sim esse tipo de economia exploradora aos moldes neoliberal que produz os contextos vivenciados de mudanças. Em 1957 foi criada a União Europeia, com diversos tratados elaborados com o intuito de possibilitar união entre países europeus capitalistas para segurança militar e para a melhoria de vida desses países após a Segunda Guerra Mundial, dentre esses tratados estava o livre comércio de pessoas e mercadorias, o chamado “Mercado Comum Europeu” Costa (2017).

E mais do que a União dos países, o Mercado Comum Europeu, também direciona as regras do que deve ser produzido e de como se deverá produzir, quem será a mão de obra e qual país será o proprietário dos meios de produção, havendo assim, a hierarquia entre países com maior poder de decisão de acordo com sua industrialização e seu poder financeiro (POZO, 1997).

Dessa forma, países ou regiões da Europa que são pertencentes a esse mercado, como a Galícia e que ainda tentam manter suas atividades menos impactantes são aos poucos tomados por essas indústrias que têm uma responsabilidade muito maior nos impactos das Mudanças Climáticas. Sobre tais acordos devemos lembrar que são tomados no mundo da política o que justifica a revolta da mariscadora “as mudanças climáticas são os políticos” (POZO, 1997).

No quilombo, as mulheres também foram bem objetivas para falar o que pensavam sobre as causas da mudança do “tempo”, elas creditam toda a culpa aos homens, sem distinção, não vendo diferença em quem tem mais meios para isso ou não.

Anginco | Quem causa as mudanças no tempo são os homens.  
Quilombola

O que nos levou a refazer a pergunta: “Os Homens, vocês estão falando os seres humanos?”

E a resposta se repetiu:

Anginco | Não, o homem, homem mesmo, de duas pernas. Eles são terríveis destroem tudo  
Quilombola | que Deus colocou no mundo.

No Pantanal as mulheres têm outro imaginário, justificando porque ocorrem as mudanças climáticas, o que faz jus ao seu modo mais religioso de viver:

Jiripoca | Lá pra lá de Poconé tinha uma senhora, ela dava receitas de remédio, e  
Pantaneira | esse pessoal daqui esses mais velhos, eu mesma fui pedir remédio e consulta, então ela falou pra esses mais velhos que ia chegar uma época que ia ficar mais seco, que ia secar tudo, que podia plantar, que vocês tem que plantar muito as coisas que vão pro fundo do chão pra aguentar o calor, porque o sol vai baixar. Ainda mandou que rezasse para questão do sol e do vento norte. A Doninha, e muita coisa que ela falou tá dando certo aqui, muita coisa que ela falou aqui que ia acontecer nesse lugar, tá tudo certo.

Esse fato ao qual é referida a narrativa, diz respeito à história de Dona Laurinda Lacerda Cintra, conhecida por todos na região como Doninha, nascida em 19 de março de 1904, filha de fazendeiros abastados da Fazenda Tanque Novo no Pantanal. Aos 22 anos, desiste de sua vida confortável e vai viver ao lado de um dos empregados da família, três anos depois diz receber a visita de um espírito de Luz de nome “Jesus Maria José”, e passa a fazer curas em doentes e profecias. Logo se torna um fenômeno na região com milhares de seguidores, principalmente da população mais pobre que vem em busca de curas para seus males tanto do corpo como da alma.

Foi perseguida pelo governo de Getúlio Vargas por causa do envolvimento político de sua família e pela igreja Católica por causa do seu envolvimento com a religião. Todavia como podemos ver na narrativa, suas pregações influenciam até hoje as pessoas do pantanal.

E aqui também trazemos uma imagem interessante da profecia pantaneira de Doninha sobre “rezar para o vento norte”, ou seja, os chamados ventos Alísios. Esses

ventos são Massas de ar frio que vem do Ártico, se dissipam ao chegarem até a região do Amazonas ao se misturarem com as massas de ar quente tornando-se umidade. Ao pantanal chega a chuva que é o resultado do encontro dessas massas de ar.

Em um contexto de Mudanças Climáticas isso pode não acontecer, as massas de ar quente da região equatorial amazônica e os ventos Alísios podem não se encontrar e ele pode chegar ao Pantanal seco e frio. Causando a falta de chuvas e a mudança de temperatura. O que poderia ser, por exemplo, uma tragédia para o Pantanal que necessita da chuva para cheia e da cheia para a manutenção da sua biodiversidade.

Entendemos assim que é a partir desse imaginário do tempo que muda que a Educação Ambiental deve seguir, pois é uma abordagem que emana da própria comunidade como um incansável processo de construção e reconstrução (TRISTÃO, 2004).

As interações que as mulheres nos mostram estão em suas próprias explicações, mesmo que regionalizadas. Acreditamos que podemos considerar essas explicações, pois entendemos a verdade de várias maneiras na Educação Ambiental, isso porque coadunamos com os ensinamentos de Maffesoli (1998), que nos mostra que carregamos sincretismos religiosos, filosóficos e múltiplas formas de mitos e superstições que estão fundados na intuição e que afloram do ser:

Esta não é, em última análise, senão um novo modo de relacionamento com a natureza. A natureza não mais como algo a dominar, conhecer com mestria, esgotar, mas, muito pelo contrário, como uma parceira com a qual convém estabelecer uma reversibilidade. E é na intuição que dá sentido, que transforma a existência, que transfigura a matéria e, sobretudo, funda a comunidade. É assim que se pode apresentar a intuição como expressão de um conhecimento orgânico (Op. cit., p, 34).

Mas apesar de, em cada território, as mulheres sentirem as mudanças climáticas e nos confirmarem ao seu modo que ela acontece, elas não conseguem imaginar o que pode vir a acontecer, não fazem projeções para o futuro. Mesmo quando perguntamos se acham que esse calor intenso e a falta de chuva podem acabar com o lugar em que vivem, com a maneira como vivem, elas respondem que não acreditam que um dia vá acabar: acham que os mariscos até vão diminuir, que a água no pantanal vai diminuir e que o quilombo vai ficar um pouco mais quente.

Porém, no imaginário dessas mulheres, isso não as impedirá de continuar a viver nos territórios, executando suas atividades como antes. Inclusive, na opinião delas, a vida tem melhorado muito, isso em virtude de algumas melhorias como, para

as pantaneiras, a chegada da luz elétrica que até 1997 não havia na comunidade e, para as quilombolas, o fim dos despejos, apesar de ainda não terem a posse definitiva da terra, delineou algumas garantias de não serem mais expulsos por força da violência.

Para as mariscadoras, a oficialização da profissão significou uma melhoria de vida e a promessa de um futuro garantido. Quando perguntamos se elas se preocupam em evitar que mudanças no meio ambiente ocorram, todas mostram que sim. Elas têm preocupações legítimas, procuram manter ainda as formas tradicionais de plantio de atividades que impactam menos o meio ambiente, como plantar em meio a adubos orgânicos como restos de folhas e cascas de vegetais, respeitar os ciclos naturais e aqui vemos que as mariscadoras dependem desses ciclos por viverem das marés.

Tanto no Pantanal quanto no quilombo as mulheres se preocupam com o cuidado e armazenamento da água para a família, o desperdício nunca é permitido.



**Figura 24 - Caixa para armazenamento de água**  
Foto Rosana Manfrinate/2015

Entretanto, a água da chuva não tem o mesmo tratamento, não encontramos nessas duas localidades nenhuma cisterna para armazenar essa água, mostrando que tudo o que fazem advém de sua própria iniciativa, não tendo nenhum apoio de políticas públicas para isso.

Dessa maneira, acreditamos que a Educação Ambiental tem ainda outro papel definidor que é o de ampliar a discussão sobre as Mudanças Climáticas, pois como

apontamos no início desta discussão, aqui estão visões e explicações regionalizadas e ainda em perspectivas micro.

Quando partimos para a ampliação da discussão, temos que considerar, as outras explicações para que, junto com o imaginário que nossas entrevistadas nos apresentaram, possamos fazer um panorama macro sobre esse assunto.

Tanto a Espanha quanto o Brasil reconhecem em suas Políticas de Meio Ambiente as Mudanças Climáticas como fenômeno mundial, então, isso não é algo alheio. Entretanto, quando partimos para a prática das vivências nas comunidades, constatamos que essas políticas não estão se efetivando em informação ou ações e estão muito longe do mundo dessas mulheres.

Podemos observar ainda que a discussão acerca dessa temática de relevância mundial se faz dentro de acordos internacionais em negociações econômicas e quando muito em visões técnicas como o Protocolo de KYOTO (1997), Conferência das Partes (COP21) em 2015.

Assim, os planos governamentais lidam com saídas para as Mudanças Climáticas que apostam no conceito de desenvolvimento sustentável e que preveem mudanças apenas na matriz energética, como nos mostra o editorial da Academia Brasileira de Ciência (2012):

Nossa matriz energética terá que mudar, englobando uma forte participação de energia solar e eólica. Será necessário redesenhar o sistema atual, fortemente baseado em geração centralizada em grandes usinas, para um sistema descentralizado com armazenamento de energia de forma eficiente. Esta alteração no perfil de geração de eletricidade terá que ser incorporada em nova política industrial, com o deslocamento de geração e uso de energia no território nacional. Nosso sistema de transporte, baseado exclusivamente em combustíveis fósseis, e no transporte individual terá que mudar, e pesquisas nas áreas de mobilidade urbana e logística industrial são fundamentais para isso.

Porém, não existe a discussão para realmente parar, ou frear o desenvolvimento que causam as Mudanças Climáticas, muito pelo contrário, ele continua se espalhando pelo mundo em busca de frentes para explorar. Os acordos como a COP21 estão assentados em dinâmicas econômicas de redução de carbono como manejo florestal e, como vimos, mudanças de combustíveis energéticos que não deixam de ser novas formas de monocultura que continuam importando conhecimento e serem usados no território das comunidades tradicionais, sem ao menos se preocuparem com quais conhecimentos estão sendo ali invisibilizados e desperdiçados.

Aliás, essa é uma das formas de se negar a democracia a quem está na linha de exclusão: negar que seu conhecimento, o conhecimento tradicional esteja presente na forma de ciência utilizada para a tomada de decisões políticas que decidirão a vida e destinos de pessoas e territórios (SANTOS et al., 2005).

Reconhecemos a importância de tratados como a COP21, mas chamamos a atenção para o entendimento de que esses tratados conservam em suas resoluções, como as medidas mitigadoras das mudanças climáticas, as bases econômicas, urbanas, industriais; que usam critérios como países desenvolvidos e em desenvolvimento numa quase analogia Metrôpole e Colônia.

No mundo dos acordos e interesses internacionais, o mapa ainda é olhado do sentido Norte-Sul, Leste-Oeste, contudo, não nos centramos mais no colonialismo histórico geográfico do mundo moderno, e sim, em nova e engendrada forma do que Quinjano (2005) chama de Colonialidade, que perpetua o poder dos países dominadores e ricos sobre países que foram colônias, mesmo após sua independência, essa dominação se dá segundo Quinjano (2010, p. 126-127):

- Pela distribuição mundial do trabalho no qual os centros industriais (Europa e Estados Unidos) ditam as regras econômicas às periferias mundiais (América Latina, Ásia e África);
- Pela classificação social do mundo em “raças” e “cores” sendo a etnia branca ocidental a considerada evoluída e superior;
- As articulações políticas e Geoculturais, que determinam as bases territoriais, controle da natureza, disputa pelo desenvolvimento e todas as questões do planeta pelo ponto de vista do poder eurocêntrico. Como por exemplo, os acordos em relação as Mudanças Climáticas que citamos.
- As relações de Gênero: a norma de padrão de família e de comportamento padrão sexual são heranças de uma moral branca, elitizada e burguesa. O homem tem total liberdade para ter acesso e domínio sobre as mulheres índias, negras e mestiças, entretanto, deve constituir uma família oficial com uma mulher branca que lhe deve lealdade e fidelidade. O Padrão de família branca burguesa dominante e o não reconhecimento dos filhos ilegítimos também foi a garantia de

manter afastada a possibilidade de que pessoas que viessem de outras classes acendessem ao poder.

- Padrão de Relações culturais e Intersubjetividades – aqui está implicado a destruição da estrutura colonizada, despojada de seus saberes reduzindo-os a condição de indivíduos rurais e iletrados, passando a importar a hegemonia do conhecimento dos países dominantes.
- A exploração do corpo; segundo Quinjano, a dominação e a exploração em sua mais básica naturalização se dá no corpo, é o corpo que se cria a superioridade da “cor” a disciplina do “gênero”, é o corpo do colonizado que é explorado e utilizado como mão de obra barata. É o corpo que é torturado consumido na pobreza e derrotado nas lutas.

A colonialidade segue então forte, ditando regras e nos tirando nosso modo sagrado de nos relacionarmos com a natureza, com nossa história, com nossa comunidade e com a vida para em seu lugar colocar o que para ele pode gerar lucro, apropriação e obediência dos territórios que pleiteia, como nos adverte Passos (2012, p. 68):

A colonialidade é a (des) posseção de nós próprios por um outro aniquilador que se projetou desautorizando-nos, compulsoriamente, a ter nas mãos nosso destino com todas as suas peripécias: atividades, loucuras, ansiedades e realizações. O outro que em nós existe da autonomia e emancipação, confiscando e penhora de nossas utopias, gerando uma dependência simbiótica e asfíxiadora que envenena nossa fome de vida e sonho de liberdade.

Quando as entrevistadas dizem não conhecer o termo Mudanças Climáticas, elas não estão dizendo que estão desatualizadas sobre os problemas ambientais que assolam o mundo. Elas estão nos dizendo claramente que com seus saberes entendem a seu modo o que está acontecendo com o “tempo”, como o tempo que queima a pele, que seca o chão, que não amadurece as frutas, que não deixa vir as ondas no mar e nem o inverno na Galícia.

A colonialidade então se transveste de injustiça climática e ameaça o mundo dessas mulheres, transformando-o no dia a dia, primeiro, explorando, poluindo, violentando e se apropriando dos territórios. Após impondo formas, acordos técnicos de como lidar com as tragédias que essa própria estrutura criou, ignorando totalmente em todo esse processo qualquer vontade ou manifestação das comunidades das quais essas mulheres fazem parte.

Assim, somos convidados a refletir dentro de nossa própria realidade quais são os processos que causam mudanças climáticas dentro das comunidades, sendo possível uma discussão mais profunda sobre a estrutura de exploração, a condição de gênero, a visão de sustentabilidade, territorialidade dessa comunidade.



*Eu-mulher em rios vermelhos  
inauguro avida.  
Em baixa voz violento os tímpanos do mundo.  
Antevejo. Antecipo. Antes-vivo  
Antes - agora - o que há de vir.  
Eu fêmea-matriz. Eu força-motriz.  
Eu-mulher abrigo da semente moto-contínuo  
do mundo*

***Conceição Evaristo/ "Eu Mulher"***

## *Capa* **Capítulo VI - Ar Reformação**

Composé “ **Ar**”. Nesse composé se apresentam as várias aprendizagem das mulheres em relação ao território em que vivem. A primeira a quilombola usando palha de folhas de banana para tecer uma bolsa, a pantaneira com o novelo de fio de algodão que ela mesmo fiou e a mariscadora cavando a areia da praia para extrair os mariscos. Nas figuras não aparecem os rostos só as mãos, assim podem ser todas ao mesmo tempo que vivem e aprendem juntas.

**Conceição Evaristo.** (Rio de Janeiro) Escritora, poeta e Militante do Movimento de mulheres negras. Em seu poema ela apresenta a mulher que luta, que vive, que abriga e que aconchega.

## Capítulo VI - Ar Reformação

Grandes coisas simples aprendi contigo,  
com o teu parentesco com os mitos mais terrestres,  
com as espigas douradas no vento,  
com as chuvas de verão  
e com as linhas da minha mão.  
Contigo aprendi  
que o amor reparte  
mas sobretudo acrescenta,  
**Thiago de Mello.**

O ar é o único dos elementos que toca todos os demais, com leveza traz a imaginação do movimento, reformação, sopro de vida para a criação de asas. E ao criar asas e chegar ao céu é possível então compreender os caminhos pelos quais passei, como a água, terra e fogo relacionando-os ao mundo das mulheres que possuem aprendizados e, também, situações que ainda suscitam injustiças e evidenciam preconceitos seculares.

### 6.1. Ar Essencial: As aprendizagens do corpo

Segundo Bachelard (1985), o sonhador pode dar vazão à luta de duas matérias, borboletando a ambivalência material da alma, seguimos uma imagem que agrada e outra que pode ser sutilmente antipática, mas que estão interligadas, assim como nas aprendizagens das mulheres no cotidiano de seus afazeres em contato com a natureza, podemos também destacar outras dimensões, como as aprendizagens do corpo, como a imagem da materialização de ser mulher se faz presente, trazendo a discussão da materialização do corpo feminino nos territórios pesquisados.

Isso porque o corpo é o território no qual o gênero se materializa (BUTLER, 1998), em que, pela visão tradicional hegemônica, se distingue a mulher e o homem e seus espaços de ocupação, bem como seus papéis de gênero que adentram no processo de materialização que se estabiliza ao longo do tempo [e produz] o efeito de fronteira, de fixidez e de superfície — daquilo que nós chamamos matéria (BUTLER, 2000, p. 118). E porque isso se faz importante numa pesquisa em relação as mudanças climáticas? E ambiente?

Pois esses corpos materializados pelo gênero segue a norma da centralidade heterossexual hegemônica, que é branca e masculina tem sua atuação limitada a seus espaços tradicionais, sabendo que por essa norma, um espaço de poder é masculino (BUTLER, 2000). Um corpo que tem suas atuações limitadas, por estar restrito a um espaço, não participa de discussões ou decisões, elementos imprescindíveis, para a democratização do debate a respeito das consequências das mudanças climáticas. O corpo que não participa, não reivindica seus direitos e não tem sua participação nas lutas pela Justiça Climática.

O corpo assim no entendimento de Deleuze (DELEUZE; GUATTARI, 2004) passa a ser o corpo máquina, já constituído pelo mundo cultural, diferente do corpo sem órgãos, ele já está definido dentro de um contexto social e são “maquinizados”. Para Butler (2000), são materializados, ou seja, normatizados a agirem de uma maneira já pré-estabelecida.

Assim, sempre me chamou atenção, os trejeitos e as formas que as mulheres se portavam, andavam. As observava, e muitas e muitas vezes até tentava entendê-las, mas foi com a viagem a Galícia que esse aspecto me chamou mais a atenção, levando a perceber que ele deveria entrar na tese como uma parte importante, pois tinha muito a contribuir com o estudo de gênero.

Nas fotos das antigas mariscadoras mostram as mulheres vestidas de calças para abrandar o frio da água, não abrindo mão também das saias vestidas por cima, em parte para aquecer e em parte para se destacar, que ali estava uma mulher trabalhando. A vestimenta também contava com o lenço na cabeça para prender os cabelos e os pés descalços, contrastando muitas vezes com as botas que os homens usavam.

Contudo, com o passar dos anos e a oficialização e melhoria da atividade de mariscadoras, os cuidados com a saúde aumentaram, incluindo o cuidado com as roupas. Agora elas se utilizam de roupas feitas de borrachas sintéticas tipo macacão que são impermeáveis e que garantem a resistência ao frio, na cabeça agora, ao invés dos lenços coloridos elas se utilizam de bonés de abas largas. Os modelos geralmente são de cores escuras e não diferem muito das dos homens mergulhadores galegos.

Durante a ida a praia de Grove, na Galícia, olhando as mulheres há alguns metros de distância, quase não percebíamos a diferença entre homens e mulheres, as figuras se confundiam por entre a água e a areia, quase como o que Singer chama

de visão de andrógenea, no qual o “UM” contém “DOIS”, ou seja, o masculino (andro) e o feminino (gyno).



**Figura 25 - Mariscadora da praia de Grove Galícia**  
Foto Rosana Manfrinate, novembro/2016

E foi quando chegamos mais perto das mulheres para conversarmos que a visão de androgenia se mostrou totalmente nula. A mulher em questão a qual começamos a conversar, uma senhora já, a despeito de todo o trabalho duro e das ferramentas pesadas que utilizava para cavar o chão e arrancar os mariscos. Apesar de toda a roupa que a deixava sem corte definido, portava um delicado brinco de pérola em sua orelha. O brinco chamava mais a atenção do que todo o resto do contexto do mar.

O brinco reluzente tomava ali o lugar da saia por cima da calça, que as antigas mariscadoras usavam, desfazendo a figura andrógina que olhando de longe eu via, e deixando bem marcada uma postura do gênero feminino, como que querendo dizer: “aqui está uma mulher, não confunda, por mais que a roupa não diga isso”.



**Figura 26 - Mariscadora e seu brinco**  
Foto Rosana Manfrinate, novembro/2016

A delicadeza da pérola. Um único elemento é capaz de sozinho, materializar e dar conta de mostrar a feminilidade, que é exigida das mulheres, e que a senhora teima em querer expor, mesmo no espaço do trabalho duro.

O corpo é um corpo feminino, o brinco está ali por isso, mas por ser um brinco feminino (a pérola é das joias a considerada mais feminina e mais frágil, ela é feminina), como nos mostra Bachelard (2008, p. 265) “A concha faz a pérola; a pérola faz a concha. O rude e o polido estão aí bem próximos para a dialética.

Assumindo o simbolismo do corpo, já que, a inserção dos movimentos, a sensações, as condutas, as interorgânicas estão nesse simbolismo, “[...] olho que perscruta a paisagem, interroga e responde” (MERLEAU-PONTY, 2007, p. 362).

Tornando assim, a pérola um elemento corporal, do qual não se pode separar mariscadora e brinco, correndo o risco do voltar a ser andrógino.

O brinco dá a pérola o poder sobre o corpo, é por meio do poder da pérola que esse corpo se materializa no corpo de mulher, no corpo máquina (DELEUZE e GATARRI, 2004) e se ilumina como no conto de Steinbeck “A Pérola” (2007, p. 20)

E a beleza da pérola, que faiscava e luzia à claridade da pequena vela, lhe seduziu a cabeça com a sua beleza. Tão bela era e tão suave com uma música própria — a sua música de promessa e prazer, a sua garantia do futuro, de conforto e de segurança. A sua quente luminosidade prometia uma cataplasma contra a doença e uma muralha contra o insulto. Fechava a porta à fome. E, enquanto Kino a olhava, os seus olhos se abrandaram e o seu rosto se descontraíu. Viu a pequena imagem da vela benta refletida na lisa superfície da pérola e de novo lhe soou aos ouvidos a linda música do fundo do mar, o tom da difusa luz verde abaixo da superfície.

A partir daí, comecei a reparar melhor nas entrevistas, em como características consideradas tradicionalmente femininas se encontravam nos corpos das mariscadoras e fui constatando que sempre havia um elemento: a maquiagem, os brincos, cabelos pintados ou bem arrumados. Algo que contrastava com o trabalho duro, na praia, com a sujeira da areia, sendo uma obrigação social dessas mulheres provar a que sexo pertenciam, isso porque “[...] consideremos, primeiramente, que a diferença sexual é frequentemente evocada como uma questão referente a diferenças materiais” (BUTLER, 2010). E essas diferenças muitas vezes estão ligadas às imagens anatômicas do nosso sexo biológico ou da nossa imagem do que acreditamos ser o feminino e masculino.

Voltando ao Brasil, bem como aos outros dois lócus de pesquisa, observei que minhas outras entrevistadas também marcavam o seu sexo de alguma maneira exteriorizando no corpo. Em Joselândia, apesar de ser um lugar de lama e mato fechado, onde temos que a todo o momento atravessarmos cercas de arames farpados, ou caminhos com água até o joelho, a maioria das mulheres usam saias nas suas caminhadas, sombrinhas floridas e de longe as enxergamos pelo caminho. Elas vão adentrando as trilhas de matas que dão acesso às casas, num caminhar cadenciado sempre em pequenos grupos, com os cabelos geralmente presos em coque.



**Figura 27 - Mulheres e sombrinha**  
Foto Rosana Manfrinate, 2015

No quilombo, o corpo também é trabalhado pela visão da consideração da feminilidade, agregando a eles elementos que o façam ganhar esse contorno. Um exemplo disso é o chinelo de dedo, objeto caracterizado e estigmatizado pela visão da pobreza, sem diferenciação, apenas por cores. O chinelo é a imagem das pessoas que lutam por terra, por justiça social, pelos que têm seus pés no chão, e por isso, são descriminalizados pela sociedade.

Nas mãos das quilombolas os chinelos ganham contornos delicados de crochês com pontos que deixam cada par com sua singularidade de quem o fez e o usa. Com cores consideradas femininas, elas recriam esse símbolo de luta e de povos excluídos, a sua maneira, aliam um símbolo de luta a marcação da imagem do seu sexo.



**Figura 28 - Chinelos da Luta**  
Foto Rosana Manfrinate/2016

Acreditamos assim como Butler (2010), que o:

[...] “sexo” é um constructo ideal que é forçosamente materializado através do tempo. Ele não é um simples fato ou a condição estática de um corpo, mas um processo pelo qual as normas regulatórias materializam o “sexo” e produzem essa materialização através de uma reiteração forçada destas normas (BUTLER 2010, p.153).

Essas mulheres em seu cotidiano entendem que existem essas “normatizações” do que é uma aparência feminina dentro da comunidade e seus modos se materializam em seus corpos, com as pérolas, sombrinhas floridas e chinelos bordados. E isso passa a ser um discurso que faz com que sejamos melhores aceitas com nossos corpos em nossos grupos.

Nesse discurso então, o gênero é o que Butler (2010, p. 158) chama de deslocamento do sexo biológico para seu sentido cultural. Porém, o corpo do discurso cultural precisa fazer sentido para a sociedade, precisa se materializar de uma forma considerada “coerente” e “Inteligível” para o sexo que o assume.

Essa inteligibilidade da materialidade do sexo e do gênero tem em seu discurso sempre uma conformidade de padrões hegemônicos de heterossexualidade que limita e constrange, que se dissipa a partir de discursos de poder. Butler (2010) destaca que são esses corpos inteligíveis que pesam ou que importam para a sociedade, ou conforme Louro (2010) corpos “educados” no sentido de ser disciplinado a algo.

Para Louro, os corpos devem apresentar marcas visíveis desse processo de materialização (das mulheres, pérola, sombrinhas e chinelos de crochês) e essas marcas que, ao serem valorizadas por essas sociedades, tornam-se referência para todos. A materialização pode marcar tanto a feminilização sexual quanto a dessexualização (LOPES, p. 21- 22). É como a dessexualização nessa pesquisa trago meu próprio exemplo, com tantos cuidados para materializarmos o corpo de mulher pesquisadora, de professora, nos dessexualizando de um espaço que também nos pertence.



**Figura 29 - Pesquisando em Joselândia**  
Foto Giseli Della Nora/2015

Penso ser importante explicitar que, na maioria das vezes, as mulheres são obrigadas e terem um comportamento e aparência que tradicionalmente se espera do ser feminino, não julgo se isso é certo ou errado, mas chamo a atenção para as consequências que isso acarreta. Entendo que sendo um comportamento cultural, existe então uma trama social com seu contexto que não deve ser ignorado.

E nesse contexto da trama social, foi possível a compreensão do corpo materializado do “ser mulher” que deve ser obediente, trazendo assim a resposta às minhas indagações sobre as razões que levam as mulheres a se manterem distantes dos espaços de poder.

No mundo da pesquisa, observar as mariscadoras na praia, caminhar ao lado das pantaneiras, fotografar os pés das quilombolas permitiu-me entender o que não se acessa ou o que não é revelado pelas narrativas das entrevistadas.

Os corpos educados pode ser um dos fatores que limite a ação das mulheres enquanto ser de sua autonomia em seu território. Exemplificamos pelos lugares que esses corpos educados não devem ir. Como o limpar o terreno para plantar a roça em Joselândia.

Jiripoca  
Pantaneira

A gente faz tudo, só não roça isso é muito pesado, só homem faz

Ou entrar em barcos na Galícia:

Berbercho  
Mariscadora

O marisqueo a barco é muito pesado

Quem possui permissão para entrar nesses espaços e fazer o “serviço mais pesado”, também tem permissão de decidir quanto do terreno desmatar, em que melhor área pescar, tendo assim maior audiência e poder de decisão. Está hierarquicamente superior a quem não possui a suposta força física para o trabalho. O território do poder, nessas comunidades, é também ainda o da força física. As mulheres até conseguem ver que algumas situações poderiam ser diferentes, mas não se sentem à vontade para contestar, pois, não estão aptas para contribuir com o trabalho braçal, então não podem dar opiniões.

Pintado  
Pantaneira

Eles cortam muita mata que não precisa, muito babaçu e cambará(...)A gente não fala nada porque é o trabalho deles.

No quilombo, a situação se inverte um pouco, as mulheres quilombolas, até por uma questão histórica apresentam uma atuação de liderança na comunidade bem marcada (MANFRINATE, 2011), mesmo assim elas também sofrem com a materialização do corpo feminino. Esse, corpo, contudo, tem que se mostrar forte, tem que ser vigoroso e poderoso, pode adentrar nos espaços e por conta desse poder não admite que também é vítima de violência, daquela violência do silenciar a fala, da não participação.

E diante de uma sociedade capitalista, que se apodera dos territórios, e que tem uma visão da hegemonia heterossexual (SHIVA,1997) como centralidade, o corpo materializado da mulher, educado para obedecer às normas, seja esse corpo considerado frágil ou forte como das quilombolas, acaba limitado apenas como mediadora e cuidadora, cabendo ao homem os espaços que serão mais sofisticados como a socialização e antropização.

Essa dinâmica tira a oportunidade de a mulher participar do debate sobre a devastação que a própria comunidade vem fazendo com seu território, seja desmantando mais do que o necessário, poluindo a água ou pescando além da cota. Ou mesmo da crítica do meio de apropriação que existe das estruturas de exploração sobre o território da comunidade. Essa discussão é de extrema importância, pois os processos que levam as mudanças climáticas estão em todos os níveis e devem ser entendidos como uma discussão de ampla participação.

Num pensar mais macro, os espaços delimitados pela materialização dos corpos que pesam/educados são também os espaços da invisibilidade e das decisões e do poder, assim vemos que as mulheres no Brasil, são minoria nos diversos conselhos de meio ambiente, principalmente nos que dizem respeito à água e também nas diversas formas de representatividade política.

A Organização das Nações unidas (ONU) fez em 2014 uma pesquisa em 188 países para ter, em números, o nível de representatividade das mulheres nos espaços de poder. O Brasil ocupa a última fila, com a 124ª posição no ranking em relação à igualdade de gênero e à participação de mulheres na vida pública. Na América Latina, o Brasil está à frente apenas do Haiti (ONU Mulheres/SPM/Brasil 2014).

Contudo, não podemos deixar de ver as linhas de fuga dessa matriz de centralidade Heterossexual, que é quando a materialização do corpo pode se transformar em uma subversão da ordem, quando o corpo assume não o corpo que pesa ou educado, mas sim, a corporeidade. Na perspectiva da corporeidade, o corpo ultrapassa os limites que lhe é imposto, percebe-se a si mesmo como livre das amarras impostas pela sociedade heteronormativa (DELEUZE e GATARRI, 2004).

A corporeidade permite que se ocupem todos os espaços, pois lida com a imagem da liberdade, com a carne, mas também com a parte etérea que como o ar que não se atem a limites impostos pela matéria.

As imagens do ar estão no caminho das imagens da desmaterialização. Para caracterizar as imagens do ar, muitas vezes nos será difícil encontrar a justa

medida: um excesso ou uma insuficiência de matéria, e eis que a imagem fica inerte ou se torna fugaz. Aliás, intervêm aqui coeficientes pessoais que fazem pender a balança para um e outro lado. Mas o essencial, para nós, é fazer sentir a intervenção necessária de um fator ponderal no problema da imaginação dinâmica (BACHELARD 2003. p. 20-21).

Nessa corporeidade, estão relacionados os coletivos militantes de mulheres que atuam contra as injustiças socioambientais, como coletivos de mulheres atingidas pelas barragens do MAB ou como a já tradicional passeata das “Marcha das Margaridas” que reúne as mulheres dos variados movimentos sociais ligados ao enfrentamento da exclusão do campo.

Em Mato Grosso podemos citar iniciativas como quilombolas, assentadas do MST, ribeirinhas atingidas pelas barragem e até mesmo coletivos como Fóruns e Redes de Educação Ambiental como Rede Brasileira de Educação Ambiental e de Direitos Humanos, Rede Mato-grossense de Educação Ambiental, Comissão de Direitos Humanos e da Terra, em que mulheres e homens lutam lado a lado, discutindo não só sobre as situações excludentes de apropriação do ambiente, mas também sobre as próprias dinâmicas internas do ser em interação com: o grupo, não fugindo ao debate de gênero e a busca cada vez mais da autonomia.

E assim constroem juntos Políticas Públicas uma vez que: As conquistas no campo das Políticas Publicas em Educação Ambiental foram construídas ao longo dos anos pelos sujeitos habitantes desta Terra que se movimentaram na busca pela Sustentabilidade Ambiental (PEDROTTI-MANSILLA,2010.p.135).

No caso das Pantaneiras, Quilombolas e Mariscadoras, essas linhas de fugas estão latentes em seus espaços de atuação por onde elas expressam suas liberdades, suas influências como o espaço da igreja para as pantaneiras, o da praia e das confrarias para as mariscadoras e da associação e reuniões da comunidade do Mutuca para as quilombolas.

Esses são os espaços onde o corpo, mesmo que materializado, consegue fazer subversão, sendo importante para a pesquisa ter conhecimento desses espaços, para que eles possam ser visibilizados e apresentados como espaços possíveis de partilha e aprendizagem, assim a educação ganha uma:

[...] nova concepção do viver como partilhar experiência, saberes e sensibilidades em situações de contextos regidos cada vez mais pela partilha pela cooperação, pela solidariedade, pela gratuidade. Por tudo aquilo que sonha construir os caminhos em direção ao mundo da vida. (BRANDÃO, 2005, p. 91).

Caminhos esses que sejam capazes de amparar o debate necessário que leve as mulheres ao conhecimento e a participação das decisões concernente à busca da Justiça Climática.

## 6.2. As aprendizagens da Natureza

E junto ao aprendizado do corpo, o ar também nos leva as outras aprendizagens, que foram cartografadas na pesquisa, essas aprendizagens intensas e que provém dos saberes tradicionais, podem representar uma linha de fuga. As aprendizagens alcançadas na relação com a natureza estão materializadas no território e a partir dele “O movimento imaginado, desacelerando-se, cria o ser terrestre” (BACHELARD, 2001, p. 109).

Uma das coisas interessantes nas narrativas das mulheres foi escutar sobre o momento da aprendizagem das suas atividades do dia a dia, como lhes foi ensinado às tarefas de plantar, colher, olhar o mar e saber por onde ir, fiar o algodão, o ponto de acurar o leite para o doce. Entender o cacarejar da galinha e saber que ela já havia botado o ovo. Conhecer as folhas e cascas de árvores que podem ajudar a melhorar as dores ou proporcionar noites bem dormidas. Como aprender coisas que não estão escritas em papéis, ou livros, mas está no materializar do imaginário, no escutar, no sentir, no paladar, no olfato. Na memória afetiva de todo o corpo que sente pertencente ao mundo e com ele interage.

Essas mulheres desenvolvem saberes e contam com a natureza para auxiliá-las em suas lidas domésticas, uma vez que, devido à exclusão de que são vítimas, é onde podem receber ajuda para curar as feridas do corpo, manter a família nutrida, aquecida e até mesmo em paz com o espírito. Assim, uma vez que é esperada dela esse cuidado, é necessário que desde cedo ela comece a entender esse mundo.

Entretanto, esse é um aprendizado que não se aprende em qualquer lugar, de uma hora para outra ou com qualquer mestre, também não há um currículo fixo, sendo muito mais do que um ensinamento, uma “vivência aprendida” (KAWAHARA, 2015), do fazer em partilha, como uma educação da vida, e por ser da vida, não repetitiva, mas criativa e subversiva às imposições (QUADROS, 2014). Entendemos que, por isso, essa educação da vida tem a chance de ser a linha de fuga por onde as mulheres podem buscar o acalento, a força, a comunhão a alegria e a companhia da natureza para seguirem lutando.

Nesses aprendizados há um princípio em comum, “desde pequena eu acompanhava minha mãe”, fosse no quilombo, no pantanal ou no trabalho da praia, as primeiras aulas recebidas do fazer cotidiano das mulheres eram andar e ficar ao

lado de suas mães em suas atividades. Em plena observação, elas desenvolviam pequenos trabalhos, ou interagiam como se fosse uma brincadeira.

Jiripencem pantaneira	Minha mãe me dava umas sementes de algodão para enterrar enquanto ela plantava, só para distrair”.
--------------------------	--

Bebercho Mariscadora	A gente sempre vinha com a minha mãe na praia, enquanto ela catava os mariscos a gente brincava com as conchinhas.
-------------------------	--

A intenção materna ao levar as crianças para as atividades desde pequenas, era antes de tudo, mantê-las sobre o olhar vigilante ao mesmo tempo executar as tarefas do cotidiano, esse destaque é importante porque, proporcionava as crianças uma intimidade maior com o ambiente em que viviam, apurando os sentidos. O toque e a percepção antes que essas atividades se tornassem obrigatórias para elas, se tornavam familiares conforme nos aponta Winnicot (1980), as experiências infantis são fundamentais no processo de configuração e estabelecimento de vínculos afetivos futuros.

Com o crescimento das filhas e dos filhos tem início a divisão de trabalho por sexo. Existe um momento do trabalho coletivo misto da família, geralmente é o momento do plantio na roça tanto no quilombo quanto no pantanal, ou ainda da venda dos mariscos na Galícia.

Contudo, a partir daí se diferenciam as atividades. Geralmente, os meninos passam a ajudar o pai, com as tarefas consideradas mais pesadas, pois requerem mais força física e também que são mais lucrativas, já as meninas ajudam nas tarefas de manutenção da casa.

Destacamos que essas são atividades que tradicionalmente se encontram no universo das mulheres (SAFFIOTTI), como tarefas da limpeza da casa e da roupa, o cuidado com os irmãos menores, a roça destinada apenas ao consumo da família, o beneficiamento dos produtos para o consumo como socar arroz, milho, fazer farinha,

secar poupa de frutas, carnes, fazer doces, fiar algodão, tecer, cuidar dos pequenos animais.

O ensinamento vem aos poucos, mas em forma de observação, estar junto, fazer de pouco em pouco, num ciclo, conforme nos aponta Brandão (2007. p. 21) “Os que sabem fazem, ensinam, vigiam, incentivam, demonstram, corrigem, punem e premiam. O que não, as em espiam na vida que há no cotidiano o saber que ali existe, veem fazer e imitam com o próprio exercício vivo do fazer”.

Como podemos perceber na fala de Cachará, moradora de São Pedro de Joselândia, que narra como a mãe a ensinava fiar o algodão para fazer fio para as redes.

Cachará  
Pantaneira

Ensinar era só da gente vê, a curiosidade, pegava começava a fazer fio feioooo que saia, não prestava, não prestava e depois foi prestando, e ai eles foram aproveitando o meu fio que eu fazia, foi, foi cada vez mais melhorando, que todas as coisas na primeira vez é difícil né.



**Figura 30 - Esticando o algodão para tecer o fio**  
Foto Rosana Manfriante/2014

Nas memórias de Dona cachará sobre os ensinamentos da mãe, também versavam sobre como deveria se plantar e colher o algodão para se fazer a rede. O Algodão tem tempo certo, a época de chuva era a ideal para o plantio, mas a colheita deveria ser feita durante a época da seca, para que o algodão não ficasse sujo com a

chuva. Era necessário então conhecer bem como se manifestavam as estações do ano e os sinais da natureza, os ventos e a nuvens.

É preciso compreender que o sentimento do tempo vivido como imaginário, conhecimento, preceito e gramática da vida individual e coletiva, nunca é medido por meio de uma esfera única de indicadores: os da natureza cósmica (o fluxo das estrelas, as fases da lua, o caminhar diário do sol); os dos ambientes próximos (a chegada das chuvas, a floração dos ipês, o acasalamento das seriemas, a invasão de pragas na lavoura de milho, o amadurecimento das mangas); os dos efeitos do trabalho da cultura sobre a natureza incorporada à sociedade (o aumento do leite das vacas, a colheita do feijão da seca, o momento de arar os campos, a lenta seca [...]) (BRANDÃO, 1999, p. 90)

Dessa forma, entendemos também os ensinamentos de Dona Timbó que nos contou, que desde criança trabalha na roça, aprendeu tudo com a avó materna, desde plantar o alimento até o cuidado com o seu preparo na cozinha. Saberes que são passados no cotidiano que não podem ser deixados de lado (MAFFESOLI, 2010), na dinâmica do fazer, sentir, dizer, e que se reinventam a cada estação, a cada nova planta que nasce, pois cada um tem o seu modo de entender a vida.

Ela narra ainda que a avó mostrava o jeito certo de colocar os tocos de mandioca na terra na hora de plantar.

Timbó  
Quilombola

Tem que ser deitado dizia a avó, “assim saem muitas raízes e a terra fica fofa e mais úmida, a mandioca gosta e cresce bastante”.

Com movimentos carinhosos no ar ela encena como cobrir de terra os brotos da mandioca, rascunhando o que nos explica, numa livre apropriação do que fora aprendido com as avós, reinventando e aplicando no seu mundo diário a aprendizagem (FREIRE, 2000 p. 29).

Esse aprendizado faz com que, quem aprenda, possa ter um contato íntimo com a natureza, pois ela é o elemento onde se exterioriza a prática (FREIRE, 2000), com suas nuances, o tempo do algodão crescendo, a terra boa para o plantio, o marisco e o lugar melhor de pegar tudo isso é uma forma de aprendizado.

Assim mais do que apenas informação sobre o mundo, essas mulheres começam a vida tendo experiências sobre o mundo, o que para Larrosa (2014, p. 24) significa: “[...] o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca”. A experiência do viver, do imaginar o mundo, do sentir em suas mãos o que deve ser feito, assim é feita a educação. A experiência pode ser uma ótima forma de aprendizado. Pois para experienciar é preciso:

[...] parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvido, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito ter paciência e dar-se tempo e espaço.( LARROSA, 2014, p. 25).

Para se adquirir experiência, é necessário, a paciência do esperar, observamos aqui também, que o tempo do aprendizado não é o tempo linear, mas o tempo das estações, o tempo da vida, o que menos conta é o tempo do relógio, mas o tempo das secas, cheias das marés, da natureza da vida que vive livre. É o tempo regido propriamente pela natureza que dirá o tempo certo do aprendizado. Não se pode aprender a plantar, antes da chuva chegar, não se aprende a fazer rede antes do algodão amadurecer e soltar suas plumas. Ser mariscadora só é permitido, quando a maré abaixa, ou quando o mar não está bravo.

A Educação Ambiental da qual compartilhamos busca contrapor a rapidez do mundo atual, do mundo de resultados que nos impele ao consumo de forças artificiais para driblarmos o tempo, o mundo do capital, com todo o aparato de fertilizantes e produtos agrícolas que são largamente oferecidos aos pequenos agricultores como promessas de melhoria nas lavouras (PORTO GONÇALVEZ, 2006; MAZZETTO, 2009).

É importante conhecer as sutilezas do tempo da natureza, que é a sutileza do ensinar que perpassa primeiro a educação sensível para que depois possa ser criativa, nas formas de se entender o ambiente, uma vez entendido e sentido esse conhecimento pode então se transformar em crítica, a tudo que coloca em risco os antigos ensinamentos e padrões de injustiças (QUADROS, 2013), como nos mostra Dona Timbó no cuidado de sua roça:

Timbó Quilombola	não deixo usar nada de fertilizante ou veneno, nós usamos os restos das folhas e esterco dos animais, Fertilizante faz a planta crescer rápido, mas eu penso que cada um tem seu tempo certo para crescer.
---------------------	--

O conhecimento dessas mulheres demonstra que estamos diante de diferentes temporalidades, inscritas pelos diferentes povos e suas culturas estabelecidas ao longo do tempo em sua relação com o território, com a água, terra com o ar, com o fogo e com a vida (PORTO GONÇALVEZ, 2006, p. 277). Mostrando assim que no mundo atual, com o tempo corrido, e de coisas instantâneas, ainda é

possível a ligação com a tradição e a memória que podem nos servir de alternativa para a sustentabilidade, conforme nos aponta Bachelard:

O tempo, limitado ao instante, nos isola não apenas dos outros, mas de nós mesmos, posto que rompe com nosso passado mais querido. O tempo tem várias dimensões; o tempo tem uma espessura. Só aparece como contínuo graças à superposição de muitos tempos independentes. Reciprocamente, qualquer psicologia temporal unificada é necessariamente lacunar, necessariamente dialética (BACHELARD, 1994, p. 87).

Não é só o tempo, mas também a solidariedade que influencia na aprendizagem dessas mulheres, a experiência vem com a observação e paciência, mas também com a ajuda e o cuidado de quem ensina. Assim como os ensinamentos da avó de Dona Timbó não terminavam no plantio, mas iam além, tratava-se do preparo desses alimentos cultivados. Ela aprendeu que a comida tem que ser preparada com amor e atenção por aqueles que dela se alimentarão, nas palavras de sua avó,

Timbó  
Quilombola

quem trata os outros bem, quem sabe trabalhar e conviver com as pessoas, sempre vive bem.



**Figura 31 - Cozinha Quilombola**  
Foto Rosana Manfrinate/2015

Nesses ensinamentos a avó transmitiu a Dona Timbó, o saber do mundo, mas também sua socialização, pois muitas vezes o mundo da racionalidade, das horas contadas e da técnica, nos faz “[...] deixar de lado a sociabilidade, que é uma espécie de empatia comunalizada” (MAFFESOLI, 2012, p.107).

Então na observação da avó, a sabedoria do cuidar com afeto e amor é assim:

Fomos feitos para construir este lugar feliz, pouco a pouco, na vida de cada dia e de maneira irreversível, por nossa conta e em nome do afeto do amor

que nos une e da felicidade de todos e sempre, que é o nosso destino humano." (BRANDÃO, 2004, p. 24).

Do cuidado e do afeto a aprendizagem também depende da experiência de outras pessoas que antes passaram pela mesma situação, conhecem por pura experiência as adversidades que podem esperar uma novata, como nos mostra uma das mariscadoras que está começando agora.

Ameixa  
Mariscadora

Demora para se aprender a ser uma mariscadora, eu só fico perto da minha prima, porque ela me diz onde é seguro para ficar, onde o mar não vai ser perigoso, e eu não vou me machucar, sem elas eu não aprenderia ser mariscadora.

Além do que a solidariedade é também parte do aprendizado e da experiência, quem já sabe se compadece e ajuda quem está começando a não desanimar. Como dividir os mariscos com quem ainda não sabe pegar direito.

Navaja  
Mariscadora

Aqui existe a cota de marisco, as que começam não conseguem de início atingir a cota, a gente mais experiente divide com elas, senão elas podem desanimar até aprender a pegar direito e desistir, assim elas também ganham dinheiro.



**Figura 32 - Mariscadoras entrando juntas no mar**  
Foto Rosana Manfrinate, novembro/2016

É aceito e totalmente compreensível que elas demorem para aprender a pegar a cota suficiente de mariscos e que só a prática de alguns anos é que fará com que entendam os desafios da natureza, até lá como nos avisa Benjamin (2000, p. 05) “[...] o indivíduo pode experienciar a si mesmo somente ao fim de suas errâncias”.

Toda essa relação de aprendizagem e solidariedade representa outro ponto de alcance para a sustentabilidade, pois torna o aprendiz também como protagonista e responsável pelo que aprendeu, ou seja, responsável pelo cuidado com a natureza, o cuidado com o espaço onde se vive a vida, e esse espaço só passa a ter sentido em importância se vivido em comunidade. (MAFFESOLI, 1996).

É nas relações com o grupo, nas idas a roça, nas idas ao mar, nas errâncias, nos acertos da prática do cotidiano, que os saberes são construídos e partilhados como sugere Brandão (2005, p.85).

Quase tudo o que nós vivemos em nossas relações com outras pessoas ou mesmos com nosso mundo, como no próprio contato direto com a natureza, pode ser, também, um momento de aprendizado. Podemos estar cada reciprocidade de saberes e de serviços com uma outra pessoa, costuma ser também um momento e aprendizagem.

Entendemos então que todo saber é importante e em especial esse saber cotidiano feminino revelado na pesquisa e construído em partilha, que pode fazer a diferença na Educação Ambiental, pois se alia de forma simbólica e cultural, com o alcance do imaginário de sentidos e costurados de cotidiano em integração com a natureza, no modo de plantar, colher, tecer, cozinhar, e viver a vida em sua plenitude, ensinando, aprendendo e se solidarizando.

Acreditamos então que esse saber feminino, passado de geração para geração, é uma forma de se fazer Educação Ambiental, um fazer que foge do formalismo e ganha os contornos do mundo vivido, de solidariedade e da experiência, apontando rumos que podem fazer parte de um aprendizado não só de mulheres, mas de toda uma comunidade.

E são nessas próprias comunidades, com seus próprios saberes onde a Educação Ambiental deve buscar suas respostas, de forma que alcancem as indagações sobre qual Justiça Climática esperar para o mundo da água doce, do mar, da terra, da vida vivida, da experiência, conforme Sorrentino et al., (2013, p.29).

Dessa forma a Educação Ambiental não deve ficar presa apenas aos círculos científicos, mas sim ser vivenciada por cada indivíduo, pelas comunidades, cada grupo à sua maneira. Começando com reflexão sobre como cada um de nós se relaciona com a pequena porção que ocupa do planeta, podemos chegar ao todo, melhorando as relações entre as pessoas e o mundo que os cerca.

Seria um erro epistemológico apontar certezas ou respostas rápidas sobre um problema tão perverso quanto às Mudanças Climáticas, mas acreditamos que a

Educação Ambiental possa também contribuir com novos pensamentos unindo-se ao conhecimento tradicional.

A pesquisa nos possibilita aproximar dos diferentes saberes para assim, compreendemos os ensinamentos de Bachelard (2008) quando ele nos fala da ressonância e da repercussão.

Na ressonância ouvimos o poema; na repercussão falamos, ele é nosso, as ressonâncias dispersam-se nos diferentes planos da nossa vida no mundo; a repercussão convida-nos a um aprofundamento da nossa própria existência (op. cit., p.07).

A Educação Ambiental assume então, a práxis da ressonância-repercussão como espaço de conhecimento de ser e o devir de superação da hegemonia do poder da colonialidade, para a emancipação que pode nos levar a verdadeira Justiça Climática.

### 6.3 Ar Essencial: Algumas considerações

Termino com uma história: a da Cosmonauta Valentina Vladimirovna Tereshkova que dois anos após Yuri Gagarin ter realizado o primeiro voo para o espaço, foi a primeira mulher a ir também ao espaço. Entretanto, diferentemente de seu compatriota soviético, Valentina não era militar, na verdade era filha de agricultores, foi obrigada a abandonar a escola e ir trabalhar numa fábrica têxtil para ajudar a família. Por vontade própria terminou os estudos por correspondência e entrou em um clube de paraquedismo por diversão. Quando foi lançado o projeto do governo Soviético que deveria mandar mulheres para o espaço, Valentina não teve dúvidas e se inscreveu.

Foi aprovada em testes e passou por rigorosos treinamentos de voo, isolamento, além de aulas de engenharia espacial com outras concorrentes. No final só restavam três mulheres integrantes da equipe, apenas uma delas faria o voo. Apesar de toda a dificuldade pelas quais passaram para chegar até ali, não foram equiparadas a equipe de cosmonautas masculinos.

A todo o momento o machismo se mostrava dominante da situação: e mesmo diante da boa formação e capacidade das três cosmonautas, o critério de escolha para quem iria ao espaço foi o do próprio líder soviético, Nikita Khrushchov, que escolheu

Valentina por ser a mais bonita para sair nas fotos. Só no último momento também, foi dito a Valentina que ela não comandaria a nave, e que na verdade, seria comandada da Terra. Todavia, o ano era 1963 e estar em um programa espacial significava muito para uma mulher.

Valentina não teve seu Direito à janela como Gagarin, nem frases de efeito, seu voo foi tenso, cheio de cálculos confusos que fizeram sua nave errar o pouso, deixando-a machucada e com várias marcas roxas no rosto, as quais teve que esconder com maquiagem nas aparições que faziam em público para parecer uma verdadeira heroína diante do povo soviético.

Mesmo não tendo comandado a nave e se machucado, ela sempre disse que adoraria voltar ao espaço, pois adorou ser a primeira mulher a ter essa missão, feito que só foi repetido por outra mulher 20 anos depois em 1983.

Assim que chegou a Terra assumiu seu Dever da Árvore, se formou em engenharia, deu aulas na academia militar espacial, ajudou a formar outros cosmonautas, casou-se teve uma filha, se separou, foi alvo de fofocas e reprovação, casou-se de novo, apareceu fumando em fotos oficiais, entrou para a política, passou a representar A União Soviética nas conferências especiais para as mulheres na ONU. Após a queda do comunismo em 1989, na Rússia, se candidatou a deputada e foi eleita em vários mandatos, sendo o último deles em 2011.

Em 2013, em um evento em sua homenagem, ela disse ainda ter o sonho de viajar de participar do Programa Espacial de ida ao planeta Marte. Valentina, aos 80 anos ainda vive, junto a seus filhos e netos em uma fazenda próxima a Moscou.

A história da cosmonauta Valentina é um exemplo típico do que é a luta e o desejo das mulheres, sempre sendo obrigadas a superar obstáculos e, mesmo assim, sendo colocadas de lado, mas nunca abandonando o seu dever da árvore, que junto ao mundo que vive, partilha dores e imperfeições, sofrimentos e felicidades.

A bem da verdade é que, por mais que admiramos Valentina, reconhecemos que seu dever da árvore nunca tenha sido a preocupação com a natureza, ou com quem dela sobrevive. Talvez seja o contrário, entusiasta da tecnologia e inovação como se mostrou, visando já na velhice inclusive a exploração em Marte, é bem provável que ela veja na ciência tecnicista e desenvolvimentista a solução para os problemas do mundo. O que nos leva a retomar o início das nossas considerações nesta pesquisa.

Apresentamos no Capítulo I que as mudanças climáticas são frutos das desenfreadas visões de desenvolvimento e exploração a qualquer custo, que ao longo dos séculos vieram por meio da religião, dos valores modernos e da industrialização, transformando a sociedade, tornando algumas vidas menos importantes que outras. Assim como tornaram também costumes, natureza e história de alguns povos meros adornos e empecilhos a serem dispostos, destruídos ou cooptados conforme os planos que o capital direciona para eles.

Pensando desse modo, elaborei como abertura para a tese um breve histórico sobre como a sociedade chegou no que atualmente chamamos de Mudanças Climáticas, para contribuir com a compreensão da mudança de valores da sociedade, instituído pelos princípios da economia, religião, cultura que destituem a natureza do seu valor sagrado. Além do que esses novos valores constituem a base para que a sociedade possa aceitar a natureza como recurso a ser usada até seu esgotamento total. A história contribui aqui como reflexão didática pedagógica, apontando situações, revelando contextos que nos auxiliam a pensar a questão, não só das Mudanças Climáticas, mas a da injustiça ambiental e Justiça Climática.

A retomada da contextualização histórica nesta tese buscou trazer a minha contribuição como historiadora e também do meu papel não só como pesquisadora, mas como educadora ambiental. Entendo que, mesmo com o acesso à informação sobre como vêm se comportando o clima ao redor do mundo, nos casos das grandes catástrofes como enchentes ou secas e sua relação com as Mudanças Climáticas, esse fenômeno é geralmente tratado como um problema físico e geográfico com suas consequências no presente e projeções para o futuro.

E com essas considerações iniciei a pesquisa, buscando ressaltar que existem grupos que estão em processos de exclusão das políticas públicas, sendo considerados vulneráveis em relação às consequências das mudanças climáticas. No interior desses grupos, as mulheres das comunidades tradicionais serão as mais afetadas por tais consequências. Inclusive por já estarem sofrendo com as injustiças ambientais. E sob essa afirmação lancei o objetivo de: compreender quais são os processos de injustiças ambientais que agravam as consequências das Mudanças Climáticas no cotidiano das mulheres das comunidades tradicionais (Brasil e Espanha) principalmente em relação à água, visando bases para reflexão sobre a construção da Educação Ambiental aliada à Justiça Climática.

Conforme apresentei no Capítulo II, busquei dialogar com as mulheres das três comunidades tradicionais e ao refletir e partilhar a história e o mundo dessas mulheres, acredito que fenomenologicamente agora elas também fazem parte das minhas histórias. Pelas informações sistematizadas ao longo desta tese, compreendo que, sem dúvida, as Mudanças Climáticas serão devastadoras na vida dessas mulheres, com consequências irreparáveis.

Pude constatar que a condição de vulnerabilidade da mulher está tem se intensificado não só pelas mudanças físicas que alguns fenômenos causam ao clima e a natureza, mas são agravadas ainda por diversas razões como, falta de políticas públicas para prevenir a escassez de água, conforme apresentei no capítulo V; pouca autonomia das mulheres nos processos decisórios, como discutido na aprendizagem do corpo, identificado no capítulo VI; a entrada do capital industrial e do agronegócio onde antes predominavam atividades tradicionais, como demonstrei no capítulo IV. Além da falta de reconhecimento da mulher como elemento integrante desse mundo, tornando-a invisível em muitas situações, algo problematizado no capítulo III.

Dessa maneira, foi importante entender as condições de vulnerabilidade para ser possível então pensar no que possa ser uma Educação Ambiental voltada para a Justiça Climática nessas comunidades. Pensando assim, segui pela estrada da pesquisa traçando a cartográfica do imaginário como metodologia, amparada pelos elementos água, terra, fogo e ar.

Em cada uma dessas paragens, andar por entre os territórios dessas mulheres, conversar com elas, partilhar uma parte de seus dias, de seus mundos e de suas crenças, foi uma experiência de vida sem igual e de aprendizado.

Ao longo do Capítulo III, por meio do elemento água vivenciei o mundo das identidades de cada grupo de mulheres. Suas identidades são variadas como pantaneiras, quilombolas e mariscadoras, mas em que muitas situações se assemelham, nos deveres para com o cuidado da família, na forma de aprendizagem.

As mulheres dos três territórios, em suas narrativas, mostraram um mundo do trabalho e das responsabilidades que começa com pouca idade. Iniciam com algumas atividades em casa e vão evoluindo para trabalhos considerados femininos como:

pegar água, cozinhar, lavar roupa, cuidar dos irmãos, até chegarem nas atividades que são apenas das mulheres. Nesse momento, se tornam responsáveis por fiar algodão, tecer redes, pegar mariscos, nesse momento estão prontas para o mundo.

Geralmente, seguem o caminho ensinado pela própria mãe, demonstrando a importância da aprendizagem que emana dentro de uma comunidade tradicional que sabe dialogar com a natureza em que estão inseridos (TRISTAO, 2008); (SATO, 2003).

Ainda pelo imaginário da água mítica, as entrevistadas nos brindaram com lindas narrativas do imaginário do que gostariam de ser, dando forma aos desejos, aos medos e desafios do cotidiano. Assim podemos compreender o medo da expropriação das terras tanto pelas pantaneiras, como pelas quilombolas, da perda da atividade das mariscadoras e o medo da falta de água, revelando importante aspecto do pertencimento ao território e comprometimento das mesmas com o ambiente a que pertencem (PORTO GONÇALVEZ, 2004).

Encaram como desafio a luta pela melhoria de vida, pelo respeito a sua cultura, pela continuidade de seus valores e de suas memórias. Mas também acreditam em um mundo solidário, em que elas estão em constante partilha, não de bens, mas de sentimentos e ajuda umas às outras. Elas demonstram que viver é partilhar, na contramão deste mundo moderno e individualista (SANTOS, 2008), anunciando saberes que não foram dizimados pela universalização das garras da modernidade.

A água mítica também possibilita-nos compreender que elas entendem sua condição de mulher de uma maneira tradicional, com elementos definidores ainda do sistema patriarcal: como ser a cuidadora da família, como existir serviços que são masculinos e outros femininos, assim como lugares próprios de cada sexo, como os espaços de diversão dos homens no pantanal e a igreja para as mulheres; a praia para as mariscadoras Galícia e os barcos para os pescadores. Sendo que essa divisão sexual dos espaços ainda garante aos homens dessas comunidades o poder dentro dos espaços de representação. As mulheres, dessa forma, acabam sendo invisibilizadas em seus trabalhos, saberes e cotidiano.

No Capítulo IV, por meio da metáfora do elemento terra, no imaginário do chão batido, as mulheres nos mostram seu apego ao território, ao lugar que nasceram e que tem suas vidas ligadas. Nos apresentam um mundo que vem mudando, com a entrada das grandes indústrias pesqueiras, com o agronegócio, as Hidrelétricas, a derrubada da mata. Mas mesmo assim, elas se esforçam para não perder a essencialidade do que é viver nesse território, que conforme Sorrentino (2014) é

fundamental para a Educação Ambiental que busca demonstrar a impossibilidade de dissociar a questão ambiental da social.

No mundo frágil da Terracota, aparecem os problemas do território, e aqui destaco que o problema foi mais citado nas duas comunidades brasileiras: Pantanal e Quilombo, foi escassez de água, sendo um problema já de longa data.

O quilombo do Mutuca, situado em uma área de transição de bioma, entre Cerrado e Pantanal, com predominância do cerrado, destacou a água como um elemento de difícil acesso. Elas a buscavam diretamente do rio, entretanto, o mesmo, segundo as entrevistas, sempre acabava sendo dominado por algum fazendeiro da região, que fechava sua entrada ou colocava em perigo as quilombolas que insistiam na permanência no local. Os chamados “poços caipiras”, escavações subterrâneas e lençóis de água, foram também uma das alternativas para conseguir água, mas os mesmos nem sempre atendiam a demanda, uma vez que não contavam com uma longa vida útil devido a contaminação, desbarrancamento e o período de estiagem que secava o lençol de água.

Para as pantaneiras, a situação da água é parecida com a das quilombolas, apesar de viverem no território da água doce, também andavam por longas trilhas com potes na cabeça para pegar água no chamadas corixos, poças que se formam com as águas das enchentes. Usavam também os “poços caipiras” como alternativa para conseguir água, tendo os mesmos problemas que as quilombolas.

Atualmente, tanto os rios do quilombo como os corixos do pantanal sofrem com a poluição e a contaminação, seja pelo mercúrio dos garimpos, ou pelos agrotóxicos usados na monocultura. Em alguns locais que antes existiam pequenas nascentes, devido ao desmatamento, o acesso à água foi limitado, isso, pois, as nascentes secaram.

Os poços artesianos foram apontados pelas mulheres como uma solução para a falta de água e eles realmente melhoram a situação, pois com uma bomba hidráulica, é possível retirar água do subsolo levando-a até as torneiras das casas. Entretanto, essa não é uma melhoria fácil de se conseguir, pois é uma obra cara, necessita de planejamento e mão de obra especializada e não está ligada a nenhum projeto de política pública financiado pelo governo para essa região, tendo que ser então executado como uma obra particular, a que poucos moradores têm condições de pagar, além de reforçar a perspectiva de resoluções individualistas e não promover

a reflexão coletiva sobre o exercício dos direitos e deveres da cidadania (SORRENTINO, 2014).

Na Galícia, o problema com a água não é sua falta, mas o aquecimento que dificulta a reprodução dos mariscos diminuindo sua produção e, conseqüentemente, o trabalho das mariscadoras. A pesca predatória industrial arrasta todas as espécies de pescado do mar pelo método de sucção da água, diminuindo também os mariscos. É lá também que elas nos mostram que existem problemas relacionados à política e economia, como as resoluções do Mercado Comum Europeu sobre os acordos de pesca, que coloca a Galícia em desvantagens, os cerceamentos das praias para a criação de mariscos, dificultam ainda mais as atividades das mariscadoras, pois se trata de uma concorrência em que elas não podem competir. Além do que com a diminuição dos postos de trabalhos dos homens na pesca, passam eles também a se tornarem mariscadores, tomando alguns postos de trabalhos das mulheres.

No Capítulo V, por meio do elemento fogo, das memórias as mulheres narram como formam as imagens das mudanças no território, o calor intenso, as tempestades que as amedrontam, que as fazem apelar para o imaginário religioso da ajuda divina, para as livrarem do desamparo. Nesse contexto, elas nos mostram quanto as informações teóricas sobre as mudanças climáticas ainda estão longe de suas vidas.

A Maioria das mulheres entrevistadas, tanto no Brasil como na Espanha dizem não saberem o que são as mudanças climáticas, mesmo que antes tenham nos apresentado uma série de transformações no ambiente. Cada grupo de mulheres possui sua própria explicação sobre esse fenômeno que está causando mudanças em seus territórios.

Essas explicações sempre demonstram a situação de exclusão em que essas mulheres então inseridas, seja pelo preconceito racial, seja por parte da expropriação de terra ou por uma estrutura maior, que é o mundo que segue a lógica capitalista e colonialista (BAUMAN, 2003).

Colonialista, pois ainda segue uma lógica que estrutura a sociedade a partir de um eixo de países considerados desenvolvidos devido a sua atuação econômica industrial, que marca a submissão dos países considerados menos desenvolvidos, impondo-lhes um mundo de valores como se fossem universais.

Com essas considerações, entendi que as conseqüências climáticas podem agravar as injustiças ambientais. A pesquisa nessa temática é extremamente

importante, pois pode ser o viés por onde as denúncias sobre a invisibilidade, abandono da vida dessas mulheres por parte das políticas públicas e consequências da colonialidade, comecem a ter maior audiência e visibilidade na academia técnica científica.

Mudanças Climáticas materializam um problema macro, intelectualizado em acordos econômicos (Protocolo de Kyoto, COP21) que direcionam pesquisas e resoluções em mitigação ou adaptação, que ainda carregam a visão colonialista na qual os países desenvolvidos ditam regras aos países que, segundo a visão neoliberal, ainda estão no patamar de desenvolver e, por isso, ainda possui grandes áreas a serem exploradas.

Assim, quando realizamos uma pesquisa de tema científico consagrado dentro dessa visão de colonialidade, como as mudanças climáticas, e a transformamos em denúncia sobre as injustiças ambientais que essas mulheres sofrem dentro de seus territórios, evidenciamos um problema micro, buscamos transgredir o que Boaventura Santos chama de “a ausência de conhecimento”, que ele entende em seu arcabouço teórico como redução da diversidade do conhecimento do mundo pelo saber científico como único saber verdadeiro, universalizando e tornando outras experiências sociais, como expressão de ausências, num processo de opressão.

E essa denúncia também se faz pela pesquisa em Educação Ambiental principalmente num grupo pesquisador como o GPEA, no qual a pesquisa não apenas acontece como uma formação acadêmica, mas se alia também opção política de militância (SATO, 2013). E por mais que eu como pesquisadora estivesse inteirada politicamente sobre o assunto que trata das injustiças ambientais, algumas narrativas surpreenderam-me e emocionaram-me pela violência que continham e pela injustiça que denunciavam.

Chama-nos a atenção como denúncia também a situação da mulher nesse contexto das comunidades, os seus silêncios e as dificuldades que enfrentam no seu dia a dia em exercer seus afazeres e sua relação com a natureza e com a água. As relações de gênero, por serem também relações de poder, em que esse poder está centralizado na visão tradicional do homem, limita a participação da mulher nas decisões referentes ao meio ambiente.

Impossível negar que as injustiças ambientais as quais tais mulheres estão submetidas são e serão mais potencializadas pelas mudanças climáticas, pois

acontecem devido sobreposição de processos de exclusão da própria sociedade patriarcalista (SAFFIOTI 2006); (SCOTT, 1990).

Reforço ainda uma questão importante, pois se as mulheres são as mais atingidas tanto com as injustiças ambientais como pelas consequências das mudanças climática, acontece ao contrário nos espaços da representação política, elas quase não participam. Identificamos que há essa necessidade, pois são as mulheres que sabem exatamente quais são os problemas que mais as atingem.

Trata-se aqui então, não só de questão de vulnerabilidades às mudanças climáticas, mas vamos mais além, acreditamos estar também lidando com uma situação de violência de gênero, uma vez que suas bases são ancoradas nas questões sociais (BOSELLI, 296), mesmo que se configurem como questões ambientais. A partir do momento em que a mulher é a responsável pelo cuidado da casa e da família e esse cuidado depende da relação que tem com a natureza, e ela não controla mais a forma em que se dá essa relação, principalmente quando perde o acesso a água, temos uma relação de submissão da mulher ao mundo da centralidade do mercado liberal da apropriação.

E na escassez da água no território da água doce ou na mudança em relação ao mar, no caso das mariscadoras, entendemos que isso causará uma mudança intensa no imaginário que foi criado a partir das experiências dessas mulheres, no aprendizado passado de mãe para filha, que ensina como lidar com os ciclos naturais e que forja a vida dessas mulheres. O mundo então que lhes pertencia não só por direito, mas também por devaneio deixa de ser delas, a água que outrora foi como mostra Bachelard (2002, p.75) “[...] substância da vida é também a substância da morte”.

O território não mais vivido, não mais sonhado, não mais experienciado, vazio de sentido, silenciado de tradições deixa de ser um território e passa a ser um lugar que pode ser comercializado, explorado, entrando na lógica do capital e da colonialidade que decide dentro de suas necessidades estruturais quem e quais atividades devem ocupar cada local da Terra, não se importando em desalojar quem já anteriormente lá estava (QUINJANO, 2010).

Chegamos, então, no elemento Ar, expresso no Capítulo VI, e aqui acreditamos que parte da luta ainda é também anunciar as possíveis linhas de fuga (DELEUZE, 2004) dessas mulheres, situações sutis que desterritorializam as

estruturas de exploração tanto do território, que está à mercê da degradação ambiental, quanto da sua autonomia do ser mulher, da liberdade do seu corpo e sua identificação com o mundo e com sua história e sustentabilidade ambiental.

Essas linhas de fuga são os espaços de encontro dessas mulheres como a igreja para as pantaneiras, a confraria para as mariscadoras e a associação para as quilombolas. Trocam experiências, decidem em coletivo, assumem compromissos e produzem conhecimento, sejam eles sobre como cuidar das crianças, da casa, como plantar, colher, manter a terra úmida, cuidar da água, conseguir sair de casa, exercer suas práticas de curas, repassam o saber já criado pelos antigos, pois nesses espaços, resolvem suas questões à medida que eles aparecem recriando o fazer coletivo.

Vislumbrar o diálogo educativo que se dá fora do formalismo curricular, mas que é tão qualitativo, amoroso, interativo e essencial para a sobrevivência do mundo (BRANDÃO, 2004; SATO, 2003).

Esses espaços, todavia, estariam vazios de esperanças se não fosse ainda o saber passado, o saber compartilhado de mãe para filha, ou mesmo entre tias, sobrinhas, madrinhas e afilhadas, vizinhas que se ajudam, mulheres que sabem que precisam umas das outras, pois vivem em um mundo que ainda se espelha no machismo.

Tal saber que entende o ciclo e a interação da natureza, pois sabe reconhecer que dela depende, com ela convive e não ao contrário, é o saber da observação de anos e gerações de mulheres vivendo em contato com a natureza, um saber considerado místico e que corre pela marginalidade das ciências (BOAVENTURA SANTOS, 2007), e que é algo dispensado pelo capital por ser um saber referente ao mundo feminino e, por isso, não está na centralidade do poder que é masculino, e tampouco dentro da lógica de lucro.

Entretanto, esse saber feminino tão singular em cada comunidade e sua forma de ser repassado e recriado para cada geração, com suas mestras, suas místicas e mitos é extremamente importante: e aqui relembramos toda a preciosidade que é ensinar a fiar uma rede começando pelo processo do plantio do algodão, ou se fazer a farinha ensinando como plantar a mandioca em terra fofa para que se tenha uma melhor farinha; ou mesmo ensinar o segredos do mar para a coleta correta de mariscos; ou mesmo rezar e se fazer cantigas para a chuva, sentir no gosto dos doces

a mudança do clima, se o ano foi seco ou chuvoso. Essa sensibilidade não se dá num conhecimento técnico, mas no escutar, sentir, imaginar. Exige acreditar que pode se estabelecer cumplicidade com a natureza.

E esse maravilhamento da Educação Ambiental, também nos permite entender que não precisamos então nos desvencilhar da imagem que as mulheres fazem delas mesmas, como água (que em um primeiro momento nos causou estranhamento, por estarem tão repletos do discurso ainda sexista e dominante), mas sim, se redescobrir entre os elementos como forças imaginantes que contém em si *anima* (Feminino) o *animus* (Masculino), que longe do binômio de oposição, homem e mulher, completam suas essências formando um ser único, uma única pantaneira, uma única quilombola, uma única mariscadora.

A *anima* elemento feminino da criação, do aconchego, da solidariedade do carinho e do sonho que permite ser a cuidadora se interagir com a natureza vive nessa mulher água, assim como elas descrevem. Mas há de haver espaço ainda para o *animus* elemento *masculino*, que tem característica nervosa explosiva, crítica. Nem *anima* é fraca e *animus* maldoso, em equilíbrio psicológico são elementos que tornam nossas ações humanas pensadas, mais divididas entre o feminino e o masculino (BACHELARD, 2009).

Quando pensamos em relação ao meio ambiente, as mudanças climáticas e, principalmente, a água que foi um elemento que destacamos em nosso estudo, fica muito evidente que a lógica de resolução desses problemas ou de exploração que foi e está sendo usada. Isso tem exacerbado *animus* e um *animus* que se acostumou com o poder e sempre a ganhar.

Precisamos então equilibrá-lo com políticas públicas que sejam pautadas pelos princípios feminino da *anima* (que não se confunda com mulheres submissas) que se solidarizem com a comunidade, que considerem seus conhecimentos, que acreditem que outras epistemologias sejam possíveis. É necessário que valorizem processos pedagógicos vindos dos territórios antes considerados periferias. Isso é muito importante, pois é um saber reconhecido pelas próprias pessoas da comunidade, num processo de emancipação, em que não se reconhece sua comunidade como um objeto dos projetos, mas como seus próprios sujeitos da ação.

A Educação Ambiental oportuniza ainda um diálogo epistemológico muito importante em relação às injustiças ambientais, mudanças climáticas e justiça

climática, o da modernidade com as novas concepções de conhecimento, isso uma vez que a Educação Ambiental nos leva a refletir que as injustiças ambientais advém de um processo discriminatório das lutas de classes, que não podemos de forma alguma sugerir que foi superado ou mesmo que não existe, pois expressa uma luta do mundo moderno.

Tal problemática deve ainda ser entendida de forma integrada com outros elementos, como a diversidade, a causa ambiental, a luta das mulheres. Situações que são possíveis, com a entrada do novo, com o entendimento de que existe algo além das grandes narrativas, desconstruindo o poder do discurso da tecnologia evolutiva que pode salvar o mundo, dos valores centralizados e do não reconhecimento do saber tradicional.

Assim, ousou traçar possibilidades que vislumbro pela força que as mulheres me deram nesta pesquisa e na esperança tecida nesta tese, desejo que a Educação Ambiental possa:

- Fortalecer o território em sua luta pela expropriação, de forma a desterritorializar esse mesmo território no sentido de entender que é necessário o conhecimento formal técnico, mas que ele necessita estar integrado ao conhecimento tradicional, transformado no tocante ao mundo das comunidades;
- Reconhecer as identidades de cada território como pertencentes aquele lugar, mas não abafar os nomadismos e a pluralidade em relação a essência do ser;
- Buscar a integração com o meio ambiente, evidenciando alternativas de convivência entre ambos, humanos e natureza para que um não seja submisso ao outro;
- Valorizar a cultura, memória, história, religião, imaginário da comunidade sem que isso seja uma forma de submissão ou preconceito com parte do grupo (como é o caso da forma tradicional como são tratadas as mulheres), e sim, um momento de partilha de conhecimento sobre o mundo vivido e o que está por vir.

Deixemos então nos levar para o diálogo sobre as Mudanças Climáticas e a busca pela Justiça Climática, num mundo de rupturas, mas também, de construções possíveis, onde as mulheres Pantaneiras, Mariscadoras, e Quilombolas se entendem e se reconhecem, que abarque seu imaginário, seu território, suas vivências, experiências e esperanças.

## Referências

ACSELRAD, Henri et al.. **O que é Justiça Ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ACSELRAD, Henri. Novas Articulações em Prol da Justiça Ambiental. **Democracia Viva** nº 27 jun./jul.2005.

\_\_\_\_\_. As Práticas Espaciais e o Campo dos Conflitos Ambientais. In: ACSELRAD, H. (org.) **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, Fundação Heinrich Böll, 2004.

\_\_\_\_\_. Justiça Ambiental. In: Ferraro. L. **Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores**. Volume 01 MMA. Brasília: 2003.

ALVES, J.E.D. Do antropocentrismo ao ecocentrismo: uma mudança de paradigma. In: MARTINE, George (Ed.) **População e sustentabilidade na era das mudanças ambientais globais: contribuições para uma agenda brasileira**. Belo Horizonte: ABEP, 2012.

ARANHA, Maria L. A.; MARTINS, Maria. H. P. **Filosofando: introdução à filosofia**. São Paulo: Moderna, 1989.

ARENDT Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Editora Forense; 2007.

ARROYO, Miguel G. “Experiências de Inovação Educativa: o currículo na prática da escola”. In: MOREIRA, Antônio Flávio B. (Org.). **Currículo: políticas e práticas**. Campinas: Papirus 3 a. edição, 1999.

AVANZI, Maria Rita; MALAGODI, Marco. “Comunidades interpretativas”. In: FERRARO, Luiz Antonio (Org.). **Encontros e caminhos: formação de educadores ambientais e coletivos educadores**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

BACHELARD, Gaston. **O Direito de sonhar**. São Paulo: Difel, 1985.

\_\_\_\_\_. **A chama de uma vela**. Trad. Glória de C. Lins. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_. **O Ar e os Sonhos**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_. **A água e os sonhos**: ensaios sobre a imaginação da matéria. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

\_\_\_\_\_. **A terra e os devaneios do repouso**: ensaio sobre as imagens da intimidade. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_. **A Poética do Espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

\_\_\_\_\_. **A Psicanálise do fogo**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. **A terra e os devaneios da vontade**: ensaio sobre a imaginação das forças. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. **A Poética do Devaneio**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BAILÃO, André. S. **Ciências e mundos aquecidos**: narrativas mistas de mudanças climáticas em São Paulo. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2014, 227 fl.

BALLESTEROS, Ramón M. **Fantasías y realidades de la Costa de la Muerte, La Coruña**, 1968.

BANDEIRA, Maria de Lourdes et al.. **Projeto de mapeamento e sistematização das áreas de comunidades remanescentes de Quilombo**: Mata Cavallo (MT). Relatório Histórico-Antropológico. Cuiabá: Universidade de Cuiabá, 2005.

BANDINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

BAUMAN, Zygmund. **A Sociedade Individualizada**. Vidas contadas e Histórias Vidas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2008.

\_\_\_\_\_. **Identidade:** Entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução, Carlos Alberto Medeiros, Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2005.

\_\_\_\_\_. **Comunidade:** a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro. Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_. **Globalização:** as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo:** fatos e mitos. São Paulo: Vol.I e II DIFEEL, 1970.

BECK, Ulrich. Sociedade de risco – Rumo a outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2º ed., 2011.

BELLO, Angela A.. **Introdução a Fenomenologia.** Bauru: 2006.

BOFF, Leonardo. **A voz do arco-íris.** RJ: Sextante, 2004.

BRANDÃO. Carlos, R. **O afeto da terra.** Campinas. São Paulo: Editora Unicamp, 1999.

\_\_\_\_\_. Aprender o saber, partilhar o saber: Algumas ideias como um chão pronto para semear propostas de uma Educação Ambiental. In: SORRENTINO, Marcos (Org.). **Educação Ambiental e políticas públicas:** conceitos, fundamentos e vivências. 1 ed. Curitiba. Appris 2013.

\_\_\_\_\_. **A Educação como Cultura.** SP. Brasiliense. 1985.

\_\_\_\_\_. **Os deuses do povo:** um estudo sobre a religião popular. Uberlândia: EDUDU, 2007.

BRASIL. Ministério Da Ciência e Tecnologia. Agência Espacial Brasileira. **Declaração Sobre os 50 Anos do Comitê Da ONU Para o Espaço e do Voo Inaugural De Gagarin.** Ministério Da Ciência e Tecnologia. Brasília. Publicado em 27 de junho 2011. Disponível em <http://www.aeb.gov.br/declaracao-sobre-os-50->

anos-do-comite-da-onu-para-o-espaco-e-do-voe-inaugural-de-gagarin/ Acesso em 20/01/2017.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Relatório de Monitoramento de Queimadas no Brasil ano 2014**. Brasil, 2005. Disponível em <http://www.inpe.br/queimadas>. Acesso agosto de 2016.

BUBER, Martin. **Eu e Tu**. 6 ed. São Paulo: Centauro, 2003.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

\_\_\_\_\_. **Problemas de Gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Tradução Renato Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo”. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001. p. 151-172.

\_\_\_\_\_. “Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo”. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 11-42, 1998.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola é mais do que escola. Petrópolis: Vozes, 2000.

CALHEIROS, D. F.; FERREIRA, C.J.. **Alterações limnológicas no rio Paraguai “Dequada” e o fenômeno natural de mortandade de peixes no Pantanal Mato-Grossense-MS**. Corumbá, Embrapa-CPAP, Boletim de Pesquisa 7, 48 pp, 1997.

CANTÓ, O.; DEL RÍO, C.; GRADÍN, C. **Análisis territorial de la pobreza y la desigualdad en Galicia 1999-2003**. Fundación Caixa Galicia. La Coruña, 2006.

CAPALBO, Creusa. **Fenomenologia e Ciências humanas**. Aparecida-São Paulo: Ideias e Letras, 2008.

CARVALHO, N.O. **Hidrologia da Bacia do Alto Paraguai**. I Simpósio do Pantanal, 2006.

CARVALHO, Isabel C. M.; FARIAS, Carmen R.; PEREIRA, Marcos V. A Missão “Ecocivilizatória” e As Novas Moralidades Ecológicas: A Educação Ambiental Entre A Norma E A Antinormatividade. **Ambiente & Sociedade Campinas** v. XIV, n. 2 p. 35 -49 jul.-dez. 2011.

CAVALCANTI, Iracema F. A.; FERREIRA, Nelson J. SILVA. Maria G. A. J. DIAS. Maria A. F. **Tempo e Clima no Brasil**. São Paulo: Oficina de textos, 2009.

CERTEAU, Michel. **A invenção do Cotidiano** 1. A arte de fazer 15ªed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CICCOLELLA, P. J. O capitalismo histórico: entre o protecionismo e a integração em blocos econômicos. In: LAVINAS, L, CARLEIAL, L.M.F, NABUCO, M.R, (Org.). **Integração, região e regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 1994, p. 43-53.

CHAGAS, Mirian de Fátima. A Política de Reconhecimento dos “Remanescentes das comunidades dos quilombos”. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 182 - 198, junho de 1998.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo** – Brasil 2014 [Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Edmundo Rodrigues Costa[Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2014.

COOPERATIVE FOR AMERICAN REMITTANCES TO EUROPE - CARE (2009) **Manual de Vulnerabilidade Climática e análise de capacidade (VCAC)** Handbook. Disponível em: <http://www.careclimatechange.org/cvca>. Acesso em 19/03/2014.

COSTA, Olivier. **A União Europeia e sua política exterior**: história, instituições e processo de tomada de decisão. Brasília: FUNAG, 2017.

COUTO, Mia. **Mulheres de Cinzas**: As areias do imperador: Uma trilogia Moçambicana, livro I. 1ª edição, São Paulo: Companhia da Letras, 2015.

DELEUZE, Gilles. **Empirismo e Subjetividade**: Ensaio sobre a natureza humana segundo Hume. São Paulo: Editora 34, 2001.

\_\_\_\_\_. **Espinosa e a Filosofia Prática**. Tradução de Daniel Lins e Fabien Pascal Lins. São Paulo: Escuta, 2002.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: Capitalismo e esquizofrenia. Vol. I. São Paulo: Ed. 34. 2004.

FASSARELLA, Simone. S. O trabalho feminino no contexto da pesca artesanal: percepções a partir do olhar feminino. **Revista SER Social**, 2008.

FERNANDEZ VEGA, Las Juntas del Reino de Galicia y la recuperación del voto en Cortes, **Compostellanum**, XXV, n. 1- 4, 2000.

FERRAZ, Silvio. “**Varèse**: a composição por imagens sonoras” in: Música Hoje, vol 6. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: Um reencontro com a pedagogia do oprimido. 3ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

\_\_\_\_\_. **Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

FREITAS, Mário. Educação Ambiental e/ou Educação para o Desenvolvimento Sustentável? Uma análise centrada na realidade portuguesa. **Revista Iberoamericana de Educación**. Nº41. 2006, pp.133-147.

GARCÍA, JESÚS ÁNGEL SÁNCHEZ. La leyenda de la Costa de la Muerte. Naufragios y faros como desencadenantes para la activación de un patrimonio marítimo. **SEMATA, Ciencias Sociais e Humanidades**, ISSN 1137-9669, 2013, vol. 25: 257-290 usc.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

GENOVESE, Eugene Dominik. **A terra prometida: o mundo que os escravos criaram**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. (Oficinas da História)

GIDDENS, Anthony. **A política da mudança climática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

GILLIGAN, Carol. **Teoria psicológica e desenvolvimento da mulher**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

GIRALT-MIRACLE, Daniel. **Gaudí essencial**. Barcelona: La Vanguardia Ediciones, 2012.

GÓMEZ, José Maria (Org.) **América Latina y el (Des) Ordem Global Neoliberal: Hegemonia, Contrahegemonia, Perspectivas** Buenos Aires: Clacso, 2004.

GRÜN, Mauro. Descartes, Historicidade e Educação Ambiental. In: MOURA, I.C. GRÜN, M. TRAJBER, R. **Pensar o Ambiente: Bases filosóficas para a Educação Ambiental**. Brasília: UNESCO, 2009.

\_\_\_\_\_. **Ética e Educação Ambiental: a conexão necessária**. 6a ed. Campinas: Papirus, 2002.

GUIMARÃES ROSA, João. **Grande sertão: veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

HAESBAERT, Rogério. **Mito da desterritorialização: do fim dos territórios a multiterritorialidade**. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

\_\_\_\_\_. **Territórios Alternativos**. Editora Contexto/Eduff, 2002.

HALL, Stuart. **Da Diáspora Identidade e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: UFMG.2009.

\_\_\_\_\_. **A identidade Cultural na Pós-Modernidade**. São Paulo DP&A, 2006.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. **A era das revoluções**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

\_\_\_\_\_. **A era dos impérios: 1875-1914**. São Paulo: Paz e Terra, 6ª ed, 2002.

IPCC. **Mudança do Clima 2007: a Base das Ciências Físicas**. Sumário para os Formuladores de Políticas e Contribuição do Grupo de Trabalho I para o Quarto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima. Disponível em: [www.ipcc.ch/pdf/reports-nonUN-translations/portuguese/ar4-wg1-spm.pdf](http://www.ipcc.ch/pdf/reports-nonUN-translations/portuguese/ar4-wg1-spm.pdf) Acesso em 14/06/214.

JABER-SILVA, Michelle T. **O mapeamento dos conflitos socioambientais de Mato Grosso**: denunciando injustiças ambientais e anunciando táticas de resistência. Tese (Doutorado em Ciências). Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais. São Carlos: UFSCar, 2012. 253 fls.

JUNK, Wolfgang. J. Áreas inundáveis: um desafio para limnologia. **Acta Amazonica**, v.10, n.4, p. 775-795, 2001.

KAWAHARA, Lúcia S. I. **Currículos festeiros de águas e outonos**: fenomenologia da educação ambiental pós-crítica. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, UFMT, Cuiabá: 2015, 287f.

KERÉNYI, Karl. **Os Deuses Gregos**. São Paulo: Cultrix, 1997

\_\_\_\_\_. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LARROSA, Jorge. **Tremores**: escritos sobre a experiência. 1.ed. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2014.

LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1986.

\_\_\_\_\_. Jean-François. **A condição pós-moderna**. São Paulo: José Olympio, 2002.

LA TOUR, BRUNO. **O capitalismo nunca será subvertido**. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/539836-o-capitalismo-nunca-sera-subvertido-sera-aspirado-para-baixo-entrevista-com-bruno-latour> > Acesso em 01/08/2016.

LEDO, P. Andrés; COMÍNS, Sanches. Atlas da Galícia. **Sociedade para o Desenvolvimento Comarcal da Galícia e Xunta da Galicia**, 2001.

LEIBNIZ, Gottfried W. **Novos ensaios sobre o entendimento humano**. 2ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

LYPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher**: permanência e revolução do feminino. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LÓPEZ CARREIRA, Anselmo, **O reino de Galiza**, Edicións A Nosa Terra. Promocións Culturais Galegas S.A, 1998.

LOURO, Guacira L. "Pedagogias da sexualidade". In.: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

MAFFESOLI, Michel. **A conquista do presente**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

\_\_\_\_\_. **No fundo das aparências**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. **O ritmo da vida**: Variações sobre o imaginário pós-moderno. Rio de Janeiro: Record, 2007.

\_\_\_\_\_. **O conhecimento comum**: Introdução à sociologia compreensiva. Porto Alegre. Sulina, 2010.

\_\_\_\_\_. **O tempo das tribos**: O declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro, Forense 2011.

\_\_\_\_\_. **O tempo retorna.** Formas elementares da pós-modernidade. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2012.

MARENCO, José. Água e mudanças climáticas. **Revista Estudos Avançados.** v.22n.63 São Paulo. 2008. p. 83-96.

MARGULIS, Sergio. **O Desempenho do Governo Brasileiro, do Órgão contratante e do Banco Mundial em Relação a Questão Ambiental do Programa Polonoroeste.** Texto de Avaliação. RJ: IPEA,1991.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples:** cotidiano e história na modernidade anômala. 2ªed. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Marcos L.. **História e Meio Ambiente.** São Paulo: Faculdade Pedro Leopoldo – ANNABLUME, 2007.

MATSUBARA, Marilda. **Tecendo cidadania.** Cuiabá (MT): EDUFMT, 1997.

MAZZETTO Silva; CARLOS, Eduardo. **O Cerrado a Sustentabilidade:** Territorialidades em Tensão. Tese de Doutorado em Ordenamento Territorial e Ambiental. Departamento de Geografia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção.** 3.ed.- São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MILANEZ, Bruno; FONSCECA, Igor F. Justiça Climática e Eventos Climáticos Extremos: uma Análise da Percepção Social No Brasil. **Revista Terceiro Incluído** - ISSN 2237-079X – NUPEAT–IESA–UFG, V.1, N.2, jul./dez./2011, p. 82 –100, Artigo 13.

MOREIRA, Roberto. J. **Terra, Poder e Território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MOA RODRÍGUEZ, Pío. **Comienza la guerra civil la Esquerra emprenden la contenda.** Ediciones Áltera, 2004.

NOBRE, Carlos; OLIVEIRA, Gilvan. “Mudanças Climáticas”. In: TASSARA, Terezinha; RUTKOWSKI, Emília. **Mudanças climáticas e mudanças**

**socioambientais globais:** reflexões sobre alternativas de futuro. Brasília: UNESCO, IBICC, 2008.

NOÉ, Nés e Massó. **Atlas Xeográfico e Histórico de Galícia e do Mundo.** Do Cumio. p. 106, 2009.

NORA, Giseli D. SATO, Michèle. Paisagens Culturais e Naturais de São Pedro de Joselândia. In.: **Barão De Melgaço – MT Ambiente Agrário do Pantanal Brasileiro.** ONÉLIA, Carmem Rossetto e Nely Tocantins socioeconomia e conservação da biodiversidade – Documento Eletrônico. – 1. ed. – Porto Alegre : Imprensa Livre, Compasso Lugar Cultura, 2015.

PEDROTTI-MANSILLA, Débora Eriléia. **Avaliando a política de educação ambiental nas escolas de Mato Grosso: desafios entre os domínios da governança e da governabilidade.** São Carlos: 2010, 140f. Tese (Doutorado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais, UFSCar.

PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 4, p. 20, 1995.

\_\_\_\_\_. **Os excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª.Ed., 1998.

\_\_\_\_\_. **As mulheres ou os silêncios da História.** Bauru: Edusc, 2005.

\_\_\_\_\_. **Minha História das Mulheres.** São Paulo: Contexto, 2007.

PESSANHA. José. A. As delícias do jardim. In: NOVAIS, Adauto. **Ética** . São Paulo. Companhia das Letras, 2007.

PIAIA, Ivane I. **Geografia de Mato Grosso.** 3 ed. rev. Amp. Cuiabá: EdUNIC, 2003.

PLATÃO. A Alegoria da caverna; In: MARCONDES, Danilo. **Textos Básicos de Filosofia: dos Pré-socráticos a Wittgenstein**. 2a ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

\_\_\_\_\_. A Republica, 514a-517c. In: MARCONDES, Danilo. **Textos Básicos de Filosofia: dos Pré-socráticos a Wittgenstein**. 2a ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

PORTO GONÇALVES. Carlos W. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Da Geografia às Geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In.: CECEÑA, Ana Ester (Org.). **A Guerra Infinita – hegemonia e terror mundial**, pp. 359-391. Rio de Janeiro: Vozes/LPP/Clacso, 2002.

POZO, Juan Carlos Molina del. **Manual de derecho de la comunidad europea**. 3ª edição. Madrid: Trivium, 1997.

QUADROS, Imara. P. **Palavras científicas sonhantes em um território úmido feito a mão: arte popular da canoa pantaneira**. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação UFMT/PPGE Cuiabá, 2013.

REZENDE, Antonio. M. de. **Concepção fenomenológica da educação**. São Paulo: Cortez, 1990.

RICOEUR. Paul. **A memória a história o esquecimento**. Campinas, Unicamp. 2014.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

SANTOS, Boaventua de S. **Introdução a uma Ciência Pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

\_\_\_\_\_. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. Um discurso sobre as Ciências. São Paulo: Afrontamento, 2003. In.: (Org.). **Semear outras Soluções**: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Boaventura S.; Meneses, Maria P.. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

SATO, Michèle. Apaixonadamente pesquisadora em educação ambiental. **Educação, teoria e prática**. Vol. 09, n 16/17, 2001. p. 24-34.

\_\_\_\_\_. O instituído e o instituinte na Era de Aquário. **Revista Sina**, setembro de 2009, Cuiabá: Oficina A104, 2009.

\_\_\_\_\_. “Cartografia do Imaginário no Mundo da Pesquisa” In.: ABILIO, Francisco José P.(Org.). **Educação Ambiental para o Semiárido**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

\_\_\_\_\_. ECOFENOMENOLOGIA: Uma janela ao mundo. **Revista de Mestrado em Educação Ambiental –REMEA/FURG**. -ISSN 1517-1256, Ed. Especial, julho/2016.

SATO, Michèle.et al. A nossa palavra é sim. Revista de Educação Pública, v.17, n.33, p.159-174, **Revista de Educação Pública**, UFMT, 2008.

\_\_\_\_\_. Diversidades Poéticas no Pantanal. In.: SATO, Michèle; LEITE, M. C. S.; MEDEIROS, H. e RIBEIRO, L. C. (Coord.). **Sentidos Pantaneiros**: movimentos do projeto Mimoso. Cuiabá: KCM, 2002. p. 58 -72.

SATO, Michèle; PASSOS. Luiz A.. Arte-Educação-Ambiental. **Revista Ambiente & Educação** | vol. 14 2009, p.42 a 59.

SCHÜLER, Donaldo. **Teoria do Romance**. São Paulo: Ática, 1989.

SCOTT, Joan W. “**Gênero**: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica.” Traduzido pela SOS: Recife: Corpo e Cidadania, 1990.

SERANTES, Araceli. Interpretación del Patrimonio. Bases y recursos. In: VALES, C. (Org.). **Manual de Gestión de Áreas Protegidas para los Países Lusófonos**, CEIDA, A Coruña: CEIDA, 2010, p. 167-194.

SERRES, Michel. **O Contrato Natural**. Tradução de Serafim Ferreira. Lisboa, Portugal: Instituto Piaget, 1994.

\_\_\_\_\_. **Os cinco sentidos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

\_\_\_\_\_. **Júlio Verne**: a ciência e o homem contemporâneo. Diálogos com Jean-Paul Dekiss. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_. **O mal limpo**: poluir para se apropriar? Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

\_\_\_\_\_. **Tempo de crise Rio de Janeiro**. Bertrand Brasil, 2017.

SIMIONE, Roberta Moraes. **Território de Mata Caval**: Identidades em movimento na Educação Ambiental. Dissertação de Mestrado. Instituto de Educação. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2008.

SIQUEIRA, Elizabeth M. **O processo histórico de Mato Grosso**. Cuiabá, Entrelinhas 1998, p. 107.

SILVA, Regina; SILVA, Michelle J. O mapa social e a educação ambiental, diálogos de um mapeamento participativo no Pantanal, Mato Grosso, Brasil. **Revista. Educ. Públ.** Cuiabá, v. 24, n. 55, p. 201-221, jan./abr. 2015.

SILVA, Regina. Aparecida da. **Do invisível ao visível**: o mapeamento dos grupos sociais do estado de Mato Grosso - Brasil. Tese (Ecologia e Recursos Naturais) - Universidade Federal de São Carlos, 2011.

SILVA, Regina; SATO, Michèle. Territórios e identidades: mapeamento dos grupos sociais do Estado de Mato Grosso – Brasil. **Ambient. soc. [online]**, vol.13, n.2, pp. 261-281, 2010.

SMITH, Colin. **Galicia, todo un reino**. Universidade de Santiago de Compostela, 1996.

SOIHET, Raquel. História das mulheres. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SORRENTINO, Marcos; TRAIBER, Rachel; FERRARO, Luiz A. Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo: v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005.

TAMAIO, Irineu, **Educação Ambiental e Mudanças Climáticas**: Diálogo necessário num mundo em transformação. Série Educativa. Brasília: Ministério de Meio Ambiente. 2013.

TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro (Org.). **A mulher vai ao cinema**. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TORO, Alfonso del. **Cartografías y estrategias de la 'postmodernidad' y la 'postcolonialidad' en Latinoamérica**. 'Hibridez' y 'Globalización', Iberoamericana Editorial Vervuert, S.I. Iberoamericana Editorial Vervuert, S.L. | 2014.

TORNQUIST, Carmem S.; LISBOA, Teresa K.; MONTYSUMA, Marcos F. Mulheres E Meio Ambiente **Rev. Estud. Fem.** vol.18 no.3. Florianópolis: set./dec., 2010.

TORRES, Nelson Maldonado. Pensamento Crítico desde a Subalteridade: Os Estudos Étnicos Como Ciências Descoloniais ou para a transformação das humanidades e das Ciências Sociais no Século XXI. **Afro-Ásia**, 34 (2006), 105-129.

TRECCANI, Girolamo Domenico. **Terras de Quilombo e entraves do processo de titulação**. Belém: Programa Raízes, 2006.

TRISTÃO, Martha. A educação ambiental e os contextos formativos: uma interpretação dos movimentos na transição paradigmática. **Cadernos de Pesquisa em Educação** PPGE. UFES, v. 14, p. 122- 148, 2008.

\_\_\_\_\_. **A educação ambiental e os contextos formativos na transição de paradigmas** – UFES/2009. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT22-3691--Int.pdf>> (acesso em 20/agosto/2014).

\_\_\_\_\_. A Educação Ambiental e o pós-colonialismo. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v.23, n.53/2, p. 473-489, maio-ago/2014.

VALLA, Victor V (Org.). **Religião e cultura popular**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

VILAR PONTE, Antônio. **A pátria do labrego e Almas mortas**. A Coruña: La Voz de Galícia, 2002.

VILLARES; Paz. **História de Galícia**. Vigo: Editorial Galáxia, 2004.

VOET, Donald.; VOET, Judith. G., **Bioquímica**, São Paulo: Artmed Editora Ltda, 4ª Ed., 2013.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. **Cativos do Sertão**: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá:1850/1888.São Paulo: Marco Zero,1993.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Companhia das Letras, São Paulo: 2004.

WEIL, Simone. **O enraizamento**. São Paulo: Edusc, 2001.

WORLD WIDE FUND FOR NATURE – WWF. **Relatório Planeta Vivo 2012** – a caminho da Rio+20. Disponível em: <http://www.wwf.org.br/> Acesso em 12/02/2014.

ZEITOUN, Charline. **Máquinas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006.